



# **Relatório 2020**

## **Comissão de Direitos Humanos e Minorias**



## **56ª Legislatura (2019-2022)**

2ª Sessão Legislativa Ordinária

### **Presidente**

Rodrigo Maia

### **1º Vice-Presidente**

Marcos Pereira

### **2º Vice-Presidente**

Luciano Bivar

### **1º Secretária**

Soraya Santos

### **2ª Secretário**

Mário Heringer

### **3º Secretário**

Fábio Faria

### **4º Secretário**

André Fufuca

### **Suplentes de Secretários**

#### **1º Suplente**

Rafael Motta

#### **2º Suplente**

Geovania de Sá

#### **3º Suplente**

Isnaldo Bulhões Jr

#### **4º Suplente**

Assis Carvalho

### **Diretor-Geral**

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

### **Secretário-Geral da Mesa**

Leonardo Augusto de Andrade Barbosa

## **Comissão de Direitos Humanos e Minorias**

### **Presidente**

Helder Salomão

### **1º Vice-Presidente**

Padre João

### **2º Vice-Presidente**

Túlio Gadêlha

### **3º Vice-Presidente**

Camilo Capiberibe

### **Diretoria Legislativa**

Afrísio De Souza Vieira Lima Filho

### **Departamento de Comissões**

Wagner Soares Padilha

## **Comissão de Direitos Humanos e Minorias**

### **Secretária-Executiva**

Marina Basso Lacerda

### **Chefe de Serviço**

Clotildes de Jesus Vasco

### **Assessoria legislativa**

Adalberto Angelo Custodio

Adla Micheline de Sousa Oliveira

Andréia de Andrade Taborda

Clemilda Souza Neto Pimentel Ferreira

José de Souza Pennafort Neto

Lucas Assis Nascimento

Mariana Trindade Oliveira

Rogério Augusto Neuwald

Simone Machado de Mendonça

### **Comunicação**

Elen Pedro Calvi Filho

Fernando Luis Brito da Silva

## **CRÉDITOS**

### **Texto**

Elen Pedro Calvi Filho

### **Fotos**

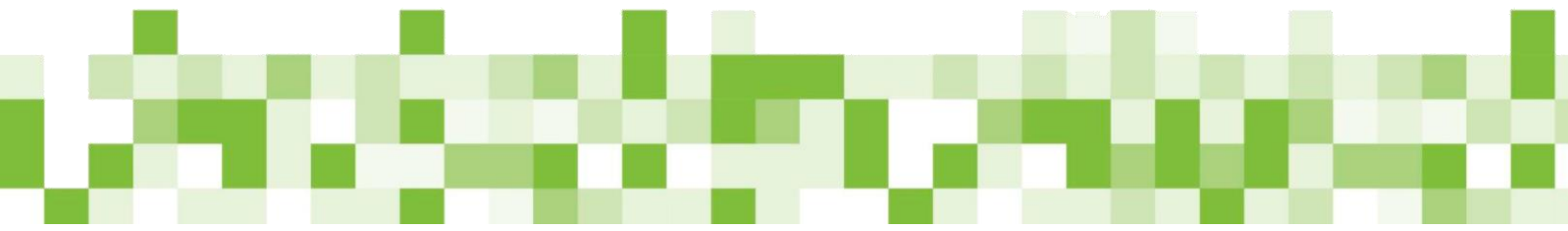
Fernando Bola

### **Edição**

Deputado Helder Salomão

José Pennafort Neto

Marina Basso Lacerda



# Sumário

Apresentação .....	3
Ameaça de ruptura democrática.....	9
Combate ao racismo.....	11
Defensores de direitos humanos .....	36
Despejos.....	50
Direitos dos trabalhadores.....	79
Educação .....	86
Meio ambiente.....	94
Pandemia – medidas de proteção.....	97
Povos indígenas.....	116
Quilombolas .....	136
Saúde.....	144
Sistema prisional e combate à tortura .....	154
Violência contra a mulher .....	163



# Apresentação

2020 foi o ano da pandemia. No mundo, 1,8 milhão de mortos. No Brasil, 193.875 mil vidas perdidas. Uma tragédia sanitária, econômica, social e, em alguns países como o Brasil, também política.

As medidas de contenção da Covid-19 fizeram com que a Câmara dos Deputados trabalhasse de maneira remota e que as comissões permanentes da Casa – dentre as quais da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – não fossem instaladas.

Apesar de o colegiado não estar em funcionamento, a CDHM tem atribuições regimentais de recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas a ameaça ou violação de direitos humanos; de fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos; de colaboração com entidades não-governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos direitos humanos; de realização de pesquisas e estudos relativos à situação dos direitos humanos no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação; de assuntos referentes às minorias étnicas e sociais; e de promoção da igualdade racial.

Não se trata de previsões jurídicas abstratas. Elas se conectam com a história da Comissão e com a necessidade de o parlamento ter um canal aberto e direto para ecoar as demandas dos grupos mais vulnerabilizados nas relações de poder.

Em tempos em que as comissões não estão instaladas, elas são representadas por seus presidentes, no que não exigir a participação do colegiado.

Assim a Comissão, por meio de seu presidente, não deixou de atuar em um ano tão difícil, realizando dezenas de diálogos e cobranças no sentido da efetivação dos direitos humanos. Os problemas que já existiam estruturalmente foram agravados pela doença que assolou e assola o mundo.



A CDHM seguiu, em 2020, buscando soluções e caminhos, em conjunto com movimentos sociais, organizações civis e demais Poderes.

Para se ter uma ideia, foram realizadas 10 reuniões de trabalho, enviados aproximadamente 600 ofícios e publicadas mais de 160 matérias jornalísticas. Os temas foram os mais variados, dentre os quais podem ser destacadas ações de combate ao racismo e a incidência em temas relacionados à pandemia, como o auxílio emergencial e a população de rua.

Para um ano atípico, mas de muito trabalho, apresentamos o presente relatório como forma de prestar contas das principais atividades do ano.

Helder Salomão (PT/ES)

Presidente da CDHM 2019/2020

9 de março de 2021



# 25 anos da CDHM

## Sessão Solene pelos 25 anos da CDHM



Brasil, 1995. Conflito armado entre sem-terra e polícia militar termina com 10 mortos em Corumbiara (RO). Um bispo da Igreja Universal chuta uma imagem da padroeira do Brasil durante um programa de TV. Fernando Henrique Cardoso toma posse como presidente do país. Os Rolling Stones fazem o primeiro show no Brasil. Um grupo começava a aparecer e já brilhava: os Mamonas Assassinas. Também foi o ano que a internet chegou na vida dos brasileiros. Entramos na rede, navegamos e nos conectamos. Em Brasília, é criada a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. A iniciativa intensificou o compromisso com os direitos humanos, marcado pela participação do Brasil na Conferência da ONU de Viena em 1993.

**Em 18 de fevereiro, esses 25 anos de criação foram lembrados em uma Sessão Solene do plenário Ulisses Guimarães da Câmara dos Deputados.**

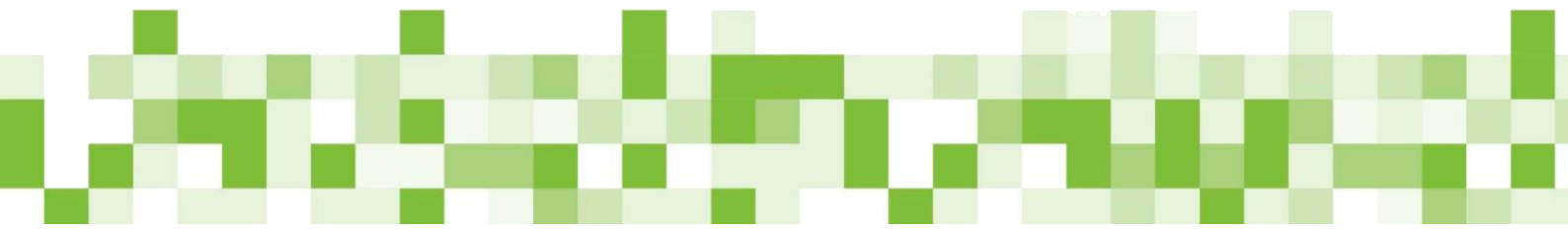


“Hoje temos um duplo sentimento. Se, de um lado, honramos e comemoramos as lutas do passado que nos trouxeram até aqui, ao mesmo tempo temos que reconhecer que os ataques aos direitos humanos nunca foram tão grandes desde a redemocratização”, destacou o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), Helder Salomão (PT/ES). O termo “Minorias” foi acrescentado em 2004, após mudanças no regimento interno.

O fundador da Comissão e primeiro presidente, Nilmário Miranda, ex-ministro de Direitos Humanos, destacou, na Sessão Solene, que “independe de partido político ou ideologia, contamos naquela época com a colaboração, por exemplo, de Luiz Eduardo Magalhães e Inocêncio de Oliveira. Direitos Humanos não é de um partido ou tendência política, é para todos. Ainda mais agora, com os movimentos criminalizados, discursos vazios e a divisão dos cidadãos por classes. Tudo dito e feito por pessoas que representam o Estado”.



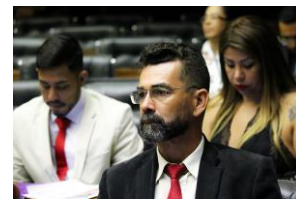
Kretã Kaigang, coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), ressaltou que os povos indígenas sofrem, nesse momento, ataques de todos os lados e são considerados pelo governo federal o “inimigo número um, e essa Comissão se toma uma trincheira em defesa dos direitos humanos e assim podemos ter uma esperança de que aqui os direitos originários afirmados pela Constituição serão mantidos”.



Para Dom Jaime Spengler, vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, “o reconhecimento dos direitos humanos é reconhecer a dignidade, e a base da liberdade e da justiça. Precisamos de coragem e ousadia. Vivemos tempos nebulosos e desafiadores. Precisamos deixar um Brasil melhor para as próximas gerações”.

“Considero a CDHM a Comissão mais importante da Câmara dos Deputados. Sem ela não há o exercício dos direitos humanos e aí não há democracia, não se tem acesso à lei, e em uma sociedade tão desigual a luta por direitos humanos une todos nós”, afirma Marcelo Freixo (PSOL/RJ).

Padre João (PT/MG), vice-presidente da CDHM, ressalta que é “uma história de luta em defesa da liberdade, da democracia, contra a tortura, a tirania e a opressão. Luta pelos direitos dos mais pobres, mais fracos e oprimidos. Esta tem sido nossa luta durante todo este tempo. Trabalhamos em prol da dignidade humana”.

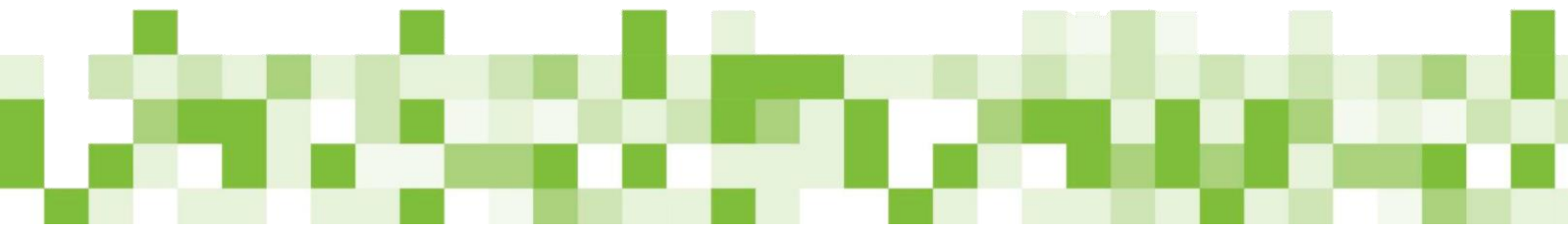


Para Camilo Capiberibe (PSB/AP), também vice-presidente da CDHM, “estamos vivendo um tempo de desrespeito aos povos originários, retirada de direitos previdenciários, onde servidores públicos são um problema e que quem continua mandando no país são os mesmo que mandavam na época da escravidão”.

Jandira Feghali (PCdoB/RJ), lembrou assassinatos não resolvidos, como o da vereadora Marielle Franco, tortura no sistema carcerário e nos 114 atos de censura nas artes já feitos pelo atual governo federal. “Temos ainda o cancelamento dos conselhos com participação democrática, a humilhação e perdas de vidas de cidadãos que vivem nas periferias. Precisamos elevar o tom e de uma ação ampla que traga de volta a liberdade”.

Silvia Souza, da Educafro, considerou a CDHM “um espaço de resistência e de luta, de discussão de projetos de lei que têm como objetivo atingir povos originários, como negros, indígenas e quilombolas. E essa população não pode ser esquecida, temos que ter representatividade, e não é o que acontece no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. Temos uma representação ínfima”.

Assista a íntegra do evento em <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/59332>



## Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal



*Luiz Macedo/CD*

Na Sessão Solene de 28 de fevereiro foi lançado o Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal (RPU), uma parceria da Câmara dos Deputados com a Organização das Nações Unidas.

O representante regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Jan Jarab, afirma que “estou aqui hoje em nome da cooperação e complementariedade, que é o lançamento do Observatório. A Revisão Periódica Universal traz questões chaves em matéria de direitos humanos e coincide com as recomendações emitidas pelos demais mecanismos da ONU, ou seja, os órgãos de tratados que visitam frequentemente o Brasil. Uma luz de atenção aos assuntos que devem ser considerados com alta relevância pelo Estado”.

A RPU é o mecanismo que analisa a situação interna de direitos humanos nos Estados membros da ONU. A cada quatro anos o país passa por um exame, pelo Conselho de Direitos Humanos, de relatórios elaborados pelo governo e pela sociedade civil. Ao final



são feitas recomendações que, se acatadas, devem ser seguidas pelo examinado. O 3º ciclo de revisão do Brasil foi em 2017. O país recebeu 246 recomendações, das quais 242 foram aceitas. Embora o Brasil se submeta voluntariamente à RPU, inexistente mecanismo de acompanhamento da implementação destas recomendações internamente.

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, reforçou a importância do Observatório para acompanhar as recomendações da RPU. “É muito importante a criação deste observatório para implementar as recomendações dos outros países. Há um simbolismo muito grande que, aqui no Brasil, essa atividade seja passada para o Legislativo. Em outros lugares essa fiscalização é feita pelo Executivo. E também porque o observatório deve fiscalizar também a aplicação de recursos”.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), ressaltou “o importantíssimo papel desempenhado pela CDHM, fortalecido em 2004 ao ganhar poder deliberativo, na análise e implantação de políticas públicas voltadas aos direitos essenciais. Além das centenas de violações e denúncias que recebem o encaminhamento necessário. São esforços contínuos, e o Observatório deverá ser um trabalho profícuo e eficiente”.

Devido aos percalços impostos pela pandemia, as atividades do Observatório serão retomadas em 2021.



# Ameaça de ruptura democrática



Foto: Lula Marques / Agência PT

O presidente e vices da CDHM denunciaram, em 19/5, para a Organização das Nações Unidas (ONU), uma série de fatos e manifestações protagonizadas pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, pelo governo ou por altas autoridades que negam, amenizam e enaltecem a ditadura e a tortura. De acordo com os parlamentares, essas ações “têm o objetivo de criar milícias armadas para defender o projeto autoritário em curso no Brasil”. Eles alertam que há uma tentativa de implantar um governo ditatorial no Brasil”. O documento foi enviado para a alta comissária da ONU para Direitos Humanos, Michelle Bachelet, para o relator especial para execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias Agnes Callamard e ao relator especial para a Promoção da Verdade, Justiça, Reparação e Garantias de Não Recorrência Fabián Salvioli. Assinam a denúncia o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES) e os vice-presidentes Padre João (PT/MG), Túlio Gadêlha (PDT/PE) e Camilo Capiberibe (PSB/AP).

Os parlamentares lembram que, desde 2016, o Brasil passa por “uma série de rupturas do Estado Democrático de Direito, o que se agravou com a eleição de um apologista da tortura e da ditadura à Presidência da República em 2018, Jair Messias

Bolsonaro”. E que “desde que assumiu o cargo, em 2019, Bolsonaro vem reiterando seu endosso ao regime de exceção, o que se agravou recentemente com sua participação em atos que pedem a intervenção militar, o fechamento do Congresso e da Suprema Corte e a adoção de medidas como cassação de direitos políticos”.

Entre os 23 fatos narrados no documento enviado para a ONU pelos integrantes da CDHM estão, por exemplo, a orientação, por parte de Bolsonaro, para que fossem feitas as “devidas comemorações” no dia 31 de março de 2019, data que marcava os 55 anos do início da ditadura no Brasil, e a participação do Presidente em atos que pediam a reedição do AI-5. Para os deputados, “existe um ambiente crescente de adesão, por parte das mais altas autoridades, à legitimação da tortura, das execuções sumárias e da ditadura.

O documento conclui que “a adesão de Bolsonaro, de algumas das principais figuras do governo e de parte de seus apoiadores à ditadura e ao autoritarismo não é esporádica. Não se trata de fatos isolados; ao contrário, é um modo de pensar e de agir consistente e reiterado”.



# Combate ao racismo



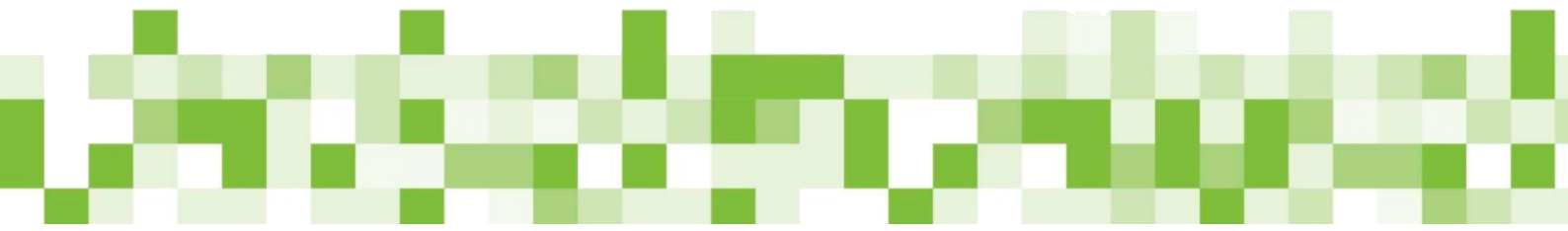
*Wikimedia Commons*

Em 2020, sobre a pauta de combate ao racismo e à letalidade policial, foram feitas 18 denúncias internacionais, 13 Sedidos de providência para autoridades nacionais, 5 reuniões, 8 requerimentos de informação e um estudo.

## Fundação Palmares

Em junho, 123 instituições da sociedade civil, a presidência da CDHM e mais 14 deputados reportaram à ONU violações de direitos humanos contra a população negra. O grupo também questionou a nomeação e atuação de Sergio Camargo à frente da Fundação Palmares

Os destinatários dos ofícios foram Michele Bachelet, Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos; Tendayi Achiume, Relatora Especial sobre Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação racial, Xenofobia e Intolerância relacionada; Karima Bennouna, Relatora Especial no Campo dos Direitos Culturais e ao Grupo de Trabalho de Peritos sobre Pessoas de Origem Africana; Agnes Callamard, Relatora Especial para Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias e ao Grupo de Trabalho de Peritos sobre Pessoas de Origem Africana.



No documento, o comportamento do presidente da Fundação Cultural Palmares, Sergio Camargo foi questionado. Foram enumeradas manifestações dele como a que não há “racismo real” no Brasil; que a escravidão foi “benéfica”; que sente “vergonha e asco da negrada militante”, bem como a defesa da extinção do Dia da Consciência Negra, que só serviria para “preto babaca”.

O grupo pediu missões oficiais ao Brasil para conhecer as violações de direitos humanos reportadas. Além da missão, foi solicitada uma teleconferência para expor detalhes da situação.

Assinaram o documento Helder Salomão (PT/ES), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM); Padre João (PT/MG); 1º Vice-Presidente da CDHM; Túlio Gadêlha (PDT/PE), 2º vice-presidente da CDHM; Camilo Capiberibe (PSB/AP), 3º vice-presidente da CDHM; Benedita da Silva (PT/RJ), presidente da Comissão de Cultura e da Frente Parlamentar Mista Brasil-África com Participação Popular de Enfrentamento ao Racismo; Áurea Carolina (PSOL/MG), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais com Participação Popular; Erika Kokay (PT/DF), presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos e da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana; Maria do Rosário (PT/RS), presidenta da Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Talíria Petrone (PSOL/RJ), presidente da Frente Parlamentar com Participação Popular Feminista e Antirracista; Bira do Pindaré (PSB/MA), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Quilombolas; Marcelo Freixo (PSOL/RJ), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com Participação Popular; Patrus Ananias (PT/MG), secretário-geral da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional; Carlos Veras (PT/PE), membro da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos; David Miranda (PSOL/RJ), membro da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com Participação Popular; Frei Anastácio (PT/PB), membro da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana; Paulo Teixeira (PT/SP), Membro da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos; Valmir Assunção (PT/BA); Membro da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais com Participação Popular; Vicentinho (PT/SP), Membro do Parlamento pela Tolerância e Paz.

Conectas Direitos Humanos; Geledes – Instituto da Mulher Negra; Rede Justiça Criminal; Círculo Palmarino; Terreiro Sol do Oriente; MNU - Movimento Negro Unificado e Coalizão Negra por Direitos, integrada por: ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – Nacional; Afirmação Rede de Cursinhos Populares(ES); Africanamente Centro de Pesquisa Resgatar Preservação de tradições afrodescendentes (RS); Afro-Gabinete de Articulação Institucional e Jurídica (BA); ALAGBARA – Articulação de Mulheres Negras e Quilombolas do Tocantins; Alma Preta (SP); Amparar - Associação de

Amigos e Familiares de Presos(SP); ANEPE – Articulação Negra de Pernambuco; APN's – Agentes de Pastoral Negros – Nacional; Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas – ANJF (RJ); Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade (MG); Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú (AP); Associação de Mulheres Negras do Acre; Associação de Sambistas, Terreiros e Comunidades de Samba do Estado de São Paulo; Atinuké – Coletivo sobre o pensamento de Mulheres Negras (RS); Bloco Arrasta-Bloco de Favela (MG); Casa das Pretas (RJ); Casa do Hip Hop Taquaril (SP); CCRIALO Comunidade da Compreensão e Restauração Ilê Asé Logun Ede (SP); CCRIAS (SP); CEAP – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (RJ); CECUNE – Centro Ecumênico de Cultura Negra(RS); CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará; CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades; Centro de Cultura Negra do Maranhão; Centro de Formação do(a) Negro(a) da Transamazônica e Xingu (PA); Círculo Palmarino (SP); Coletivo de Estudantes Negrxs da UFF (RJ); Coletivo de Juventude Negra Cara Preta (PE); Coletivo de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado (BA); Coletivo Luisa Mahin (RJ); Coletivo Luiza Bairos(BA); Coletivo Nacional de Juventude Negra – ENEGRECER; Coletivo NegraSô – Coletivo de alunos negros da PUC-SP; Coletivo Negro Dandara – UNESP/Assis (SP);Coletivo Negro Kimpa – Unesp Bauru (SP); Coletivo Negro Universitário UFMT (MT); Coletivo Nuvem Negra (RJ); Coletivo Sapato Preto Lésbicas Negras da Amazônia; COMUNEMA – Mulheres Negras Maria Maria (PA); Comunidade Cultural Quilombaque (SP); Comunidade das Águas que se Renovam CAREOS (SP); Comunidade de Roda de Samba Pagode NA Disciplina (SP); Comunidade Terreiro Ilê Ase Iyemonja Omi Olodo (RS); Comunidade Terreiro Ile Aşę Omiojuaro (RJ); CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Nacional; Conselho do Povo de Terreiro do Estado do RS; CRENLEGO – Centro de Referência Negra Lélia Gonzales (GO); CRIOLA (RJ); Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes – Nacional; ENAR – European Network Against Racism (UE); Fórum de Mulheres Negras de Mato Grosso; Fórum Formação Política de Mulheres Negras Marielle Franco (BA); Fórum Nacional de Performance Negra (RJ);Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno; Frente Favela Brasil – Nacional; Frente Nacional de Mulheres do Funk (SP) ; Frente Nacional Makota Valdina ( BA); Geledes (SP); IBD – Instituto Brasileiro de Diversidade (SP); Ile Ase Omi Ewe Ajase e Caboclo Folha Verde (SP); Ilê Aşę Omiojuaro (RJ); Ilê Asé Oya Mesan Orum(SP); Ilê Obá Ketu Axé Omi Nlá (SP); Ilé Ode Maroketu Àşę Oba (SP); Ilê Omolu Oxum (RJ); Ile Oya Toningbé Fàrá Gèngbèlé (SP); IMUNE – Instituto de Mulheres Negras (MT); Innpd – Iniciativa Negra por Uma Nova Política Sobre Drogas – Nacional; Instituto Afrolatinas (DF); Instituto AMMA Psique e Negritude (SP); Instituto Búzios (BA); Instituto Búzios (RJ); Instituto de Mulheres Negras do Amapá; Instituto de Referência Negra Peregum (SP); Instituto Equânime Afro Brasil (SP); Instituto Marielle Franco (RJ); Instituto Nangetu de Tradição Afro e Desenvolvimento Social (PA); Instituto Omolara Brasil (SP); Instituto Steve Biko (BA); IROHIN – Centro de Documentação, Comunicação e Memória Afro Brasileira (BA); Kombativa – Cooperativa Social



Latinoamericana de Direitos Humanos (SP); Kwe Ceja Togun Hunde (SP); MABE – Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MA); Mahin Organização de Mulheres Negras (BA); Marcha das Mulheres Negras de São Paulo; MNU – Movimento Negro Unificado – Nacional; Movimento Negro Evangélico (PE); Movimento Ser Ògá (SP); MPP – Movimento de Pescador e Pescadora de Ilha de Maré (BA); Mulheres de Axé do Brasil (MG); NESEN/UFF – Núcleo de Estudos sobre Saúde e Etnia Negra/Universidade Federal Fluminense (RJ); Nós Temos Um Sonho – #NTUS (MG); Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros – NEAB/UFABC (SP); Núcleo Estadual de Mulheres Negras do Espírito Santo; Ocupação Cultural Jeholu (SP); ONDJANGO – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (RJ); Organização de Mulheres Negras Ativas (MG); Organização Luiza Mahin (BA); Pretas em Movimento (MG); Pré-Vestibular Popular +Nos (RJ); Processo de Comunidades Negras em Colombia; PVNC – Pré-Vestibular para Negros e Carentes (RJ); Quilombo Rio dos Macacos (BA); Rede de Historiadorxs Negrxs – Nacional; Rede de Mulheres Negras (PA); Rede de Mulheres Negras de Alagoas; Rede de Mulheres Negras de Pernambuco; Rede Nacional de Negras e Negros LGBT Rede Sapatá (PE); Rede Ubuntu de Educação Popular (SP); RENAFRO – Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras e Saúde; Sociedade Protetora dos Desvalidos (BA); Terreiro do Cobre (BA); Toco Filmes (SP); UNEafro Brasil – Nacional e UNEGRO – União de Negros pela Igualdade – Nacional.

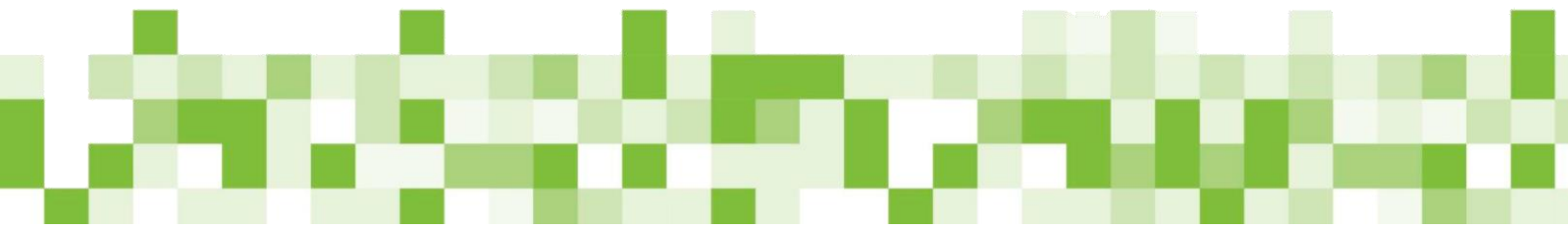
Em dezembro, foram reportadas novas violações de direitos humanos praticadas pelo Presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo. O documento abordava o desmonte de colegiados com a participação da sociedade civil, exclusão de nomes de lista sobre personalidades negras e negação do racismo no Brasil.

As informações foram enviadas à relatora especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada da ONU, Tendayi Achiume.

Sobre a participação social, o ofício informava que foram definitivamente extintos o Comitê de Dados Abertos e o Comitê Gestor do Parque Memorial Quilombo dos Palmares.

Outra medida reportada no documento foi a exclusão de nomes de personalidades negras de uma lista que é publicada desde 2011. Foram excluídos, entre 27 pessoas, nomes como Conceição Evaristo, Elza Soares, Gilberto Gil, Janete Rocha Pietá, Leci Brandão, Luislinda Valois, Martinho da Vila, Milton Nascimento, Vovô do Ilê e Zezé Motta.

O documento também destacava que, na mesma linha de silenciamento da história e da voz de negras e negros desapareceram do site da Fundação Cultural Palmares artigos sobre Zumbi dos Palmares, os abolicionistas Luís Gama e André Rebouças, a escritora Carolina de Jesus e muitos outros homens e mulheres negras de projeção na história.



No dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, Sérgio Camargo negou o racismo em uma rede social. “Não existe racismo estrutural no Brasil; o nosso racismo é circunstancial, ou seja, há alguns imbecis que cometem o crime”.

“Na sociedade brasileira existe um aumento de adesão a formas contemporâneas de fascismo e nazismo, tanto para extermínio da esquerda, quanto ao racismo e supremacia racial. Além dos discursos por parte de altas autoridades, que também manifestam expressões racistas”, ponderou o presidente da CDHM, Helder Salomão no documento enviado à ONU.

## Neonazismo



*Grupo faz manifestação com estética da Ku Kux Klan. Fonte: Repdução/Twitter*

Também em junho, foi enviado à ONU um relato sobre crescimento do neonazismo no Brasil. O documento foi destinado à Michele Bachelet, Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, e à E. Tendayi Achiume, Relatora especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada, um relato sobre o crescimento do neonazismo na sociedade brasileira.



O documento reportava ainda manifestações de caráter neofascista e racista por parte de autoridades e entrava no contexto do relatado acima, sobre o recrudescimento do racismo institucional através do aumento da letalidade policial da população negra.

A denúncia informava que, segundo mapeamento realizado pela antropóloga Adriana Magalhães Dias, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), existem 334 células nazistas no Brasil, com cerca de 5 mil membros ativos e 200 mil simpatizantes. A pesquisadora destacava que, se houvesse uma conspiração neonazista no Brasil hoje, seriam pelo menos 600 pessoas dispostas a cometer crimes graves.

Em julho, representantes da sociedade civil e parlamentares comunicaram a ONU sobre Covid-19 e racismo estrutural no Brasil, além de reportar manifestações neofascistas. Desta vez, os documentos foram enviados ao Grupo de Trabalho de Peritos sobre Pessoas de Origem Africana da ONU, relatando uma série de violações de direitos da população negra e sugerindo que o GT fizesse uma visita oficial ao Brasil para averiguar essas situações.

Os parlamentares e instituições da sociedade civil também informaram que a violência policial aumentou na pandemia. No estado de São Paulo, por exemplo, 2020 foi o ano com os piores números de letalidade policial no primeiro trimestre na história, com aumento de mais de 20% em relação ao mesmo período de 2019, e, no mês de abril, apesar do isolamento social, o número de pessoas mortas por policiais em serviço teve um aumento de 53% em relação ao mesmo período no ano de 2019, de 78 para 119.

O documento levou ao conhecimento do Grupo de Trabalho da ONU que trechos de um projeto de lei que previa fornecimento de cestas básicas, de água potável, materiais de higiene e limpeza, além de leitos hospitalares de UTI, ventiladores e máquinas de oxigenação sanguínea a povos quilombolas e indígenas foram vetados pelo presidente da República.

Assinaram os mesmos parlamentares e instituições da sociedade civil acima citados.

## Racismo estrutural

Em julho, instituições da sociedade civil e parlamentares comunicaram a ONU sobre Covid-19 e racismo estrutural no Brasil. O documento, com 123 assinaturas, foi enviado ao Grupo de Trabalho de Peritos sobre Pessoas de Origem Africana da ONU e pede que a instituição se manifeste sobre quais parâmetros internacionais o governo brasileiro deixa de cumprir ao não combater o racismo estrutural. O grupo relatou uma série de violações de direitos da população negra e sugeriu que o GT considere faça uma visita oficial ao Brasil.



Entre os números apresentados estavam que, no Brasil, 118,9 milhões de pessoas se declaram negras (pretos e pardos), o que corresponde a 56% da população, mas representam 74% das classes mais baixas (D e E) e 37% das classes mais altas (A e B). Os números faziam parte de um levantamento do Instituto Locomotiva para a Central Única das Favelas, intitulado “As faces do racismo”. Mais de 3 mil pessoas, entre 16 e 69 anos, responderam ao questionário entre os dias 4 e 5 de junho de 2020.

De acordo com a mesma pesquisa, trabalhadores não negros ganhavam em média 76% a mais que os negros e 66% dos trabalhadores tinham chefes brancos. Entre os trabalhadores brasileiros, 46% diziam ter pouca ou nenhuma diversidade de raça ou cor na empresa em que trabalham, entre os trabalhadores negros, 68% tinham essa percepção.

Com relação a sofrer preconceito, discriminação ou humilhação e deboche por causa da cor ou raça dentro do ambiente de trabalho, 36% dos brasileiros responderam que conhecem alguém que já passou por isso, comparados a 76% dos brasileiros negros.

Quando questionados sobre a influência da cor da pele no tratamento recebido pela polícia e nas chances de estudar e de trabalhar, 94% acreditam que os negros têm mais chances de serem abordados de forma violenta pela polícia e de serem mortos pelas forças policiais; 91% reconheceram que brancos teriam mais chances de conseguir emprego e 85% admitem que pessoas brancas teriam mais chances de fazer uma faculdade.

“As faces do racismo” mostrou, ainda, que a população negra sentiu mais os efeitos econômicos do coronavírus do que os não negros, especialmente quanto à diminuição da renda (73% versus 60%), não pagamento de contas (49% versus 32%) e perda de emprego, próprio ou de alguém próximo (36% versus 28%). E quatro em cada dez brasileiros negros afirmaram que faltou dinheiro para comprar comida durante a pandemia.

Também foi informado que, no contexto de pandemia, o racismo estrutural fica evidente no número de mortes pelo vírus. Levantamento feito pela Agência Pública em abril mostrou que há uma morte para cada três brasileiros negros hospitalizados por Covid-19, enquanto entre brancos a proporção é de uma morte a cada 4,4 internações.

Os parlamentares e instituições da sociedade civil também informaram que a violência policial aumentou na pandemia. No estado de São Paulo, por exemplo, 2020 foi o ano com os piores números de letalidade policial no primeiro trimestre na história, com aumento de mais de 20% em relação ao mesmo período de 2019, e, no mês de abril, apesar do isolamento social, o número de pessoas mortas por policiais em serviço teve um aumento de 53% em relação ao mesmo período no ano de 2019, de 78 para 119.

O documento levou ao conhecimento da ONU que trechos de um projeto de lei que previa fornecimento de cestas básicas, de água potável, materiais de higiene e limpeza, além de leitos hospitalares de UTI, ventiladores e máquinas de oxigenação sanguínea a



povos quilombolas e indígenas foram vetados pelo presidente da República.

## Peritos da ONU

Em outubro, o Grupo de Trabalho de Peritos sobre Pessoas de Origem Africana apresentou um documento, durante da 45ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, sobre aspectos da desigualdade racial no Brasil.

Para os experts, no Brasil, a expulsão de moradores das favelas foi progressiva durante a pandemia, e os altos índices de desemprego devido ao coronavírus também trouxeram consigo um número notável de moradores de rua e a criação de novas favelas.

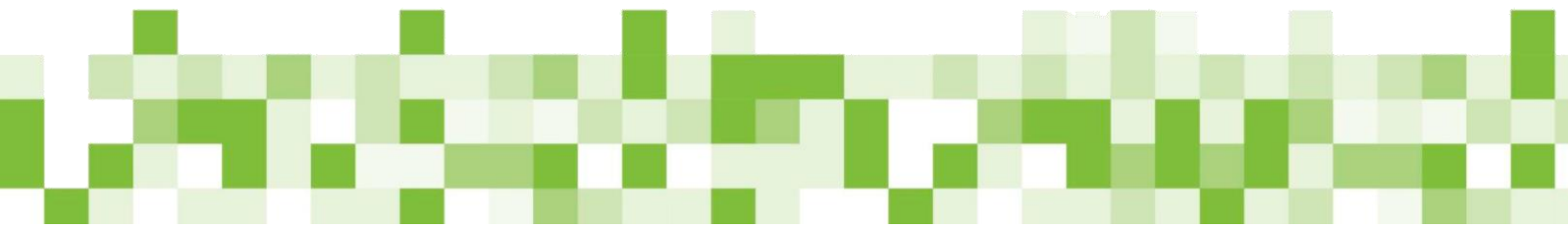
Os peritos pontuam ainda que as prisões, no Brasil, tiveram pontos de alta prevalência para COVID-19, com altas taxas de infecção.

“A porcentagem de afrodescendentes tanto na população carcerária quanto entre aqueles que morreram de COVID-19 é desproporcionalmente alta. A falha em mitigar efetivamente o risco resultante em locais de detenção é uma questão de discriminação racial e justiça racial”, registraram.

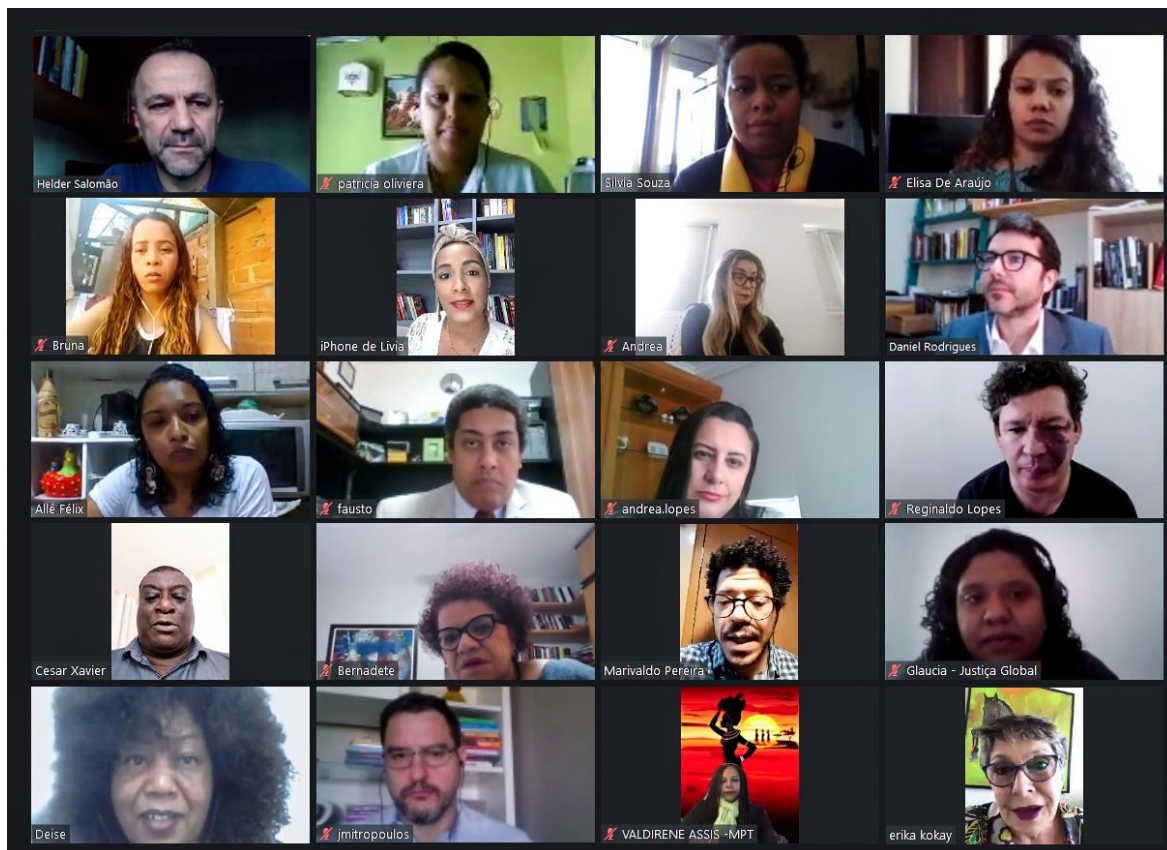
Em 30/6, parlamentares e entidades haviam se reunido com o Grupo de Trabalho de Peritos sobre Pessoas de Origem Africana do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Dominique Day (EUA), vice-presidente do Grupo, Ahmed Reid, presidente (Jamaica); Michal Balcerzak (Polônia); Sabelo Gumedze (África do Sul) e Ricardo A. Sunga III (Filipinas), ouviram as demandas dos parlamentares e das entidades presentes. O Grupo de Trabalho foi criado após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Relacionada, realizada em Durban em 2001. Entre as atribuições, os peritos estudam problemas de discriminação racial enfrentados pelos afrodescendentes vivendo na diáspora e propõem medidas e recomendações.

## Famílias, sociedade civil, parlamentares e MP se reúnem para debater medidas de combate à violência contra população negra

A presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) promoveu, em 23/7, reunião com o Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Racismo e Respeito à Diversidade Étnica e Cultura do Conselho Nacional



do Ministério Público, entidades da sociedade civil e familiares de vítimas de violência do Estado. Os participantes debateram, dentre outros temas, o aprimoramento do controle externo da atividade policial, umas das principais reivindicações dos movimentos de combate ao racismo.



A proposta do encontro teve como referência a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), de 2017, sobre as chacinas que aconteceram na favela Nova Brasília, no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro. No dia 18 de outubro de 1994, cerca de 40 policiais militares invadiram casas e assassinaram 13 pessoas, dentre elas quatro crianças. Em maio do ano seguinte, 14 policiais civis mataram 13 homens na mesma favela.

Atendendo ao disposto na sentença, o Conselho Nacional do Ministério Público editou a Resolução n. 201/2019, visando a adequar o controle externo da atividade policial.

Patrícia de Oliveira faz parte das organizações de familiares de vítimas da violência, é irmã de um sobrevivente da chacina da Candelária e lembra também da chacina de Acari. “Mães morreram sem saber onde estavam seus filhos, que simplesmente desapareceram. Nossos filhos estão mortos ou presos. Se houvesse controle externo da polícia a gente não estaria aqui hoje discutindo essas perdas. Os mesmos que fizeram a chacina de Acari são responsáveis por outras. Estamos em 2020 falando de violência do Estado, uma coisa que vem de muito tempo. O maior responsável é o Ministério Público, que não faz o controle externo. Os policiais acusados pela morte de João Pedro já tinham cometido outros crimes,



mas foram absolvidos sumariamente. A gente paga o salário dessas pessoas e temos que denunciar. Está na hora de cada um fazer o seu papel. O Ministério Público também tem as mãos sujas de sangue porque não toma atitude diante dos crimes da polícia”.

Marcos Vinícius Silva foi morto aos 14 anos na comunidade da Maré, no Rio de Janeiro, em 20 de junho de 2018, durante operação das forças de segurança que atuavam no estado intervenção no Rio. “Pedimos por ajuda e por força nessas investigações que não acontecem. Sem justiça, não há paz. Por causa da pandemia temos pais, mães e filhos desempregados. Mas estamos nos apoiando, somos nós por nós mesmos. Nossos mortos têm voz”, diz Bruna Silva, mãe do adolescente.

Alessandra Félix, representante das organizações de familiares de vítimas da violência do Estado, atua junto ao sistema prisional socioeducativo. “Aqui no Ceará a juventude tem muita dificuldade para existir, vivemos em territórios, num verdadeiro apartheid. Meninos são levados para varas da infância e juventude e já recebem a sentença de internação. Meu filho está numa cela com 22 pessoas, que comporta apenas dez. Temos que enfrentar a polícia e os grupos armados. Enchem as favelas de balas e querem que nasçam flores”.

Na madrugada de 23 de julho de 1993, mais de 40 crianças e adolescentes dormiam nos arredores da Igreja da Candelária, no centro do Rio, quando homens armados abriram fogo e oito morreram. O massacre ficou conhecido no mundo todo. No dia 26 de julho de 1990, onze jovens foram levados de um sítio em Suruí, município de Magé (RJ), por homens que se identificaram como policiais. Os corpos nunca foram encontrados. O episódio ficou conhecido como Chacina de Acari. O inquérito foi encerrado por falta de provas em 2010 e ninguém foi indiciado.

“É uma violência estrutural dentro do país do racismo estrutural. A Constituição é todo dia despedaçada e o Estado é o que mais viola. Temos um Projeto de Lei que acaba com os autos de violência, um resquício da ditadura. A impunidade enfraquece o estado democrático de direitos e naturaliza a violência”, afirma Erika Kokay (PT/DF).

Sílvia Souza, da Coalizão Negra por Direitos, destaca que o racismo atravessa este problema “de ponta a ponta, essa violência é um dos efeitos do racismo institucional, até dentro do próprio Ministério Público”. Ela sugere que seja feito algum procedimento para saber qual a situação de todos os inquéritos que investigam policiais.

Para Glaucia Marinho, da Justiça Global, “é urgente adotar medidas que freiem a ação violenta das policiais nas favelas, que é uma ação de extermínio do futuro da população negra e pobre”.

Reginaldo Lopes (PT/MG), que presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência Jovens Negros e Pobres, ressalta que “temos um modelo econômico que no ‘novo



normal' será mais desigual e isso vai aumentar a violência no Brasil, que tem cor e território. Ninguém tem autoridade para falar em segurança pública no país, é uma falência absoluta. Dos casos de letalidade policial, apenas 3% são resolvidos. Só temos caminho pela sociedade civil”.

A promotora de Justiça do estado da Bahia e coordenadora do GT, Lívia Maria Vaz, destaca a inclusão de núcleos de combate ao racismo nos ministérios públicos em vários estados. “Também orientamos todos os membros do MP a fiscalizarem os sistemas de cotas que tiveram a finalidade desviadas, com fraudes nas faculdades e concursos, por exemplo. Também incluímos que no mínimo de 20% de vagas nos concursos do Ministério para pessoas negras nos concursos. Outra iniciativa foi garantir a oitiva de familiares de vítimas ou testemunhas que não foram arroladas nos autos, na participação da criação de provas nos inquéritos”.

Valdirene Assis, do Ministério Público do Trabalho de São Paulo, afirma que “falta representatividade em todos os níveis do Poder Público e isso resulta na violência policial e no racismo estrutural. Precisamos unir esforços com todas as instituições aqui representadas e a criação de um fórum específico seria muito importante para esse diálogo social”.

Para Jaime Mitropoulos, procurador da República no Rio de Janeiro, “não basta ser antirracista, é preciso que as instituições e movimentos sociais também avaliem o que estão fazendo, precisamos de orçamento e, principalmente, transparência das instituições”.

“Temos cuidado com muito zelo deste tema. A colaboração de todos é muito importante. Há um crescimento da letalidade policial, casos se repetem, muitos ficam sem resposta e melhorar o controle externo das policiais é fundamental agilizar a votação de projetos de lei que ajudem a mudar esse quadro de impunidade e violência”, diz Helder Salomão, presidente da CDHM.

Também acompanharam o encontro Elisa de Araújo, da Conectas Direitos Humanos; Leonardo Santana, da Rede Justiça Criminal; Maria Bernadete Martins de Azevedo Figueiroa, procuradora de Justiça do Estado de Pernambuco; Luiz Fausto Dias de Valois Santos, promotor de Justiça do Estado de Sergipe; Rafael Osvaldo Machado Moura, promotor de Justiça do Paraná; Daniel Santos Rodrigues, do Conselho Nacional do Ministério Público; Andrea David, assessora especial e Andrea Nice Lino Lopes, procuradora do Trabalho, bem como assessores parlamentares do PSOL e dos deputados Paulo Teixeira (PT/SP) e Ivan Valente (PSOL/SP).



## 69 denúncias de execução sumária são enviadas à ONU



*Ingrid Mayara Oliveira Lima, morta em 2013 com 19 anos, Marcus Vinicius da Silva, morto em 2018 com 14 anos e Jeremias Moraes da Silva, morto em 2018 com 13 anos estão entre os 69 casos levados à ONU. Reprodução / Arquivos pessoais*

Os relatos foram encaminhados para Agnes Callamard, Relatora Especial para execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, abrangem o período de junho de 1999 até junho de 2020. Os casos foram descritos pelas famílias, que deram consentimento para que os casos fossem levados à ONU.

As vítimas foram [Magno Satiro Alves Gomes](#), [Thiago Henrique Moura Soares](#), [Maykon Douglas Ribeiro Lima](#), [Luis Cláudio Rodrigues](#), [Afonso Maurício Linhares](#), [Álef Souza Cavalcante](#), [Andreu Luiz da Silva de Carvalho](#), [Antônio Alisson](#), [Inácio Cardoso](#), [Bruno Soares de Souza](#), [Caio Daniel da Silva Lima](#), [Carlos Eduardo dos Santos Santo](#), [Davi Santos Fiuza](#), [Dennys Guilherme dos Santos Franco](#), [Diego Rodrigues Marttos](#), [Douglas Martins Rodrigues](#), [Fabrício dos Santos](#), [Felipe Santos Miranda](#), [Fernando Luiz de Paula](#), [Hugo Leonardo dos Santos Silva](#), [Igor Bernardo dos Santos](#), [Ingrid Mayara Oliveira Lima](#), [Jailton Vieira da Silva](#), [Jandson Alexandre de Souza](#), [Jardel Lima dos Santos](#), [Jeremias Moraes da Silva](#), [Jhonata Dalber Mattos Alves](#), [Jhonson Vinicius Ferreira Guimarães](#), [José Gilvan Pinto Barbosa](#), [Josenildo dos Santos](#), [Julio Cesar Menezes Coelho](#), [Leandro Pereira Assunção](#), [Leonardo de Souza Lima](#), [Lorran de Oliveira Gomes](#), [Lucas de Azevedo Albino](#), [Manoel dos Santos](#), [Márcio Lucas Gurtler](#), [Marcos Luciano Mozer de Souza](#), [Marcos Paulo Tavares da Cruz](#), [Marcus Vinicius da Silva](#), [Mateus Vieira de Jesus](#), [Matheus Djair Cavalcante de Oliveira](#), [Matheus Melo de Castro](#), [Maxwil de Souza dos Santos](#), [Pablo Henrique da Silva Rangel](#), [Patrício João Pinho Leite](#), [Paulo Alexandre Gomes](#), [Paulo Gabriel dos Santos](#), [Paulo Roberto Pinho Menezes](#), [Pedro Alcântara Barroso Nascimento Filho](#), [Pedro Henrique Nunes](#)

[de Moraes, Pedro Nacort Filho, Peterson Conti Senorelli, Rafael Medina Paulino, Renan Henrique da Silva Lucena, Renan Medina Paulino, Renayson Girão da Silva, Rodrigo do Carmo Tavares Raposo, Rodrigo Lima da Silva, Rômulo Oliveira da Silva, Thiago da Costa Correia da Silva, Thiago Marcos Damas, Thiago Santos da Hora Bento, Uanderson Novaes Ventura, Victor Hugo de Jesus Pires, Vitor Oliveira de Souza e Wilker Thiago Correia Osório.](#)

O perfil geral das vítimas é de homens jovens e pobres. Quase todos comprovada ou provavelmente executados pela polícia.

O [Atlas da Violência 2020](#), feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com dados do Ministério da Justiça, aponta que entre 2008 e 2018 a taxa de homicídios de negros no Brasil aumentou 11,5%, enquanto no mesmo período a taxa de assassinatos entre não negros caiu 12,9%.

Segundo o [Anuário de Segurança Pública](#), em 2018, 6.220 homicídios foram praticados por policiais, índice que cresce ano a ano. 11% das mortes violentas intencionais foram praticadas pela polícia naquele ano. São 17 pessoas por dia. Entre 2017 e 2018, o crescimento foi de 19,6%, mesmo diante da redução geral dos homicídios, latrocínios e dos crimes contra o patrimônio. Entre 2013 e 2018, ocorreu aumento de 180% nas mortes provocadas por policiais.

65 das denúncias foi resultado da luta e das organizações de familiares, como a Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas de Terrorismo do Estado. “Queremos apoio da ONU para que esses casos sejam investigados e para que não se repitam”, explicou o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Helder Salomão (PT/ES).

## Favela Nova Brasília e Caso João Pedro

Em maio, João Pedro Matos Pinto, um menino de 14 anos, morreu baleado dentro da casa do tio em São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, durante uma operação da Polícia Federal com apoio das polícias civil e militar do estado.

João Pedro brincava quando traficantes teriam pulado o muro para fugir da polícia e então o jovem foi atingido. O jovem foi resgatado por um helicóptero da Polícia Civil e levado até o grupamento de operações aéreas dos Bombeiros onde, segundo a corporação, já chegou morto. A família ficou sem informações e passou a madrugada fazendo buscas em hospitais e delegacias. O corpo foi encontrado no Instituto Médico Legal da cidade.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Helder Salomão (PT/ES), afirmou na época, ao então governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, ao Procurador-Geral de Justiça, José Eduardo Gussemé, ao Ministro de Justiça e Segurança Pública, André Luiz de Almeida Mendonça e para Domingos





Sávio Dresch da Silveira, responsável pelo Controle Externo da Atividade Policial na Procuradoria-Geral da República, que “a atuação policial não é apenas absurda aos valores do humanismo, do respeito e do bom-senso. É, também, contrária às normas. A letalidade da juventude negra é uma chaga vergonhosa, uma das mais graves violações de direitos humanos no Brasil”.

Para a advogada Silvia Souza, da Coalizão Negra por Direitos, o responsável pela morte de João Pedro foi o Estado do Rio de Janeiro. “Um resultado da nefasta necropolítica instalada e que não tem outro objetivo senão o de exterminar corpos negros”.

De acordo com a ONG Rio de Paz, 57 crianças foram mortas por balas perdidas no Rio de Janeiro entre 2007 e 2019. De maio de 2019 a maio de 2020, quatro crianças foram mortas em operações policiais no Rio de Janeiro.

O Anuário Brasileiro de Segurança indicou que no Brasil, só 2018, ocorreram mais de 57 mil mortes violentas intencionais, das quais 75,5% das vítimas eram pessoas negras.

O Anuário contabilizou, em fevereiro de 2021, o total de doze crianças mortas baleadas no estado do Rio de Janeiro em 2020.

O Atlas da Violência 2020, feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com dados do Ministério da Justiça, apontou que entre 2008 e 2018 a taxa de homicídios de negros no Brasil aumentou 11,5%, enquanto no mesmo período a taxa de assassinatos entre não negros caiu 12,9%.

Já o Anuário de Segurança Pública apontou que, em 2018, 6.220 homicídios foram praticados por policiais, índice que cresce ano a ano. Onze por cento das mortes violentas intencionais foram praticadas pela polícia naquele ano. São 17 pessoas por dia. Entre 2017 e 2018, o crescimento foi de 19,6%, mesmo diante da redução geral dos homicídios, latrocínios e dos crimes contra o patrimônio. Entre 2013 e 2018, ocorreu aumento de 180% nas mortes provocadas por policiais.

Em resposta, em junho, o Ministério Público do Rio de Janeiro anunciou que investigaria o “Caso João Pedro” em atendimento à sentença da “Favela Nova Brasília x Brasil”. A decisão foi comunicada à presidência da CDHM.

A decisão do MP fluminense tem como ponto de partida as chacinas que aconteceram na favela Nova Brasília, Complexo do Alemão, Rio de Janeiro. No dia 18 de outubro de 1994, aproximadamente 40 policiais militares invadiram casas e assassinaram 13 pessoas. Entre elas, quatro crianças. Em maio do ano seguinte, cerca de 14 policiais civis mataram 13 homens na mesma favela. A maioria dos tiros atingiram as vítimas na cabeça ou próximo ao coração.



A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre as chacinas saiu em 2017, que condenou o Brasil “por violar o direito à integridade pessoal, deixar de investigar e julgar os responsáveis e de oferecer proteção judicial aos familiares das vítimas”. De um total de 17 medidas sugeridas, apenas uma foi cumprida: a publicação, no Diário Oficial, do resumo da sentença. Até hoje ninguém foi responsabilizado.

## Caso João Beto: presidente da Comissão de Direitos Humanos pede urgência na investigação



*João Beto é espancado por seguranças do Carrefour em Porto Alegre. Fonte: Reprodução redes sociais*

O soldador de portões João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos e negro, foi espancado e morto por dois homens brancos, em 19/11, em uma unidade da Rede Carrefour, na zona norte da capital gaúcha. João Beto, como era conhecido, deixa mulher e uma enteada.

Os dois agressores trabalhavam como seguranças no supermercado. Eles foram presos em flagrante. Um deles é policial militar e foi levado para um presídio militar. O outro é segurança da loja e está em um prédio da Polícia Civil. Um deles não tem o registro

nacional para atuar na profissão, mas a polícia não informou qual dos dois. Ambos são funcionários de uma empresa terceirizada.

No dia 20, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) pediu, com urgência, prioridade na investigação do caso e a punição dos envolvidos. O documento foi enviado para Ranolfo Vieira Júnior, Secretário de Estado da Segurança Pública do Rio Grande do Sul e Fabiano Dallazen, procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul.

“É um homicídio trágico em um quadro sistêmico e intolerável. As imagens que circulam nas redes sociais são nítidas e mostram a absoluta desproporcionalidade nas agressões e indicam até mesmo a prática de tortura”, denuncia Helder Salomão.

Testemunhas relataram que o espancamento teria iniciado depois de desentendimento entre João e uma funcionária do supermercado, que chamou os seguranças do local para relatar o ocorrido. Ele foi levado para a entrada da loja e agredido até morrer. Uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) tentou reanimar João depois que foi espancado, mas ele morreu no local.

### **“O Carrefour errou, o Carrefour falhou”**

No dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, a Câmara dos Deputados criou uma comissão externa para acompanhar a investigação da morte do soldador João Alberto Silveira Freitas, conhecido pelos amigos como João Beto, que foi espancado até a morte, na véspera, por seguranças em uma loja da Rede Carrefour, em Porto Alegre (RS).

Em 3/12, a comissão externa ouviu o vice-presidente do Carrefour no Brasil, Stephano Engelhard. Ele pediu desculpas pelo ato de violência que culminou com a morte do trabalhador negro.

“O Carrefour errou, o Carrefour falhou. Tem alguma coisa que não funcionou no Carrefour. Vou deixar isso bem claro para que não haja dúvidas. Pode ser uma empresa terceirizada, mas a responsabilidade é nossa”, disse Engelhard, de acordo com reportagem da Agência Câmara.

O presidente da comissão, Damião Feliciano (PDT/ PB), afirmou que “nós, eu como coordenador, quero iniciar a fala dizendo que nós ficamos estarecidos com o que aconteceu no Carrefour. E repito que não é uma peculiaridade só do Carrefour. Outras empresas cometeram atitudes semelhantes. Mas nós vamos aqui tomar como uma questão simbólica por ter tido a morte de mais um corpo negro.

Stephano informou que a rede Carrefour já foi procurada por outras grandes empresas para a criação de uma campanha contra o racismo no país. Além disso, também



estaria sendo feita uma auditoria em todas as atividades para identificar os problemas que causaram a morte de João Alberto.

Também logo após a morte de João Beto, o presidente da CDHM pediu, com urgência, prioridade na investigação do caso e a punição dos envolvidos. O documento foi enviado para Ranolfo Vieira Júnior, Secretário de Estado da Segurança Pública do Rio Grande do Sul e Fabiano Dallazen, procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul.

“É um homicídio trágico em um quadro sistêmico e intolerável. As imagens que circulam nas redes sociais são nítidas e mostram a absoluta desproporcionalidade nas agressões e indicam até mesmo a prática de tortura”, denunciou Helder Salomão.

Além de Damião Feliciano, fazem parte da comissão externa Benedita da Silva (PT/RJ), Bira do Pindaré (PSB/MA), Silvia Cristina (PDT/RO)RO), Áurea Carolina (PSOL/MG), Vicentinho (PT/SP), Orlando Silva (PCdoB-SP) e Maria do Rosário (PT/RS).

Maria do Rosário, que também participou do encontro de hoje, destaca que “não estamos buscando só uma resposta imediata. O que nós queremos ter certeza é de que esse crime, verdadeiramente um crime, não fique impune, e que a responsabilidade não seja verificada só sobre aquelas pessoas que têm a responsabilidade imediata e direta sobre o crime. Mas, realmente, sobre o que as empresas fazem”.

## 21 deputados pedem criação de grupo de trabalho para elaborar agenda legislativa contra o racismo e violência contra a população negra

*Foto: Brasil de Fato*





*Manifestação sobre o aumento da violência policial em favelas do Rio de Janeiro, maio de 2019*

Os parlamentares argumentam, no requerimento 2028/2020, apresentado em agosto, que o “racismo presente e persistente na sociedade brasileira, denunciado desde sempre pelos movimentos negros e outros setores políticos comprometidos com a pauta racial, tem sido confirmado, para além da dúvida razoável, em pesquisas que apontam para desvantagens como as salariais, de rendimentos e de escolaridade entre negros e brancos no Brasil, mesmo quando controlados outros fatores para além do racismo que poderiam explicar este quadro”. Em 2017, a população negra foi vítima de mais de 75% dos homicídios praticados no Brasil e, igualmente, vítimas de cerca de 75% dos assassinatos cometidos por agentes do Estado.

No requerimento, o grupo ressalta que “diante da gravidade das situações emergentes dos racismos ainda institucionais e mesmo estruturais na realidade brasileira e das próprias obrigações legislativas assumidas pelo Brasil perante a comunidade internacional, faz-se necessário que esta Casa aja de forma articulada e destacada para fazer a parte que lhe cabe neste quadro”.

Assinam o requerimento Helder Salomão (PT/ES), Reginaldo Lopes (PT/MG), Maria do Rosário (PT/RS), Carlos Veras (PT/PE), Paulo Teixeira (PT/SP), Vicentinho (PT/SP), Padre João (PT/MG), Valmir Assunção (PT/BA), Erika Kokay (PT/DF), Patrus Ananias (PT/MG), Frei Anastacio Ribeiro (PT/PB), Benedita da Silva (PT/RJ), Túlio Gadêlha (PDT/PE), Bira do Pindaré (PSB/MA), Orlando Silva (PCdoB/SP), Marcelo Freixo (PSOL/RJ), Glauber Braga

(PSOL/RJ), Ivan Valente (PSOL/SP), Camilo Capiberibe (PSB/AP), David Miranda (PSOL/RJ) e Áurea Carolina (PSOL/MG).

## Dezenove deputados pedem ao TCU fiscalização sobre o cumprimento das leis que incluem temáticas afro e indígenas no currículo escolar

Arte: Ministério Público do Piauí



A solicitação feita em 13/7 ao Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro José Múcio Monteiro Filho, pede que fiscalize o que já foi feito pelo governo federal e pelos governos estaduais e municipais para a implementação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 nos sistemas de ensino da União e dos demais entes federados. Essas Leis incluíram a História dos Povos Indígenas e a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo oficial da rede de ensino, modificando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Entre os questionamentos está se há formação continuada dos professores da educação básica para qualificar o corpo docente para o trabalho interdisciplinar do tema História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e dos Povos Indígenas em sala de aula; produção de material didático para o aluno e de apoio pedagógico para o professor sobre

essa temática; incentivos à pesquisa acadêmica em áreas relacionadas ao conteúdo das Leis e a realização de concursos, editais e congêneres voltados a esses temas.

O documento lembra que a atual gestão extinguiu a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), criada em 2003, que também fiscalizava a implementação das duas Leis. Uma das ações entre o MEC e a Seppir era o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Os parlamentares pedem informações sobre a existência de monitoramento e relatórios acerca das diretrizes que foram implantadas naquele período.

“Passaram dezessete anos da promulgação da Lei, precisamos saber o que efetivamente foi realizado para garantir sua implementação no cotidiano da vida escolar”, diz o documento. Os parlamentares acrescentam que “sabemos que há diferentes realidades educacionais em um país como o nosso, marcado por gritantes desigualdades sociais, e por causa disso o MEC tem um papel crucial para que a Lei seja realmente cumprida”.

Os parlamentares destacam no documento que a Lei “representou avanço significativo na tentativa de superação das desigualdades sociais no que se refere à questão étnico-racial. A nosso ver, ao lado de outras importantes medidas de combate ao racismo estrutural, esse dispositivo legal constitui um importante passo na adoção de políticas públicas de ação afirmativa, destinadas à construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e plural”.

Os deputados também apresentaram requerimento de informações ao MEC e ao Conselho Nacional de Educação.

Assinam o documento Helder Salomão (PT/ES), presidente da CDHM; os vice-presidentes do colegiado Padre João (PT/MG), Túlio Gadêlha (PDT/PE), e Camilo Capiberibe (PSB/AP); Benedita da Silva (PT/RJ), presidente da Comissão de Cultura e da Frente Parlamentar Mista Brasil-África com Participação Popular de Enfrentamento ao Racismo; Áurea Carolina (PSOL/MG), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais com Participação Popular; Erika Kokay (PT/DF), presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos e da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana; Maria do Rosário (PT/RS), presidenta da Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Professora Rosa Neide (PT/MT), da Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública e em Respeito ao Profissional da Educação; Talíria Petrone (PSOL/RJ), presidente da Frente Parlamentar com Participação Popular Feminista e Antirracista; Bira do Pindaré (PSB/MA), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Quilombolas; Marcelo Freixo (PSOL/RJ), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da



Democracia e dos Direitos Humanos com Participação Popular; Patrus Ananias (PT/MG), secretário-geral da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional; Carlos Veras (PT/PE), da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos; David Miranda (PSOL/RJ); da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com Participação Popular; Frei Anastácio(PT/PB), da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana; Paulo Teixeira (PT/SP), da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos; Valmir Assunção (PT/BA), da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais com Participação Popular e Vicentinho (PT/SP), do Parlamento Internacional pela Tolerância.

## Dia da Consciência Negra: governo federal não executa programas de combate ao racismo e violência, corta recursos para saúde, bolsas de estudos e quilombolas

O relatório técnico preliminar “Direitos da População Negra e Combate ao Racismo” foi feito pelas Consultorias Legislativa e de Orçamento, para dar subsídios ao Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal, uma parceria entre a Câmara e Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos

De acordo com o estudo, solicitado por Helder Salomão (PT/ES), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), o governo federal não tem executado grande parte de programas voltados ao combate do racismo e violência contra a população negra e à outros grupos em situação de vulnerabilidade.

O Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens, por exemplo, que é previsto na Lei 13.675 de 2018, nunca foi implementado. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, esta iniciativa, que faz parte do “Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social” estaria “em processo de revisão na Coordenação-Geral de Políticas para a Sociedade”.

O Relatório informa que O “Juventude Viva”, principal programa de prevenção e combate ao homicídio de jovens do Governo Federal, foi descontinuado em 2019. O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos diz que o programa está em “em fase de reformulação”. O Plano contou com apoio da Organização das Nações Unidas Para Educação (Unesco), para uma nova edição do Índice de Vulnerabilidade Juvenil, que serviria como instrumento da política.

Segundo o Atlas da Violência 2020, quase 31 mil jovens entre 15 e 29 anos foram mortos em 2018. Cerca de 54% dos registros. O levantamento mostra ainda que os casos de homicídio de pessoas negras (pretas e pardas) aumentaram 11,5% em uma década, já o percentual entre não negros teve queda de 12,9%.





O Decreto n. 9.489, de 30 de agosto de 2018, estabeleceu que o Ministério da Justiça e Segurança deveria “instituir mecanismos de registro, acompanhamento e avaliação, em âmbito nacional, dos órgãos de correição”. O Relatório aponta que essa atribuição não foi, até agora, executada.

Já o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, lançado em 2005, que trazia novas formas na gestão de pessoas, que combatiam discriminações e desigualdades de gênero e raça no ambiente de trabalho, está suspenso desde o final de 2018. Segundo a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, deve haver uma nova edição do Programa, mas não há cronograma.

O documento também indica que a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) não está sendo implementada na prática pelo menos desde 2019. Pelas respostas enviadas pelo Ministério da Saúde não foi citada qualquer iniciativa relevante no âmbito da política nos anos de 2019 e 2020. O Relatório afirma que, além disso, ficou depreendido das respostas que hoje não há coordenação, monitoramento e avaliação da política.

Tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 3887 de 2020, do governo federal. A iniciativa cria a “Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços – CBS”, e extingue as isenções de PIS e COFINS às instituições particulares que participam do Prouni. O PL não prevê uma isenção da nova contribuição. Isso significa menos bolsas de estudos em universidades privadas, se o Projeto de Lei for aprovado como está.

O Relatório aponta que os recursos executados no âmbito do programa de Bolsas Permanência nas Universidades caíram de 172.229.136 milhões em 2017 para 162.931.100 milhões em 2019. Os financiamentos através do Fies (Programa de Financiamento Estudantil também diminuíram. Em 2017 foram concedidos 176 mil financiamentos. Em 2019 apenas 85 mil.

Para as políticas públicas voltadas aos quilombolas, os recursos executados caíram de cerca de 26 milhões em 2014, para pouco mais de 5 milhões em 2019. Para 2020, o executivo ainda extinguiu a ação de Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais. O orçamento executado para titulação de terras quilombolas, caiu de aproximadamente 23 milhões de reais em 2014 para 3 milhões em 2019.

A Fundação Cultural Palmares teve o orçamento drasticamente reduzido. Em 2012 foram executados cerca de 6,5 milhões de reais nas políticas da Fundação. Em 2019, o valor caiu para 837.718 mil reais. Até o final de setembro a Fundação executou menos da metade do dinheiro empenhado para 2020.



No mesmo caminho, também foram reduzidos os recursos para a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR). Em 2012 foram executados cerca de 5 milhões de reais. No ano passado, pouco mais de 800 mil reais.

Na SNPIR também foi extinto, através de decreto do governo federal, o Comitê de Articulação e Monitoramento do PLANAPIR (Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial).

Já Ministério da Economia extinguiu o Fórum Interconselhos, criado pelo antigo Ministério do Planejamento e da Secretaria-Geral da Presidência da República, que monitorava, junto com a sociedade civil, agendas transversais como o combate ao racismo, nos planos plurianuais. O Ministério informa que a política foi encerrada em 2018. Essa iniciativa foi premiada pela ONU com o United Nations Public Service Awards em 2014.

“Os achados do estudo técnico são gravíssimos. Estamos vivendo no Brasil um momento de muitos retrocessos, o governo destrói conquistas já feitas. É um conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo ao racismo”, avalia o presidente da CDHM, Helder Salomão.

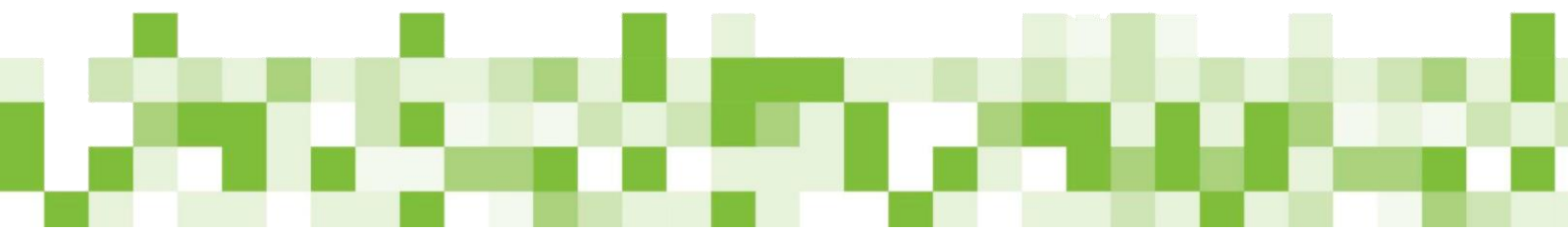
## Ameaças a vereador de Porto Alegre

No dia 1º de janeiro de 2021, durante a posse dos vereadores em Porto Alegre (RS), Matheus Pereira Gomes (PSOL), negro, vereador eleito, permaneceu sentado durante a execução do hino do Rio Grande do Sul, em forma de protesto. Para o parlamentar, a letra do hino contém trechos racistas, como: “Mas não basta ser livre/ ser forte, aguerrido e bravo/ povo que não tem virtude/ acaba por ser escravo”.

O ato teve grande repercussão no estado e o vereador passou a ser alvo de ataques publicados nas redes sociais. São ofensas, ameaças e injúrias, usando palavras depreciativas quanto a cor da pele, cabelo e feições dele.

“Este sujeito tem é que tomar uma surra de facão para respeitar o hino do nosso estado será que ele é gaúcho se ele é, é muito mole não conhece nossa tradição laço nele”, diz uma das postagens. Outras: “Olha a cor”, “Por essa e outra q já passou da hora da minoria se comportar como minoria. A culpa é nossa q deixamos alguns vermes como este se elevar” e “Só olha a lata pra ver q é uma imundícia” (sic).

Em 5/2/2021, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Helder Salomão (PT/ES) pediu ao governador gaúcho, Eduardo Leite (PSDB), providências rigorosas para garantir a proteção, integridade física e a imediata apuração dos atos contra o vereador. O caso foi apresentado à presidência da CDHM por Fernanda Melchiona (PSOL/RS).



Com o mesmo teor, também foram enviados ofícios para Fabiano Dallazen, procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul e para Márcio Bins Ely (PDT), presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.

## Caso Amarildo: presidência da CDHM pede explicações ao governador do Rio de Janeiro sobre reintegração de major da PM condenado por torturar e matar o pedreiro

“Amarildo, pedreiro, negro e de periferia. O ato de reintegração do major, antes mesmo de cumprida sua pena, e a possibilidade de retorno às mesmas atividades policiais de antes, é um recado da conivência institucional com o racismo estrutural e com a letalidade policial”, denuncia o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES).

No dia 14 de julho de 2013, Amarildo de Souza desapareceu na comunidade da Rocinha, no Rio de Janeiro. De acordo com investigações do Ministério Público, o ajudante de pedreiro foi levado para a base da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do local pela Polícia Militar. Os policiais achavam que o trabalhador sabia onde estariam traficantes.

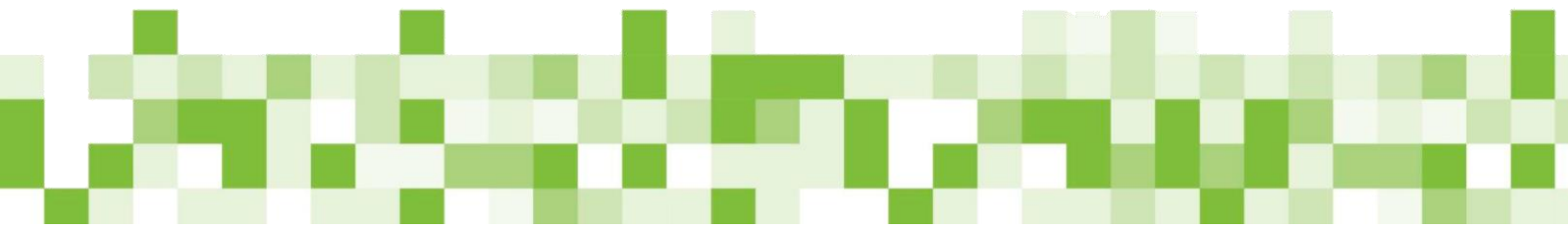
A Justiça concluiu que Amarildo foi torturado até a morte. O corpo dele não foi encontrado até hoje.

Em 2016, treze PMs foram condenados no caso por tortura seguida de morte, ocultação de cadáver e fraude processual. Um deles já havia morrido quando saiu a condenação.

O major Edson Raimundo dos Santos, que comandou a operação, foi condenado, a treze anos de prisão, continuou ligado à PM e cumpre pena em liberdade condicional desde 2019. No período seguiu recebendo o salário, totalizando a quantia de 23 mil reais em 2019.

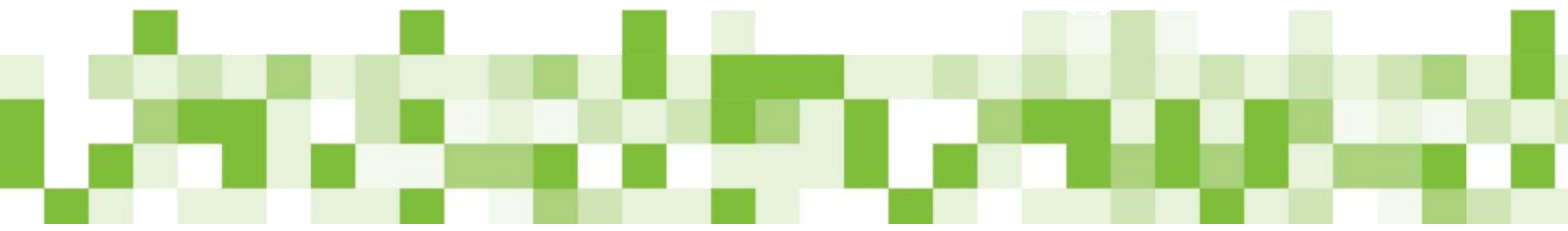
No dia 29 de janeiro, o Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro publicou a reintegração do major. Oito anos antes do fim da pena, o major retorna ao quadro de oficiais da Polícia Militar.

Em 12/2, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Helder Salomão pediu explicações ao governador em exercício do Rio de Janeiro, Cláudio Bomfim de Castro e Silva, sobre a reintegração e que ela seja “reavaliada a partir do Estatuto do Policial Militar e dos direitos fundamentais à segurança



e à moralidade no serviço público”. O pedido de atuação da presidência da CDHM no caso foi feito por Nilto Tatto (PT/SP).

No documento, a presidência da CDHM ressalta que “a violência policial, agravada no contexto de pandemia levou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a expressar “profunda preocupação com os registros históricos de ações policiais violentas registradas no Brasil, (...). A CIDH reforçou a importância de que seja implementada “uma política de segurança pública cidadã, (...) com erradicação da discriminação racial histórica que resulta em níveis desproporcionais de violência institucional contra pessoas afrodescendentes e populações em situação de pobreza”.



# Defensores de direitos humanos

## Reassentamento de famílias na região do massacre de Pau D'Arco

*Foto: Antonio Carlos / ONG Repórter Brasil*



*Sepultamento das vítimas do massacre em Pau D'Arco*

Em 2017, dez agricultores sem-terra morreram durante uma chacina na Fazenda Santa Lucia, no município de Pau D'Arco, no sul do Pará. A área de quase seis mil hectares foi batizada, naquele ano, como acampamento Jane Júlia, em homenagem a única mulher entre as vítimas da chacina. Desde então, a CDHM acompanha a situação de cerca de 200 famílias que ocupam a área desde 2013 e que, agora, estão na iminência de serem despejadas sem qualquer plano de remoção. Há 5 dias a justiça determinou a reintegração de posse da área.

Em 21/1, a presidência da CDHM enviou ofício ao governador do Pará, Helder Zehluth Barbalho, solicitando providências para que, antes de qualquer operação de despejo, seja feito um planejamento de remoção e reassentamento dessas famílias, com o suporte operacional necessário. O presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), pede

ainda informações sobre possíveis violações de direitos humanos e que ações o governo do estado desenvolveu para combater essas situações.

“Além da falta do plano de remoção e reassentamento, um mandado de reintegração foi expedido dia 16 de janeiro, que vai contra tratados internacionais sobre garantias de direitos humanos e medidas preventivas em situações de conflitos fundiários coletivos rurais e urbanos”, explica Salomão.

Ofícios com o mesmo teor também foram enviados ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, Vara Agrária de Redenção, Defensoria Pública do Estado do Pará, Ministério Público e Tribunal de Justiça do estado.

Segundo informações da Comissão Pastoral da Terra (CPT), as famílias do acampamento “têm um histórico de muita violência e sofrimento, causando sérios danos sociais, com os dois despejos anteriores e o massacre que ceifou 10 vidas, e deixou traumas para os sobreviventes”.

Os donos da fazenda Santa Lúcia já haviam aceitado vender as terras para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no valor de 22 milhões de reais. Porém, de acordo com os proprietários, por causa da demora da avaliação e da negociação pelo Incra, desistiram da venda.

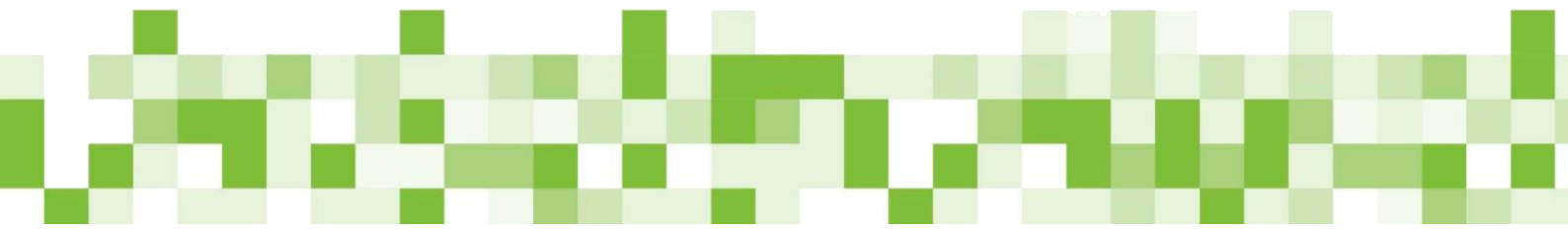
Uma capela foi construída no local do massacre.

## Agressão a jovens e ameaças ao padre Júlio Lancelotti

Em 4/2, o padre Júlio Lancelotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo e defensor de direitos humanos, sofreu mais uma ameaça por parte de agentes da segurança pública do estado. De acordo com o religioso, jovens acolhidos pela Pastoral foram agredidos por policiais que teriam enviado um “recado” em tom ameaçador. Segundo Lancelotti, os jovens foram agredidos enquanto policiais diziam “você são protegidos daquele padre que defende bandido, avisem a ele que a hora dele vai chegar”. Lancelotti denunciou a violência na corregedoria da polícia acompanhado de advogada e dos jovens agredidos. Houve reconhecimento fotográfico.

Em 5/2 o Presidente da CDHM enviou ofício ao governador de São Paulo João Dória, ao procurador-geral de Justiça de São Paulo, Gianpaolo Smanio e ao corregedor-geral da Polícia Militar, coronel Marcelino Fernandes da Silva. Nas correspondências, Helder Salomão pediu a apuração rigorosa do caso, a aplicação das sanções legais cabíveis e informações sobre as providências tomadas pelo executivo e judiciário paulistas.

“O acirramento da criminalização de lutas sociais e o desmonte de políticas públicas mostram que o Estado tem sido o principal violador de direitos humanos. Padre Júlio tem



uma luta que deve continuar, porque demonstra a existência de uma rede de proteção aos direitos humanos”, afirma Salomão.

“Esses jovens foram agredidos à noite, como sempre acontece. Eles batem nas pessoas, fazem acusações, levaram para a delegacia. É uma verdadeira tortura contínua”, contou hoje Júlio Lancelotti à revista Fórum. De acordo com o padre as ameaças são recorrentes, tanto pela Guarda Civil Metropolitana quanto da Polícia Militar.

Em novembro de 2018 a CDHM também atuou em outra agressão sofrida pelo defensor de direitos humanos. Na época, o então presidente do colegiado, Luiz Couto (PT/PB), encaminhou pedidos de informações ao procurador-geral de Justiça de São Paulo, Gianpaolo Smanio e Máximo Barbosa Sílvia, na época secretário de Segurança Pública do estado.

Na ocasião, Lancelotti foi agredido durante uma ação policial na região central de São Paulo, chamada Cracolândia. Além de usuários de drogas que estavam no local, os policiais teriam usado violência contra moradores em situação de rua e agentes da Pastoral de Rua. De acordo com o religioso, durante a operação foram ditas frases como “nós não mataremos vocês, mas os exterminaremos até o Natal deste ano, podem esperar e inclusive o padre que defende vocês”.

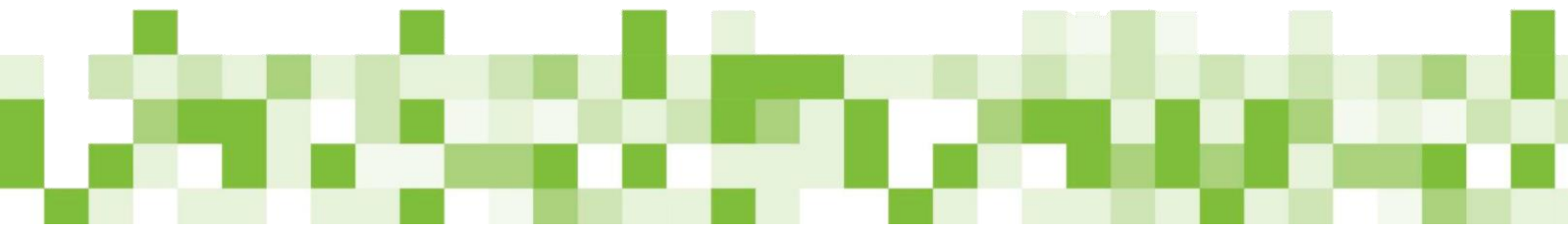
## Assassinato de militante do MTST

Na noite de 4/3, o ativista social pelo direito à moradia Daniquel Oliveira Silva foi morto com um tiro na nuca enquanto fazia o concerto de um ponto de luz na ocupação Fidel Castro, em Uberlândia (MG). Daniquel era integrante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. De acordo com testemunhas, ele foi atingido por policiais que estavam numa viatura e chegaram ao local procurando pelo líder. A Polícia Militar afirma que, ao localizarem Daniquel, em um matagal, ele estava armado e apontado a arma para os policiais. Neste momento houve tiroteio. A versão da polícia é contestada pelo MTST.

Com Daniquel estava Adilson da Silva, também da ocupação Fidel Castro. Testemunhas relatam que ele foi preso e ameaçado de morte.

Já na sexta-feira (5/2) a CDHM enviou ao procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet, e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, general Mário Araújo, ofícios solicitando providências na apuração do caso. A CDHM pede a apuração das denúncias de excessos na ação policial e sobre a possível participação da PM na morte de Daniquel.

“Mais uma vez a CDHM recebeu denúncia de que a violência policial desmedida acaba em morte. Segundo relatos, Daniquel estava algemado quando foi alvejado pela



polícia. Essa versão precisa ser apurada com rigor. O Estado brasileiro ser conivente com crimes cometidos por agentes públicos”, afirma Helder Salomão (PT/ES), presidente da CDHM.

### **Histórico**

Em setembro do ano passado, a CDHM fez diligência para apurar denúncias de violação de direitos humanos e ameaças de morte em acampamentos do MTST na mesma região. A Comissão esteve nos acampamentos Beira Rio e Arco Iris. Em 2019 o Movimento denunciava um agravamento dos conflitos na macrorregião do Triângulo Mineiro, com aumento do número de lideranças ameaçadas, falta de assistência do poder público e risco de iminente despejo.

## Tortura e ameaças de morte contra pescadora tradicional em Pernambuco

Foto: CPT



*Maria Nasareth dos Santos*





A Comissão Pastoral da Terra (CPT) apresentou denúncia de que a pescadora Maria Nasareth dos Santos foi alvo de agressões de ameaças de morte feitas por policiais militares. Maria trabalha nos manguezais do Rio Sirinhaém, que corta o Sudoeste pernambucano.

A ação ocorreu em 12 de março e, de acordo com a CPT, duas viaturas da PM com oito policiais armados e três deles encapuzados foram ao local onde Maria costuma pescar no município de Sirinhaém.

Ainda de acordo com a CPT, durante a abordagem, os policiais arrastaram a trabalhadora para dentro de uma barraca, onde a agrediram com tapas no rosto, amarraram suas mãos, taparam sua boca com um pedaço de pano e a sufocaram com uma sacola plástica. A operação teria durado cerca de 30 minutos e terminou com ameaças de morte se houvesse denúncia da violência.

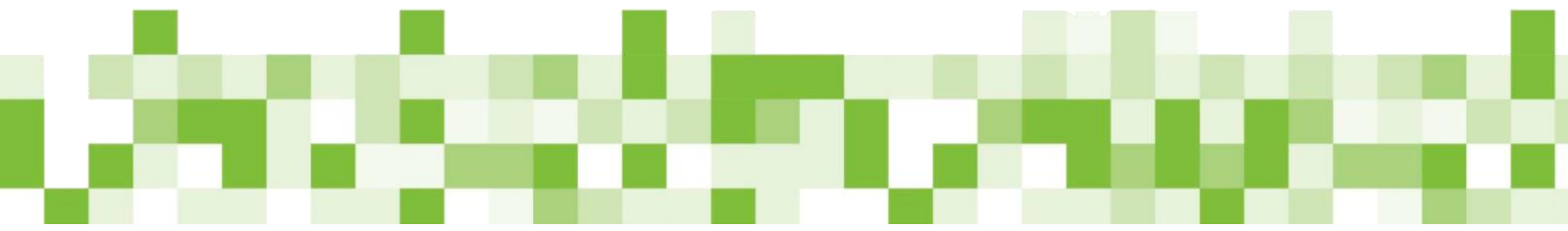
Maria Nasareth também registrou que, dias antes, teria visto os mesmos policiais circulando pela área na companhia de empregados da Usina Trapiche. A usina produz cerca de dois milhões de sacas de açúcar refinado e pertence ao Grupo Brennand. A pescadora é uma liderança social com atuação em defesa dos direitos das comunidades tradicionais.

Em 19/3, o Presidente da CDHM solicitou ao governador de Pernambuco, Paulo Câmara, ao procurador-geral de Justiça do estado, Francisco Dirceu Barros e para ao secretário de Estado de Defesa Social, Antônio Vieira Cavalcante, rigor na apuração dos fatos, a identificação dos policiais envolvidos e a adoção das medidas administrativas e criminais cabíveis no caso. A Comissão pediu também ações de proteção que garantissem a integridade física de Maria Nasareth.

## Assassinato de dois trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul

Na noite de 30/04, dois integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram assassinados no Assentamento Santa Rita de Cássia II, em Nova Santa Rita (RS), na região metropolitana de Porto Alegre. As vítimas foram Adão do Prado, de 59 anos, e Airton Luis Rodrigues da Silva, 56. Os dois faziam parte do Movimento desde o ano 2000.

De acordo com relatos de camponeses do MST, os dois estavam na casa de Adão quando homens armados chegaram ao local de carro e executaram Adão e Airton na frente de familiares. Ainda não há informações sobre a autoria e o que motivou os assassinatos.



E, 2/5, o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), pediu ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Ranolfo Vieira Júnior, e ao Procurador-Geral de Justiça do estado, Fabiano Dallazen, agilidade na apuração dos homicídios.

Em nota, o MST “repudiou qualquer ato de violência, pede investigação das causas e punição dos culpados”. E afirma que Adão e Airton “participaram ativamente da vida comunitária, da produção agroecológica e sempre foram solidários. O MST se solidariza com familiares e amigos das vítimas e exige justiça”.

### **Produção de arroz no assentamento**

Os assentamentos Santa Rita de Cássia I e II são conhecidos pela produção de arroz orgânico. Os agricultores familiares cultivam o grão na região e em outros 13 assentamentos gaúchos há 20 anos. A cadeia produtiva envolve oito cooperativas e 364 famílias. Na safra 2019/2020, a estimativa é que sejam colhidas cerca de 15 mil toneladas do alimento. Toda a produção é certificada.

O Assentamento Santa Rita de Cássia II foi criado em 2005. É formado por famílias, em grande parte vindas das regiões Norte gaúcha e Metropolitana de Porto Alegre. Além de pequenos agricultores de Santa Catarina, Paraná, Pernambuco e Pará.

## **Assassinato na Paraíba**

Em 17/5, na praia de Jacarapé em João Pessoa (PB), foi localizado o corpo de Gabriel Taciano, de 34 anos. Ele era filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e defensor da causa LGBTQI+ com longa atuação em defesa dos direitos humanos. O corpo tinha marcas de tiros e facadas.

Helder Salomão (PT/ES), pediu a Jean Bezerra Nunes, secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social da Paraíba, que seja feita uma rigorosa apuração do caso e as adoções das medidas para identificar as circunstâncias e os culpados do crime.

“O Brasil é líder mundial de crimes lgbtfóbicos. Não temos números oficiais, mas o Grupo Gay da Bahia registrou, em todo país, 297 homicídios em 2019. Já a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais, em um estudo semelhante apenas com pessoas trans, tem o dado de que no ano de 2019 foram 124 assassinatos desta população”, informa Salomão.

### **Prisão de suspeito**

Um homem suspeito pela morte de Gabriel foi preso. Segundo a Polícia Militar, o suspeito de 23 anos estava em uma casa no bairro do Cristo, onde também foi encontrada



a motocicleta de Gabriel. Na Delegacia de Homicídios da capital paraibana, o suspeito teria confessado o crime e alegou que a motivação foi uma dívida de 500 reais. Ele foi preso em flagrante delito por “crime de homicídio triplamente qualificado por motivo fútil, sem defesa da vítima e com uso de requintes de crueldade”.

## Apoio à juíza Valdete Severo

O presidente e os vice-presidentes da CDHM enviaram, em 29/7, ofício ao presidente Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, manifestando solidariedade à juíza Valdete Severo, presidente da Associação dos Juizes para a Democracia. No último dia 20, a juíza publicou no site "Democracia e Mundo do Trabalho em Debate" um artigo que é alvo de críticas. Nele, a magistrada fala de "política genocida no Brasil em 2020" a partir do enfrentamento à epidemia.

A conduta de Valdete Severo foi contestada pelo Corregedor Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, que instaurou um pedido de providências para que a juíza prestasse informações a respeito do artigo. O corregedor afirma que a conduta pode caracterizar infração aos deveres dos magistrados de acordo com a Loman (Lei Orgânica da Magistratura Nacional) e com o Código de Ética da Magistratura.

Em um dos trechos do artigo, a juíza afirma que “enquanto quem ocupa o cargo de Presidente adota essa postura, outros sujeitos que estão em posição de poder também atuam fortemente para aprovar regras que majoram jornada, reduzem salário, retiram direitos, atingem populações originárias, destroem o ambiente. Regras propostas pelo Executivo, chanceladas pelo Parlamento e ratificadas pela cúpula do Poder Judiciário. (...) Eis porque é possível falar de uma política genocida no Brasil hoje. O governo segue, em meio à pandemia, não apenas editando regras que concretamente pioram a vida das pessoas, impedindo-as, em alguns casos, de continuar vivendo, como também deliberadamente deixando de aplicar recursos de que dispõe, no combate à pandemia”.

O documento enviado à Toffoli afirma solidariedade à juíza “não só porque seu texto é correto em todos os seus termos, mas também porque os magistrados não podem ser cerceados de se pronunciar em defesa dos direitos humanos. O poder disciplinar atribuído às corregedorias não deve ser instrumento contra a liberdade de expressão, sobretudo quando parece que é a expressão progressista ou preocupada com grupos vulneráveis que é considerada um delito”.

Assinam o documento o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES) e os vices Padre João (PT/MG), Túlio Gadêlha (PDT/PE) e Camilo Capiberibe (PSB/AP).



## Lista de “marcados para morrer” em Pernambuco

Foto: : CPT



Em 27/7, a presidência da CDHM pediu, ao governador de Pernambuco, Paulo Câmara, à procuradora regional dos Direitos do Cidadão de Pernambuco, Carolina Furtado, ao secretário de Estado de Defesa Social, Antônio Cavalcanti, e ao procurador-geral de Justiça de Pernambuco, Francisco Barros, providências para esclarecer e investigar a suposta existência de uma lista de “marcados para morrer” que circularia na região da Mata Sul do estado. O presidente da CDHM recebeu a denúncia, feita pelo Núcleo Agrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados e Comissão Pastoral da Terra.

Segundo a denúncia, os nomes de dez agricultores da comunidade de Engenho Fervedouro e de comunidade vizinhas, no município de Jaqueira, estariam na lista. As agressões se tornaram públicas depois da tentativa de assassinato do agricultor Edeilson Alexandre Fernandes da Silva, que foi atingido por sete tiros no último dia 16. O trabalhador foi atingido nas mãos, costas e nádegas e está internado em um hospital da região.

A Comissão Pastoral da Terra informa que os conflitos agrários e o clima tensão na região de Jaqueira já foram levados à Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado, à

Procuradoria-Geral de Pernambuco, aos Ministérios Públicos Estadual, Federal e do Trabalho (MPT), ao Incra, à Prefeitura Municipal de Jaqueira, à Câmara de Vereadores de Jaqueira, à Diocese de Palmares e para deputados estaduais. A CPT alertou sobre atitudes abusivas e ilegais da empresa Agropecuária Mata Sul S/A.

“A situação é grave e queremos a investigação das denúncias de ameaça ou violação de direitos humanos, além da fiscalização e acompanhamento dos programas governamentais de proteção à esses dos direitos”, afirma o presidente da CDHM, Helder Salomão.

## Atuação de milícias em territórios tradicionais

E, em 14/7, a presidência da CDHM promoveu debate entre representantes da sociedade civil, parlamentares e Ministério Público, sobre processos de reintegração de posses contra comunidades indígenas, quilombolas, famílias de agricultores acampados e assentadas do programa de reforma agrária. No encontro, foram relatados atos de violência física, ameaças de despejos e destruição de bens feitos, de acordo com a denúncia, por empregados de supostas empresas de segurança que prestam serviços em áreas rurais.

No dia 22, o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), solicitou ao diretor-geral da Polícia Federal, Rolando Alexandre de Souza, a apuração e informações sobre essa situação. “Alguns casos indicam o nítido envolvimento de milícias armadas, ou seja, grupos paramilitares, o que é proibido pela Constituição. Deve haver uma rigorosa apuração e outras medidas para coibir esses atos. Isso vai contra à ordem e segurança públicas”, afirma. No ofício enviado à PF, o parlamentar explica ainda que “historicamente sabe-se que muitas dessas milícias se formam a partir do funcionamento irregular de empresas de segurança privada”.

O encontro do dia 14 de julho teve a presença de representantes da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Quilombolas; da Frente Parlamentar em Defesa da Convivência com o Semiárido; da Frente Parlamentar Mista de Combate à Fome no Brasil; da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos; da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas; da Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente; da Frente Parlamentar Mista em Apoio aos Objetivos de Desenvoltimentos Sustentáveis da ONU – ODS; da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional; da Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública e em Respeito ao Profissional da Educação; da Procuradoria-Federal dos Direitos do Cidadão do MPF; da 6a Câmara de Coordenação e Revisão do MPF; do Grupo de Trabalho sobre Povos Indígenas e Ditadura do MPF; da Defensoria Pública da União; do



Conselho Nacional de Direitos Humanos; da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; da Organização Terra de Direitos; do Conselho Indigenista Missionário; da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra; da Comissão Pastoral da Terra; da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares; da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar; e da Associação Brasileira de Reforma Agrária.

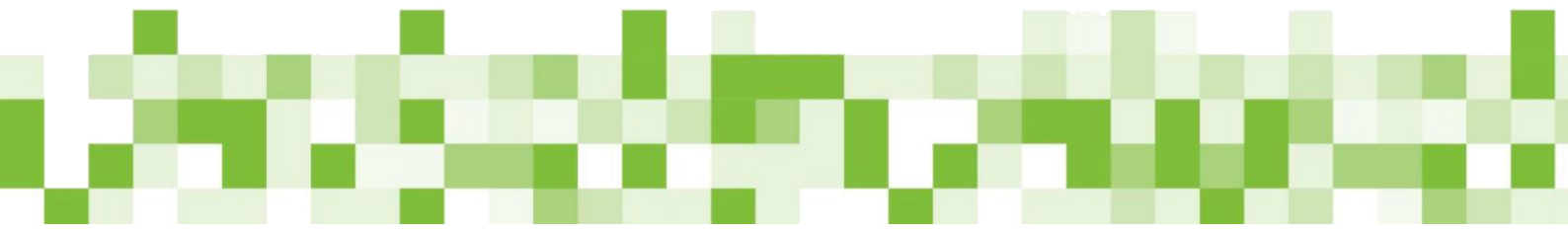
## Engenho Batateiras

A presidência da CDHM recebeu, em 21/8, denúncias sobre ameaças de morte, violação ao direito de ir e vir, depredação de benfeitorias e desmate ilegal que estariam ocorrendo no Engenho Batateiras, localizado no município de Maraial, Pernambuco. Há no local um conflito fundiário entre posseiros antigos e um empresário alagoano. A denúncia foi feita por Carlos Veras (PT/PE), que esteve no local no dia 14/8, e constatou porteiros trancadas, estradas bloqueadas, plantação destruída pelo fogo e desmatamento de área verde.

No local, vivem cinquenta famílias, que estão na área há setenta anos. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as famílias plantam e vendem laranja, banana, acerola, graviola, mandioca e batata, dentre outros alimentos, e também criam animais. Ainda segundo a CPT, a titularidade do imóvel, de 960 hectares, já passou por diferentes pessoas, mas a posse por parte destas famílias nunca foi discutida. Os agricultores familiares pagam o Imposto Territorial Rural (ITR) e muitos possuem, inclusive, o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

“Essas famílias, que vivem da agropecuária, trazem função social à propriedade rural, já reconhecida como improdutiva pelo Incra. E, passados mais de 70 anos de posse pacífica, o Poder Público tem que atuar para proteger os direitos delas e cessar as violações denunciadas”, ressalta Veras.

Em 25/8, o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), enviou ao governador de Pernambuco, Paulo Câmara, ao procurador-geral de Justiça, Francisco Barros, ao defensor público geral no estado, José Silva de Lima, e ao presidente do Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco (ITERPE), Altair Correia Alves, ofícios pedindo medidas urgentes para assegurar a integridade física das famílias e a preservação das benfeitorias realizadas ao longo das últimas sete décadas, além da manutenção da posse em favor dos agricultores até que haja decisão judicial sobre o conflito. O documento solicita também a apuração de eventuais crimes ambientais, irregularidades na aquisição do imóvel e dos crimes denunciados.



## Iniciativas contra a proposta de Damares Alves para rever Plano Nacional de Direitos Humanos

A Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves publicou, em 11/2/2021, [a portaria 457](#), que pretende rever a Política Nacional de Direitos Humanos, instituída pelo 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH).

O PNDH-3 foi elaborado durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2011), depois de um amplo processo de consulta social e de debate democrático. O programa, elaborado em 2008, incorpora propostas da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos e de mais de 50 conferências nacionais temáticas, promovidas desde 2003 – segurança alimentar, educação, saúde, habitação, igualdade racial, direitos da mulher, juventude, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, meio ambiente etc. Trinta e um ministérios participaram da elaboração da Plano.

Na época, na apresentação do PNDH-3, o então presidente da república considerou que “com o decreto presidencial que institui o terceiro Programa Nacional de Direito Humanos – PNDH-3, reafirmo que o Brasil fez uma opção definitiva pelo fortalecimento da democracia. Não apenas democracia política e institucional, grande anseio popular que a Constituição de 1988 já materializou, mas democracia também no que diz respeito à igualdade econômica e social”.

O Plano propunha o “diálogo permanente entre Estado e sociedade civil; transparência em todas as esferas de governo; primazia dos Direitos Humanos nas políticas internas e nas relações internacionais; caráter laico do Estado; fortalecimento do pacto federativo; universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; opção clara pelo desenvolvimento sustentável; respeito à diversidade; combate às desigualdades; erradicação da fome e da extrema pobreza”.

“Agora, em uma canetada, a Ministra Damares propõe rever o Plano sem qualquer participação dos afetados pela política: mulheres, pessoas negras, LGBTIs, vítimas de violência, pessoas com deficiência, trabalhadores. Isso é inadmissível”, protesta o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM).

Salomão [apresentou um projeto de decreto legislativo](#) pela revogação da portaria e oficiará a ministra solicitando esclarecimentos.



Salomão argumenta que o artigo 25 do Pacto Internacional de Direitos Civil e Políticos prevê que todo cidadão terá o direito e a possibilidade de participar da condução dos assuntos públicos, diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos.

Ele lembra ainda a Declaração e Programa de Ação de Viena, adotado em junho de 1993, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, que recomendou aos Estados a elaboração de Planos Nacionais de Ação para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, que prevê a consulta com organizações da sociedade civil e interessados, e a ampla participação social, como passos elementares para a elaboração desses planos.

[Conheça o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos.](#)

[Conheça o Manual para Planos Nacionais de Ação para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos.](#)

## Pau D'Arco: chacina, assassinato de líder rural e ameaça de despejo



*CPT*

Fernando dos Santos Araújo, que sobreviveu ao massacre do município de Pau D'Arco em 2017, no sudeste paraense, era um desses líderes e agora faz parte das estatísticas de 2021. Em 26/1, foi morto com um tiro na nuca, no lote dele na Fazenda Santa Lúcia, para onde havia voltado depois de fazer parte do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas e sair da região.



De acordo nota da Comissão Pastoral da Terra, Fernando escolheu voltar “na esperança de conseguir um lote de reforma agrária com a criação do Acampamento Ana Júlia”.

No dia 23 de outubro de 2019, a justiça intimou o município de Pau D’Arco a apresentar em até 15 dias um levantamento das famílias que estão na área, com o perfil da atividade agrícola e benfeitorias. Na época, a remoção foi marcada entre o período de 27 a 31 de janeiro de 2020. Em agosto, o despejo foi suspenso em razão da pandemia de Covid-19.

“O clima de tensão é alto na Fazenda Santa Lúcia, tanto pelo risco de morte de trabalhadores rurais, como no caso de Fernando, quanto pela ordem judicial de reintegração de posse contra cerca de 200 famílias de trabalhadores rurais sem-terra ocupantes do local, que tramita na Vara Agrária de Redenção”, alerta o presidente da Comissão de Direitos e Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Helder Salomão (PT/ES).

Logo após o assassinato de Fernando Araújo, a presidência da CDHM [solicitou ao subprocurador-geral da República e procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Carlos Vilhena](#); ao procurador-geral de Justiça do Estado do Pará, Gilberto Martins e para Walame Machado, secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, uma série de ações sobre a situação na região.

Entre os pedidos, o acompanhamento do conflito fundiário que culminou com a chacina há três anos e com a recente execução de Fernando Araújo; providências, tanto na esfera penal, conferindo celeridade aos processos dos homicídios, quanto na esfera cível, com a fiscalização da elaboração e execução do plano de remoção e dos trâmites no Inkra e no Iterpa (Instituto de Terras do Pará) do processo de destinação da Fazenda Santa Lúcia para a reforma agrária.

[A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará respondeu](#), em 22/2, que foi aberto inquérito policial para apuração e com os “procedimentos policiais de praxe”.

### **Defensor de direitos humanos preso**

Também em janeiro, a presidência da CDHM foi comunicada da prisão do advogado e defensor de direitos humanos José Vargas Sobrinho Júnior, no dia 1º de janeiro. Ele tem histórico de defesa dos direitos humanos no sul do Pará e ficou conhecido por sua atuação no caso da chacina de Pau D’Arco, além de iniciativas em defesa de indígenas e sem-terra da região.



José Vargas foi acusado de suposto envolvimento no desaparecimento do ex-candidato a vereador Cícero José Rodrigues de Souza. Foram enviados ofícios ao governador do Pará, Helder Barbalho, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e ao procurador-geral de Justiça do Pará, pedindo informações e imparcialidade na investigação.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social respondeu no início de fevereiro informando que o advogado José Vargas Sobrinho está em prisão domiciliar, com rondas policiais constantes para segurança, enquanto as investigações seguem.

No dia 4 de janeiro a justiça negou um pedido de habeas corpus feito pela OAB paraense.

### **A chacina**

A chacina no município de Pau D'Arco, em 2017, resultou na morte de dez trabalhadores rurais, nove homens e uma mulher. Foi durante uma ação policial na Fazenda Santa Lúcia. Os policiais foram denunciados pelo Ministério Público paraense e a Justiça determinou que 16 fossem levados a júri popular, o que ainda não aconteceu. Testemunhas afirmaram que as vítimas nem tiveram chance de defesa. Exames balísticos comprovaram que houve execução.

### **Conflitos**

Dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontam que o número de conflitos no campo aumentou 23% entre 2018 e 2019, sendo que a região Norte é a mais afetada: 51,6% de mortes e conflitos ocorreram nessa localidade em 2018.

A CPT aponta a desigualdade na distribuição de terra no Brasil como uma das mais acentuadas do mundo, associada a um histórico de conflitos, grilagem e impactos.

De acordo com reportagem do Instituto Humanitas da Unisinos (RS) e divulgada pela CPT, o levantamento parcial de assassinatos por causa de conflitos no campo, em 2020, traz 18 crimes desse tipo.

[Leia aqui a lista Assassinatos no Campo Brasil 2019.](#)



# Despejos

Foto: MST



*Polícia militar no despejo no Quilombo Campo Grande (MG)*

Conflitos fundiários devem ser objeto de tratativas e políticas públicas adequadas, conforme disposto na Resolução nº 10, de 17/10/18, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, sobre soluções garantidoras de direitos humanos e medidas preventivas em situações de conflitos coletivos rurais e urbanos.

De acordo com o Normativo, mais precisamente os artigos 14 e seguintes, remoções e despejos devem ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais, com a devida elaboração de um plano prévio de remoção e reassentamento, para que não resultem em pessoas ou populações sem teto e que não afetem as atividades escolares de crianças e adolescentes. Na preparação desse plano, deve ser assegurada a participação do grupo atingido, e, antes de qualquer remoção, é imprescindível a apuração da quantidade de pessoas afetadas e dos traços de gênero, raça, orientação sexual, identidade de gênero, idade, deficiência, origem étnica, regional ou nacionalidade. Estima-se que existam 12 mil famílias na ocupação, inclusive diversos imigrantes venezuelanos e haitianos.

Ademais, a Resolução n. 10/2018 impõe a convocação de uma assembleia específica para conceder prazo razoável para a desocupação voluntária e para informar a população sobre os detalhes da reintegração. A presença de observadores independentes e de órgãos de assistência social durante a operação de despejo também é requisito indispensável.

Por fim, o artigo 20 do normativo estabelece que o reassentamento deve ser garantido em local que assegure o acesso a outros direitos humanos e deve estar pronto (moradias com água, saneamento, eletricidade etc) antes da remoção da comunidade.

## Suspensão de despejos durante a pandemia

Em 19/3, o Presidente da CDHM, Helder Salomão, solicitou ao ministro José Dias Toffoli, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a suspensão de mandados coletivos de reintegração de posse e o encaminhamento de medidas de proteção aos direitos fundamentais das populações mais vulneráveis. A iniciativa quer proteger esses cidadãos e conter a disseminação do novo Coronavírus, o Covid-19, e endossa o pedido feito, no mesmo sentido, pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC).

De acordo com a PFDC, "as reintegrações atingem justamente populações vulneráveis que vivem em locais com excessivo adensamento e coabitação. Os processos de remoção geralmente conduzem as famílias a situações de maior precariedade e exposição ao vírus e, em casos extremos, a morarem na rua, o que tornaria impossível o tratamento adequado e o isolamento necessário".

Também nesse contexto, a Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos expediu a Recomendação Conjunta n. 1/2020, na qual também pede ao Judiciário a suspensão por tempo indeterminado do cumprimento de mandados de reintegração de posse, despejos e remoções determinadas em processos judiciais. Medida semelhante já foi adotada nos Estados Unidos e na França. A iniciativa desses países atendeu orientações dos órgãos internacionais e especialistas de saúde sobre o tema.

Por causa do alto índice de transmissibilidade do novo coronavírus e o agravamento significativo do risco de contágio em locais insalubres e com aglomeração de pessoas, o Grupo de Trabalho em prol das Pessoas em Situação de Rua da Defensoria Pública da União publicou a Recomendação no 1. No documento, solicita ao poder público a formulação emergencial de políticas públicas destinadas à prevenção e à contenção da pandemia.

O Grupo de Trabalho sugere ainda que espaços públicos educacionais e esportivos ociosos, como banheiros e vestiários, possam ser utilizados pela população em situação de



rua, garantindo, assim, procedimentos mínimos de higiene e isolamento rápido dos indivíduos sintomáticos.

“O que estamos pedindo ao ministro são providências acauteladoras, previstas no Regimento Interno do CNJ, para que sejam suspensos os mandados de reintegração de posse e despejo em todo o país, além de medidas que garantam a manutenção do fornecimento de água, gás e luz nos assentamentos e ocupações. Assim garantimos para a população mais pobre espaços adequados para os cuidados de higiene e isolamento necessários à prevenção da pandemia”, explica Helder Salomão (PT-ES).

## Toffoli divulga orientações

Em resposta ao pedido, em 23/3, o ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), informou sobre procedimentos adotados pelo CNJ sobre a suspensão de reintegrações de posse e despejos durante a pandemia do novo Coronavírus.

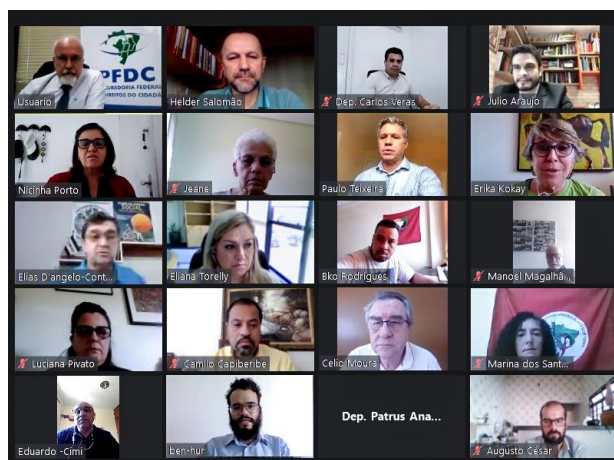
O CNJ esclareceu que foi editada a resolução 313/2020 que, por causa desse período emergencial, suspende os prazos processuais. O ministro informa ainda que, por outro lado, “ a questão é de cunho jurisdicional e a concessão ou não da medida, assim como o prazo para seu cumprimento, deverá ser analisada individualmente pelo Magistrado competente, não havendo previsão legal para a atuação do CNJ na matéria”.

O Conselho Nacional de Justiça ressaltou, porém, que os ofícios da presidência da CDHM foram divulgados para todos os tribunais de justiça estadual e federal, para “criteriosa avaliação por parte dos Magistrados Brasileiros”.



## Reunião debate ameaças de despejo durante a pandemia

A presidência da CDHM fez, em 14/7, reunião de trabalho com sociedade civil, judiciário e parlamentares para discutir despejos e processos de reintegração de posse contra populações vulneráveis. O grupo debateu a situação de comunidades indígenas, quilombolas, famílias de agricultores acampados e assentadas do programa de reforma agrária. Também foram discutidos os despejos em áreas urbanas.



“Temos problemas muito sérios. Assentamentos criados há 20 anos estão atualmente ameaçados de despejo. Nesse momento de pandemia, tirar uma família do lugar onde está é muito sério. O Estado brasileiro deveria compreender e barrar isso. Assentamentos e acampamentos no Pará, Rondônia e Goiás correm perigo”, alertou Elias D’angelo, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Paulo Teixeira (PT/SP), da Frente Parlamentar da Reforma Urbana, denunciou que “a pandemia está servindo para que o governo federal atue para os piores interesses, como desmatamento, mineração em terras indígenas e despejos. A justiça está devolvendo as terras aos proprietários porque o INCRA não paga as indenizações”. O parlamentar sugere uma mobilização para votação do Projeto de Lei 1975/2020 da Natália Bonavides (PT/RN), que suspende o “cumprimento de toda e qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em despejos, desocupações ou remoções forçadas, durante o estado de calamidade pública reconhecido em razão do COVID-19”.

“O Brasil caminha para ser o país com maiores índices de Covid-19. E isso tem a ver com a infeliz tradição brasileira de privilegiar a propriedade em detrimento da casa, da moradia, que significa segurança para as pessoas. Negar moradias agora pode representar a morte”, explicou Ben Hur Cunha, Defensor Público da União.

Camilo Capiberibe, vice-presidente da CDHM, lembrou que também está na Câmara o PL 735/2020, de vários deputados, que prevê “abono destinado a feirantes e agricultores familiares que se encontram em isolamento ou quarentena em razão da pandemia do COVID-19”.

Irmã Jeane Bellini, da Comissão Pastoral da Terra, seguiu a mesma linha de pensamento. Para ela, que acompanha as questões ligadas a conflitos agrários há 45 anos, “desde a instalação do atual governo, já ficou muito claro o compromisso dele com os ruralistas, de facilitar as terras públicas para o capital. A suspensão de todos os processos de legalização no Incra, alegando falta de recursos ou tempo para análise, fez aumentar a violência. Tudo que estava encaminhado, como agrovilas com centros de saúde, acordos entre governos federal e estadual, tudo foi esquecido. Hoje, juízes decidem no vazio indo contra tudo que havia sido feito”.

“Temos recebido muitas demandas sobre processos de reintegração de posse de terras indígenas, quilombolas e de trabalhadores rurais. Os movimentos sociais vivem uma situação muito crítica, com ameaças de despejos de coletividades, inclusive de assentamentos da reforma agrária com terras reconhecidas. Isso em plena pandemia, contrariando todas as recomendações da OMS”, pontua Helder Salomão (PT/ES), presidente da CDHM.

Luciana Pivatto, da Terra de Direitos, ressaltou que em São Paulo mais de duas mil pessoas foram despejadas de casa durante a pandemia. “É muito importante que o Congresso Nacional conclua a votação do PL que determina essa suspensão. Também estamos lançando a Campanha Despejo Zero, para mapear casos de remoção e a justiça atuar com maior precisão”.

Denildo Rodrigues, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), afirmou que mais de 100 ordens de despejo de terras quilombolas estão espalhadas pelo país. Para ele, a demora na titulação definitiva dos territórios é a principal causa do problema. “Desde 2010 nenhum território está inteiramente nas mãos dos quilombolas. O setor que cuidaria de quilombolas no INCRA está reduzido, servidores foram remanejados para outras áreas. Um desmonte total para passar a boiada sobre nossos territórios. Por causa da pandemia já tivemos mais de 131 óbitos em território quilombola e mesmo assim os despejos avançam”.

Augusto César de Souza, Assessor Jurídico do Acampamento Arco Íris (MTL), lembrou a história das 60 famílias acampadas na beira da MGT 461, em Minas Gerais. Os agricultores são seguidamente ameaçados com tiros por jagunços, para que deixem a área, que é motivo de conflito há 11 anos. “Precisamos do apoio do Ministério Público junto ao INCRA para resolver a situação. Queremos uma determinação do Conselho Nacional de Justiça para suspender efetivamente todos os processos de reintegração de posse, tanto físicos como eletrônicos, principalmente os coletivos. Temos que evitar uma tragédia”.

“É o agravamento de um processo secular da violência no campo, de disputa pela terra. E isso tem relação direta com a forma como o governo vem atuando em relação ao direito à terra. Não há mais reforma agrária e o que temos são os jagunços do século 21,



as milícias” disse Nicinha Porto, da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra). Ela pede definições sobre o domínio da terra. “Temos áreas já decretadas, com capacidade real de assentamento, com o processo paralisado, já com benfeitorias e plantações. Pedimos também que a Polícia Federal investigue as empresas de segurança privada, porque, sob o argumento de realizar segurança privada, há, muitas vezes, a atuação de milícias”.

Para Erika Kokay (PT/DF), presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, “políticas públicas não avançam, direitos à moradia e à terra são retirados. Aqui no DF se estima que aumentou três vezes o número de pessoas em situação de rua, isso é resultado da lógica patrimonialista que esmaga a condição humana. Uma violação de direito não vem sozinha, são violações em cadeia”.

“Infelizmente o presidente Jair Bolsonaro não reconhece e despreza a existência dos povos indígenas. Na FUNAI colocou um general que já atuou contra os indígenas. Durante a pandemia estão ainda mais esquecidos. A Constituição reconhece os direitos dos povos, mas como ela não é obedecida, tem que recorrer ao judiciário”, destacou Antônio Cerqueira do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Marina dos Santos, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, lamentou a violência sofrida pelos pequenos agricultores nos assentamentos e acampamentos. “São ameaças, destruição de lavouras, assassinatos e criminalização dos nossos povos. Há falta de ação do principal órgão público responsável por essas áreas. Até mesmo antes da pandemia, o INCRA não dialogava com os trabalhadores em quase todos os estados, não cumpria com suas responsabilidades, acordos, pagamentos”. Ela denuncia processos de reintegração de posse de assentamentos já constituídos no Pará, Paraná, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Rio de Janeiro e Goiás. “O poder público não leva em conta os direitos dos trabalhadores rurais. Um por cento de proprietários tem 46 por cento das terras do país”.

Para o procurador da República integrante do Grupo de Trabalho sobre Povos Indígenas e Ditadura, Júlio de Araújo, “esse tema não pode ser discutido sem pensarmos na desestruturação das políticas públicas e aumento da insegurança jurídica, um cenário que se agravou nos últimos anos. A dificuldade de medição de conflitos também ajudou a criar um cenário de violência com toda força. Há uma ligação legitimada, através de votos, da alegação de que não há recursos para a reforma agrária com a falta de interesse de executar essa política. E isso cria um limbo”.

Carlos Vilhena Coelho, subprocurador-geral da República e novo Procurador Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), afirmou que “a reintegração de posse de terras rurais é um tema muito caro à nossa gestão, que será marcada pelo diálogo com movimentos sociais e instituições brasileiras e internacionais. Atinge indígenas, quilombolas, pequenos agricultores. Em relação às famílias de pequenos agricultores temos muita preocupação





com a atuação do INCRA, por causa da integridade de todas essas famílias e dos defensores de direitos humanos. envolvidos. A demora para a emissão dos títulos de posse nos preocupa ainda mais. Tudo está no radar da PFDC. Seremos um aliado importante para a execução de políticas públicas”.

### **Parlamentares e defensoria reiteram a Toffoli pedido de suspensão imediata de despejos durante pandemia**

Como encaminhamento da reunião, Helder Salomão (PT/ES), Presidente da CDHM, Erika Kokay (PT/DF), presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos; Carlos Veras (PT/PE) presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Convivência com o Semiárido; Paulo Teixeira (PT/SP), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Urbana e dos Movimentos de Luta por Moradia Deputado; Bira do Pindaré (PSB/MA), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Quilombolas; e Ben-Hur Daniel Cunha, Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Moradia e Conflitos Fundiários da Defensoria Pública da União, reiteraram, em 18/7, pedido feito a Toffoli para orientações mais claras sobre suspensão de despejos durante a pandemia.

O grupo também reiterou a Toffoli a retomada do Fórum Nacional para o monitoramento e resolução dos conflitos fundiários rurais e urbanos, criado pelo CNJ em 2009. O Fórum tinha por objetivo fazer estudos e propor medidas e normas para o aperfeiçoamento de procedimentos, reforço à efetividade dos processos judiciais e a prevenção de novos conflitos. A última indicação para o colegiado ocorreu em 2013 e atualmente o Fórum está desativado.

### **Terras de domínio público**

O documento pediu, ainda, que o CNJ oriente juízes e tribunais brasileiros que as decisões judiciais sobre os conflitos possessórios baseados em título de propriedade devem considerar a cadeia dominial e a validade da transferência do imóvel da propriedade pública para a propriedade privada; e as decisões sobre os conflitos possessórios incidentes em imóveis públicos devem considerar a função social da posse, relacionada com as políticas públicas determinadas pelos órgãos competentes e fundamentadas nas políticas constitucionais de habitação e de reforma agrária e política agrícola.

## **ONU pede que Brasil suspenda despejos durante pandemia**



Foto: MST/MG



*Despejo de trabalhadores rurais no Quilombo Campo Grande (MG), no dia 12 de agosto de 2020.*

Em 9/7 o especialista da ONU em direitos à moradia adequada pediu que o Brasil suspenda todos os tipos de despejo enquanto durar a pandemia. Segundo Balakrishnan Rajagopal, cerca de 2 mil famílias já foram obrigadas a sair de casa e outros milhares correm risco de despejo no país. O comunicado à imprensa foi publicado na página da ONU. A presidência da CDHM também tem realizado ações para coibir despejos.

“O Brasil tem o dever de proteger urgentemente todas as pessoas da ameaça da COVID-19, especialmente as comunidades em risco. A pandemia já afetou mais de um milhão e meio de pessoas no país e matou mais de 65 mil”, disse Rajagopal, o relator especial da ONU. “Os despejos forçados de pessoas nessa situação, independentemente do status legal de posse, é uma violação de direitos humanos”;

O texto destaca que embora alguns tribunais suspendam as ordens de despejo até que a crise da saúde termine, outros continuam emitindo novas ordens. Diz ainda que as autoridades locais também parecem priorizar a retomada de propriedades pertencentes a grandes empresas e proprietários de terras, em detrimento da saúde e segurança de pessoas vulneráveis.

O relator criticou ações do governo federal e estaduais. "O Ministério da Saúde brasileiro pediu às pessoas que fiquem em casa se tiverem sintomas, que lavem bem as mãos e mantenham um distanciamento físico para evitar o contágio", afirmou. "Ao mesmo tempo, centenas de famílias foram despejadas no estado de São Paulo sem qualquer acomodação alternativa, impossibilitando o cumprimento das recomendações oficiais e tornando-as em alto risco de contágio." Ainda de acordo com o comunicado, Balakrishnan Rajagopal também mostrou preocupação com o fato de o presidente brasileiro Jair Bolsonaro ter vetado iniciativas do Congresso brasileiro para limitar o impacto das expulsões. O Congresso ainda não votou um projeto mais amplo que suspenderia todas as expulsões judiciais ou administrativas durante a pandemia.

"Encorajo os poderes legislativo e executivo no Brasil a priorizar urgentemente a proteção dos direitos humanos das comunidades em situações vulneráveis", afirmou Rajagopal.

Em junho, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) manifestou-se, estimulando os Estados a parar todos os despejos e remoções durante a pandemia. De acordo com a ONU, os despejos afetam as populações mais pobres e vulnerabilizadas que vivem em bairros precários, assentamentos informais e favelas

## Pedido de votação de PL que suspende despejos durante a pandemia

Nota pública, assinada pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Urbana e dos Movimentos de Luta por Moradia, pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com Participação Popular e pela presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos (CDHM), pedia suspensão do cumprimento de medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas de despejos, desocupações, reintegração de posse ou remoções durante o estado de calamidade pública decretado por causa do Covid-19.

O grupo reivindicava que o Congresso Nacional aprove proposições que garantam que não haja despejos de imóveis privados ou públicos, urbanos ou rurais, de povos tradicionais, e de moradias consideradas individuais ou de famílias. Além disso, solicitam que seja derrubado, via votação, o Veto Presidencial ao Artigo 9 do Projeto de Lei 1179/2020, que impedia ações de despejo durante a pandemia.

Para discutir a questão, todos esses atores se reuniram, em 10/8, com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), solicitando urgência na deliberação da proposta.



Natália Bonavides (PT/RN), autora do Projeto de Lei 1975/2020, que tramita em regime de urgência e apensado ao PL 827/2020, suspende por 90 dias o “cumprimento de toda e qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em despejos, desocupações ou remoções forçadas, durante o estado de calamidade pública reconhecido em razão do Covid-19”. Junto a este projeto de lei, outros 19 tratam do tema. “São vinte projetos apensados, e temos o apoio de várias entidades. Impedir o despejo coletivo de famílias em situação de vulnerabilidade é uma questão humanitária. Há absurdos de famílias que já passaram por dois despejos. Tudo leva a um risco tremendo, pessoas ficam sem casa e aglomeradas. Articular a votação deste projeto seria fundamental”, argumenta Bonavides.

O presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), informou a Rodrigo Maia o [pedido feito por Jan Jarab](#), Representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, solicitando aos dois atenção aos projetos de lei relativos às questões de direitos humanos no contexto da COVID-19. Jarab recomendou especial atenção “às mulheres, crianças e idosos em situação de violência, população em situação de rua, indígenas e outros povos tradicionais”. Salomão destaca: “temos recebido inúmeras denúncias de despejos pelo país todos e queremos um entendimento com a presidência da Câmara para agilizar a votação de projetos que enfrentem o problema”.

Paulo Teixeira (PT/SP), Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Urbana e dos Movimentos de Luta por Moradia, lembrou que “a maior recomendação é que as pessoas fiquem em casa, mas aumenta o número de pessoas nas ruas, despejadas de suas casas e continuamos com a média de mil mortos por dia por causa da pandemia. A derrubada do veto presidencial e a votação dos projetos de lei são fundamentais para a população”.

Paulino Montejo, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), pediu que “o Parlamento continue sendo uma trincheira da democracia e de equilíbrio das relações institucionais. Estamos sob a mira de políticas, práticas jurídicas e econômicas há mais de 500 anos. Somos solidários aos movimentos do campo e da cidade pelos direitos coletivos”.

“Essa questão nos persegue desde o início da pandemia, apesar das recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e de outras instituições. Os despejos são dramáticos. Precisamos de uma solução que enfrente essa situação, como esse projeto de lei e a derrubada do veto do presidente Bolsonaro. Muitas famílias que pagavam o aluguel certinho tiveram o salário reduzido ou perderam o trabalho. Isso uma falta de sensibilidade”, diz Evaniza Rodrigues, do Movimento Nacional pela Moradia.

Para Marcelo Freixo (PSOL/RJ), Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com Participação Popular, “é muito importante que a presidência da Câmara esteja ouvindo a sociedade civil. Nas grandes cidades o número



de moradores de rua aumentou muito e nesse momento de pandemia o risco é muito grande. E os números de óbitos causados pela pandemia mostram que as maiores vítimas são os pobres. Essa política de despejos não tira só as casas, mas também a vida pessoas”.

Dom André de Witte, Presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ressalta que, em 2019, foram 1.254 despejos envolvendo mais de 10 mil famílias, um aumento de 12% em relação a 2018 nos casos de ameaças de despejo judicial e tentativas de expulsão. É o maior número de ocorrências desde 2016. De acordo com o relatório da CPT “Conflitos no Campo 2019”, o primeiro ano do governo Bolsonaro também teve o maior número de hectares em conflito: 53 milhões de hectares, uma área equivalente ao território da Bahia. “Estamos falando da defesa da vida. Alguns desses conflitos são casos que se arrastam há até 30 anos, com pessoas construindo, plantando, e sempre sob o risco de despejo”.

“Temos um Inca paralisado diante dos despejos. Um órgão que não exerce a sua função. Hoje, temos 66 áreas prontas para assentar milhares de famílias e nada é feito. Mesmo assim, continuamos produzindo alimentos para todo Brasil”, afirmou Alexandre Conceição, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Getúlio Vargas, da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), lembra que “o Congresso é um dos únicos canais de diálogo hoje e esse projeto de lei é importante para que famílias não sofram mais violações”. Vargas ressalta ainda o cancelamento do programa Minha Casa Minha Vida, em 2019. “Foi um duro golpe na luta por moradia e fez o déficit habitacional voltar a um nível muito alto”.

O governo federal anunciou, no dia 30 de julho, novas regras para o Minha Casa Minha Vida. A mudança vale apenas para duas mil unidades habitacionais já contratadas e que ainda não foram entregues.

“Hoje, temos mais de duzentas ordens de despejo de comunidades quilombolas em todo país. Já morreram 145 pessoas por causa do Covid-19 e temos 3 mil quilombolas infectados, principalmente na região Amazônica, onde existem várias obras em territórios quilombolas. Nosso inimigo não dorme”, lamenta Bko Rodrigues, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

### **Rodrigo Maia**

O presidente da Câmara dos Deputados informou que analisaria o Projeto de Lei 1975/2020 conjuntamente com outros partidos. “Vou tentar um acordo, não podemos entrar com a votação deste projeto de qualquer forma. Quanto ao veto do presidente a um artigo do Projeto de Lei 1179, vamos seguir votando juntos, não vai haver problemas. Vamos tentar construir juntos um caminho para resolver essas questões”.



## Mais informações

Além do Projeto de Lei de Natália Bonavides, também tramitam na Câmara os seguintes Projetos de Lei acerca de despejos e reintegrações de posse: 936/2020, de Luis Miranda (DEM/DF); 957/2020, de Helder Salomão (PT/ES); 1112/2020, de Marcelo Freixo (PSOL/RJ); 1312/2020, de Carlos Sampaio (PSDB/SP); 1367/2020, de Christino áureo (PP/RJ); PL 1489/2020, de Marcelo Freitas (PSL/MG); PLs 1340/2020, 1583/2020 e 2909/2020, de Alexandre Frota (PSDB/SP); PL 1831/2020, de Luiz Carlos Mota (PL/SP); PL 1432/2020, de Ricardo Izar (PP/SP); PL 1834/2020, de João Daniel (PT/SE); PL 1902/2020, de Rejane Dias (PT/PI); PL 488/2020, de José Airton Felix Cirilo (PT/CE); PL 1028/2020, de Junior Mano (PL/CE); PL 1246/2020, de Luiz Antonio Corrêa (PL/RJ); PL 1684/2020, de Alencar Santana (PT/SP); PL 1784/2020, de Paulo Teixeira (PT/SP); e PL 2093/2020, de Fausto Pinato (PP/SP).

Segundo a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Urbana, o déficit habitacional no Brasil está em 7,8 milhões de domicílios (MDR/2017). Já a população em situação de rua, de acordo com o IPEA em 2016, estava em 101.854 pessoas. Um levantamento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP), divulgado no último dia 3/8, aponta que o número de reintegrações de posse e remoções, na Região Metropolitana de São Paulo, dobrou durante a pandemia de Covid-19. De acordo com o levantamento, nos meses de abril, maio e junho foram realizadas seis remoções na Região Metropolitana, atingido 1,3 mil famílias. A mesma pesquisa afirma que a maior parte desses despejos foi feita sob ordens do Poder Judiciário.

No campo, povos tradicionais também enfrentam situação de vulnerabilidade diante da pandemia. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) tem monitorado mais de 15 ações de reintegração de posse movidas contra quilombolas, que vivem em terras reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Já a Comissão Pastoral da Terra (CPT) aponta a existência de liminares de despejo em alguns estados. No Sul e Sudeste do Pará, são identificadas 27 áreas com 3942 famílias; no Paraná, 8 áreas com 1.355 famílias; no Mato Grosso, 5 áreas com 850 famílias; na Paraíba, 6 áreas, com um total de 814 famílias; em Pernambuco, 12 liminares podem atingir 550 famílias e em Minas Gerais, pelo menos uma área com 453 famílias. Todas essas liminares atingiriam, assim, 7.964 famílias.

## Geraizeiros na Bahia

*Foto: Leonardo Formetini*





No dia 30 de novembro de 2019, a CDHM fez uma audiência pública para debater a violência contra a comunidade geraizeira de Formosa do Rio Preto, no oeste baiano. Foram feitas denúncias de violações de direitos humanos, à integridade física e ao livre exercício do trabalho. Os geraizeiros também denunciaram o desmatamento, que teria sido feito através de registro fraudulento e consequente permissão do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (Inema). A iniciativa teria beneficiado o Condomínio Estrondo.

Em 13 e 14 de dezembro de 2019, a CDHM fez uma diligência a Salvador (BA) para reunir representantes do governo do estado e da justiça para apurar as denúncias feitas pelas comunidades geraizeiras. Os parlamentares Frei Anastácio (PT/PB) e Valmir Assunção (PT/BA) representaram a Câmara dos Deputados. Participaram do encontro, no Centro Administrativo da Bahia, representantes da Procuradoria do Estado, Casa Civil, Casa Militar, CDA, SJDHDS, SEPROMI, Secretaria de Meio Ambiente, Inema e Polícia Federal.

De acordo com denúncias feitas pela comunidade, o condomínio Estrondo contratava agentes de segurança da empresa Estrela Guia para intimidar e expulsar os moradores da região. Além disso, colocaram guaritas nas estradas que dão acesso à comunidade e, com armas, restringem e impedem o deslocamento dos geraizeiros às áreas de pasto, de colheita do capim dourado e ao rio, afetando a própria subsistência da população.



Durante uma diligência, os deputados Frei Anastácio (PT/PB) e Valmir Assunção (PT/BA) recomendaram às autoridades judiciárias e de segurança que adotassem medidas para proteger as comunidades geraizeiras da região e garantir-lhes a propriedade da terra tradicionalmente ocupada. As recomendações foram feitas em uma reunião com representantes do governo da Bahia e do Poder Judiciário.

Já naquele encontro, Frei Anastácio recomendou, por exemplo, que o Tribunal de Justiça da Bahia garanta a manutenção de posse coletiva da área. De acordo com o parlamentar, o Condomínio Fazenda Estrondo estaria expandindo suas terras com base em títulos falsos de propriedade. "Constatamos gravíssimas violações de direitos contra as famílias e seus territórios, e há fortes indícios de que a própria fazenda foi declarada com títulos falsos, o que pode corresponder a um dos casos mais expressivos de grilagem da Bahia", disse o deputado.

### **Novas decisões da justiça**

Em 2020, após o afastamento de dois juízes, o juiz substituto Ronald de Souza Tavares Filho tornou sem efeito a sentença que indeferiu a inicial e extinguiu o processo sem resolução de mérito, para determinar o prosseguimento do processo original.

O juiz substituto entendeu que o indeferimento da petição inicial e extinção do processo sem julgamento do mérito ferem o direito constitucional à apreciação pelo Judiciário de lesão ou ameaça a direito (acesso à justiça). Constatando fortes indícios de que as terras são públicas (devolutas) e de grilagem, e verificando a necessidade de eliminar a incerteza dominial e conferir legitimidade e segurança à posse, o juiz decidiu pelo prosseguimento do processo. "No caso, é visível que as propriedades do "Condomínio Cachoeira do Estrondo" estão listadas como o caso mais grave de grilagem registrado na Bahia, remontando o tamanho colossal e absurdo de 444.306 hectares".

No dia 30 de junho, a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) negou o último recurso do empreendimento Fazenda Estrondo. A decisão da justiça determina que os 43 mil hectares do terreno são de posse coletiva das 120 famílias que vivem nas comunidades geraizeiras de Formosa do Rio Preto.

Em outubro de 2018, o estado da Bahia ingressara com ação discriminatória para que a Justiça declare como devolutas as áreas da Fazenda e do Vale, e que seja reconhecida a ocupação tradicional. Porém, esse processo foi extinto sem resolução de mérito em novembro de 2018, pelo juiz Sérgio Humberto de Quadros Sampaio. Depois, ele foi substituído pela juíza Marivalda Almeida Moutinho que recebeu o recurso de apelação do estado da Bahia. Em dezembro, na operação Faroeste da Polícia Federal, ambos foram





afastados por possível envolvimento em um esquema de corrupção do Judiciário relacionado à grilagem de terras.

### **Os geraizeiros e o condomínio Estrondo**

Os geraizeiros são descendentes de povos indígenas e quilombolas que migraram de outras regiões do Nordeste em meados do século XIX, e são consideradas comunidades tradicionais. São cerca de 62 famílias, que vivem nas comunidades rurais de Cachoeira, Marinheiro, Cacimbinha, Arroz, Gatos e na Mutamba. Todas localizadas à margem direita do Rio Preto, zona rural do município de Formosa do Rio Preto, em uma área de 43 mil hectares que faz limite com o Condomínio Estrondo, uma fazenda de 444 mil hectares que tem expandido a área com base em possíveis títulos falsos de propriedade. O Condomínio Fazenda Estrondo é considerado um dos maiores casos de grilagem de terras do Brasil e foi até incluído no Livro Branco da Grilagem de Terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 1999.

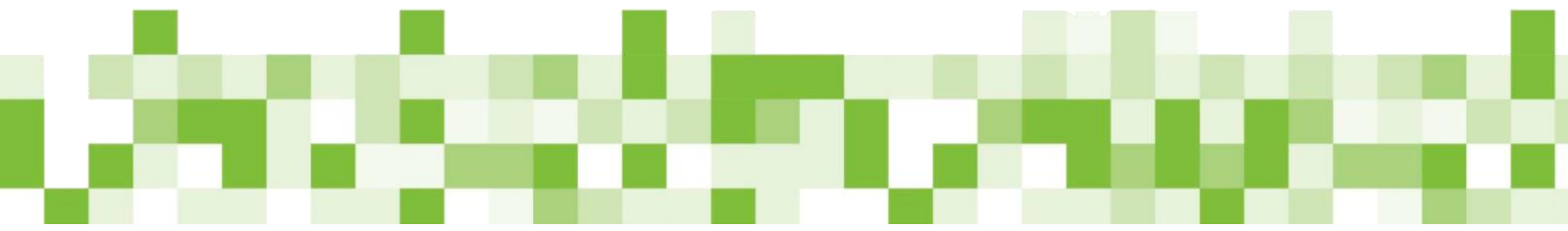
## **Comunidade Monte Horebe, no Amazonas**

Em 13/3 terminou a desocupação da área conhecida como Comunidade Monte Horebe, na zona norte de Manaus (AM). O processo iniciou no dia 2/3. Mais de duas mil famílias saíram do local, segundo informações do Governo do Estado. A retirada das famílias foi motivada por uma ação de reintegração de posse movida pela Superintendência Estadual de Habitação, que alegou elevados índices de violência no local, motivados pelo tráfico de drogas e fatores socioambientais.

Durante a retirada das famílias, a CDHM recebeu denúncias de violação de abuso por parte de agentes do Estado e até de dois casos de assassinato durante a desocupação, depois não confirmados. Segundo os relatos, policiais que participaram da ação portaram armas letais e estavam mascarados. Além disso, teria ocorrido um bloqueio para impedir a entrada da imprensa. Ainda de acordo com as denúncias, lideranças de movimentos sociais pela moradia foram ameaçadas de prisão e tiveram que sair do local.

No início da remoção das famílias, a presidência da CDHM enviou ofícios ao governador do estado Wilson Miranda Lima e à Procuradora-geral de Justiça do Amazonas, Leda Mara Albuquerque, solicitando que não houvesse durante o despejo violações à integridade física dos moradores, além da participação da imprensa e lideranças sociais na reintegração e reassentamento das famílias.

O presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), argumenta que “conflitos fundiários devem ser objetos de tratativas e políticas públicas adequadas, qualquer



despejo deve ser precedido de um plano de remoção e reassentamento, de acordo com resolução do Conselho Nacional dos Direitos Humanos”.

De acordo com a Defensoria Pública do Amazonas, que mediu o acordo homologado pela Justiça para a retirada das famílias, um levantamento realizado pela força-tarefa do Estado apontou que mais de dois mil imóveis possuíam famílias. Essas famílias, em cumprimento ao acordo individual firmado com 2.204 moradores, deverão receber e o auxílio aluguel de R\$ 600, até que seja definida uma moradia definitiva.

O último levantamento feito pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, feito em 2019, mostrou que a área total do Monte Horebe ocupava cerca de 140 hectares, o equivalente a 200 campos de futebol.

Uma área vizinha a Monte Horebe, chamada Comunidade Itaporanga, também é alvo de uma ação de reintegração de posse movida pela Construtora Capital, do empresário e deputado federal Pauderney Avelino (DEM/AM).

## Quilombo Campo Grande – Fazenda Ariadnópolis

Foto: MST/MG



*PM mineira usa bombas de gás contra trabalhadores rurais do Quilombo Campo Grande*

Em 30/7 a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) solicitou ao governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo); ao presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Agostinho Patrus (PV/MG); ao comandante-geral da Polícia Militar do estado, Rodrigo Rodrigues e a Antônio Tonet, procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, que evitassem a execução da ordem de reintegração de posse contra trabalhadores rurais sem-terra do acampamento Quilombo Campo Grande, na Fazenda Ariadnópolis. O acampamento fica no município de Campo do Meio, no sul do estado. A reintegração, segundo ofício da Polícia Militar, iria acontecer dia 12 de agosto.

Também foram enviados ofícios para ao presidente do Tribunal de Justiça do de Minas Gerais e ao desembargador André Siqueira, presidente da 9a Câmara Cível do Tribunal de Justiça mineiro.

Nos 14 dias seguintes, o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES) liderou uma intensa mobilização para evitar o despejo das 453 famílias que vivem no local há mais de 20 anos. O local tem 40 hectares de hortas, 60 mil árvores nativas e 60 mil frutíferas e os acampados produzem oito toneladas de mel por ano.

“Além da violação de direitos humanos que essa reintegração representava, estávamos e continuamos em emergência de saúde ocasionada pela pandemia da Covid-19, e o desalojamento das famílias neste momento violava princípios humanitários”, disse Helder Salomão (PT/ES), presidente da CDHM.

Além de Salomão, 64 parlamentares assinaram o documento. Paulo Teixeira (PT/SP), da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Urbana e dos Movimentos de Luta por Moradia; Marcelo Freixo (PSOL/RJ), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com Participação Popular; Enio Verri (PT/SP), líder do Partido dos Trabalhadores; Perpétua Almeida (PCdoB/AC), líder do Partido Comunista do Brasil; Fernanda Melchiona (PSOL/RS), líder do Partido Socialismo e Liberdade; Afonso Florence (PT/BA); Airton Faleiro (PT/PA); Alencar Santana Braga (PT/SP); Alexandre Padilha (PT/SP); Arlindo Chinaglia (PT/SP); Áurea Carolina (PSOL/MG); Benedita da Silva (PT/RJ); Beto Faro (PT/PA); Bohn Gass (PT/RS); Carlos Veras (PT/PE); Carlos Zarattini(PT/SP); Célio Moura (PT/TO); Marcon (PT/RS); Margarida Salomão(PT/MG); Maria do Rosário (PT/RS); Marília Arraes (PT/PE); Merlong Solano (PT/PI); Natália Bonavides (PT/RN); Nilto Tatto (PT/SP); Odair Cunha (PT/MG); Padre João (PT/MG); Patrus Ananias (PT/MG); Paulão (PT/AL); Paulo Guedes (PT/MG); Paulo Pimenta (PT/RS); Pedro Uczai(PT/SC); Professora Rosa Neide (PT/MT); Reginaldo Lopes (PT/MG); Rejane Dias (PT/PI); Rogério Correia (PT/MG); Rubens Otoni (PT/GO); Rui Falcão (PT/SP); Sâmia Bomfim (PSOL/SP); Talíria Petrone (PSOL/RJ); Valmir Assunção (PT/BA); Vander Loubet (PT/MS); Vicentinho (PT/SP); Waldenor Pereira (PT/BA); Zé Carlos (PT/MA); Zé Neto (PT/BA), Zeca Dirceu (PT/SP); David Miranda (PSOL/RJ); Edmilson Rodrigues (PSOL/PA); Kokay (PT/DF);



Frei Anastacio (PT/PB); Glauber Braga (PSOL/RJ); Gleisi Hoffmann (PT/PR); Henrique Fontana (PT/RS); Ivan Valente (PSOL/SP); João Daniel (PT/SE); Jorge Solla (PT/BA); José Aírton Félix Cirilo (PT/CE); José Guimarães (PT/CE); José Ricardo (PT/AM); Joseildo Ramos (PT/BA); Leonardo Monteiro (PT/MG); Luiza Erundina (PSOL/SP); Luizianne Lins (PT/CE) e Renan Sottomayor, presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Em 6/8 foi feita uma reunião da Mesa de Diálogo da Secretaria de Desenvolvimento Social de Minas Gerais para tratar de ameaça de despejo. Também participaram representantes dos trabalhadores rurais, judiciário e instituições mineiras de defesa dos direitos. A Polícia Militar, que iria executar a ordem judicial, foi convidada, mas não compareceu. “Assim, não dá pra chamar de mesa de diálogo”, observou Salomão.

Em 10/8 a presidência da CDHM reiterou o pedido para que justiça e governo de Minas Gerais evitassem a retirada das famílias. O documento foi enviado ao governador do estado, Romeu Zema; para o desembargador Gilson Lemes, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; ao coronel Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais e para André Luiz Amorim Siqueira, presidente da 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Em caráter urgentíssimo, os ofícios lembravam que, em correspondência anterior o momento era considerado “grave, delicado e de emergência de saúde ocasionada pela pandemia da Covid-19”. Também ressaltava que, durante reunião com a Mesa de Diálogo da Secretaria de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, foram levantadas muitas dúvidas sobre a delimitação da área objeto da reintegração e sobre o número de famílias a serem atingidas.

Em 11/8, defensores dos direitos humanos fizeram nova tentativa para evitar o despejo. Desta vez, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Gilson Soares Lemes, recebeu uma solicitação para impedir a ação. Assinam o ofício o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CONEDH); presidência da CDHM) Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Minas Gerais; Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESE). O documento afirmava que “diante da iminência de uma lesão irreparável e grave aos Direitos Humanos e ao direito à saúde, solicita-se a suspensão da ordem de cumprimento da liminar possessória para desocupação do imóvel”.

No mesmo dia, durante uma reunião com parlamentares e movimentos populares, com o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), sobre projetos de lei que tratam de despejos, foi citada a situação do quilombo Campo Grande. Maia se propôs a analisar com todos os partidos a votação de PL que suspende despejos durante a pandemia.



Em 12 de agosto, dia do despejo, 65 parlamentares solicitaram uma reunião urgente com Zema. O grupo de deputados federais era o mesmo do pedido feito em 30 de junho. O objetivo era discutir ações para reduzir os prejuízos provocados pela ação. De acordo com reportagem do jornal “O Tempo”, 150 policiais militares participaram do despejo e até um helicóptero chegou a ser usado. Ainda de acordo com a reportagem, as famílias desalojadas foram abrigadas em um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), perto da cidade.

“Fizemos vários apelos ao governo estadual, ao judiciário e ao legislativo mineiro. Foram todos ignorados e o despejo aconteceu. Não sabemos a área total abrangida, os limites da execução da ordem são desconhecidos e nem o número correto de famílias atingidas”, lamentou o presidente da CDHM.

No dia 13, o mesmo grupo de 65 deputados federais denunciou à justiça mineira irregularidades no despejo das famílias no Quilombo Campo Grande. O ofício foi enviado a Roberto Apolinário de Castro, juiz titular da Vara Agrária de Minas Gerais. O grupo de parlamentares era o mesmo do pedido feito em 30 de junho. O documento relatava o descumprimento de itens da decisão de reintegração de posse, como áreas e número de famílias. O grupo também pediu garantias para que não houvesse excessos no cumprimento da reintegração de posse.

No mesmo dia, o MST divulgou foram recebidas várias manifestações de apoio. Tanto em cartas enviadas ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, como na moção on-line, de 24 países (Brasil, Grécia, Estados Unidos, Reino Unido, Colômbia, Austrália, Alemanha, Espanha, Nova Zelândia, Irlanda, Nigéria, Noruega, Itália, Hungria, França, Venezuela, Suíça, Uruguai, Emirados Árabes Unidos, Nicarágua, México, África do Sul, Israel, Bélgica) e de 32 entidades internacionais e nacionais, 98 coletivos e representações acadêmicas.

Na sexta-feira, 14 de agosto, seguia pelo terceiro dia a ordem de reintegração de posse. O governo mineiro havia autorizado o uso de helicóptero e do “caveirão”, além disso a PM atirou bombas contra os acampados. Diante disso, considerando a “gravidade e a persistência” da situação, e os “possíveis desdobramentos imprevisíveis”, Helder Salomão, presidente da CDHM, pediu então que Rogério Correia (PT/MG) acompanhasse pessoalmente o despejo.

Segundo o Jornal Brasil de Fato de 18 de agosto, “o despejo do acampamento Quilombo Campo Grande, no Sul de Minas, fica para a história como o mais longo do século XXI no Brasil, por 56 horas, famílias sem-terra resistiram pacificamente à pressão da Polícia Militar, dia e noite, no meio de uma estrada, sob o sol forte e o frio da madrugada, respirando poeira e ouvindo ameaças”. Também de acordo com o jornal, dez dias depois do despejo “tratores têm avançado ilegalmente contra áreas do quilombo”.

Em 2018, a CDHM havia feito diligência ao Quilombo Campo Grande.



## Ameaça de despejo em Porto Seguro

O presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), e o Deputado Valmir Assunção (PT/BA), solicitaram ao governador da Bahia, Rui Costa, e ao procurador-geral do estado, Paulo Carvalho, em 22/7, adoção das medidas judiciais para a suspensão do cumprimento de reintegração de posse em Porto Seguro, sul da Bahia. A área é conhecida como Gleba Roça do Povo/Mangabeira.

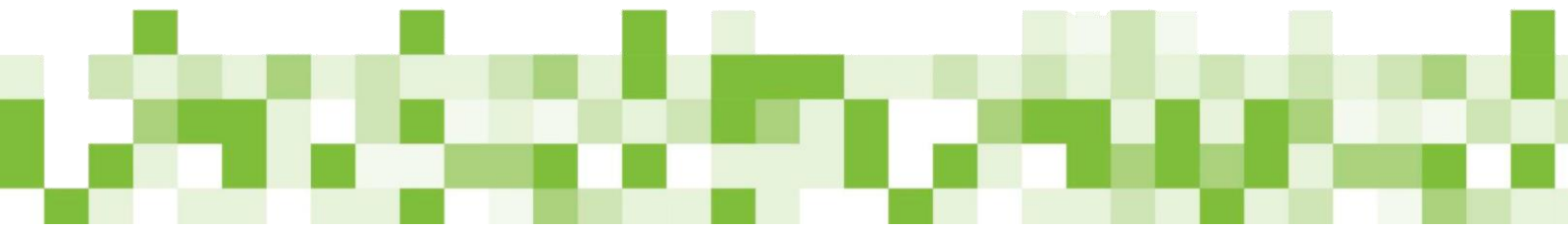
As Associações Unida Roça do Povo, de Produtores da Fazenda Mangaba, de Agricultores Rurais Nova Jerusalém, de Produtores Rurais Brasil Para o Futuro e dos Produtores Rurais do Projeto Mangabeira informaram que a área já foi considerada terra devoluta do Estado da Bahia.

“As consequências da reintegração de posse violam direitos humanos coletivos. Esse despejo vai atingir cerca de 350 pessoas que vivem no local há 15 anos. Essas famílias já fizeram benfeitorias edificadas, inclusive casas, é uma unidade consolidada”, explica Helder Salomão. O parlamentar lembra também que “estamos em meio à emergência de saúde ocasionada pela pandemia da Covid-19, e o desalojamento das famílias neste momento viola princípios humanitários”, afirmam os deputados.

## STJ suspende ameaça de despejo de assentados em Macaé

O assentamento Osvaldo de Oliveira fica em Macaé (RJ) e é o 1º projeto de PDS no Rio de Janeiro. No local, vivem cerca de 63 famílias de trabalhadores rurais que foram assentadas há 10 anos pelo Incra através do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). De acordo com o MST, as famílias do assentamento Osvaldo de Oliveira produzem feijão, aipim, abóbora, banana, milho, hortaliças, batata doce, inhame, taioba, guandu, fava, tomate, urucum, maracujá, cana, temperos e leguminosas. O formato Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) une práticas de produção ecológicas com parâmetros socioeconômicos e manejo racional de recursos.

Em novembro, a 8ª Turma Especializada do TRF2 decidira pela reintegração de posse. De acordo com o desembargador Relator, Dr. Marcelo Pereira, as famílias assentadas estariam degradando o ambiente, ignorando que as mesmas produzem agroecologicamente. Curiosamente, o mesmo desembargador, em outubro deste ano, endossou a decisão do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que no fim de setembro revogou uma série de regras de proteção a áreas de manguezais e restingas, que



estavam em vigor desde 2002. Portanto, a retórica de defesa do meio ambiente se revela, no mínimo, contraditória.

Em 1/12, o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES) pediu ao presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, uma reunião por teleconferência, para discutir a suspensão da liminar de sentença sobre a ordem judicial de reintegração em desfavor das famílias do assentamento. A sugestão para a realização do encontro é da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

“Temos duas grandes preocupações. O despejo das famílias vai trazer mais degradação ambiental no território. Lá, há uma enorme capacidade de produção de feijão orgânico que hoje faz parte da merenda escolar em Macaé, além do consumo nas feiras. Além disso, a reintegração de posse em plena pandemia, que já mais de 170 mil brasileiros, pode trazer graves consequências”, explica Salomão.

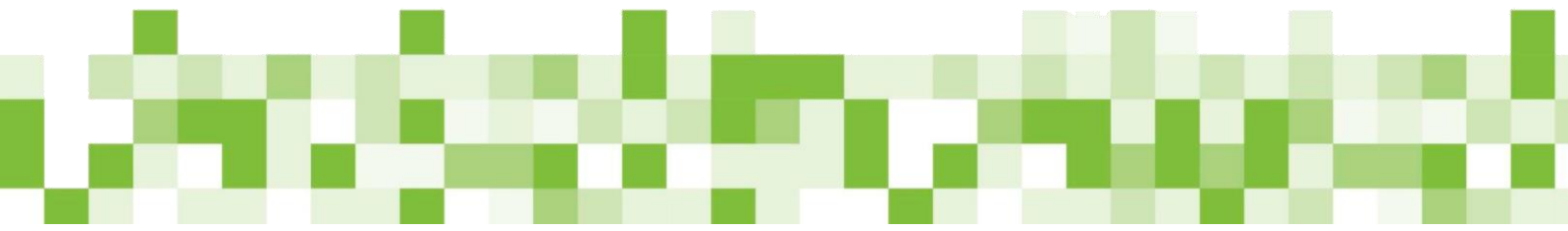
No mesmo dia, o Ministro Humberto Martins, presidente do STJ, suspendeu o despejo. Ele avaliou, entre outros pontos que “cabe a suspensão de liminar e de sentença em ações movidas contra o Poder Público se houver manifesto interesse público ou flagrante ilegitimidade e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas”. “No caso, a grave lesão à ordem, saúde e segurança públicas ficaram plenamente configuradas, porquanto a decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao determinar a desocupação no local do referido assentamento de 40 famílias de pequenos produtores rurais, tem o potencial lesivo demonstrado na inicial do presente requerimento de suspensão”.

## Acampamento Fidel Castro

O acampamento Fidel Castro está às margens da BR-101, no município de Pinheiros, norte capixaba. Cento e trinta famílias vivem no local desde outubro de 2019 e disputam a posse com a transnacional Suzano.

De acordo com o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os acampados trabalham com a agricultura familiar. Produzem feijão, milho, abóbora, amendoim e hortaliças. Parte dessa produção abastece as cestas do Movimento que chegam aos municípios da Grande Vitória por meio de comercialização e doações.

Na área de 500 hectares vivem cerca de 800 pessoas, dos municípios de Pinheiros, Conceição da Barra, Pedro Canário e São Mateus, além de ex-funcionários da empresa do setor alcooleiro Disa-Apal, que faliu e não pagou os direitos trabalhistas.



Os pequenos agricultores tentam reverter a decisão de reintegração de posse que tramita na 1ª Vara Cível da Comarca de Conceição da Barra. Porém, o comando de Polícia Ostensiva da Polícia Militar de Serra já marcou reunião para a próxima terça-feira (8), quando deve ser discutida a operação para a reintegração de posse, marcada para o quarta-feira (16).

Em 4/12, o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), pediu ao governo do Espírito do Santo e ao Inbra a adoção de medidas que evitem o despejo e conflito fundiário. O parlamentar solicitou também detalhes sobre a execução do Programa de Reforma Agrária no estado, principalmente quanto ao acampamento Fidel Castro.

O documento foi enviado para o governador José Casagrande; Nara Machado, secretária de Estado de Direitos Humanos e Coordenadora da Comissão Permanente de Conciliação e Acompanhamento dos Conflitos Fundiários e Geraldo Ferreira de Melo Filho, presidente do Inbra.

## Ameaça de despejo em Piranhas (GO)

Em 20/1/2021, 45 famílias que vivem no acampamento Che Guevara no município de Piranhas (GO), foram surpreendidas por uma ordem de despejo da Justiça do estado. A comunidade produz alimentos saudáveis, com lavouras diversificadas e cria animais. A notícia sobre o despejo foi divulgada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Em 3/2/2021, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Helder Salomão (PT/ES) pediu medidas para resguardar a vida, a integridade física e a dignidade das famílias ameaçadas pelo despejo. O caso foi levado à presidência da CDHM por João Daniel (PT/SE).

Os trabalhadores rurais foram levados para a fazenda onde está o acampamento em 2015, por uma decisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra). Naquele ano houve, inclusive, um contrato de empréstimo gratuito da área.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), todos os documentos do Inbra sobre a área indicam para a viabilidade de desapropriação da fazenda para reforma agrária. Até o empenho para pagamento do terreno já teria sido feito.

Apesar de todos esses elementos, e em pleno crescimento dos casos de Covid-19 no estado, a ordem de despejo contra as famílias foi feita.

O documento da presidência da CDHM foi enviado para Carlos Alberto Vilhena, procurador federal dos Direitos do Cidadão (MPF); ao juiz de Direito da comarca de Piranhas (GO), Jesus Rodrigues Camargos; para o desembargador Fausto Moreira Diniz, do





Tribunal de Justiça de Goiás; à Defensoria Pública da União e ao procurador-geral de Justiça do estado, Aylton Flávio Vechi.

“A desistência do Incra, anos após o comprometimento inicial em assentar as famílias de trabalhadores rurais, revela clara violação dos princípios da boa-fé administrativa”, ressalta Salomão. O parlamentar afirma ainda que essa atitude “desperdiçou investimentos públicos direcionados por anos à finalidade de promover a reforma agrária. Pode configurar, também, ato de improbidade administrativa”.

Durante o tempo em que aguardavam o assentamento, as famílias investiram recursos próprios na cooperativa que existe no local e criaram um modelo exitoso de produção de alimentos saudáveis para subsistência e comercialização.

Os ofícios lembram que, devido ao “contexto de emergência de saúde e de segunda onda de proliferação do Covid 19, quando o isolamento social é a principal medida de prevenção, o desalojamento das famílias e as inevitáveis aglomerações violam princípios humanitários, e colocam em risco a própria vida dos despejados”.

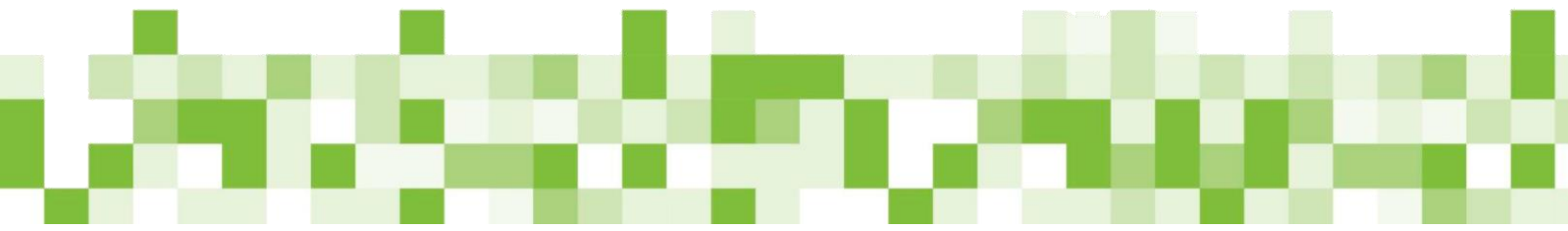
## Despejo de acampamento na região de Ribeirão Preto

O acampamento Campo e Cidade Paulo Botelho fica nas margens da rodovia Anhanguera, Km 337 no município de Jardinópolis (SP). A área faz parte da antiga Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), administrada pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). No local vivem cerca de 80 famílias.

Tramitam na justiça paulista dois processos, com dois autores diferentes que reivindicam a mesma área. Os processos correm em Câmaras de Justiça diferentes e, dessa forma, com dois relatores.

Em 11/2, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Helder Salomão (PT/ES) solicitou ao governador de São Paulo, João Doria (PSDB), que realize “esforços a fim de que se evite o desrespeito aos direitos fundamentais, e no sentido de que a solução desses conflitos seja obtida por meio de políticas públicas, objeto de diálogo entre as três esferas de governo”.

Documentos com o mesmo teor também foram encaminhados ao subprocurador-geral da República Carlos Vilhena; Lisiane Braecher, procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Estado de São Paulo – MPF/SP; Geraldo de Melo Filho, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); coronel Fernando Medeiros, comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo e aos desembargadores Denise Retamero e Virgílio de Oliveira Junior, relatores dos processos.



De acordo com relatos dos trabalhadores rurais, além de existir controvérsia quanto aos limites da ordem judicial, trata-se de área da extinta RFFSA, atualmente administrada pela União, o que levaria a competência do julgamento à Justiça Federal.

Além disso, afirmam que o local era utilizado como lixão de rejeitos agroindustriais e industriais e, atualmente, as famílias sem-terra executam ações para recuperação ambiental da área.

## Presidência da CDHM pede ao governador de São Paulo esforços para evitar despejo de acampamento

O acampamento Marielle Vive fica em Valinhos (SP), na região de Campinas. A área pertence a Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários Ltda. Em 14 de abril de 2018, cerca de 350 trabalhadores rurais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocuparam o local.

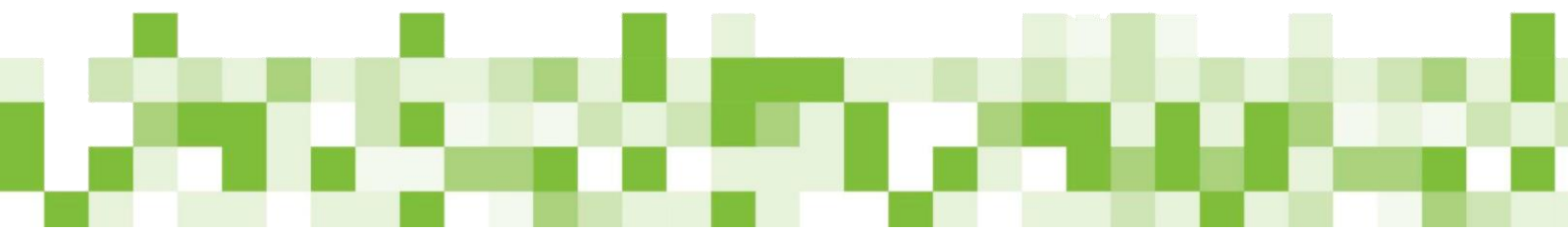
Desde então, convivem com a ameaça de despejo iminente. O nome do acampamento é uma homenagem à vereadora do PSOL assassinada no Rio de Janeiro em março de 2018, Marielle Franco.

Em 17/2/21, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Helder Salomão (PT/ES) [pediu ao governador de São Paulo, João Doria \(PSDB\)](#), que “envide esforços a fim de que evite o desrespeito aos direitos fundamentais, e no sentido de que a solução do conflito seja obtida por meio de políticas públicas, objeto de diálogo entre as três esferas de governo”.

Ofícios com o mesmo teor foram enviados ao desembargador José Beraldo, que é relator do caso na 37ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, e para Mario Sarrubbo, procurador-geral de Justiça do Estado de São Paulo.

Entre outros pontos, Salomão destaca resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), que observa que “remoções e despejos devem ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais, com a devida elaboração de um plano prévio de remoção e reassentamento, para que não resultem em pessoas ou populações sem teto, sem-terra e sem território, que não afetem as atividades escolares de crianças e adolescentes, e que não prejudiquem colheitas vindouras, devendo-se assegurar tempo razoável para o levantamento das benfeitorias”.

Para o presidente da CDHM, uma ação de despejo vai expor os trabalhadores ao risco de contaminação pelo novo coronavírus, “além da insegurança, violência, perda de renda e acesso limitado a redes de segurança socioeconômica, bem como o escasso acesso aos sistemas de saúde e cuidados públicos”.



Ainda não há decisão judicial sobre o caso.

## STF determina retirada de não indígenas de território Tapirapé (MT); presidência da CDHM atuou no caso

Em 21/2/21, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, confirmou a decisão dada pelo ministro Dias Toffoli, e suspendeu a liminar que impedia a retirada de não-índios da Terra Indígena Urubu Branco, no Mato Grosso. Grileiros também vivem na área e a presença deles, segundo o procurador-geral da República, Augusto Aras, aumentaria o risco de conflitos violentos. Aras foi autor do pedido no STF.

De acordo com Aras, o grupo de não-indígenas que ocupa a área é amparado por medidas judiciais, alguns já teriam sido indenizados e retirados, mas que voltam à terra indígena. São pessoas que praticam vários ilícitos que estariam comprovados em autos de infração ambientais e investigações.

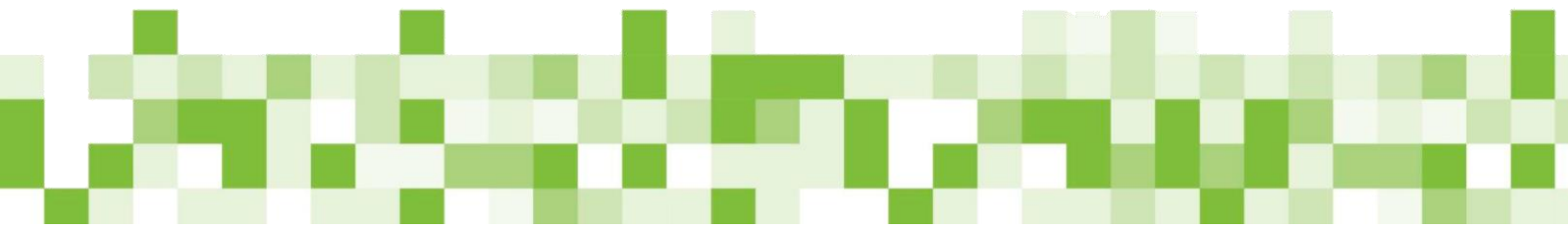
“A decisão do STF é mais um capítulo histórico de luta do povo Tapirapé da Terra Indígena Urubu Branco, que teve a terra homologada em 1998, com subseqüentes ações judiciais para discutir assuntos ligados ao território indígena, e que ainda se encontram pendentes de solução”, avalia o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Helder Salomão (PT/ES). O parlamentar considera que a demora para uma solução definitiva sobre a Urubu Branco viola a Constituição e a Convenção Americana de Direitos Humanos.

Luiz Fux apontou, na decisão, que o pedido dos não indígenas de permanecer na área é ilegítimo, considerando “a existência de demarcação e reconhecimento oficial da tradicionalidade da ocupação da Terra Indígena Urubu Branco pelos índios Tapirapé”.

A Terra Indígena Urubu Branco é alvo de disputa judicial desde 2003. Naquele ano, o Ministério Público Federal moveu uma ação civil pública contra a permanência de não indígenas na área de cerca de 167,5 mil hectares no leste de Mato Grosso. A Justiça Federal em primeira instância determinou a retirada dos não-índios. Mas, essa decisão foi suspensa pelo Tribunal Federal da 1ª Região. (TRF1).

### **“Um caso extremo de violação permanente de direitos humanos”**

A presidência da CDHM acompanha os desdobramentos dos indígenas Tapirapé há muitos anos. Foram feitos pedidos de investigação sobre denúncias, ameaças e violação de direitos humanos. Os documentos foram enviados para Alexandre Bustamante dos Santos, secretário de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso; Éverton Araújo, procurador da



República do Ministério Público Federal em Barra do Garças e Carlos Andrade, superintendente Regional da Polícia Federal em Mato Grosso.

Alexandre Bustamante esclareceu, na época, que o caso foi redirecionado, por competência, à esfera federal. Diversas investigações, feitas pelo MPF e Polícia Civil estadual apontam delitos ambientais, homicídio, tentativa de homicídio, incêndio de veículo de propriedade da FUNAI, atentados e emboscadas.

## Justiça suspende reintegração em Goiás e MPF manda apurar conduta de superintendente do Incra

O acampamento Che Guevara, no município de Piranhas (GO), é formado por 45 famílias. A comunidade produz alimentos saudáveis, com lavouras diversificadas e cria animais. Em 14/12/20, foram surpreendidas por uma ordem de despejo da Justiça do estado.

[Em 9/2/21 o desembargador Fausto Diniz considerou em despacho](#) que “a situação é gravíssima e não há qualquer dúvida de que a infecção por COVID-19 representa uma ameaça à saúde e à vida da população, principalmente dos povos mais vulneráveis.”

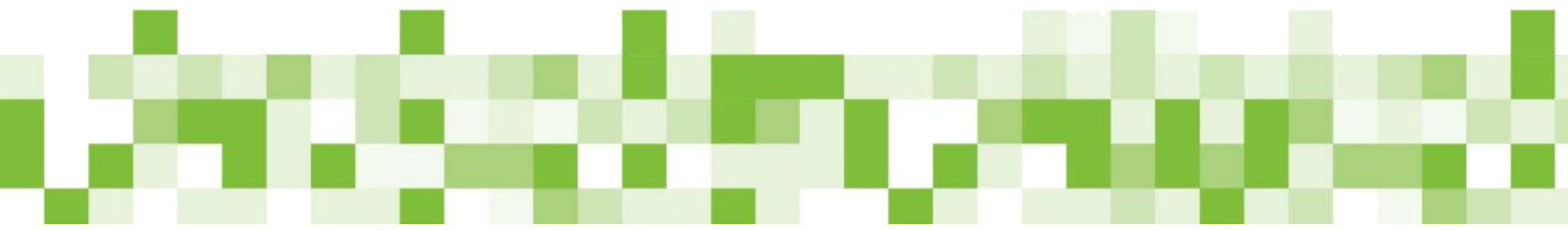
Já a Procuradoria Federal de Direitos do Cidadão informou à presidência da CDHM que pediu para o procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Estado de Goiás a apuração da conduta do Superintendente Regional do Incra em Goiás, que indeferiu a destinação da gleba a projeto de assentamento de reforma agrária.

A Defensoria Pública da União informou que encaminhou a demanda à Defensoria Pública do Estado de Goiás, já que a terra não é da União.

O Ministério Público Estadual encaminhou a demanda para a Promotoria de Justiça de Piranhas.

Ainda no âmbito dos despejos durante pandemia, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, em 23/2/21 uma recomendação aos órgãos do Poder Judiciário para que, em caso de determinação judicial de desocupação coletiva de imóveis urbanos ou rurais “garantam o respeito às diretrizes estabelecidas na Resolução n. 10, de 17 de outubro de 2018, do Conselho Nacional de Direitos Humanos, adotando as devidas "cautelas quando da solução de conflitos que versem sobre a desocupação coletiva de imóveis urbanos e rurais durante o período da pandemia do coronavírus”.

No dia 3/2/21, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Helder Salomão (PT/ES), [pediu adoção de medidas](#) para



resguardar a vida, a integridade física e a dignidade de famílias ameaçadas de despejo no acampamento Che Guevara no município de Piranhas (GO). O caso foi trazido à presidência da CDHM por João Daniel (PT/SE).

O documento foi enviado para Carlos Alberto Vilhena, procurador federal dos Direitos do Cidadão (MPF); ao juiz de Direito da comarca de Piranhas (GO), Jesus Rodrigues Camargos; para o desembargador Fausto Moreira Diniz, do Tribunal de Justiça de Goiás; à Defensoria Pública da União e ao procurador-geral de Justiça do estado, Aylton Flávio Vechi.

“A atitude do Inbra, em negar a área para assentar as famílias de trabalhadores rurais, revela clara violação dos princípios da boa-fé administrativa”, ressalta Salomão. O parlamentar afirma ainda que essa atitude “desperdiçou investimentos públicos direcionados por anos à finalidade de promover a reforma agrária no local. Pode configurar, também, ato de improbidade administrativa”.

## STJ suspende despejo de acampamento em Mato Grosso

Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias atuou no caso, em parceria com a parlamentar Professora Rosa Neide (PT/MT)

Em 3/3/21, o ministro Mauro Campbell Marques, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), suspendeu uma liminar que pedia a reintegração de posse da área ocupada por 100 famílias do Acampamento Boa Esperança, em Boa Esperança (MT). A área teria sido invadida pelos herdeiros do dono da Fazenda Araúna, Marcello Bassan, médico e fazendeiro que morreu em 2007.

[Campbell Marques aponta na decisão](#) que “o eventual restabelecimento da liminar na ação de reintegração de posse agravará o quadro social do local da controvérsia, marcado por conflitos de natureza fundiária - ademais da exposição dos envolvidos ao risco de contágio pela Covid-19”.

O ministro conclui ser “necessária a manutenção do status quo por meio da temporária paralisação do processo em curso na Justiça Estadual, evitando-se o agravamento do conflito social existente no local da controvérsia, cujos ocupantes correm o risco de sofrer danos irreparáveis ou de difícil reparação”.

Em setembro de 2019, a Justiça Federal já havia concluído que os 14,7 mil hectares da fazenda são propriedade da União e devem ser destinados à reforma agrária.



Já o Incra afirma que não pode cumprir a determinação porque a reforma agrária está suspensa pelo governo federal.

Os trabalhadores rurais vivem no local há aproximadamente 10 anos. Desde então, convivem com ameaças e ações de despejo. Em agosto de 2020 um incêndio destruiu barracos, plantações e matou animais. Os acampados acusam os herdeiros de Bassan pelo fogo.

[Em julho de 2018](#), o então presidente da CDHM, Luiz Couto (PT/PB) manifestou para desembargadora federal Daniele Costa, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região “preocupação com o perigo iminente de despejo de trabalhadores rurais legitimamente assentados pelo Incra”.

Também para a desembargadora, foi enviada [em dezembro de 2019](#), pelo presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), solicitação para “tratar sobre o recurso de efeito suspensivo interposto no bojo da Apelação no 1035126-65.2019.4.01.0000, que versa sobre a Fazenda Araúna, inserida na Gleba Nhandu, no município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso”. O pedido foi feito junto com Professora Rosa Neide (PT/MT). A mesma solicitação havia sido feita em setembro daquele ano.

[Em 23/2 deste ano](#), o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Helder Salomão (PT/ES), já havia solicitado para o ministro do STJ um encontro virtual para discutir o caso. O pedido foi feito por Professora Rosa Neide (PT/MT).

“Em todos os movimentos ressaltamos a importância de diálogo entre as instituições públicas encontrar uma solução dos conflitos, evitar consequências lesivas aos envolvidos, e ao mesmo tempo contribuir para a promoção da dignidade da pessoa humana”, explica Salomão.

## Presidência da CDHM pede ao governador de Pernambuco esforços para impedir despejo na Região Metropolitana do Recife

Cerca de 67 famílias sem-teto ocupantes do Residencial Vila Claudete, Etapa VII, estão na iminência de serem despejadas, sem o devido plano de remoção e reassentamento.



O residencial fica no município de Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Recife. A reintegração de posse foi solicitada, no último dia 12, pela Caixa Econômica Federal. A justiça deu prazo de 30 dias para realização do despejo.

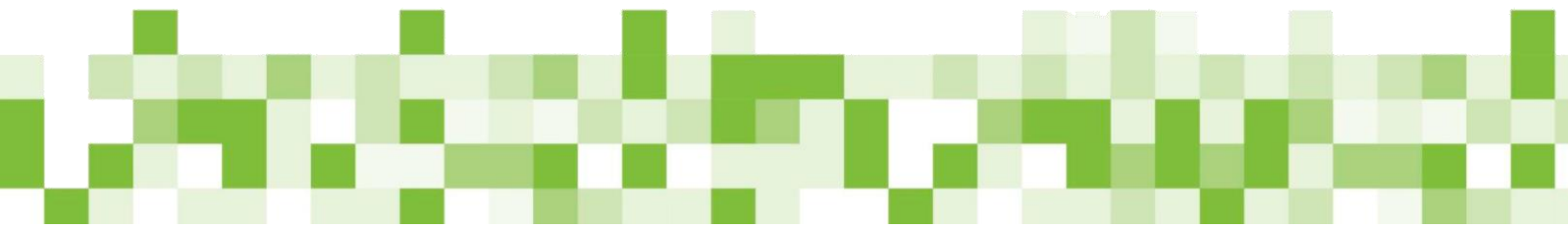
[Na quinta-feira \(4/3/21\)](#), o presidente da Comissão da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Helder Salomão (PT/ES) pediu ao governador Paulo Câmara (PSB), que realize “esforços a fim de que se evite o desrespeito aos direitos fundamentais, e no sentido de que a solução desses conflitos seja obtida por meio de políticas públicas, objeto de diálogo entre as três esferas de governo”.

O pedido para atuação da presidência da CDHM foi feito por Carlos Veras (PT/PE). Veras é coautor do Projeto de Lei 692 de 2020, que impede ações de despejo de populações vulneráveis enquanto durar a crise sanitária provocada pela Covid-19.

Ofícios com o mesmo conteúdo também foram enviados para Carolina de Gusmão Furtado, procuradora Regional dos Direitos do Cidadão em Pernambuco (MPF); Ethel Francisco Ribeiro, juíza da 34ª Vara Federal de Cabo de Santo Agostinho e para o Carlos Alberto Vilhena, procurador Federal dos Direitos do Cidadão.

O presidente da CDHM lembra que resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos orienta que “remoções e despejos devem ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais, com a devida elaboração de um plano prévio de remoção e reassentamento, para que não resultem em pessoas ou populações sem teto, sem-terra e sem território, que não afetem as atividades escolares de crianças e adolescentes”.

Salomão destaca também que a ONU pede que os Estados “suspendam os despejos e remoções neste momento de pandemia. De acordo com a ONU, os despejos afetam as populações mais pobres e vulnerabilizadas que vivem em bairros precários, assentamentos informais e favelas”.



# Direitos dos trabalhadores

## Demissões na Vale

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Sindicato dos Ferroviários do Espírito Santo denunciaram para a CDHM demissões feitas pela empresa Vale, em Minas Gerais e Espírito Santo. Só em março já teriam sido 50 dispensas.

De acordo com os trabalhadores, as demissões são em compensação pelos prejuízos econômicos provocados pelos desastres nas barragens de Mariana e Brumadinho. Ainda segundo a denúncia, a iniciativa coloca os demitidos em uma situação de ainda mais vulnerabilidade, em um período delicado com a pandemia do Covid-19.

Em 20/3, o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), solicitou ao procurador-geral do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro, “os mais vigorosos esforços do Ministério Público do Trabalho no sentido de ouvir os reclames dos trabalhadores da empresa Vale envolvidos na situação, a fim de buscar a melhor forma de amenizar prejuízos para todos, sobretudo os menos favorecidos. ”

O presidente da CDHM diz ainda que “não é possível que uma empresa do porte da Vale, aproveitando desse momento de grave crise internacional se saúde pública, exponha seus trabalhadores ao desemprego e desamparo”.

## Medidas de proteção contra o Covid-19 aos trabalhadores dos Correios

O Sindicato dos Trabalhadores de Correios do Espírito Santo encaminhou, em março, para a CDHM, cópia de ordem judicial da Justiça do Trabalho que determina uma série de medidas para os trabalhadores do setor. Entre elas, entrega de álcool gel e máscaras individuais para quem atende público externo, priorização de home office na área administrativa, que seja vedado o trabalho externo para funcionários maiores de 60 anos ou que tenham histórico de doenças preexistentes e a realização de testes para o coronavírus nos funcionários que lidam diretamente com o público.

O decreto 10.282, do dia 20 de março, inclui os serviços postais como essenciais. A categoria lembra a importância e posição logística estratégica dos Correios, mas pondera que neste momento manter o funcionamento normal e integral das atividades em todo país põe em risco a vida e integridade física de todos os trabalhadores dos Correios.





De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o exame para detectar o novo coronavírus deve ser feito em todos os trabalhadores que continuam em atividade, para evitar que os possíveis contaminados continuem trabalhando diretamente com o público e possam propagar a doença.

Em 24/3, o Presidente da CDHM, Deputado Helder Salomão (PT/ES), solicitou ao presidente dos Correios, Floriano Peixoto Vieira Neto, e ao superintendente dos Correios no Espírito Santo, Fábio Vieira César, informações sobre o cumprimento da decisão da justiça.

Para o parlamentar, “as medidas de proteção são importantes não só para a saúde desses trabalhadores de um setor tão importante para a sociedade, mas também para a saúde da coletividade como um todo”. Ele ressalta que “as demandas da categoria merecem todo apoio”.

O Ministério da Saúde informou que há uma carga de 5 milhões de testes rápidos do COVID-19 chegando ao Brasil. Para Salomão, como será utilizada a logística dos Correios nessa entrega, “seria uma oportunidade para que os trabalhadores pudessem fazer o teste”.

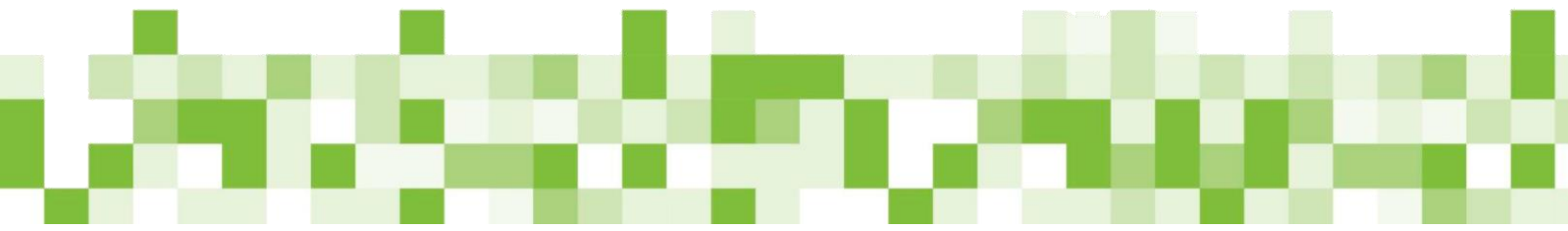
## Anulação de portaria do governo que considera mineração trabalho essencial durante a pandemia

Em 7/4, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Helder Salomão (PT/ES), pediu ao Procurador-Geral do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro, providências anulação da portaria, e paralisação imediata das atividades de mineração enquanto o País estiver ameaçado pela pandemia. O deputado solicita também o resguardo dos direitos dos trabalhadores diretos e indiretos, com a garantia dos seus salários de forma integral.

A Portaria nº 135/GM, de 28 de março de 2020, do Ministério das Minas e Energia, autorizou mineradoras a continuarem funcionando. No texto do documento, atividades de pesquisa, lavra, beneficiamento e comercialização de bens minerais da cadeia produtiva foram considerados atividades essenciais.

O Decreto Federal nº 10.292, que definiu os serviços essenciais para continuarem funcionando durante a emergência de saúde, não previu a mineração entre eles.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil denunciou a medida, afirmando que vai contra as orientações da Organização Mundial da Saúde para proteção de trabalhadores no mundo inteiro durante a pandemia da Covid-19.



Salomão ressaltou: “A Organização Mundial do Trabalho considera a mineração um setor altamente insalubre. Nas cidades onde há esse tipo de exploração, são altos os índices de câncer, doenças respiratórias e contaminações. A população fica mais frágil e com menos resistência ao coronavírus”.

De acordo com o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração, essa portaria, “assim como outras do Governo Federal, demonstra descaso e desrespeito aos trabalhadores e suas famílias, às comunidades do entorno e às instituições internacionais e nacionais”

Em agosto do ano passado, a fragilidade social e de saúde dos trabalhadores e populações atingidas pela mineração já haviam sido denunciadas em audiência pública da CDHM.

### **Justiça proíbe mineração em Goiás**

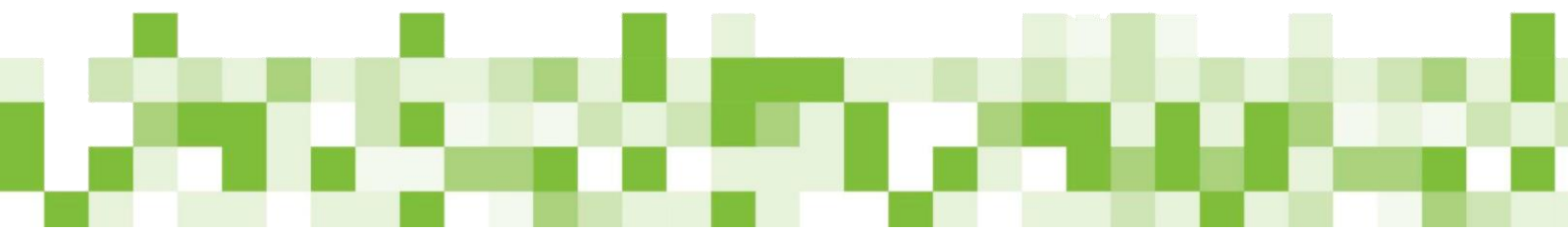
No dia 31 de março o juiz titular da Vara do Trabalho de Uruaçu, Antônio Gonçalves Pereira Júnior, determinou a suspensão das atividades de uma mineradora no município de Pilar de Goiás. A empresa operava mesmo sem estar entre as atividades essenciais que poderiam ou deveriam funcionar durante a pandemia de covid-19, conforme decreto do governo estadual. O magistrado também determinou o afastamento imediato de todos os empregados, prestadores de serviços autônomos e terceirizados que atuem na área de mineração da empresa. A multa diária estabelecida em caso de descumprimento das determinações é de R\$ 50 mil.

Desde o dia 28 de março de 2020 tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Decreto Legislativo nº 136/2020, para revogar a portaria que considera o setor de mineração um serviço essencial.

## **Destruição de lavoura**

O presidente da CDHM da Câmara dos Deputados, Helder Salomão (PT/ES), pediu ao governador do Paraná, Carlos Massa Ratinho Júnior, ao Procurador-Geral de Justiça do Paraná, Ivonei Sfoggia e ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado, Rômulo Soares, providências sobre a destruição de uma lavoura no acampamento Valdair Roque. O acampamento fica em Quinta do Sol, na região central do Paraná. A denúncia foi feita à CDHM pela Organização Terra de Direitos e a solicitação foi enviada em 7/7.

A destruição teria se iniciado dias antes, com tratores avançando sobre lavouras de milho e mandioca em fase de colheita plantadas por 50 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTRST). Ainda de acordo com a denúncia, teria ocorrido



o envolvimento de milícias armadas, grupos paramilitares com atuação proibida pela Constituição.

O documento da presidência da CDHM solicita que sejam feitos esforços para evitar a violação aos direitos fundamentais das famílias de trabalhadores rurais da microrregião de Campo Mourão. Pede também que sejam tomadas as medidas para identificar e responsabilizar os responsáveis pela destruição das lavouras.

## Trabalhadores e instituições pedem a nacionalização da Ford; Dieese e sindicatos alertam para “efeito dominó”

Três fábricas da Ford, em Camaçari (BA), Horizonte (CE) e Taubaté (SP) foram fechadas no dia 11 de janeiro de 2021. Com a iniciativa, a Ford anunciou 5 mil demissões. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) divulgou estudo que aponta o potencial fechamento de aproximadamente 119 mil postos de trabalho.

Em 3/2/2021, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Helder Salomão (PT/ES) promoveu um debate sobre os impactos do fechamento dessas fábricas no Brasil. O encontro foi solicitado por Aroaldo Oliveira da Silva, presidente da IndustriALL Brasil; Carlos Caramelo, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Leonardo Pinho, presidente da Central de Cooperativas Unissol Brasil. Os três assinam uma Nota Técnica com uma série de considerações sobre o fechamento das unidades da Ford.

A empresa deve manter apenas um centro de provas em Tatuí (SP) e, provisoriamente, um Centro de Desenvolvimento de Produtos em Camaçari (BA), para produção de peças de reposição.

De acordo com o levantamento do DIEESE, o impacto vai além das 5 mil demissões anunciadas, porque os postos diretos, indiretos e os induzidos somam 119 mil, além da perda potencial de massa salarial da ordem de R\$ 2,5 bilhões/ano.

“A Ford foi historicamente beneficiada com incentivos fiscais e financiamentos com dinheiro público. Uma fábrica que se aproveitou muito do Estado brasileiro. O carro fabricado na Bahia não pagava imposto por causa dos incentivos. Uma taxa de retorno baseada na isenção fiscal. Já teve faturamento de 62 milhões de dólares e produziu 140 mil veículos. 84% da produção era feita e vendida aqui. Agora, vai ocupar esse mercado com veículos importados”, afirma Fausto Augustos Junior, do Dieese. Ele ressalta que “Yoki, Zara, 3M, Mercedes e outros grupos globais estão fechando fábricas ou saindo do país. O



PIB deve ter uma queda ainda maior que a prevista e as taxas de câmbio estão muito acima dos patamares normais. Nosso alerta é que esse caminho deve ser tomado por outras grandes empresas”.

Wellington Damasceno, diretor executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC lembra que “travamos uma grande luta contra o fechamento da Ford em São Bernardo do Campo. No final, a planta foi comprada para armazenamento de produtos, muitos importados, de uma indústria do setor mobiliário. Estamos vivendo a redução da produção industrial, a Ford tem uma cadeia intensa de empresas no entorno e elas estão fechando. Deve haver uma cobrança firme do governo. Se isso não for feito, outras empresas vão seguir o mesmo caminho”.

### **Mobilização**

Para o presidente da CDHM “é um tremendo impacto social e econômico, os governos estaduais e municipais estão lutando para reverter a situação. As instituições sindicais e o Congresso devem se mobilizar para impedir essa abrupta decisão, que viola princípios e diretrizes de direitos humanos. A reunião de hoje é parte de uma grande mobilização”, avalia Helder Salomão.

Representações de trabalhadores e dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontam que o Brasil já acumula mais de 30 mil desempregados no setor, inclusive os demitidos pela Ford, em 2019, quando a empresa fechou a fábrica de veículos em São Bernardo do Campo (SP). Além da Mercedes, há possibilidade de a Audi fechar a fábrica no Paraná.

Além dos incentivos recebidos pelo Estado, os trabalhadores da Ford também tomaram iniciativas para colaborar com a empresa na preservação dos empregos.

“Demos uma contribuição imensa, acreditando nisso. Cedemos em reajustes salariais, aumento na contribuição de planos médicos e na participação nos resultados. A Ford foi traiçoeira e desleal. Deu uma banana para nós. Vai produzir em outros países para vender aqui. Que produza na Argentina e venda lá, que produza aqui para vender aqui. Queremos a nacionalização da Ford e a retomada do Inovar-Auto”, ressalta Cláudio Batista, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté.

O Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto) foi criado durante o governo de Dilma Rousseff e tinha como objetivo melhorar a competitividade, a tecnologia e a segurança para os carros produzidos e vendidos no Brasil. Terminou em dezembro em 2017.

Sivaldo Borges, representante dos trabalhadores da Ford de Taubaté reitera que “nos últimos três anos concordamos em congelar os salários e fomos traídos. Não só nós, mas toda a sociedade e os consumidores que acreditaram na marca. A Ford mente



descaradamente. Afirma que serão gastos 23 bilhões de reais em indenizações, mas em nossos cálculos o valor vai ser de 0,5% disso”.

### **“Tapa na cara”**

Julio Bonfim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari conta que na fábrica que foi fechada “já tinha até projeto de três novos carros, um deles até com modelo novo pronto, com lançamentos entre outubro de 2021 até 2023. Criou expectativa e tomamos um tapa na cara. A Ford é a única empresa automobilística na Bahia e a maior indústria do estado. Não temos para onde ir”. O metalúrgico pede a retomada do Inovar-Auto e um projeto de lei para nacionalizar a Ford e alerta que “Peugeot e Renault também cogitam sair do país”.

Segundo reportagem veiculada pela TV Globo na última segunda, empresas fornecedoras de produtos e serviços já sentem o impacto. Como, por exemplo, os motoristas de carretas que levavam os veículos produzidos para o resto do país. De acordo com a reportagem, dos 2.500 cegonheiros que faziam esse transporte, 98% pararam. Dos 250 rodoviários que transportavam funcionários para Ford, 150 foram demitidos.

Para Erika Kokay (PT/DF) “estamos diante de um fato que deixa um rastro de desconstrução de dignidade muito grande. Já temos a proposta da nacionalização da Ford e outra questão é estabelecer um novo marco para políticas de subsídios”. A parlamentar sugere convidar o ministro da Economia, Paulo Guedes, para explicar na Câmara dos Deputados o que o governo pretende fazer para reverter a situação.

Para Yuri Costa, presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), a o caso não deve ser visto “apenas como de direitos trabalhistas, mas um problema de direitos humanos nos âmbitos nacional e internacional. Queremos a compensação ou reversão dessas demissões e, se for necessário, a judicialização do caso”.

“Uma situação inaceitável com diversas dimensões e impactos avassaladores, que vão da redução na arrecadação dos municípios à falta de credibilidade da nossa indústria. Vamos virar uma casa de passagem. Temos que defender os interesses do país, caso contrário seremos cada vez mais desrespeitados”, destaca Daniel Almeida (PCdoB/BA).

Alberto Bastos Balazeiro procurador-geral do Ministério Público do Trabalho explica que foi criado um grupo de trabalho para tratar do caso. “Já fizemos audiência com a empresa, reuniões com os governos estaduais e municipais, que foram pegos de surpresa, e BNDES. Também abrimos três inquéritos civis para acompanhar os processos de demissão, a necessidade dos postos de trabalho e sobre a concessão de 783 milhões de reais para a construção das fábricas. Não descartamos ações judiciais”.

“Uma dispensa coletiva extravasa os muros de uma empresa. Segundo a OIT, mais de 80% dos países do mundo têm regulação protetiva de dispensas coletivas. Não pode



uma empresa com presença de mais de cem anos decidir abandonar um país e deixar um lastro de 120 mil postos de trabalho fechados”, pondera Jefferson Maciel Rodrigues, procurador do Trabalho e coordenador do grupo de trabalho sobre a Ford.

“Um drama que vai além do desemprego, um drama que escancara a falta de políticas para nossa indústria. O fechamento da Ford é um desrespeito com o nosso país e com a América Latina”, afirma Vicentinho (PT/SP).

### **Liminar**

Em 5/2, logo após a reunião, a Justiça do Trabalho concedeu liminar que proíbe a demissão coletiva de trabalhadores da Ford da fábrica de Taubaté (SP). Mesma atitude foi tomada pela justiça baiana.

Em Taubaté, a decisão é da juíza de Taubaté Andréia de Oliveira em uma ação movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). A juíza determina que a empresa apresente, em 30 dias, um cronograma de negociação coletiva e que nenhum funcionário seja desligado antes disso.

"O cronograma de negociação coletiva deverá considerar o contexto de isolamento social e a necessidade inclusive de cautelas necessárias a não contaminação dos trabalhadores pela Covid-19 e/ou a impossibilidade de aglomerações, pelos trabalhadores", afirmou a juíza em entrevista para a imprensa.

A justiça também concedeu outra liminar, a pedido do MPT, impedindo as demissões na fábrica da empresa em Camaçari (BA).

A decisão foi do juiz Leonardo de Moura Landulfo Jorge, da 3ª Vara do Trabalho de Camaçari. Ele determinou que, enquanto os contratos de trabalho estiverem em vigor e os acordos coletivos estiverem na mesa de negociação, a Ford não poder suspender o pagamento dos salários e das licenças remuneradas dos trabalhadores.

O juiz disse que, se a decisão for contrariada, a Ford pode ser enquadrada em prática de "assédio moral negocial", por apresentar ou oferecer propostas ou valores de forma individual aos trabalhadores, durante a negociação coletiva.



# Educação

Vídeo exibido pelo Ministério da Educação



*Imagem do vídeo usado pelo MEC curso de capacitação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares*

Em 4/5, o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), questionou e pediu informações ao então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, sobre a exibição de um vídeo durante um curso de capacitação para profissionais do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. No vídeo, uma policial tenta conter uma turma de crianças, no que parece ser uma sala de aula. Como não consegue, a militar dá um tiro para cima, no auditório com dezenas de alunos.

“A postura policial demonstrada no vídeo é execrável”, afirmou no documento o presidente da CDHM.

Salomão lembrou também no ofício para o ministro Weintraub que “o tiro de advertência não é admitido em nenhuma situação. Uma portaria interministerial de 2010, regulamenta diretrizes internacionais sobre esta conduta. Nela, os chamados ‘disparos de advertência’ não são considerados prática aceitável, porque violam o princípio de que o uso da força por agentes de segurança pública deverá obedecer aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência, e em razão da imprevisibilidade de seus efeitos”.

O curso de capacitação foi realizado entre os dias 10 e 13 de dezembro de 2019, mas a exibição do vídeo só ficou conhecida recentemente. As imagens são de uma comédia norte-americana. O título do vídeo é “Como controlar uma sala de aula” e o arquivo foi disponibilizado pelo MEC na plataforma do governo federal por Cleber Borges dos Santos, coordenador-geral de desenvolvimento didático-pedagógico da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

“Esses tiros são inadmissíveis em qualquer contexto, e ainda mais no contexto escolar. A Constituição determina a necessidade da integração entre família, sociedade, comunidade e Estado na educação de crianças e adolescentes e a proteção contra toda forma de violência, crueldade ou opressão”, explica o presidente da CDHM.

### **O Programa**

O Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares é uma parceria de duas pastas, os ministérios da Educação e da Defesa. A ideia inicial era que cerca de mil militares da reserva das Forças Armadas, bombeiros e policiais militares fizessem a gestão dessas instituições. Contudo, nem 77% das vagas foram preenchidas, de acordo com dados obtidos pela Organização Não Governamental Fiquem Sabendo, que também localizou e trouxe a público o vídeo usado pelo MEC.

## **Adiamento do Enem**

O presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), e os vices Padre João (PT/MG), Camilo Capiberibe (PSB/AP) e Túlio Gadêlha (PDT/PE), pediram, em 18/5, ao ministro da Educação Abraham Weintraub o adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Capiberibe já havia solicitado ao ministro a suspensão do Enem e o cancelamento dos editais do concurso. Gadêlha protocolou requerimento no Tribunal de Contas da União (TCU) para que seja determinada a suspensão dos editais de abertura das inscrições para o exame e também a prorrogação das provas.

O MEC respondeu a Capiberibe com a Nota Técnica Conjunta nº 36/2020, que considera impossível a alteração no cronograma do Enem 2020, “já que diversas outras





atividades que antecedem a aplicação das provas são adotadas”. O TCU ainda não se manifestou sobre a solicitação de Gadêlha.

“A resposta do MEC reitera a necessidade de que todos os processos relativos ao ENEM sejam suspensos. Do contrário, uma geração de estudantes pobres será prejudicada no acesso à universidade”, avalia Helder Salomão.

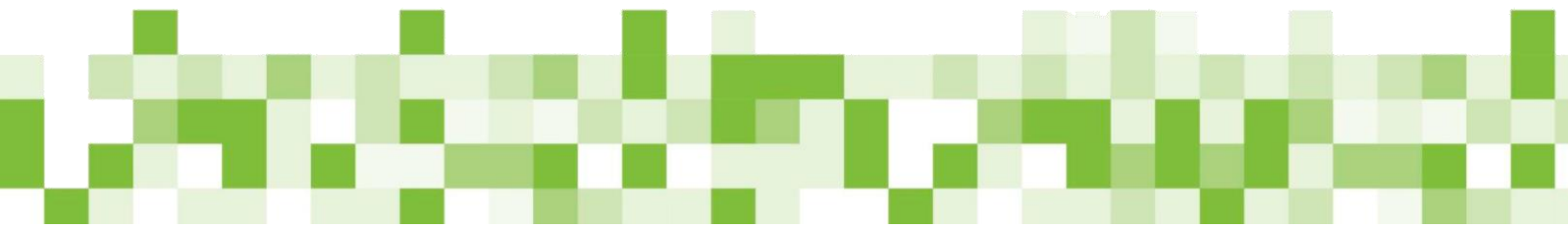
No documento de maio, os integrantes da CDHM argumentaram, entre várias considerações, que o cronograma previsto no edital iniciou em 6 de abril e que o prazo mais relevante para os alunos participantes, é a inscrição de 11 a 22 de maio, justamente no período mais crítico, como reconhecido pelo próprio Ministério da Saúde: “o vírus potencialmente circulará até meados de setembro, com um importante pico de casos em abril e maio”. Os parlamentares lembram a Weintraub que, ainda seguindo as observações da Saúde, o pico da curva epidemiológica da pandemia deve acontecer em junho. Dessa forma, seria reforçada a possibilidade de fechamento das escolas até o fim do primeiro semestre e, conseqüentemente, o comprometimento da igualdade de condições e de acesso aos candidatos da rede pública.

Para Túlio Gadêlha “o atual cronograma do Enem, para justificativa de ausência, requerimento de isenção de taxa, recurso e inscrição e aplicação das provas durante ou logo após período de calamidade pública, com o fechamento indeterminado das escolas do país, revela uma seleção artificial de ricos em desfavor de pobres, urbanos e rurais, “nortistas” e “sulistas”, pondera o deputado.

Os parlamentares da CDHM ressaltaram para Weintraub que a pandemia pela Covid-19 determinou a suspensão das aulas presenciais há mais de dois meses em todo o país, de acordo com decretos dos governadores. Eles consideram que a falta de aulas presenciais prejudicam o aprendizado, sobretudo dos jovens que não têm acesso regular à internet e bons computadores.

Para Padre João, “outro fator importante é que os estudantes das áreas rurais foram desconsiderados nos editais. De acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, o PNAD de 2017, o uso da internet por essa população caiu 41 por cento na média nacional, chegando a quase 36 por cento no Nordeste”.

Os líderes da CDHM pedem ao ministro que o MEC e o INEP ampliem os prazos do Enem 2020, aguardando o final do ciclo da pandemia e de suspensão das aulas para definição de um novo calendário e que seja garantida a isenção de taxa de inscrição para todos os estudantes de escolas públicas.



## STF suspende decreto do governo federal que criaria escolas especiais para pessoas com deficiência

Em 1/12, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu o decreto assinado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, que criaria escolas especiais para pessoas com deficiência. Para o ministro, o decreto “fragiliza o imperativo da inclusão de alunos com deficiência”. A decisão é provisória e deve ser analisada pelos demais ministros no dia 11 de dezembro.

Em outubro, um grupo de 21 parlamentares pediu ao Escritório Regional para a América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH-ROSA) uma análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 427/2020 que propunha, justamente, suspender os efeitos do Decreto nº 10.502 de 30 de Setembro de 2020, do governo federal, que cria a Política Nacional de Educação Especial.

O presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), um dos parlamentares que fez a consulta à ONU e também autor do projeto de decreto do legislativo, afirma que proposta do governo federal “é considerada por educadores como atrasada e que não contribuirá para a completa inclusão destes estudantes, nem a garantia de uma educação de qualidade”.

A resposta, enviada por Jan Jarab, representante Regional para América do Sul Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, destacou “a promoção de uma educação inclusiva e a plena participação das pessoas com deficiência nos assuntos que as afetam são compromissos dos Estados-parte da Convenção da ONU sobre o tema. Legislação e políticas públicas devem considerar a diversidade de estudantes, promovendo seu acolhimento no ambiente escolar e protegendo-os de atitudes discriminatórias, em uma perspectiva de educação inclusiva”.

### **O decreto do governo e a proposta do legislativo**

A proposta do governo previa a separação de pessoas com deficiência, com a justificativa da inclusão de “pessoas especiais” em “ambientes especializados. Também argumentava que mães e pais de pessoas com algum tipo de deficiência é que devem decidir sobre o que seria melhor para os filhos, incluindo a educação.

O projeto legislativo que propõe a suspensão da iniciativa governamental, destaca que “o Decreto do governo federal exorbita suas funções constitucionais, ao instituir regulação que vai de encontro à Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência”. Esse projeto aguarda despacho do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ).



O pedido de suspensão no STF foi proposto em uma ação de inconstitucionalidade apresentada pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) contra o decreto do presidente.

Fizeram a consulta e receberam a resposta do ACNUDH, Helder Salomão (PT/ES), presidente da CDHM e Maria do Rosário (PT/RS), Professora Rosa Neide (PT/MT), Margarida Salomão (PT/MG), Carlos Veras (PT/PE), Enio Verri (PT/SP), Paulo Teixeira (PT/SP), Frei Anastacio Ribeiro (PT/PB), Rogério Correia (PT/MG), Patrus Ananias (PT/MG), José Guimarães (PT/CE), Vicentinho (PT/SP), Nilto Tatto (PT/EP), Vander Loubet (PT/MS), Leonardo Monteiro (PT/MG), João Daniel (PT/ SE), Valmir Assunção (PT/BA), Alexandre Padilha (PT/SP), Marcon (PT/RS), Célio Moura (PT/TO) e Paulão (PT/AL)

“O racismo e o machismo alimentam uma rotina diária de violência de vários tipos que enfrentamos antes, durante e depois das eleições. Quanto mais avançamos na conquista de espaços de defesa de direitos, a violência aumenta e se torna cada vez mais grave”. Vereadora Ana Lúcia Martins (PT/SC).

O depoimento da vereadora de Joinville foi nesta segunda-feira (8/3), Dia Internacional da Mulher, em um Diálogo Interativo com a Relatora Especial sobre Defensores de Direitos Humanos, Mary Lawlor.

Ana Lúcia, Ana Dartora (PT/PR), Talíria Petrone (PSOL/RJ) Carolina Iara (PSOL/SP), Erika Hilton (PSOL) e Carolina Iara (PSOL/SP) são [mulheres eleitas para cargos políticos e que sofrem ataques e ameaças de morte](#). O presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES) promoveu, durante 2020, [pedidos de providências](#), reuniões de trabalho e [ações para combater o problema](#).

Para a ONU, Ana Lúcia destacou que “é urgente que o Estado brasileiro estabeleça mecanismos e medidas eficazes de segurança e proteção para que possamos continuar nosso trabalho como defensores dos direitos humanos”.

Também no Dia Internacional da Mulher, de acordo com o site de notícias UOL, o governo brasileiro não aderiu a uma declaração feita nesta segunda-feira, no Conselho de Direitos Humanos, por mais de 60 países para marcar o dia internacional das mulheres e assumir compromissos no que se refere à saúde feminina. Ainda de acordo com a reportagem, o Itamaraty explicou que sua ausência na declaração conjunta ocorria por conta de referências aos direitos sexuais.



Durante o a cerimônia foi apresentada denúncia sobre a "violência sistemática contra mulheres que defendem direitos humanos, em especial as que ocupam cargos eletivos". A iniciativa foi das instituições da sociedade civil Terra de Direitos, Instituto Marielle Franco, Justiça Global e Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos.

Um levantamento feito pelo Instituto Marielle Franco divulgado em dezembro, e que entrevistou 142 mulheres negras de 21 estados em todas as regiões do Brasil, apontou que 18% das entrevistadas receberam comentários e/ou mensagens racistas em suas redes sociais, por e-mail ou aplicativos de mensagens.

O estudo revela também que 8% foram vítimas de ataques com conteúdo racista durante eventos virtuais públicos. Além disso, 60% das mulheres negras entrevistadas foram insultadas, ofendidas ou humilhadas em decorrência da sua atividade política nas eleições. Em 45% dos casos de violência virtual e moral, a agressão foi feita por indivíduo ou grupo não identificado, isso dificultou denúncias e aumenta a impunidade nos casos deste tipo de agressão.

Para Luiza Erundina (PSOL/SP) as mulheres negras na política "são vítimas do Estado machista, racista e patriarcal. Uma violência feita por covardes que atuam às escuras. Os covardes se sentem respaldados pela falta de ação e omissão do Estado". Quanto mais brancas, negras, tanto mais forte seremos e tanto mais os covardes, esses homens perversos e brancos, se sentirão ameaçados na sua hegemonia".

Estéfani, indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, também participou do diálogo com a ONU. Ela lembrou que "muitos líderes indígenas no Brasil são assassinados porque lutam pelo direito de existir e o governo brasileiro é responsável por tudo isso, uma vez não garante nossos territórios". A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) também esteve no encontro.



## Presidência da CDHM pede ao ministro da Educação o cancelamento do termo de ajuste de conduta assinado por professores da UFPel

Em 9/3/21, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Helder Salomão (PT/ES), pediu ao ministro da Educação, Milton Ribeiro, a revogação da instauração do processo administrativo disciplinar contra os professores Pedro Hallal e Eraldo dos Santos Pinheiro.

O documento solicita também que o ministro torne sem efeito o termo de ajuste de conduta (TAC) assinado pelos dois professores. Ofício com o mesmo conteúdo foi enviado ao procurador Federal dos Direitos do Cidadão (MPF), Carlos Alberto Vilhena.

O TAC prevê que os dois professores não deverão expressar qualquer manifestação de desprezo dentro da universidade e deverão participar de um curso de ética no serviço público.

Eles também foram notificados a prestar esclarecimentos no mês passado. Os termos foram publicados no Diário Oficial do último dia 2.

Em fevereiro, o Ministério da Educação encaminhou às Instituições de Ensino Superior Federais um documento que configura como “imoralidade administrativa” manifestações políticas nas instituições. No dia 5 de março o MEC suspendeu o ofício, após ter de prestar explicações ao Ministério Público Federal. Mas, os efeitos do termo de ajuste permanecem.

Hallal e Pinheiro são professores da UFPel (Universidade Federal de Pelotas) e criticaram o presidente Jair Bolsonaro durante transmissões pela internet. A Controladoria-Geral da União iniciou investigações sobre os docentes porque considerou que eles proferiram “manifestação desrespeitosa e de desprezo direcionada ao Presidente da República”.

As críticas foram feitas em lives da universidade no dia 7 de janeiro. Por causa disso, a CGU considerou que as manifestações foram feitas em “ambiente de trabalho”.

Pedro Hallal chamou Bolsonaro de “desprezível” se referindo à interferência do Presidente da República na escolha dos próximos reitores da Universidade de Pelotas. Eraldo Pinheiro criticou “o golpe impetrado por esse grupo que está devastando o nosso país (...) Grupo liderado por um sujeito machista, racista, homofóbico, genocida, que exalta torturadores e milicianos, que ao longo do tempo vem minando, destruindo as estruturas já precárias em nossas instituições”.



A presidência da CDHM considera que “os fatos revelam desrespeito aos direitos humanos, aos valores da liberdade de expressão e da livre manifestação do pensamento, e prejudicam a livre formação de consciência política e moral nas instituições públicas de ensino superior”.

Nos ofícios, Helder Salomão pondera ainda que “a instauração de processo administrativo disciplinar contra os professores da Universidade de Pelotas e o posterior oferecimento de Termo de Ajustamento de Conduta, mesmo que baseadas em dispositivo legal de responsabilização administrativa do servidor, podem ser consideradas restrições incompatíveis com a liberdade de cátedra, constitucionalmente e internacionalmente consagrada. Além disso passam a mensagem de que não há direito ao livre pensamento e expressão no ambiente acadêmico”.



# Meio ambiente

## Enchentes

Em 31/1, o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), enviou ofício aos governadores Romeu Zema (MG), Wilson Witzel (RJ) e José Renato Casagrande (ES), sugerindo ações para evitar situações e calamidade e emergência provocadas por temporais. Nos últimos dias os três estados do Sudeste sofreram enchentes que provocaram deslizamentos de encostas, mortes, desabamentos de prédios e outra série de problemas causados pelas fortes de chuvas.

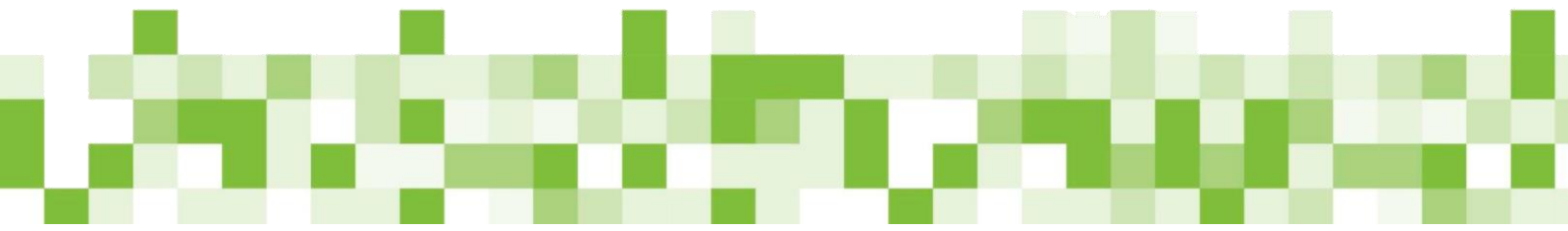
No Espírito Santo, duas cidades entraram em estado de calamidade pública e 16 de situação de emergência. Até o momento foram registradas 10 mortes e cerca de 14 mil desabrigados. Em Minas Gerais já são 55 mortes e 101 cidades em situação de emergência. No Rio de Janeiro, o número de desabrigados é de aproximadamente 6 mil pessoas em 10 municípios. Duas mortes foram registradas por causa das enxurradas.

No expediente enviado ao governadores, Helder Salomão afirmou que a CDHM acompanha preocupada situação na região e lembra que a Lei 12.608 de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. A lei determina que, além da União, estados e municípios também devem mapear áreas suscetíveis à ocorrência de inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos e deslizamentos de grande impacto.

Salomão destacou que “cabe aos gestores a execução de políticas de habitação, saneamento, contenção de encostas, dragagem de rios, limpeza de vias, coleta adequada de lixo, e se ações não resolvem, podem ajudar a evitar tragédias”. O parlamentar acrescenta que também foram solicitadas aos governantes, informações sobre medidas efetivas que evitem a repetição de tragédias

## Demissão de diretor do Ibama e queda nas fiscalizações ambientais

Em 20/4, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Helder Salomão (PT/ES), apresentou o Requerimento de Informação 383/2020, questionando o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sobre a exoneração do diretor



de Proteção Ambiental do Ibama, Olivaldi Azevedo, e a nomeação do coronel Olímpio Magalhães para o mesmo cargo. O documento também pede informações relativas à política de fiscalização ambiental no contexto da pandemia do coronavírus.

Olivaldi foi exonerado no dia 14 de abril, três dias depois de uma operação contra garimpos e madeiras ilegais no sul do Pará. Uma das razões para a operação do Ibama foi o risco de que os garimpeiros levassem o novo coronavírus para indígenas que moram na região. Cerca de 1.700 índios vivem em três terras indígenas onde aconteceu a ação do Ibama. São as etnias Apyterewa, Araweté e Trincheira-Bacajá. Imagens de satélite mostram que, entre dezembro de 2019 e março deste ano, 23 hectares foram desmatados. No dia 15 de abril foi nomeado Magalhães, que não teria no currículo menção a qualquer experiência profissional na área ambiental.

Salomão pediu que Salles informe os motivos da exoneração de Azevedo, e se foram preenchidos os requisitos estabelecidos em decreto para a nomeação do coronel Magalhães e para outras nomeações de cargos da cúpula do Ibama, além de explicações sobre normas do Instituto para exportação de madeira e se existem recursos disponíveis para operações de fiscalização ambiental para combater a exploração ilegal de madeira, garimpo, desmatamento e grilagem em áreas de proteção ambiental e em terras indígenas.

As Câmaras de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal pediram a abertura de investigação sobre as circunstâncias da demissão do diretor do Ibama. Também nesta segunda-feira, a CDHM enviou aos titulares dessas Câmaras, Nivio Freitas Filho e Antônio Bigonha, ofício apoiando a iniciativa do MPF e informando sobre o pedido feito ao presidente da Câmara dos Deputados.

O documento proposto por Helder Salomão pondera que invasores são potenciais vetores de transmissão de doenças e aproximadamente 85% dos territórios indígenas sofrem algum tipo de intrusão.

“No contexto de grande vulnerabilidade e com precariedade do sistema de saúde, já em colapso em Manaus, o risco é de genocídio dos povos indígenas neste período de pandemia. Temos que agir imediatamente para preservar a vida de mais de 800 mil indígenas”, alerta Salomão.

### **Doenças, desmatamento e garimpo**

As doenças respiratórias são a principal causa de mortalidade infantil entre indígenas, conforme a Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (Sesai). Entre crianças indígenas com menos de um ano, as doenças respiratórias foram responsáveis por 22,6% das mortes registradas em 2019.





A mineração ameaça 108 milhões de hectares de áreas protegidas e reservas indígenas no Brasil, segundo a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. Só nas terras indígenas Munduruku e Yanomami, são 10 milhões de hectares de floresta invadidas por mais de 20 mil garimpeiros.

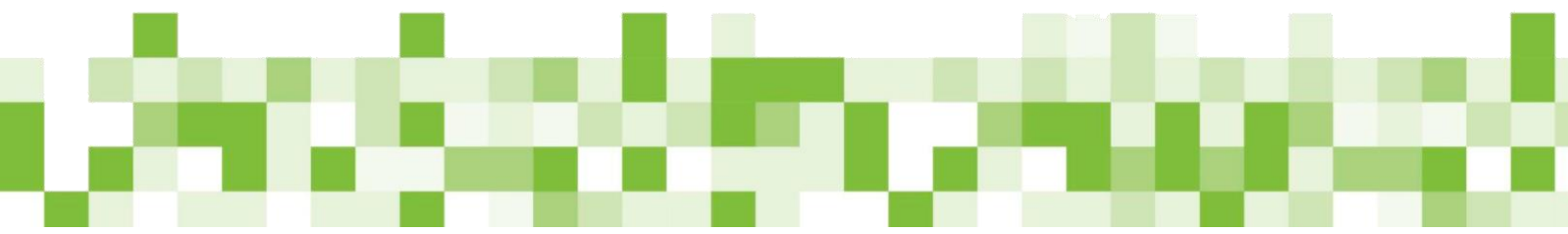
O aumento da grilagem, do roubo de madeira, do garimpo, das invasões e da implantação de loteamentos em territórios tradicionais, coloca em risco a sobrevivência de diversas comunidades indígenas no Brasil. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário, só em 2018, foram registrados 109 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio. Nos nove primeiros meses de 2019, o Cimi já havia contabilizado 160 casos.

## Medidas para garantir fiscalização ambiental

Em 30/5, a presidência da CDHM reiterou, para Nivio de Freitas Silva Filho, subprocurador-geral e coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, a necessidade de um acompanhamento rigoroso das políticas de fiscalização ambiental.

Respondendo a questionamento anterior, Silva Filho informou à CDHM que em setembro do ano passado recomendou aos órgãos responsáveis medidas como a apresentação de cronograma de operações para apreensão de gado criado em área de desmatamento ilegal; lavratura automática de autos de infração por desmatamento ilegal, sem vistoria de campo; autonomia para os fiscais e a adoção de critérios técnicos nas nomeações de cargos e funções no Ibama e ICMBio, entre outras. O prazo para a execução dessas medidas era de 30 dias.

“Como o prazo para cumprimento das recomendações terminou em outubro de 2019, agora queremos saber se houve resposta do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e do ICMBio sobre essas instruções. E, se não aconteceu nada, pedimos ao Ministério Público a adoção de medidas judiciais para que o Estado cumpra o que foi determinado”, explica Helder Salomão, presidente da CDHM.



# Pandemia – medidas de proteção



## Medidas de proteção para população mais pobre enfrentar o Covid-19

Em 20/3, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara solicitou aos Ministros da Saúde, Luís Henrique Mandetta; da Cidadania, Onyx Lorenzoni e Walter Braga Netto, Chefe da Casa Civil e Coordenador do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos do Covid-19, uma série de medidas para combate ao novo coronavírus, prevenção, proteção e atendimento nas favelas e periferias das cidades brasileiras, endossando manifestações da Procuradoria-Federal dos Direitos do Cidadão, da Coalizão Negra por Direitos e da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos

Ao ministro da Saúde, Helder Salomão (PT/ES) pediu informações sobre o planejamento para combate ao novo coronavírus e atendimento nas favelas e periferias das cidades brasileiras. O documento endossa manifestação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF).

A PFDC afirma que a alta densidade populacional das favelas e periferias do país, com casas muito próximas, e, muitas vezes, com apenas um cômodo, saneamento básico precário, limitado acesso à água e a precariedade dos equipamentos de saúde dificultam o cumprimento das orientações do Ministério quanto à higiene e ao isolamento adequado em caso de contaminação pelo Covid-19.

Para a Procuradora-Federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, “grupos historicamente subalternizados devem merecer atenção prioritária, uma vez que já estão, especialmente em termos de saúde pública, em situação de desvantagem em relação ao restante da coletividade nacional”.

O documento enviado ao ministro Mandetta colocou ainda que é urgente a identificação, nas periferias e favelas do país, das pessoas idosas e/ou com enfermidades preexistentes, que ocupam o grupo de risco, para que lhes sejam oferecidas alternativas de prevenção à pandemia.

O presidente da CDHM ponderou que “a regularização do acesso à água potável nesses locais de vulnerabilidade social, e a suspensão de cortes por inadimplência aos serviços essenciais, como água, luz e gás são medidas essenciais para que a população de baixa renda possa permanecer em casa”.

### **População negra**

Nos documentos o deputado ainda reiterou manifestação da Coalizão Negra por Direitos, que solicitou a distribuição gratuita de itens básicos de limpeza e proteção, a inclusão de crianças e idosos com mais de 60 anos no Benefício de Prestação Continuada (BPC), e apoio financeiro à agricultura familiar, agroecológica, quilombola e tradicional. De acordo com a organização, a epidemia agrava a situação de grupos sociais já vulneráveis devido às desigualdades raciais; sem água potável, alimentação, esgotamento sanitário, coleta de lixo adequada, em condições de trabalho precárias.

### **Cortes no Bolsa Família**

Para Walter Braga Netto, o parlamentar solicitou informações sobre o planejamento de redução dos impactos socioeconômicos nas periferias e favelas e que medidas estão sendo tomadas para ampliar programas de combate à pobreza e políticas públicas de assistência social.

No documento para o Comitê de Crise, o presidente da CDHM relata o recente corte de 158 mil beneficiários e a “emancipação” de 330 mil famílias do Programa Bolsa Família.

“Por causa dos efeitos na economia provocados pela pandemia, com a drástica redução de renda dos trabalhadores informais, de demissões e falência de empresas, é



premente a revisão da realidade econômica de cada família excluída do programa e reconsiderar a sua volta ao programa”, argumenta o parlamentar.

O deputado alerta que, somadas as perdas financeiras decorrentes da falta de trabalho e da exclusão de benefícios sociais, muitas famílias não terão mais condições de pagar aluguel e também comprar itens básicos de alimentação e higiene.

A PFDC também se manifestou sobre os cortes no Bolsa Família e afirmou que “a redução do alcance de programas de distribuição de renda em momentos em que a população mais pobre sofre com maior intensidade é moralmente inconcebível é inconstitucional”, afirma em documentos enviados ao governo federal.

Para o ministro Onyx Lorenzoni, da Cidadania, o deputado reiterou a preocupação com as exclusões feitas no Bolsa Família e frisa que “em um contexto de pandemia, a ampliação de programas de combate à pobreza é medida crucial para evitar, não só o agravamento da vulnerabilidade já vivenciada pela população de baixa renda, como a propagação do vírus”.

O parlamentar sugere aos ministros que espaços públicos educacionais e esportivos ociosos, com equipamentos de higienização (banheiros e vestiários), sejam destinados para idosos e demais pessoas do grupo de risco que não possuem em suas casas condições mínimas de higiene e isolamento.

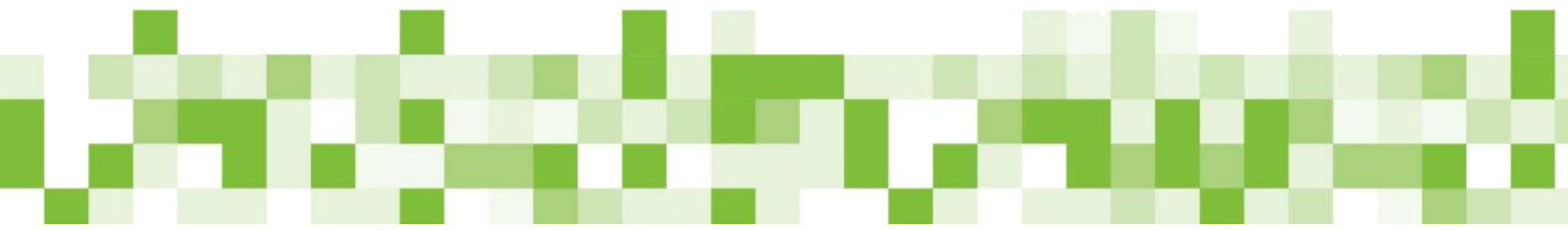
### **Fundo de emergência**

O presidente da comissão ainda reiterou manifestação da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos, que recomenda a criação de um Fundo de Emergência em Defesa do Trabalho e Renda com recursos do Tesouro, para garantir meio salário pelo período de três meses a trabalhadores de vulnerabilidade social.

## **Auxílio emergencial**

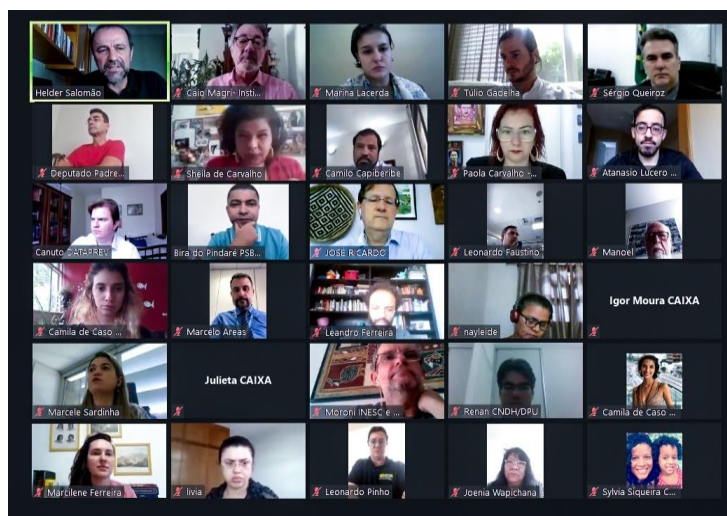
Representantes do governo reconhecem que bancos de dados usados para concessão ou contestação do Auxílio Emergencial precisam de atualização; situação causa problemas e foi confirmada durante reunião promovida pela presidência da CDHM

Reunião, solicitada por Helder Salomão (PT/ES), realizada em 13/5, teve o objetivo de discutir uma série de questões ligadas ao Auxílio Emergencial. Participaram representantes do Ministério da Cidadania, da Caixa Econômica Federal, da Dataprev, da sociedade civil e parlamentares.



Para processar a concessão do Auxílio Emergencial de 600 reais para milhões de brasileiros, a Dataprev, órgão do governo federal, recebe os cadastros encaminhados pela Caixa e faz o “batimento” de bancos dados de várias instituições.

“Temos 19 bancos de dados e alguns não estão atualizados, com dados de 2018. E quatro determinam se há vínculo empregatício do solicitante. A Rais (Relação Anual de Informações Sociais), uma delas, só é atualizada uma vez por ano”, explicou Gustavo Canuto, presidente da Dataprev. Essa falta de atualização teria



causado problemas na geração do benefício para, por exemplo, candidatos a vereadores na eleição de 2018. Os últimos dados enviados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não identificam quem foi ou não eleito. Por causa disso, candidatos pobres ou de grupos vulneráveis que não se tornaram vereadores não conseguem o benefício. A situação estaria se repetindo com pessoas que ficaram desempregadas, pediram o Auxílio, mas não o obtiveram porque os dados são da época em que elas estavam trabalhando. Outro exemplo, segundo Canuto, é a concessão do Auxílio para militares da ativa, alguns seriam recrutas que saíram ainda em fevereiro, mas continuaram na base de dados desatualizada do governo federal e por isso teriam ganhado o Auxílio. “A gente precisava em poucos dias definir o batimento e dar uma resposta rápida. Isso gerou falhas como a que houve com os militares e candidatos a mandados eletivos. Muitos dos problemas reportados pela população existem sim, mas estamos aprimorando e quem recebeu de forma indevida vai devolver”, informa.

Ao mesmo tempo em que reconhece problemas, Canuto ressalta que, desde que a lei do Auxílio foi publicada, há 41 dias, foram recebidos 117,8 milhões de requerimentos no aplicativo da Caixa Econômica Federal. Desse total, 97,9 milhões já foram analisados e devolvidos para a CEF, sejam elegíveis, inconclusivos ou negados. “Nesta quarta-feira, mais 14,6 milhões de cadastros feitos entre 23 a 30 de abril estão na fase final de homologação. A previsão é que essa etapa seja finalizada hoje. Esse grupo faz parte dos 16,4 milhões de pedidos feitos em abril que ainda estão em análise. Ficam pendentes de processamento 5,3 milhões de requerimentos”.

Mas para Paola Loureiro Carvalho, da Rede Brasileira de Renda Básica e integrante da Campanha Renda Básica Emergencial, esses esforços do governo não foram suficientes.



“Hoje faz 36 dias que muitas pessoas pediram o auxílio e ainda não receberam. A fome não espera que o governo avalie cadastros. Precisamos ampliar e desburocratizar esse processo, senão vamos penalizar quem mais precisa. Temos muitas negativas para pessoas desempregadas que aparecem no banco de dados do governo como se tivessem vínculo empregatício. Além disso, diversos beneficiários do Bolsa Família não passaram automaticamente para o Auxílio Emergencial e ainda aguardam avaliação”, explica Paola.

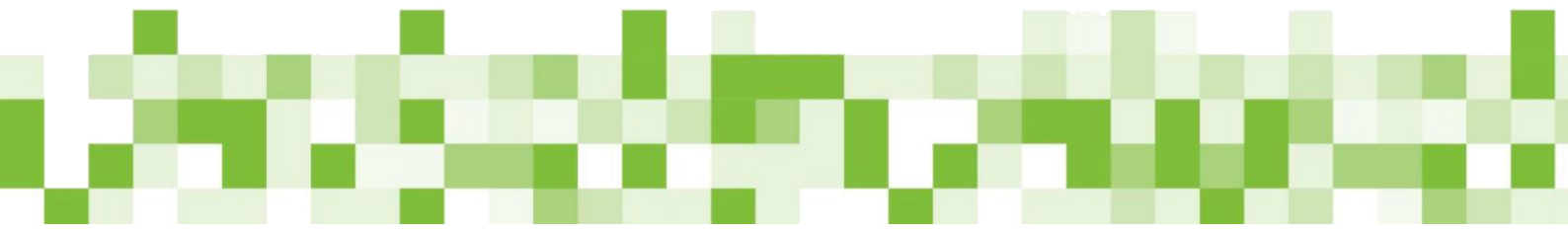
Sérgio Queiroz, secretário especial do Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania, afirmou que “essa crise veio sem manual de instrução e temos peculiaridades únicas”. Queiroz também vê a necessidade de atualização nos dados. “Precisamos fazer uma revisão dos sistemas de contestação do Auxílio Emergencial, que é um direito do cidadão e pode ser feito pelo aplicativo da Caixa, que já está na terceira versão. Se necessário, vamos para a quarta”. Ele destaca também os números do benefício. “Já beneficiamos 49 milhões de famílias num total de 112 milhões de pessoas. Ou seja, praticamente metade da população. Do dia 22 a 30 de abril reduzimos de 17 milhões de pedidos represados para 6 milhões. Justamente porque facilitamos o refazimento do pedido”. Ele afirma ainda que “o governo vai garantir o dinheiro, mas as pessoas devem estar claramente identificadas, são exigências para o cadastramento que temos que obedecer, são muitos números como CPF, título de eleitor, RG, temos que interligar todos esses números, além do imenso número de sub registros. E isso existe há décadas”.

### **Falta de acesso, alternativas de cadastramento**

Renan Sotto Mayor, presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos alertou que “há milhões de pessoas vulneráveis mas sem acesso ao auxílio, como os quilombolas, pessoas em situação de rua, indígenas, hiper vulneráveis, porque para o cadastro exigem celular, e-mail, e esquecem que vivemos no país com maior desigualdade social do mundo. Vamos esperar a judicialização desses casos?”. Ele lembra que já houve uma decisão judicial que deu prazo de 15 dias para que sejam adotadas medidas de acesso facilitadas para essas pessoas. Porém, até o momento, não foram apresentadas alternativas.

Para Camilo Capiberibe (PSB/AP), vice-presidente da CDHM, “o auxílio é fundamental para manter o básico e ajudar no combate à pandemia, ao aumento de casos. Os grupos mais vulneráveis não tem acesso à internet, smartphone. Pesquisa da Universidade de São Paulo mostra que são 7 milhões de pessoas nessa situação”.

“O quadro é de desespero”, denuncia Atanasio Lucero Júnior, defensor nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União. Ele também questiona a exigência de celular para pedir o benefício porque “associa o acesso ao mínimo necessário para sobrevivência a um bem de consumo”. Ele sugere o cadastramento, por exemplo, de forma presencial em equipamentos públicos de outras instituições, como nos postos da Funai e unidades integrantes do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e da Rede de Atenção



Psicossocial (Raps) do SUS. “Os números são impressionantes, ninguém duvida, mas queremos o aprofundamento da política pública”.

Bira do Pindaré (PSB/MA), que é presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Quilombolas lembrou que “as comunidades quilombolas ficam distantes dos centros urbanos e têm dificuldade de acesso aos meios de comunicação, como celulares, temos que resolver esse problema”.

Já Túlio Gadêlha (PDT/PE), também vice-presidente da CDHM, alertou que “por causa de exigências que muitos não podem cumprir, milhares ficam sem receber o benefício e já estamos indo para a segunda parcela”.

### **Filas x coronavírus**

As filas e aglomerações nas portas das agências da Caixa que vão, inclusive, contra as recomendações da Organização Mundial da Saúde, foram alvo de questionamentos durante o encontro.

José Antonio Moroni, da Campanha Renda Básica Emergencial e do Instituto de Estudos Socioeconômicos explica que os problemas de acesso ao benefício refletem as diferenças da sociedade brasileira. “O mesmo povo que está nas filas da CEF é o mesmo que está nas filas do INSS. É a forma do governo agir, com perversidade e descaso”.

A Campanha Renda Básica Emergencial é formada por cinco instituições e teve uma petição que já foi assinada por mais de 500 mil pessoas, solicitando a prorrogação do Auxílio para além dos 3 meses.

“O governo empurra o povo para as filas para receber o auxílio emergencial. Os 600 reais que eram para garantir o mínimo de dignidade viraram uma isca, uma armadilha para a morte por causa da contaminação comunitária. Ainda no pagamento dessa primeira parcela, esse tipo de contaminação aumentou pelo interior de Minas Gerais. É urgente que os cidadãos tenham mais dignidade neste momento”, afirmou o vice-presidente da CDHM, Padre João (PT/MG).

A diretora executiva de Varejo da Caixa Econômica Federal Marcele Ferreira enumerou iniciativas que, segundo ela, teriam resultado no fim das filas nas agências. “Contratamos mais seguranças e estagiários para orientar sobre as medidas de segurança da OMS, 3 mil empregados voluntários estão atuando nas agências, que estão abrindo duas horas mais cedo e as com maior movimento também abrem aos sábados para atendimento específico do benefício”. Ela acrescentou que cinco caminhões-agência iriam para municípios sem atendimento e já foram feitas parcerias com cerca de mil prefeituras para organização das filas. Marcele lembrou que o Auxílio Emergencial também está sendo pago em 12.600 agências lotéricas e nos correspondentes Caixa Aqui, num total de 26 mil pontos. O benefício já foi disponibilizado para 50 milhões de pessoas e pagos 35 bilhões de



reais em menos de 30 dias. A diretora explicou ainda que foram facilitadas as formas de pagamento para estrangeiros, houve redução das taxas de juros e renegociação de operações de crédito. “Não temos mais ocorrência de filas nas nossas 3.600 agências”, diz Marcele.

### **Projeto de Lei 873 e renda básica**

O Senado aprovou no dia 22 de abril o Projeto de Lei 873, que amplia o Auxílio Emergencial para mais categorias de informais durante a pandemia do novo Coronavírus. Desde então, o PL espera sanção do presidente Jair Bolsonaro. O prazo para o presidente da República assinar PL como está, vetar em parte ou totalmente vence hoje, quinta-feira (14). Entre as novas categorias profissionais que poderão receber os 600 reais estão motoristas e entregadores de aplicativos, taxistas, motoristas de caminhão, babás, diaristas, garçons, profissionais de estética e agricultores familiares.

Na reunião, Leonardo Pinho, vice-presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos considerou a aprovação do Projeto “um êxito, e essa experiência mostra que é possível ter uma renda básica emergencial no Brasil. Queremos o empenho do Ministério da Cidadania para a sanção presidencial”.

Sérgio Queiroz, secretário Especial do Desenvolvimento Social do Ministério, disse que “o PL 873 foge da nossa alçada, é uma questão do Planalto”

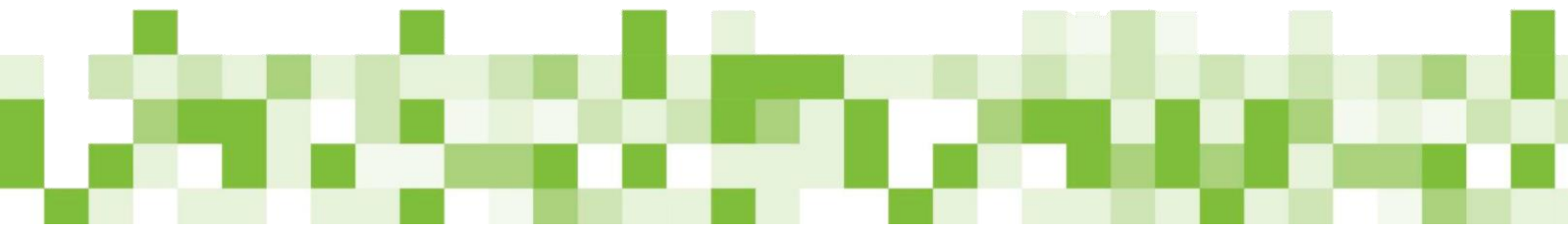
Leonardo Pinho também propôs a realização de um mutirão nacional de cadastramento institucional para acesso a Renda Básica Emergencial das populações em vulnerabilidade social e econômica, através do SUS, SUAS, instituições que trabalham junto à população tradicional e não pela Caixa Econômica Federal.

### **Recursos para os municípios**

O Ministério da Cidadania apresentou durante o encontro a iniciativa que disponibiliza 1 bilhão de reais, como adiantamento dos próximos meses, para os municípios comprarem equipamentos de proteção individual, abrigar moradores de ruas e adquirir alimentos.

“Até ontem 2.870 municípios já tinham entrado no nosso sistema e aceitado o recurso. Porém, pedimos o apoio do Congresso para que outros 2.680, que ainda não se manifestaram, aceitem o apoio. O pagamento é feito em 48 horas”, explica Sérgio Queiroz, secretário do Ministério.

Queiroz também afirma que outros 100 milhões de reais estão à disposição dos municípios para que os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) comprem equipamentos de proteção para abrir e trabalhar.





Também participaram da reunião os parlamentares Joênia Wapichana (Rede/RR) e José Ricardo (PT/AM). Além de Leonardo Lima, superintendente nacional de Contencioso da Caixa Econômica Federal, Marcelo Areas da Silva, consultor da vice-presidência da CEF e Livia Peres, juíza auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

### **Encaminhamentos**

“O governo sai da reunião com o compromisso de resolver o problema da falta de atualização dos bancos de dados para que, dessa forma, possamos ampliar o número de beneficiados e agilizar o cadastramento no Auxílio Emergencial”, afirmou o presidente da CDHM.

Em decorrência do encontro, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Helder Salomão (PT/ES), solicitou, em 15/5, à ministra Rosa Weber, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), providências para a atualização dos bancos de dados usados pela Dataprev para cruzar informações e analisar cadastros para concessão da Renda Básica Emergencial.

Em 20/5, Salomão pediu novamente à Dataprev medidas urgentes para a adequação dos bancos de dados que são usados para análise na concessão do Auxílio Emergencial de 600 reais durante a pandemia. No documento, ele também pediu informações e providências sobre denúncias recebidas sobre a negativa de concessão do auxílio emergencial a famílias de presos que não recebem o auxílio-reclusão. Isso afetaria cerca de 40 mil pessoas, segundo estimativas de pesquisadores da área divulgadas pela imprensa. Na mesma reunião, foi questionado o não pagamento do auxílio emergencial a pescadores que recebem o Seguro Defeso, mesmo no período em que eles não estão recebendo esse benefício.

## **Após encontros com a CDHM e sociedade civil, governo atende sugestões e faz melhorias no Auxílio Emergencial**

Em 28/5, a presidência da CDHM promoveu mais um encontro entre representantes do governo, justiça, sociedade civil e parlamentares para discutir melhorias na concessão do Auxílio Emergencial de 600 reais durante a pandemia.



Helder Salomão, Presidente da CDHM, concluiu que houve avanços entre a reunião do dia 13 e a do dia 25. Ele apontou que a Caixa publicou, no site, um passo a passo para apresentação de recurso do indeferimento pelo próprio aplicativo do auxílio emergencial. Além disso, houve o desenvolvimento de sistema para cadastro assistido de grupos hiper vulneráveis.



Houve, ainda, durante a reunião, atendimento de retomada das CIBs. “Se for necessário, vamos ouvir todos novamente para encaminhar novas solicitações aos órgãos do governo, principalmente na retomada da interlocução das entidades com o Poder Executivo e que haja mais recursos para a rede de proteção social em nosso país. Nosso objetivo é que auxílio emergencial chegue o mais rápido possível às populações vulneráveis”, concluiu.

Encaminhou-se que o Acórdão 1202 de 2020, do Tribunal de Contas da União, outro tema da reunião, deveria ser discutido no encontro do Ministério da Cidadania com a Comissão Intergestores Tripartite, em junho. O documento recomenda à Secretaria Nacional de Assistência Social diversas providências para integrar, articular e trocar informações entre os entes federados e os equipamentos do SUAS, além de comunicar à Casa Civil a discrepância entre os recursos destinados aos benefícios sociais e os poucos recursos destinados aos serviços de proteção social. Ao final, muitos beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ficam sem receber adequadamente os serviços de proteção social, prestados pelos CRAS e CREAS.

Também participaram o deputado Túlio Gadêlha (PDT/PE), José Moroni, da Campanha pela Renda Básica Emergencial; Aldenora González, presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); Maria Santana Borges, presidente do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Kelly Melatti, 1ª Tesoureira do CFESS; José Cruz, vice-presidente do Colégio Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social (Congemas); Atanásio Lucero Júnior, defensor nacional de Direitos Humanos; Yanne Rodrigues, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Norma Carvalho, do Movimento Nacional de Entidades de Assistência Social (MNEAS); Silvia Regina dos Santos, do Movimento Nacional de Entidades de Assistência Social (MNEAS); Marinalva Broedel, diretora do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas); Walter Emura, diretor de cadastro único do Ministério da Cidadania e Paola Carvalho, da Rede Brasileira de Renda Básica. A reunião foi transmitida ao vivo pelo Facebook da Comissão.

## Presidente da CDHM pede que pagamento de auxílio financeiro às vítimas da barragem de Fundão seja feito

A presidência da CDHM enviou, em 9/7, ao Coordenador da Força Tarefa Rio Doce do Ministério Público Federal em Minas Gerais, José Leite Sampaio; ao Diretor-Presidente da Fundação Renova, André Giancini de Freitas e ao Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet, um pedido de providências urgentes quanto a uma denúncia feita pela Comissão de Atingidos de Tumiritinga. O grupo é formado por famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em 5 de novembro de 2015, quando 19 pessoas morreram e centenas ficaram desabrigadas. De acordo com a Comissão de moradores, a Fundação Renova não estaria fazendo o pagamento do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) às famílias impactadas pelo desastre.

As empresas Samarco, BHP Billiton e Vale S.A. operavam a barragem e, de forma voluntária, fizeram um acordo com as famílias para recuperar, reparar e inclusive indenizar os atingidos. Assim, foi criado o AFE, através da Fundação Renova, como um programa de reparação autônomo para diminuir o impacto social e econômico causado na bacia do Rio Doce pelo desastre.

A denúncia da falta de pagamento do auxílio foi trazido à presidência da CDHM pelo vice-presidente do colegiado, Padre João (PT/MG).

“É urgente que a Renova e as empresas responsáveis mantenham e executem o pagamento do auxílio às famílias de Tumiritinga. O valor, mesmo pequeno, garantirá a subsistência das pessoas enquanto não se conclui o processo de reparação e compensação como um todo”, explica o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES).

Em resposta, a Fundação Renova esclareceu que o D. Juízo da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, nos autos do Eixo Prioritário 7 da Ação Civil Pública nº 1000415-46.2020.4.01.3800, proferiu decisão em 13/07/2020, determinando a suspensão dos cancelamentos do auxílio financeiro emergencial. Nesse contexto, a Fundação Renova informou que continuará realizando o pagamento do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) mensal.



## Após denúncia da presidência da CDHM, ONU endossa preocupação com o comportamento de autoridades brasileiras na pandemia

Em 6/4, o Deputado Helder Salomão (PT/ES), Presidente da CDHM, e os Deputados Padre João (PT/MG), Túlio Gadêlha (PDT/PE) e Camilo Capiberibe (PSB/AC), Vice-Presidentes do colegiado, fizeram comunicado a autoridades de organismos internacionais sobre a situação do Brasil no contexto da pandemia.

O relatório foi enviado para o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, para a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, para o presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Joel Hernández García, e para os relatores especiais para direito à saúde, à liberdade expressão e dos direitos das pessoas idosas.

Os parlamentares enumeraram fatos que mostram o comportamento que consideram irresponsável adotado pelo Presidente da República, desde discursos incentivando aglomerações de pessoas, carreatas de apoiadores pelo fim da quarentena, passeios por áreas comerciais. São 22 fatos enumerados. Bolsonaro já se referiu ao Covid-19 como "pequena crise", "fantasia", "gripezinha" e "resfriadinho", objeto de "fantasia" e "histeria".

Para os deputados, Bolsonaro demonstrou não compreender que o isolamento vertical é inviável para um vírus letal e que tem parte expressiva da população pertencente a grupos de risco. No Brasil, 30 milhões de brasileiros são idosos, 10% tem asma, 13 milhões têm diabetes e 25% da população é hipertensa. O país tem ainda a falta de testes amplos para a doença e a maior parte da população vive em moradias de pequenas com famílias numerosas.

A conduta de Jair Messias Bolsonaro a respeito do Covid-19 já tem cinco representações criminais no Supremo Tribunal Federal.

O relatório ressalta que "o Presidente da República Federativa do Brasil flerta com o risco de um genocídio e menospreza a possibilidade de óbito de idosos. Nenhum cidadão, muito menos um mandatário, pode usar a liberdade de expressão para desinformação e para colocar em situação de risco a saúde e a vida de mais de 200 milhões de pessoas"

Em 27/4, a Organização das Nações Unidas (ONU) afirmou, em coletiva de imprensa, que está preocupada com o comportamento de autoridades brasileiras diante da pandemia provocada pelo novo coronavírus. Durante uma coletiva de imprensa, a entidade considerou que "mensagens conflitantes por parte do governo minam a



capacidade do país em dar uma resposta ao coronavírus”. A diretora de Operações do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos, Georgette Gagnon, também alertou sobre possíveis ações que reforçariam tendências anti-democráticas.

Para Gagnon, essa situação poderia levar o Brasil a uma situação difícil. Ela lembrou que, desde o início da pandemia, o governo federal e governos estaduais travam uma batalha sobre as formas para lidar com a crise.

No mesmo dia, a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos Michelle Bachelet, pediu, em um documento, que governos garantam que os direitos humanos não sejam violados sob o pretexto de “medidas excepcionais”.

No documento, Bachelet afirma estar também “preocupada com o impacto que a pandemia pode ter na população, em especial nos grupos mais vulneráveis, como os detentos e pessoas sem-teto”. A ONU teme, em especial, a chegada do vírus em comunidades indígenas. Segundo ela, isso coloca “um desafio, inclusive para sua sobrevivência”. A Alta Comissária informa que o escritório da ONU tem recebido registro de casos e pediu mais investigações sobre a situação.

## ONU critica austeridade mal orientada do governo brasileiro no contexto da pandemia

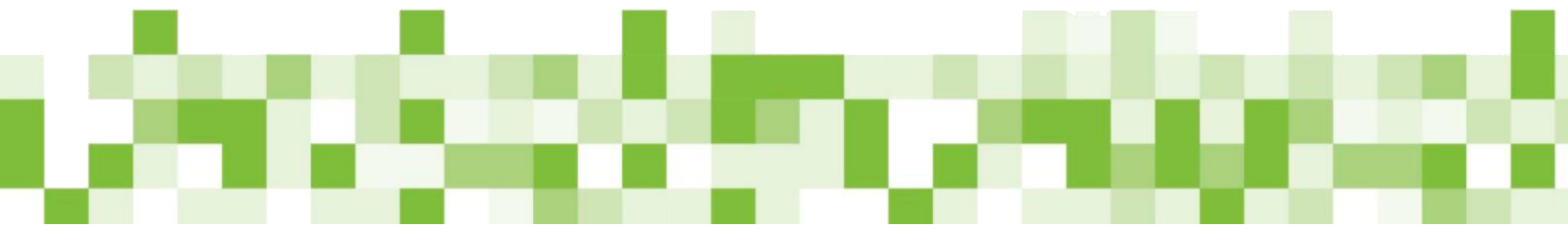
Em 29/4, relatores da Organização das Nações Unidas (ONU) condenaram medidas adotadas pelo governo brasileiro durante a pandemia da Covid- 19.

Em um comunicado, os especialistas consideram que o Brasil deveria “abandonar imediatamente políticas de austeridade mal orientadas que estão colocando vidas em risco e aumentar os gastos para combater a desigualdade e a pobreza exacerbada pela pandemia”.

Para Jamil Chade, jornalista do UOL, essa é a “declaração mais dura já feita por relatores da Organização contra o Brasil pela sua gestão da crise e uma das raras direcionadas contra um país específico por sua gestão sanitária”.

Sem citar nomes, segundo reportagem do UOL, Bachelet disse sobre a situação brasileira que “no começo, não reconheceram, foi negado. Alguns líderes e algumas imagens não foram positivos”, afirmou.

Os especialistas da ONU destacam na nota que, por exemplo, apenas 10% dos municípios brasileiros possuem leitos de terapia intensiva e o Sistema Único de Saúde não tem nem a metade do número de leitos hospitalares recomendado pela Organização Mundial da Saúde.



"A epidemia da COVID-19 ampliou os impactos adversos de uma emenda constitucional de 2016 que limitou os gastos públicos no Brasil por 20 anos", disseram o especialista independente em direitos humanos e dívida externa, Juan Pablo Bohoslavsky, e o relator especial sobre pobreza extrema, Philip Alston. "Os efeitos são agora dramaticamente visíveis na crise atual", ressaltaram os especialistas.

Para os peritos, esses cortes de financiamento governamentais "violaram os padrões internacionais de direitos humanos, inclusive na educação, moradia, alimentação, água e saneamento e igualdade de gênero".

Eles consideram que, dessa forma, o sistema de saúde enfraquecido "está colocando em risco dos direitos à vida e a saúde de milhões de brasileiros que estão seriamente em risco".

Também alertam que "já é hora de revogar a Emenda Constitucional 95 e outras medidas de austeridade contrárias ao direito internacional dos direitos humanos".

A declaração dos especialistas foi endossada por Léo Heller, Relator Especial sobre os direitos humanos à água potável e saneamento; Hilal Elver, Relatora Especial sobre o direito à alimentação, Leilani Farha, Relatora Especial sobre o direito à moradia adequada, Dainius Pūras, Relatora Especial sobre o direito à saúde física e mental; Koumbou Boly Barry, Relatora Especial sobre o direito à educação, e o Grupo de Trabalho sobre discriminação contra mulheres e meninas: Meskerem Geset Techane (Presidente), Elizabeth Broderick(Vice-Presidente), Alda Facio, Ivana Radačić, e Melissa Upreti.

A crítica ocorre depois que várias instituições brasileiras, dentre elas a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDHM), fizeram denúncias a autoridades das Nações Unidas sobre a conduta do presidente Jair Bolsonaro como, por exemplo, ignorar as recomendações da Organização Mundial da Saúde.



## Bachelet critica governo brasileiro por negar gravidade da pandemia; presidência da CDHM atua em diversas frentes



*Reprodução/UN TV*

Em 30/6, Michele Bachelet, Alta Comissária da ONU para Direitos Humanos, abordou as atitudes do governo brasileiro diante da gravidade da pandemia provocada pela Covid-19 durante um pronunciamento para o Conselho de Direitos Humanos. De acordo com reportagem de Jamil Chade, no site UOL Notícias, Bachelet criticou “o comportamento do governo no Brasil de negar a gravidade da covid-19 e alerta que tal postura está ampliando o impacto da crise”. Ainda de acordo com a reportagem “a chilena citou especificamente o Brasil entre os governos negacionistas, ao lado de Burundi, Nicarágua, Tanzânia e Estados Unidos”.

A Alta Comissária manifestou preocupação de que “declarações que negam a realidade do contágio viral, e a crescente polarização sobre questões-chave, possam intensificar a gravidade da pandemia, minando os esforços para conter sua propagação e fortalecer os sistemas de saúde”. Ela alertou também “para a situação dos indígenas e da população afrodescendente”, mas sem citar países. No pronunciamento, Bachelet ressaltou que “os povos indígenas também são particularmente vulneráveis. O acesso inadequado aos serviços de saúde e a outras instalações agrava seu risco de contágio,

enquanto a ausência de dados dificulta a adoção de medidas específicas para atender às suas necessidades. Chegou a hora de acabar com esta negligência".

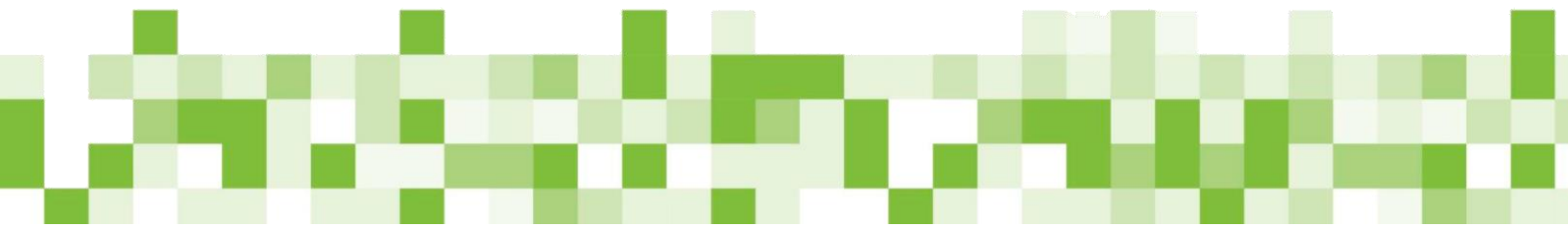
## Escritório da ONU na América do Sul pede atenção aos presidentes da Câmara e da CDHM sobre PLs que tratam de direitos humanos na pandemia

Os presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, Helder Salomão (PT/ES), receberam, em julho, de Jan Jarab, Representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, pedindo atenção aos projetos de lei relativos às questões de direitos humanos no contexto da COVID-19.

Jan Jarab pediu no documento especial atenção “às mulheres, crianças e idosos em situação de violência, população em situação de rua, indígenas e outros povos tradicionais, sistema prisional e socioeducativo, dentre outros”. O representante regional também coloca o escritório, situado em Santiago do Chile “à disposição para contribuir tecnicamente quanto ao embasamento de tais propostas legislativas”. Jarab também presta solidariedade e condolências pela perda de inúmeras vidas por causa da pandemia de COVID-19. “Nenhum país estava preparado para tamanho desafio. Além de causar um forte impacto nos sistemas de saúde e na economia, agravou desigualdades e problemas de direitos humanos, particularmente no acesso aos cuidados de saúde, à proteção social e aos serviços públicos. E o papel do legislativo neste contexto de pandemia é de suma importância para garantir que a normativa mais adequada oriente as respostas à COVID-19 nas diversas áreas que ela demanda”, relata o representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

## Medidas de apoio à população em situação de rua durante e pós-pandemia

Para discutir os direitos da população em situação de rua durante e após a crise provocada pelo Covid-19, a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias fez, em 2/7, um encontro entre parlamentares e a sociedade civil. A reunião de trabalho foi um pedido da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua. Acompanharam o debate Angela Terto, oficial Nacional de Direitos Humanos do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos e Ariadne Ferreira representante da Un aids (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS).





Uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e divulgada em 2016, que teve como base Censo do Sistema Único de Assistência Social em 1.924 cidades, estima que cerca de 102 mil pessoas vivem nas ruas



do Brasil. O título do trabalho do Ipea é “Texto para Discussão - Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil”. De acordo com a Agência Senado, a primeira e única grande pesquisa sobre a população de rua foi realizada entre 2007 e 2008 pelo então Ministério da Cidadania. Porém, o levantamento não foi feito em todo o território nacional. O público-alvo foram pessoas com 18 anos completos ou mais e abrangeu 71 cidades, sendo 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais. Foram detectados 31,9 mil adultos em situação de rua. Somando-se os resultados de pesquisas feitas à parte em São Paulo, Belo Horizonte e Recife, o número sobe para 44 mil.

Já um censo feito pela Prefeitura de São Paulo em 2019 mostra que a população em situação de rua na cidade subiu de 15.905, em 2015, para 24.344 em 2019. Um aumento de 53% no período. Mas Lenildo Monteiro, do Movimento Nacional de População em Situação de Rua, afirma que são 1 milhão de brasileiros vivendo na rua hoje. A falta de números específicos e atualizados dificulta um retrato fiel da população em situação de rua brasileira. Hoje, segundo o IBGE, o desemprego atinge quase 13 milhões de pessoas no país, quadro agravado com a pandemia.

Para Erika Kokay (PT/DF), presidente da Frente, os moradores de rua passam por constantes violações de direitos. “Em uma crise sanitária, o impacto é ainda maior nessa população. O lema “fique em casa” não faz sentido no caso. Queremos que os despejos sejam impedidos nesse período, queremos políticas de moradia, trabalho, abrigo e que saiam da invisibilidade”. Kokay lembra que a pesquisa PNAD não considera pessoas em situação de rua. Ela faz um apelo ainda para que o acesso ao Auxílio Emergencial seja facilitado a essas pessoas, porque muitas não possuem CPF.

Renan Sotto Mayor, presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, alerta que o prazo para receber o Auxílio Emergencial por mais 2 meses termina hoje. “Isso é uma restrição grave para quem vive nas ruas, quem mora na rua não vai conseguir fazer isso, peço a mobilização do Congresso para tentar mudar esse prazo”. Ele informa também que



o CNDH oficiou a prefeitura do Rio de Janeiro para suspender a internação compulsória de moradores de rua.

Para Natália Bonavides (PT/RN), integrante da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População em Rua, e autora de um projeto de lei que impede despejos durante a pandemia também alerta que “o prazo final para auxílio emergencial é muito grave e temos que ampliar. Uma manifestação tanto da ONU, como da sociedade civil podem dar força para pautar os projetos que beneficiam a população em situação de rua”. Ela exemplifica uma questão para o pós-pandemia. “Aqui no Rio Grande do Norte essas pessoas estão abrigadas em escolas. O que vai acontecer quando voltarem as aulas?”.

“Hoje, grupos de deputados que têm pautas que retiram direitos da população brasileira estão mobilizados. Pedimos o apoio da ONU e da sociedade civil para ampliar uma pressão positiva sobre o Congresso para que matérias que garantam os direitos de pessoas em situação de rua entrem logo na pauta do Congresso”, pede Glauber Braga (PSOL/RJ).

“Vivemos uma situação de extermínio da população em situação de rua, com fome, com sede e agora a pandemia. Por causa da retirada de muitas políticas pelo governo estamos largados. Precisamos de políticas que tragam orçamento para nós também. No Auxílio Emergencial mais uma vez somos prejudicados. Não podemos acessar saúde, educação ou trabalho porque não temos endereço fixo. Precisamos de respostas para essa população que hoje é de quase um milhão de pessoas”, denuncia Lenildo Monteiro, do Movimento Nacional de População em Situação de Rua.

Eduardo Matos, também do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (GO), destaca que “nosso recurso mais básico era a rua e hoje, com a pandemia, nem isso temos mais. O acesso ao Auxílio Emergencial é urgente, mas não temos como confeccionar documentos principalmente por causa da migração da população de rua”. Matos ressalta que a principal luta é pela moradia. “Aqui em Goiás já tínhamos um projeto de lei municipal prevendo moradia, mas agora mais nada”.

A defensora pública Rosana Monteiro, que integra a Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), informou que foi reativada uma comissão para tratar do tema com representantes de todas as regiões do país. “Em Cuiabá, por exemplo, conseguimos o aluguel de um hotel com capacidade para 120 pessoas em situação de rua. Porém, temos muita dificuldade para emissão de RG e certidão de nascimento e isso dificulta o acesso ao Auxílio Emergencial. Também em Cuiabá a prefeitura decretou toque de recolher, mas a população em situação de rua não tinha para onde ir e sofreu violência, até que fossem retirados do decreto”.

Darcy Costa, do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (SP), pede que o IBGE inclua nos próximos Censos a população de rua. “Sofremos violência



institucional, física e mental há anos. Nossos direitos à terra e moradia são violados. E cresce uma corrente fascista. Aqui em São Paulo nunca a polícia matou tanto jovens negros. Há um descompromisso total pela vida da população de rua em nosso país”.

“A irresponsabilidade e a insanidade por parte do presidente Jair Bolsonaro reforçaram os impactos agora, e também para depois da pandemia. Já temos 10 milhões de pessoas a mais na fila dos desempregados por causa da pandemia. Precisamos priorizar a votação de projetos de lei voltados à população de rua para o pós-pandemia também”, afirma Nilto Tatto (PT/SP).

“Aqui em Porto Alegre os serviços de atendimento à população em situação de rua foram entregues a organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) ligadas a igrejas e que trazem de volta a política do internamento manicomial. A mesma prefeitura que viola direitos contrata esses serviços. Existem determinações judiciais que incidem nessas questões, mas os gestores municipais ignoram”, explica Veridiana Machado, apoiadora do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (RS).

Urânia Flores, do Fórum da Rua de Brasília denunciou que “aqui em Brasília, 200 pessoas derrubaram 30 barracos usando tratores em plena pandemia. E isso que aqui no Distrito Federal tem uma decisão judicial impedindo despejos. Também temos registro de internações voluntárias. Então, o maior violador é o Estado. Na educação, saúde, moradia e segurança”.

### Subnotificação

Kelsen Medeiros, da Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama, alertou para a subnotificação de casos de contaminação e morte pelo Covid-19 em São Paulo. “A prefeitura informou que até agora foram 25 óbitos na população em situação de rua e outros 17 casos sem confirmação, além de 627 contaminados. Temos quase 25 mil pessoas vivendo na rua, um número que também questionamos. E o mais grave é que essas pessoas não são incluídas nos cadastros porque esse tipo de notificação, de pessoas em situação de rua de rua, não existe. E tem uma leva de pessoas chegando nas ruas por causa do desemprego e despejos. O próprio Tribunal de Justiça respondeu, formalmente, que não pode intervir em despejos”.

O Deputado Paulão (PT/AL), também da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, lembrou que “no momento que a gente atravessa é fundamental a articulação com organismos internacionais. Vivemos um momento de anormalidade. A retomada pós-pandemia será muito complexa e precisamos, por exemplo, criar Frentes Parlamentares nas Câmaras de Vereadores das capitais, criar capilaridade. Temos que contar também com a Defensoria Pública nos estados e que essa mobilização traga efeitos na construção da Lei do Orçamento para o ano que vem”.



Também participaram do encontro Maria do Rosário (PT/RS), que alertou para a situação das crianças e adolescentes em situação de rua, e Tomás Melo, do Movimento Nacional de População em Situação de Rua.



# Povos indígenas



## Atos de violência contra Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul

Na noite de Ano Novo de 2020 uma Casa de Reza da ocupação Laranjeira Nhanderu, dos indígenas Guarani Kaiowá, foi incendiada e parcialmente destruída. A comunidade fica no município de Rio Brillante (MS). Na noite seguinte, entre quarta e quinta-feira (2), homens não identificados atacaram os indígenas a tiros e invadiram algumas casas que ficaram vazias depois da fuga dos moradores, provocada pelo medo e insegurança.

No dia 7/1, a Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados enviou ofício ao procurador da República em Dourados (MS), Marco Antônio Delfino de Almeida, solicitando a apuração e investigação dos fatos, a responsabilização criminal e civil dos envolvidos no ataque, providências para garantir a integridade física dos indígenas, e que peça ao Estado celeridade no processo demarcatório.

Uma indígena ouvida pelo Conselho Indígena Missionário (Cimi), relatou que “os homens andaram entre os barracos e gritavam para que eles deixassem o local ou então ‘todos vão morrer, e gritaram xingamentos racistas enquanto atiravam’”.

Para o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), “a emblemática situação de perseguição dos indígenas do Mato Grosso do Sul é um problema que a Comissão acompanha desde o início e preocupa muito este colegiado parlamentar, por ser o estado que mais tem assassinatos desta etnia no Brasil”.

### **Ocupação Laranjeira Nhanderu**

Os ataques aconteceram em uma área retomada pelos indígenas em outubro de 2018, na sede da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança, que já está sob a posse dos Guarani Kaiowá desde 2007. Naquele ano, começaram as disputas de terra no local e na Justiça. “Cerca de 80 indígenas vivem em barracos sem acesso à energia elétrica ou à água encanada. Sobrevivem de trabalhos precários e da cesta básica distribuída pela Funai (Fundação Nacional do Índio (Funai))”, diz a nota do Ministério Público Federal (MPF) sobre a última vitória dos indígenas no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), que suspendeu em abril de 2019 a decisão liminar da 2ª Vara Federal de Dourados que havia determinado a reintegração de posse da fazenda.

Segundo uma linha do tempo feita pelo MPF, em setembro de 2009 os indígenas foram expulsos da área, passando a ocupar as margens da BR-163, até nova ocupação da área, em maio de 2011. O retorno foi antecipado porque o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) requereu também a reintegração de posse em relação à faixa de domínio da estrada. Os indígenas então voltaram para a área de mata da fazenda. Porém, o proprietário da fazenda vizinha ao local trancou os dois acessos ao acampamento Guarani Kaiowá, e os indígenas não podiam acessar atendimento médico, distribuição de remédios e alimentos, apoio policial e até mesmo o transporte escolar. Até os indigenistas da Funai eram impedidos de entrar. Em 2013, uma decisão judicial assegurou a entrada de órgãos assistenciais.

De acordo com o Cimi, também no dia 2 de janeiro, entrando pela tarde do dia 3 (sexta-feira), cerca de 180 famílias Guarani e Kaiowá das retomadas Nhu Vera, Nhu Vera Aratikuty, Nhu Vera Guasu e Boquerón, limítrofes à Reserva Indígena de Dourados (MS), foram vítimas de ataques feitos por seguranças privados de propriedades localizadas sobre o território indígena e do Departamento de Operações de Fronteira (DOF). Sete indígenas teriam sido feridos atingidos por tiros de bala de borracha e projéteis de arma de fogo. Entre eles, um menino de 12 anos que perdeu três dedos da mão esquerda ao manipular uma granada deixada para trás pela polícia.



## Terra indígena Arariboia

Para ouvir lideranças indígenas sobre as invasões, assassinatos e violação dos direitos humanos dos povos indígenas da terra Araribóia, parlamentares que integram a CDHM e as Frentes Parlamentares Ambientalista e Indígena fizeram uma visita, em 10/1, à aldeia Juçaral, no Maranhão.

Fizeram parte do grupo os deputados Joenia Wapichana (Rede-RR) e Bira do Pindaré (PSB-MA), representando a CDHM, Nilto Tatto (PT-SP) e a senadora, Eliziane Gama (Cidadania - MA). Além de instituições de direitos humanos e povos indígenas do estado.

O requerimento da visita, aprovado nas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Direitos Humanos (CDHM), foi de Joenia Wapichana, também coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Indígenas em conjunto com os parlamentares, Túlio Gadelha (PDT-PE), Camilo Capiberibe (PSB-AP) e Bira do Pindaré.

No final de 2019, houve acirramento dos conflitos na região, com mortes. Entre elas, do líder guardião da floresta Paulo Paulino Guajajara, de 26 anos. No mês de novembro, lideranças indígenas que sofreram ataques estiveram na Câmara do Deputados reforçando o pedido de apuração e providências sobre os atos de violência.

Em dezembro, Joenia Wapichana e Eliziane Gama, estiveram com o ministro da Justiça, Sérgio Moro, pedindo proteção aos indígenas e ao território, além da investigação dos atos de violência. O ministro garantiu a presença da Força Nacional na região e a apuração dos casos.

## Portaria que pode facilitar acesso a povos indígenas isolados

A Fundação Nacional do Índio (Funai) publicou, em 17/3, portaria com medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19). Marcelo Augusto Xavier da Silva, presidente da fundação, assina o documento.

A iniciativa orienta a suspensão de todas atividades que impliquem contato com comunidades indígenas isoladas mas que exceções podem ser autorizadas pelas coordenações regionais.

O próprio regimento interno do órgão determina que esse tipo de ação só deve ser feita pela Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato.



Servidores da Funai denunciam que a portaria mostra desconhecimento da presidência da instrução sobre o regimento interno e a quem cabe entrar em contato com essas tribos, além de poder facilitar o acesso à essas populações.

Em 18/3, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias d(CDHM), Deputado Helder Salomão (PT/ES), solicitou esclarecimentos ao Presidente da FUNAI sobre a medida e afirmou que a prevenção à pandemia não pode ser pretexto “para fragilização das normas que protegem os povos indígenas isolados”.

Para Salomão, a portaria da Funai “é editada no contexto de uma série de investidas do Governo Federal e do próprio Presidente da República a fim de facilitar empreendimentos econômicos, particularmente a mineração, nas terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas”.

De acordo com Camilo Capiberibe (PSB/AP), Vice-Presidente da CDHM, a decisão é “absurda e injustificável, índios isolados não têm contato com o COVID-19, a não ser que algum irresponsável leve até eles”.

## Indígena assassinado no Paraná

No dia 8/3, Virgínio Tupa Rero Jevy Benites Avá-Guarani, de 24 anos, foi assassinado na Vila Ponte Nova, em Diamante do Oeste (PR). Os indígenas Lairton Vaz, de 18 anos, Felix Benites e Everton Ortiz, de 20 anos, ficaram gravemente feridos. De acordo com a Polícia Civil, Virgínio teria urinado na frente de uma residência. Testemunhas afirmam que os moradores reclamaram e o rapaz teria saído do local.

Virgínio e os outros três indígenas são das aldeias Itamarã e Añepepe. São terras compradas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e pela Itaipu Binacional para receber as comunidades desalojadas pela construção da usina hidrelétrica.

Mais indígenas das duas aldeias, além dos quatro, passaram o dia na Vila Ponte Nova para um campeonato de futebol. Porém, quando todos iam embora para a aldeia, teria havido uma emboscada feita por quatro não indígenas na estrada. O grupo foi atacado com facas e espingardas. Virgínio levou uma facada nas costas e morreu. Everton foi atingido com uma pedrada na cabeça, teve alta, mas segue reclamando de dores e mal-estar. O Samu foi acionado, mas segundo os indígenas demorou cerca de uma hora e meia para chegar ao local. “Isso envolve ódio, desrespeito contra a nossa gente”, afirmou uma liderança Avá-Guarani.

A missionária Osmarina Oliveira do Cimi Regional Sul denuncia que “os indígenas estão apavorados porque eles trabalham fora, em frigoríficos locais. Estudantes que chegam já na madrugada, em Diamante, e ficam expostos. Analisamos como um caso de genocídio. Ela diz que os Avá-Guarani seguiram recebendo ameaças após o assassinato de





Virgínio e que mensagens em redes sociais e ligações aos familiares nas aldeias se tornaram comuns.

Em 18/3, o Presidente da CDHM solicitou providências ao procurador-geral de Justiça do Paraná, Ivone Sfoggia, ao secretário de Estado da Segurança Pública, coronel Romulo Marinho Soares e ao subprocurador-geral da República Antônio Carlos Bigonha, Coordenador da 6ª Câmara / Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais.

A Comissão pediu providências para a investigação e elucidação dos crimes, apuração da responsabilidade pela demora no atendimento ao grupo de indígenas pelo Samu, e reitera a solicitação de medidas de segurança e proteção aos Avá-Guarani.

## Funai confirma que não vai recorrer de decisão que anula demarcação no Paraná; Presidente da CDHM mantém pedido de providências jurídicas no caso

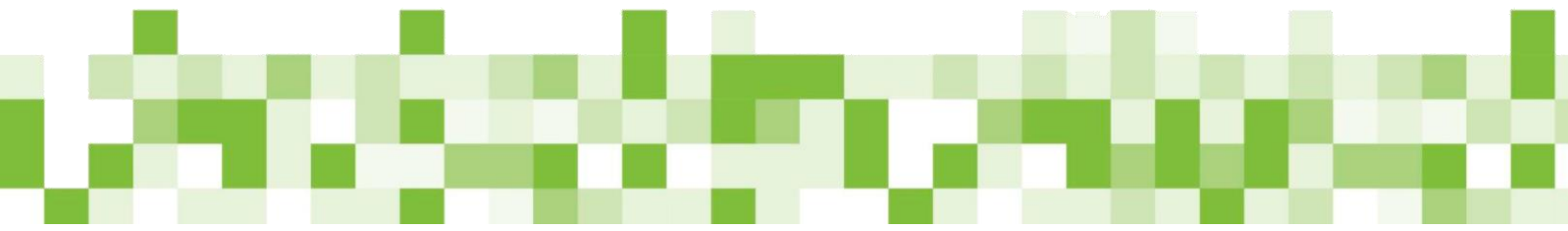
O Diário Oficial da União do dia 26/3 publicou portaria que declarava a nulidade do processo administrativo de identificação e delimitação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá. O território fica nos municípios de Guaíra, Altônia e Terra Roxa, no oeste do Paraná.

A portaria resultou de uma sentença da 1ª Vara Federal de Guaíra, que julgou procedente um pedido da prefeitura local.

O Presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), pediu, naquela semana, informações e providências administrativas e judiciais às autoridades sobre o caso. A solicitação foi enviada para a Procuradoria Federal Especializada junto à Funai, para a Procuradoria-Geral Federal, para 6ª Câmara do Ministério Público Federal e para a Defensoria Pública da União.

“A Fundação Nacional do Índio, contrariando sua função institucional, não recorreu da decisão e anulou o processo administrativo demarcatório antes mesmo do trânsito em julgado da sentença”, destaca Salomão. O parlamentar esclarece também que terras indígenas são propriedade da União, e agir com negligência na conservação desse patrimônio é ato de improbidade administrativa.

Em resposta, a FUNAI comunicou que não vai mesmo recorrer da sentença. A instituição se apoia em parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) de 2017, que estabelece como vinculantes as condicionantes adotadas no julgamento sobre a terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.



Em novo documento, enviado 6/4 para a 6ª Câmara do Ministério Público Federal e Defensoria Pública-Publica Geral da União, Salomão encaminha a resposta da Funai e solicita as providências judiciais cabíveis no caso.

O documento argumenta que “ as peculiaridades daquele caso concreto (Raposa Serra do Sol) não permitem a aplicação indiscriminada do precedente”.

Além disso, o STF já havia decidido que o parecer da AGU de 2017 não tem efeito vinculante e em outra decisão, desta vez pelo ministro Edson Fachin, que os efeitos do mesmo parecer foram suspensos no caso concreto até o final julgamento do mérito.

Os indígenas relataram ainda agressão física, ameaças e ataques a tiros. Essa situação de violência já havia sido notificada, em novembro do ano passado, ao Secretário de Segurança Pública do Paraná.

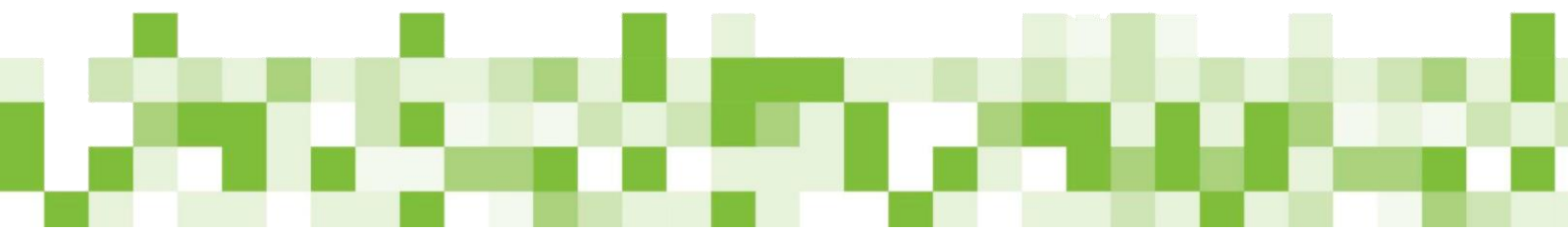
## Parecer da AGU que limita demarcações indígenas

Em novembro de 2019, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Helder Salomão (PT/ES), enviou ao ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, relato de diversas denúncias de violações de direitos humanos sobre conflitos fundiários em terras indígenas. Entre eles, a depredação dos territórios por desmatamento, a contaminação por agrotóxicos, atividades ilegais de mineração, abertura de estradas e a demora do governo federal para finalizar processos de demarcação de terras e processos judiciais que têm como origem a disputa por essas terras.

Fachin é relator do Recurso Extraordinário 1017365. No julgamento, a Corte deve definir, com repercussão geral, o estatuto jurídico-constitucional do direito indígena à terra, com base no artigo 231 da Constituição.

De acordo com instituições da sociedade civil, muitas violações de direitos indígenas são fundamentadas no julgamento do STF sobre Raposa Terra do Sol, em 2009. Parecer da Advocacia-Geral da União de 2017 estabelece que a decisão, que prevê 19 requisitos, obriga toda a administração pública. Entre as condicionantes, está a que proíbe ampliar a demarcação, a de que deve haver participação dos municípios e estados no processo administrativo e a que criou um marco temporal no sentido de que as populações indígenas que não estavam sobre suas terras durante a Constituição de 88 não têm direito à demarcação.

Mas mais de uma vez o STF decidiu que o Caso Raposa Serra do Sol não tem efeito vinculante. Assim, recentemente, o Ministro Fachin suspendeu somente no caso concreto dos indígenas Xokleng de Santa Catarina (ACO 1100) os efeitos do parecer da AGU. O



Ministro deve decidir em breve se suspenderá os efeitos desse parecer sobre todos os processos administrativos e judiciais envolvendo questões indígenas.

Em 8/4, o Presidente da CDHM se manifestou novamente perante Fachin para ressaltar o agravamento das violações aos direitos fundamentais indígenas pela manutenção do parecer da AGU, e informou o STF que endossa os pedidos feitos pela Comunidade Indígena Xokleng da Terra Indígena Ibirama-La Klão e por diversas entidades atuantes em direitos humanos de suspender a decisão da Advocacia-Geral da União.

O deputado expôs para Fachin uma série de exemplos que podem ajudar no julgamento do Recurso Extraordinário 1017365 pelo STF.

“Estamos pedindo ao STF, além da suspensão imediata do parecer da AGU, a realização de audiências públicas sobre o tema com ampla participação da sociedade civil, e a inclusão na pauta do plenário do recurso extraordinário, o que vai trazer segurança jurídica e amparo aos indígenas”, destaca Salomão.

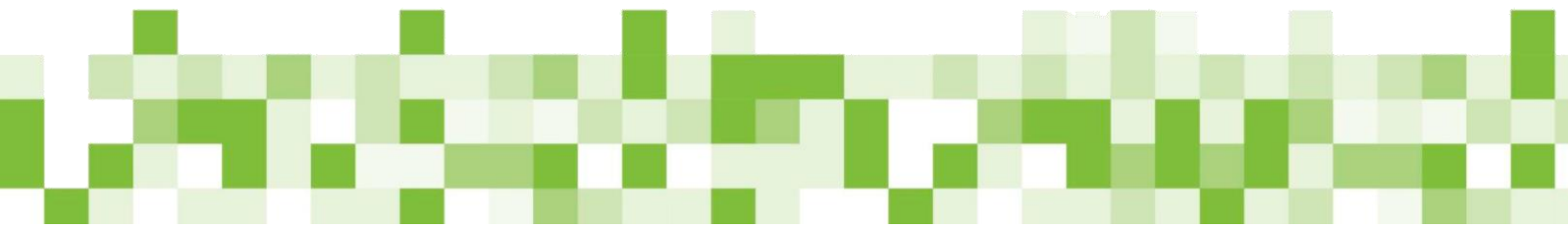
## STF suspende processos judiciais que impedem demarcação de terras indígenas e parecer da AGU

Em 6/5, Fachin determinou a suspensão nacional de processos judiciais, principalmente ações possessórias e anulatórias de processos demarcação de terras indígenas, bem como os recursos vinculados a essas ações, “sem prejuízo dos direitos territoriais dos povos indígenas”. Em 7/5, Fachin suspendeu ainda o parecer da Advocacia-Geral da União que orientava, até então, decisões envolvendo terras indígenas.

O ministro do STF ressalta que a medida vale até “a ocorrência do término da pandemia da COVID-19 ou do julgamento final da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário 1.017.365 (Tema 1031), o que ocorrer por último, salvo ulterior decisão em sentido diverso”.

No texto da liminar, Fachin determina à FUNAI que se abstenha de rever todo e qualquer procedimento administrativo de demarcação de terra indígena, com base no Parecer n.º 001/2017/GAB/CGU/AGU até que seja julgado o Tema 1031 . De imediato determino a inclusão em plenário virtual por votação assíncrona para exame do referendo da liminar” . A decisão foi enviada para a Procuradoria-Geral da República, que tem prazo de cinco dias para se manifestar.

O parecer da AGU, de 2017, prevê 19 requisitos para análise de procedimentos demarcatórios. Entre eles, o que proíbe ampliar a demarcação, o de que deve haver participação dos municípios e estados em todas as fases do processo administrativo e o



que criou um marco temporal no sentido de que as populações indígenas que não estavam sobre suas terras durante a Constituição de 88 não têm direito à demarcação.

## TCU derruba licitação e BR 158 não vai passar por terra indígena

*Foto: Mario Vilela / Funai*



O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informaram, em 5/6, que vão adotar na obra da BR-158 o traçado que contorna a Reserva Indígena Marãiwatsédé do povo Xavante, na região nordeste do Mato Grosso. O novo trajeto atende às reivindicações dos povos indígenas e a recomendação da Fundação Nacional do Índio (Funai). Os Xavantes pediam a mudança no traçado na BR 158, para não mais atravessar em linha reta por dentro da reserva, que era o plano original.

A CDHM acompanhou a mobilização em torno do problema. A área, de 165 mil hectares, e registrada em nome da União, era motivo de disputa entre a comunidade tradicional, empresários e órgãos públicos responsáveis pela construção da estrada.

Em agosto de 2018, por requerimento do Deputado Patrus Ananias (PT/MG), a CDHM promoveu uma audiência pública com representantes da Confederação Nacional

dos Bispos do Brasil (CNBB), da ANTT, da Superintendência Regional do DNIT de Mato Grosso, da Procuradoria da República no município de Barra do Garças, do Conselho Indigenista e Missionário e com parlamentares.

Em agosto de 2019, o presidente da CDHM, Helder Salomão, enviou ofício ao ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Ribeiro, pedindo informações sobre o processo 016.089/2018-9, que tratava da licitação para a rodovia. Este processo abordava o cumprimento de condicionantes, em especial o plano protetivo ambiental da Terra Indígena Marãiwatsédé.

Em 3/6, em reunião virtual do plenário do TCU, a licitação feita anteriormente foi anulada e o processo arquivado.

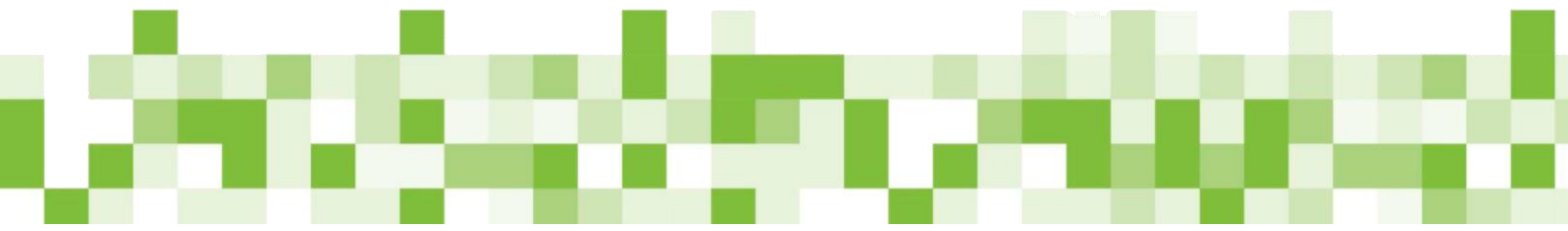
De acordo com o site Notícias dos Municípios, um novo estudo recomendou a retomada das obras, através de uma nova concessionária, com o contorno do território indígena e outro plano de investimentos. Ainda de acordo com o informativo, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) já teria aprovado o novo projeto de execução das obras.

Para Sebastião Moreira, do Conselho Indigenista e Missionário "essa vitória foi uma resposta positiva à luta dos indígenas e a movimentos do Ministério Público e da Comissão, que conversou com todas as instituições envolvidas. Uma vitória que todos devemos comemorar".

“Acompanhamos atentamente as questões indígenas, sempre colaborando na resolução ou redução do permanente estado de violação de direitos humanos a que as comunidades tradicionais estão submetidas”, explica Helder Salomão.

## Histórico

Os indígenas Marãiwatsédé, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), ocuparam a terra na década de 1960. Naquela época, a Agropecuária Suiá-Missú foi instalada na região. Em 1967, os índios foram transferidos para a Terra Indígena São Marcos, na região sul de Mato Grosso, e lá ficaram por cerca de 40 anos. Em 1980, a fazenda foi vendida para a petrolífera italiana Agip. A empresa foi pressionada a devolver aos Xavantes a terra durante a Conferência de Meio Ambiente no ano de 1992, realizada no Rio de Janeiro. Seis anos depois, em 1998, houve a homologação, por decreto presidencial, da terra indígena. Mas o retorno dos Xavantes não ocorreu de forma pacífica. Só em 2013 foi entregue, pelo governo federal, a posse plena da terra, a partir de uma operação de retomada determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em outubro de 2012.



## A estrada

A BR-158 atravessa o país de norte a sul. No planejamento do Ministério dos Transportes, o ponto inicial estaria entre as rodovias BR-230 e PA-415, no município de Altamira, no Pará. Entretanto, esta ligação com Altamira nunca foi colocada em prática. Na realidade, ela só está pavimentada a partir de Redenção, também no Pará. A rodovia atravessa depois os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde termina, na fronteira com o Uruguai, no município de Santana do Livramento.

## Demarcação de terra Xavante

A demarcação da Terra Indígena Marãiwatsédé, do povo Xavante, nos municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia (MT), foi homologada por decreto presidencial em 1998. Porém, a área sempre foi motivo de conflitos entre indígenas e empresas do setor agropecuário. Um deles foi pela mudança no traçado da BR 158, que passaria em linha reta por dentro da reserva. No dia 6 de junho, o Tribunal de Contas da União (TCU) derrubou a licitação da obra e a estrada não vai passar por terra indígena.

Em julho, chegou à presidência da CDHM a denúncia de que tramita, na Procuradoria Federal Especializada da Funai, um procedimento administrativo que tem um requerimento da Associação dos Produtores Rurais da Suiá Missú de Alto Boa Vista endereçado ao presidente da República, Jair Bolsonaro, questionando pontos da demarcação.

Os produtores rurais queriam, dentre outros pontos, a anulação do decreto presidencial que homologou a Terra Indígena Maralwatsédé para o povo Xavante; o envio de cópia dos autos ao Ministério Público Federal (MPF) para apurar possíveis fraudes de funcionários da Funai e a indenização a todos os ocupantes da área demarcada que tiveram imóveis destruídos pela Força Nacional.

Em 31/7, o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), pediu à subprocuradora-geral da República e coordenadora da 6ª Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, Eliana Torelly de Carvalho, medidas para garantir que os prejuízos à comunidade não se agravem e informações sobre o vem sendo feito no caso.

“Acompanhamos atentamente as questões indígenas, sempre colaborando na resolução ou na redução do permanente estado de violação de direitos humanos a que as comunidades tradicionais estão submetidas”, explica Salomão.



## Avanço da pandemia entre indígenas Aldeia Nova Pukañu

Em 27/7, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM, Helder Salomão (PT/ES), solicitou à subprocuradora-geral da República e coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Eliana Torelly de Carvalho, a adoção de medidas, inclusive judiciais, para encerrar conflito e o risco de contaminação por Covid-19 dos indígenas da Aldeia Nova Pukañu (MT).

A aldeia está situada em terra pública da União (Gleba São Pedro) e ainda não foi demarcada pela Funai. O território fica na região do município de Luciara, a 1.100 quilômetros da capital, Cuiabá. A iniciativa foi tomada após denúncia recebida da Associação da Comunidade Indígena Kanela do Araguaia. Ainda no mês de março, Salomão já havia sido informado do avanço de posseiros, com apoio de homens armados, sobre a Aldeia Nova Pukañu. De acordo com informações, cerca de 400 indígenas estariam confinados em uma área de 48 hectares. Por causa disso, os indígenas estariam sem acesso à mata para a coleta de frutas, plantas medicinais e a caça de subsistência. O local também já teria casas e cercas sendo construídas e haveria relatos tiros, ameaças, queimadas e desmatamento.

“Já foi movida ação pública, inquéritos foram instaurados, expedientes enviados à Polícia Federal e à Funai, ação penal contra os invasores por crimes ambientais e invasão de terra pública, mas os conflitos continuam e precisamos de mais ações do Poder Público”, explica Helder Salomão.

## Avanço da pandemia entre indígenas de Santa Catarina

*Foto: Divulgação / Conselho Indigenista Missionário*





*Indígenas Kaingang, Guarani e Xokleng protestam em SC e RS contra má gestão na saúde indígena.*

A presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara do Deputados (CDHM) pediu a autoridades de Santa Catarina, em 6/8, a adoção urgente de medidas para a realização de testagem em massa para detecção do vírus Covid-19 nos indígenas da região do Alto Vale, assim como o rápido isolamento dos assintomáticos, para evitar a proliferação do coronavírus nos territórios. O presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), foi informado, pelo parlamentar Marcon (PT/RS), do alto número de contágio de indígenas Laklãnõ Xokleng, Guarani e Kaingang. Dezoito índios já testaram positivo, mas estão assintomáticos.

O pedido foi feito ao governador, Carlos Moisés da Silva; ao secretário estadual da Saúde, André Ribeiro; à secretária municipal de Saúde de José Boiteux, Fabiana Fusinato; ao prefeito de José Boiteux, Jonas Pudewell; ao prefeito de Vítor Meireles, Bento Silvy; à prefeita de Doutor Pedrinho, Simoni Nones, e ao secretário especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde Robson Santos da Silva.

De acordo com o consórcio de veículos de imprensa, a partir de dados das Secretarias Estaduais de Saúde, Santa Catarina é um dos estados com alta acelerada de casos de Covid-19. Até o dia 6 de agosto, foram computados 98.634 casos, com 1.357 mortes. “É dever do Estado garantir o direito à saúde, através de políticas sociais e econômicas que reduzam o risco de doença, ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para proteção e recuperação. Isso está na nossa Constituição”, afirma Helder Salomão.



O documento, que também citou acordos internacionais feitos pelo Brasil, lembra “que os povos indígenas têm direito a uma política de saúde diferenciada, que respeite suas especificidades e práticas tradicionais e que contemple aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional”.

Os ofícios encaminhados ressaltaram ainda “que as especificidades imunológicas e epidemiológicas tornam os povos indígenas particularmente suscetíveis ao Covid-19, sobretudo tendo em vista que doenças respiratórias são uma das principais causas de óbitos entre estes povos”. O presidente da CDHM conclui: “A eventual omissão estatal neste cenário de pandemia e potencial genocídio dos povos indígenas pode expor o Brasil à responsabilização tanto interna como internacional. O respeito aos princípios democráticos por uma nação está vinculado ao modo como essa sociedade trata as minorias”.

Em entrevista ao site do Instituto Nacional de Pesquisa Brasil Plural, da Universidade Federal de Santa Catarina, a liderança indígena Joziléia Kaingáng, que é antropóloga, disse que “quando vimos que a pandemia estava avançando, e que foram cancelados eventos indígenas importantes como o Acampamento Terra Livre, pensamos que devíamos tomar atitudes para proteger nossos povos, dado que não parecia haver uma estratégia por parte do governo”.

A partir daí, a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) formou grupos por regiões. “O da região Sul foi formado por lideranças do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Mapeamos algumas possíveis instituições que poderiam articular-se ao nosso trabalho. Observamos as ações da Fiocruz e da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), que têm feito discussões sérias sobre este momento, considerando as diversas regiões e os diversos contextos. Por exemplo, se sabe que no norte do país os indígenas têm grandes territórios e moram em comunidades isoladas, o que é diferente dos estados do sul, onde os indígenas vivem em terras que estão em processo de retomada e próximos às áreas urbanas”.

Ela explicou que a primeira ação foi lançar a hashtag “fica na aldeia” e traduzir os textos às línguas Kaingáng, Guarani, e Laklãñ/Xokleng, explicando aos parentes o que é o coronavírus e porque devem ficar na aldeia. Ela conta também que “alguém me falou: “na nossa aldeia os mais velhos estão com medo de morrer”. Isso é muito sério. A gente sabe que o espírito da doença é muito forte porque veio mesmo para devastar. Porque toda doença tem um espírito. Essa doença não veio por nada, veio para tomar parte de algo que tem sido desrespeitado há algum tempo: as pessoas não respeitam o outro, nem vivo, nem espíritos. Assim, a doença veio se manifestar””. A entrevista de Joziléia Kaingáng foi no dia 29 de abril.



## Invasores em TI do Mato Grosso

Em 17/8 Salomão enviou ao presidente da Fundação Nacional do Índio, Marcelo Augusto Xavier da Silva; à coordenadora da 6a Câmara de Coordenação e Revisão da PGR, Eliana Torelly de Carvalho e ao coordenador da 4a Câmara de Coordenação e Revisão da PGR, Juliano Carvalho, um pedido de apuração dos crimes ambientais denunciados, e exigir do Estado a retirada dos invasores das e a prestação de adequada atenção à saúde dos indígenas, com está previsto na Constituição.

“O aumento das invasões, do roubo de madeira, da grilagem e do garimpo em territórios tradicionais coloca em risco a sobrevivência de diversas comunidades indígenas no Brasil. Além dos confrontos violentos, das constantes ameaças e da degradação do meio ambiente, o perigo à integridade física e cultural dos povos indígenas é agravada neste contexto de pandemia”, explica o presidente da CDHM.

O povo Paiter Suruí, denuncia também a falta de leitos de UTI e solicitou a instalação de um Hospital de Campanha com Unidade de Tratamento Intensivo para atender os povos indígenas, além da criação de um Comitê de Diálogo, entre outras medidas.

O documento da presidência da CDHM ressalta que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos já emitiu diretrizes para o enfrentamento da pandemia e proteção dos povos indígenas. “Os Estados devem impor medidas que regulem o acesso de todas as pessoas ao território indígena, em consulta e colaboração com as populações envolvidas, especialmente com suas instituições representativas”.

Já o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luis Roberto Barroso determinou que o governo federal complemente o Plano de Barreiras Sanitárias para Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, com definições mais exatas dessas barreiras, considerando as particularidades de cada povo, e prevendo ações imediatas.

O primeiro contato oficial dos Paiter Suruí com não indígenas aconteceu em 1969, com sertanistas da Funai. Com a aproximação, chegaram as doenças como o alcoolismo e outros males que reduziram a população da tribo de quase 5 000 para pouco mais de 250 pessoas. Em 1973 um surto de sarampo matou cerca de 300 pessoas. De acordo com a página oficial da etnia na internet, hoje são aproximadamente 1.700 indígenas que vivem em 12 aldeias. Paiter significa "gente de verdade, nós mesmos".



## Rio Abacaxis: execuções sumárias e tortura contra indígenas e ribeirinhos no Amazonas

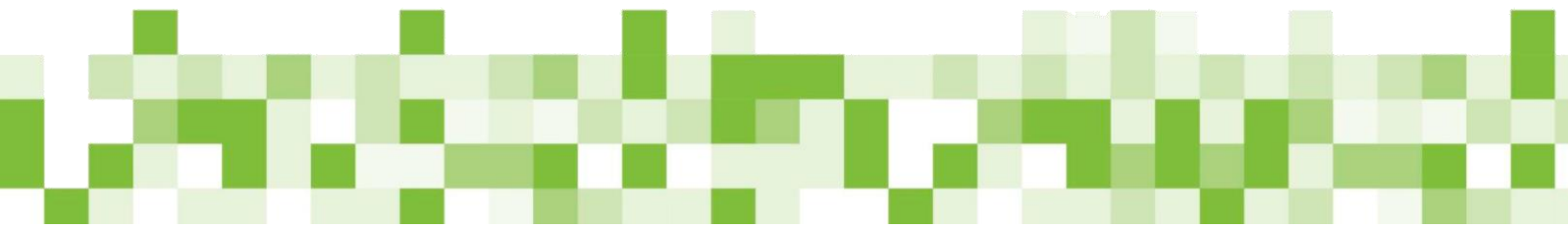
O presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), enviou em 20/8 ofícios para autoridades amazonenses solicitando informações sobre as investigações e ações para responsabilizar os envolvidos em denúncias de violações de direitos humanos reportadas pelo deputado José Ricardo (PT/AM).

De acordo com um manifesto assinado por 53 instituições da sociedade civil, durante uma ação policial sob comando da Polícia Militar, “foram usadas práticas de tortura, cerceamento de liberdades individuais e coletivas e execuções por arma de fogo de moradores locais”. Ainda de acordo com o grupo, o indígena Munduruku Josimar Moraes Lopes foi assassinado e o indígena Munduruku Josivan Moraes Lopes e um adolescente estariam desaparecidos. A agricultora Vandrelania de Souza Araújo, da comunidade Monte Horebe, pertencente ao Projeto de Assentamento Agroextrativista Abacaxis 2, do INCRA, foi encontrada morta em um rio da região. Além disso, dois policiais militares e um suposto traficante também teriam morrido e seis pessoas ficaram feridas. No mesmo dia, o presidente da Associação Nova Era do Rio Abacaxis (Anera), Natanael Campos da Silva, teria sido torturado por mais de uma hora e depois preso. O documento aponta ainda que cerca de 50 policiais militares teriam participado da ação.

Ainda de acordo com o manifesto, o trânsito pelo rio Abacaxis, tanto para comprar comida na cidade de Nova Olinda do Norte como para pesca e caça, estariam impedidos.

“São atos de extrema violência contra ribeirinhos e indígenas, tortura e possíveis execuções sumárias. Uma hipótese é que houve represália à morte de dois agentes policiais na região na véspera, dia 3 de agosto. As informações foram colhidas pelo deputado José Ricardo em oitiva virtual de ribeirinhos e lideranças locais”, explica o presidente da CDHM.

Receberam o pedido da CDHM o governador do Amazonas Wilson Miranda; Louismar Bonates, secretário de Segurança Pública; Ricardo Queiroz de Paiva, defensor público-geral do estado; Thiago Pinheiro Corrêa, procurador-chefe da República no Amazonas; Leda Mara Nascimento Albuquerque, procuradora-geral de Justiça do Amazonas; Eliana Torelly de Carvalho, coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão; e Alexandre Saraiva, superintendente regional de Polícia Federal.



## ONU analisa dispositivos vetados do projeto sobre proteção dos indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais na pandemia

O Representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Jan Jarab, respondeu, em 17/8, a uma consulta feita pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Helder Salomão (PT/ES), por Erika Kokay (PT/DF), presidenta da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos; por Joenia Wapichana (Rede/AP), presidenta da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas; pela professora Rosa Neide (PT/MT), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública e em Respeito ao Profissional da Educação, e Bira do Pindaré (PSB/MA), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Quilombolas.

Eles questionaram a posição da ONU [os dispositivos vetados do Projeto de Lei nº 1.142/2020](#), transformado na [Lei 14021/2020](#), que dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas, entre as comunidades quilombolas e os demais povos e comunidades.

Jan Jarab informou que “o Sistema das Nações Unidas, por meio do Secretário Geral, do ACNUDH e de demais órgãos, programas e mecanismos, vem empreendendo esforços para estabelecer um conjunto de orientações sobre a COVID-19 e direitos humanos. Conforme estas orientações, o combate à COVID-19 deve ocorrer à luz das obrigações legais de direitos humanos contraídas pelos Estados. É necessário ressaltar que, segundo as Diretrizes relacionadas à COVID-19, as estratégias de saúde pública devem abordar não apenas as dimensões médicas da pandemia, mas também as consequências imediatas, a médio e a longo prazos, sobre os direitos humanos”.

Jarab enfatiza que “não deixar ninguém para trás” deve ser o fio condutor das mais diversas ações de combate à pandemia. “É em razão da especial afetação a direitos que os povos indígenas, quilombolas e pescadores artesanais e demais povos e comunidades tradicionais necessitam que o Estado brasileiro elabore e implemente medidas afirmativas concretas de garantia e proteção a seus direitos humanos, guiadas por um enfoque culturalmente adequado, que respeite as tradições e especificidades locais, nos termos das obrigações emanadas dos diversos tratados internacionais de direitos humanos e segundo as diretrizes estabelecidas na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas”.



No documento, Jarab trata dos dispositivos consultados, que foram vetados, sob a perspectiva do direito à água, do direito à saúde e do direito à alimentação, expressos no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; do direito à informação, expresso no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Trata ainda dos direitos dos povos indígenas isolados ou de recente contato e das obrigações orçamentárias à luz dos direitos humanos. O representante ainda lembra que o Brasil se comprometeu a cumprir uma série de recomendações sobre direitos indígenas, decorrentes da Revisão Periódica Universal.

“A análise que o representante do Alto Comissariado nos enviou é técnica, à luz dos parâmetros internacionais. E é evidente que os vetos do Governo ao projeto aprovado pelo Congresso violam as obrigações internacionais do Brasil. Por isso esses vetos devem ser derrubados”, pondera Salomão.

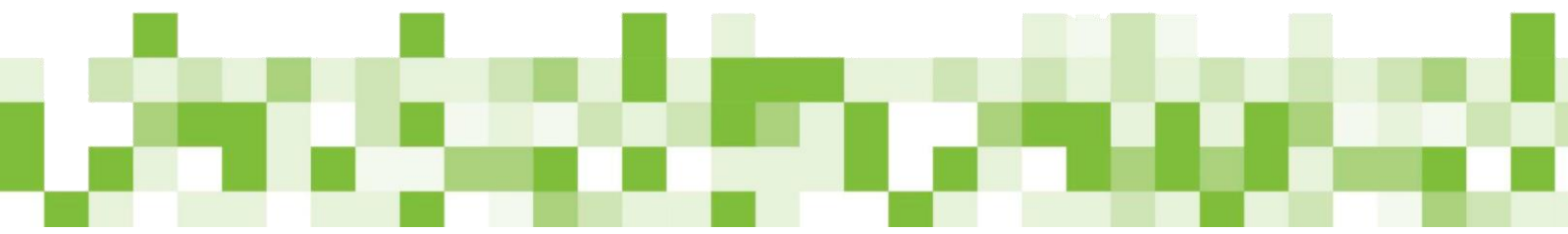
De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a partir de dados da Sesai, já são 19.573 casos de indígenas com coronavírus. Segundo a Articulação dos Povos Indígenas (Apib) são 678 óbitos até a data de hoje.

O Congresso derrubou a maior parte dos vetos. [Veja aqui a Lei 14.021/2020.](#)

## Justiça suspende despejo de indígenas pataxó



*Índigenas pataxó comemoram suspensão do despejo. Foto : Thyara Pataxó*



O Tribunal Regional Federal da 1ª Região suspendeu, em 2/9, a ordem de despejo que poderia atingir 24 famílias que ocupam uma área localizada entre Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. A ordem judicial para reintegração deveria ser cumprida até ontem. A decisão é da desembargadora Danielle Costa, que julgou o agravo de instrumento feito pelos indígenas.

Na decisão, Danielle argumenta, entre outros pontos, que “as premissas em que se pautou a decisão de primeiro grau não persistem. Primeiro porque a área encontra-se em estudo para fins de concretizar procedimento demarcatório em favor da Comunidade Indígena, sendo que a defesa em prol do direito da agravante mereceu adesão da Advocacia Geral da União. Há elementos que demonstram que a área em litígio está sob estudo, inclusive com a instalação de Grupo de Trabalho multidisciplinar realizando RCID - Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Ponta Grande, ainda constando Nota Técnica da FUNAI que informa estar inserido o imóvel dos autores na área objeto de demarcação do mencionado Território de Ponta Grande”.

A presidência da CDHM atuou no caso a pedido de Valmir Assunção (PT/BA). Foram enviados ofícios a Daniel Justo Madruga, superintendente Regional da Polícia Federal, Marcelo Xavier da Silva, presidente da Fundação Nacional do Índio e para Eliana Torelly de Carvalho, coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral da República. Nos documentos, o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES) pedia providências constitucionais e legais para garantir a suspensão das ações possessórias contra indígenas, como determinado pela decisão do ministro Edson Fachin.



## Assassinato de 4 indígenas bolivianos na fronteira com o Brasil



*Chiquitana lamenta perda de seus familiares. Foto: CEDPH-MT e FDHT-MT*

A presidência da CDHM recebeu denúncia sobre o assassinato de quatro indígenas do povo Chiquitano, na cidade de Cáceres (MT), na fronteira de Mato Grosso com a Bolívia. Eles teriam sido mortos, no dia 11 de agosto, pelo Grupo Especial de Fronteira (Gefron) durante um suposto confronto com traficantes. Os policiais alegaram que o grupo estaria armado, mas nenhum integrante do Gefron foi atingido e nenhuma droga foi apreendida. A denúncia foi feita pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Estado de Mato Grosso (CEDPH-MT) e pelo Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso (FDHT-MT).

De acordo com familiares, os indígenas Paulo Pedraza Chore, Ezequiel Pedraza Tosube, Yonas Pedraza Tosube e Arcindo Sumbre García estavam caçando e não tinham relação com o tráfico de drogas. O Gefron afirma que os policiais patrulhavam a zona rural e encontraram homens armados em uma região de mata. Pediram, então, que o grupo parasse, mas os suspeitos teriam reagido e atirado.

Durante uma diligência feita ao local pelos denunciantes, as famílias relataram sinais de tortura nos corpos das vítimas e marcas de muitos tiros em árvores.

“Há fortes indícios de uso desproporcional da força, emprego absurdo de armas de fogo contra os indígenas e tortura. As informações coletadas pela diligência também apontam que a chacina trouxe terror e desestabilização comunitária, além da fragilização das famílias que perderam seus arrimos”, destaca o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES).

Em 11/9, Salomão pediu para Eliana Torelly de Carvalho, da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral da República, a Francisco dos Santos Sobrinho, coordenador da 7ª Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do Ministério Público Federal e ao diretor-geral da Polícia Federal, Rolando de Souza, providências para investigar e elucidar os “gravíssimos fatos relatados, bem como apurar a responsabilidade pelas mortes”.





# Quilombolas



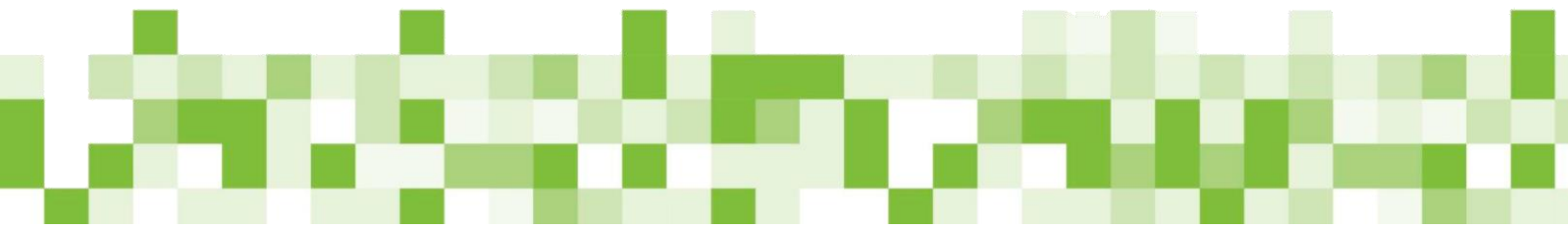
*Dna. Maria José, líder da comunidade quilombola Mamuna (MA), em Alcântara. Foto: Pedro Calvi/CDHM*

## Presidentes de comissões e frentes parlamentares pedem nulidade da portaria que permite remoção de quilombolas em Alcântara

Em 27/3, o governo federal publicou providências de remoção e reassentamento das famílias para ampliação do Centro de Lançamento de Alcântara. Parlamentares apontam descumprimento da Constituição e de normativas internacionais

Em 2019 o Brasil firmou com os Estados Unidos acordo para lançamento de foguetes do Centro de Lançamento de Alcântara, promulgado em fevereiro de 2020. Há na região território quilombola, desde meados do século XVIII, composto hoje por 150 povoados, com cerca de 12 mil habitantes.

Em meio à crise enfrentada pela pandemia do Covid-19, o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro publicou portaria determinando



providências para expansão do Centro de Lançamento e remoção e reassentamento das famílias. A expansão deve implicar no deslocamento de 2 mil quilombolas de 27 comunidades.

Em 1/4, os deputados Helder Salomão (PT/ES) - Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Rodrigo Agostinho (PSB/SP) - Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Patrus Ananias (PT/MG) - Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, Nilto Tatto (PT/SP) - Presidente da Frente Parlamentar Mista em Apoio aos Objetivos de Desenvolvimentos Sustentáveis da ONU, Bira do Pindaré (PSB/MA) - Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Quilombolas, e Marcio Jerry (PC do B/MA) - Presidente da Subcomissão Permanente do Centro de Lançamento de Alcântara, solicitaram a autoridades, providências para anulação do ato. Diversos projetos de decreto legislativo já foram apresentados com essa finalidade.

Entre os argumentos estão o descumprimento da consulta prévia e informada às famílias de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho; a falta de estudos de impacto socioambiental; a garantia constitucional, já confirmada pelo STF, dos quilombolas às suas terras tradicionais; e o período de isolamento social decorrente da pandemia do novo coronavírus.

Há, ainda, o problema que persiste da remoção, na década de 1980, de 312 famílias para sete agrovilas para instalação do Centro Espacial de Alcântara, que perderam a pesca para subsistência e alimento; as famílias já removidas denunciam que o solo das agrovilas é estéril e que o Estado jamais cumpriu as promessas de assistência técnica, crédito, distribuição de cestas básicas, posto de saúde equipado, fornecimento de água potável, saneamento básico e nem houve titulação das casas em nome dos moradores das agrovilas nem pagamento de qualquer indenização.

As providências foram solicitadas para o Ministério Público Federal, para a Defensoria Pública da União e para o próprio Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro. Os parlamentares pediram também manifestação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

O documento sustentou que, de acordo com jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, baseada na Convenção e na Declaração Americanas de Direitos Humanos, os Estados “devem garantir que eventuais restrições no uso e aproveitamento das terras ocupadas pelos povos tradicionais não impliquem negação de sua sobrevivência física e cultural.

Além disso, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em documento expedido no contexto da assinatura do acordo de salvaguardas tecnológicas entre Brasil e Estados Unidos, esclareceu que, de acordo com normas internacionais, os Estados devem



se abster de realizar qualquer remoção forçada de povos tribais e devem garantir às comunidades atingidas indenização pelos danos sofridos e participação nos benefícios das atividades desenvolvidas em seus territórios.

Os deputados apontam que a "própria comunidade desenvolveu protocolo de como deve ser consultada , e esse procedimento deve ser observado pelo Estado".

## Justiça suspende remoção das comunidades quilombolas que vivem na área da Base de Alcântara no Maranhão

Em 12/5, o juiz federal Ricardo Felipe Rodrigues Macieira, da 8ª Vara Federal Ambiental e Agrária de São Luís, determinou a suspensão de todas as ações governo federal relacionadas a execução do processo de realocação das comunidades tradicionais que vivem na área destinada à ampliação ao Centro de Lançamento de Alcântara. A liminar foi proferida em ação movida pelo deputado Bira Pindaré (PSB/MA), Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Quilombolas.

A decisão vale até a conclusão do processo de consulta prévia, livre e informada, das comunidades afetadas. A consulta, prevista da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é uma antiga reivindicação dos quilombolas de Alcântara.

## Expansão de BR no Maranhão

O governo federal anunciou que deve iniciar em maio as obras de duplicação da BR 135 no trecho entre os municípios de Bacabeira e Santa Rita, no Maranhão. O trecho atinge dezenas de quilombos. Desde 2017 organizações representativas dos quilombolas reivindicam perante o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) a realização de consulta prévia, livre e informada, que até hoje, conforme relatam, não ocorreu.

Em 23/4, o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES) e os vice-presidentes do colegiado, Padre João (PT/MG), Túlio Gadêlha (PDT/PE) e Camilo Capiberibe (PSB/AP), divulgaram uma nota oficial manifestando preocupação sobre o início das obras. Para o grupo, o empreendimento pode ter forte impacto negativo na vida de dezenas de quilombos.

Os parlamentares afirmaram também que a situação fica ainda pior por estarmos em meio à pandemia do Covid-19, o que impossibilita até mesmo reuniões de ajustamento para definir métodos de trabalho.



A consulta prévia, livre e informada é um direito previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, e também contemplada por um decreto de 2004. A norma determina que os governos deverão consultar os povos interessados através de procedimentos apropriados e junto com as instituições que representam esses grupos. Dessa forma, pode se chegar a um acordo sobre o que deve ser feito.

A nota pública destacou que "em 2019, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos esclareceu que os Estados devem se abster de realizar qualquer remoção forçada de povos tradicionais e devem garantir às comunidades atingidas indenização pelos danos sofridos e participação nos benefícios das atividades desenvolvidas em seus territórios. Além disso, a Constituição da República afirma que os remanescentes de quilombos são grupos formadores do processo civilizatório nacional e seu modo de viver integra o patrimônio cultural brasileiro".

Os deputados lembraram ainda que o Supremo Tribunal Federal também reconhece o direito dos povos tradicionais a suas terras como direito fundamental, e consequentemente norma de eficácia plena e imediata.

Segundo a Coordenação Nacional de Articulações das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, os territórios quilombolas já são invadidos por vários empreendimentos que impactam diretamente a vida das comunidades. Além da BR 135, fazendas, linhas de energia elétrica, duas estradas de ferro e um aqueduto produzem mais impactos negativos e já reduziram o acesso à parte do território pelos quilombolas.

O município de Santa Rita tem cerca de 30 quilombos e no último dia 19 já tinha cinco casos confirmados de pessoas acometidas de Covid-19. Em Bacabeira, há 1 caso confirmado. Em nota assinada com outras entidades, a Conaq e o Comitê Quilombola de Santa Rita consideram que "tentar iniciar obra na pandemia e sem consulta é consolidar um projeto ecocida e genocida!".

## Justiça do Maranhão suspende duplicação de estrada em terras quilombolas

Em 7/5, o juiz Ricardo Felipe Rodrigues Macieira, da 8ª Vara Federal Ambiental e Agrária da Justiça Federal do Maranhão, determinou que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) faça ajustes e cumpra uma série de exigências antes de continuar com a obra de duplicação da BR 135 no trecho entre Bacabeira e Miranda do Norte. O trecho atinge dezenas de comunidades quilombolas. Desde 2017, organizações representativas desses povos reivindicavam no DNIT a realização de consulta prévia, livre e informada para continuação da obra.



A justiça concluiu também que a obra teria sido iniciada sem o parecer prévio e favorável da Fundação Cultural Palmares e sem a apresentação de um relatório detalhado sobre as interferências nas comunidades quilombolas. Além disso, o DNIT teria recusado adotar critérios da Fundação sobre medidas de compensação relativas à área e às famílias afetadas. Agora, o estudo do componente quilombola deve ser feito de forma adequada e completa e deve incluir as comunidades quilombolas autodeclaradas, que ficam em um raio de 40 km a partir do eixo da rodovia federal. No total, são 62 comunidades, entre as quais 45 estariam no raio de 10 km a partir desse eixo.

No processo, Ricardo Macieira considerou ainda que o acordo realizado sem a participação efetiva dos quilombolas não havia sido homologado pela justiça. Também foi aceita a participação da Defensoria Pública como parte do processo já que há “existência de nexos entre a demanda coletiva e o interesse de coletividades compostas por pessoas claramente hipossuficientes”.

A decisão da Justiça também determinou a complementação e correção dos estudos de impacto socioambiental referentes às comunidades quilombolas, tanto de forma efetiva como os impactos potenciais.

### **Repercussão**

Antonia Cariongo é coordenadora do Comitê de Defesa dos Povos Quilombolas de Santa Rita e Itapecuru. Os dois municípios fazem parte da área atingida pelas obras na BR 135. Ela destacou que vários acordos já foram quebrados desde que o processo começou. "Em todos esses acordos o nosso Comitê nunca foi ouvido. Estamos construindo um protocolo de consulta há um ano e nunca respeitaram nosso trabalho". Ela afirma que é hora dos quilombolas se reorganizarem: "Vamos aproveitar esse período e nos prepararmos para os próximos passos". Antônia lamenta ainda que a Fundação Palmares não represente mais os quilombolas e reafirma as prioridades desses povos tradicionais. "Não queremos audiências públicas porque elas não garantem nossos direitos. Queremos consulta prévia como está na Convenção 169 e o estudo de componente quilombola. Respeitem nossa vida, nossos direitos, o que já está lá na lei. Não pedimos nada além disso".

Na visão do defensor público federal que atua no processo, Yuri Costa, “a decisão proferida pelo juiz é acertada para o atual momento pelo qual passamos. A crise sanitária impossibilita todo e qualquer avanço das obras de duplicação. Do contrário, tornaríamos populações vulneráveis ainda mais fragilizadas. O acordo, pelo menos na forma como proposto pelo MPF, é inadequado para o momento”.



## Ministérios da Cidadania e Agricultura, Incra e Caixa Econômica Federal não comparecem a reunião para tratar de medidas emergenciais para povos quilombolas no contexto da pandemia

A reunião, em 4/5, foi promovida pela Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Quilombolas e contou com a participação do Ministério Público Federal e da sociedade civil.

Participaram representantes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, do Ministério Público Federal, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, da Ordem dos Advogados do Brasil e do Instituto de Estudos Socioambiental. Ministérios da Cidadania e Agricultura, Incra e Caixa Econômica Federal foram chamados, mas nenhum desses órgãos compareceu ao encontro realizado de forma virtual. A Fundação Palmares, vinculada ao Ministério do Turismo, designou um representante do presidente, Sérgio Camargo.

Na reunião foram enumeradas e discutidas uma série de ações urgentes e unificadas, por parte do Ministério da Saúde, para proteção de povos tradicionais no contexto da pandemia, dentre elas: instituição de um comitê de acompanhamento da Covid-19 nos quilombos; execução de plano emergencial nacional de saúde para combate ao coronavírus nos quilombos; realização de combate ao racismo em hospitais e postos de saúde; testagem massiva; distribuição gratuita gratuitamente produtos básicos de limpeza e proteção e monitoramento epidemiológico dos casos relacionados à COVID19 em quilombos.

O grupo reunido também elencou medidas de apoio econômico aos quilombolas, como, por exemplo, entrega de cestas básicas nas comunidades dos estados onde já houve óbitos por COVID-19 (Goiás, Rio de Janeiro, Amapá, Pará, Pernambuco e Bahia); contemplação dos quilombolas que estejam na fila de espera para o Bolsa Família e incentivo à compra de produtos da agricultura familiar dos quilombolas.

Ainda como medidas emergenciais, foram sugeridas a isenção, por um ano, do pagamento de todos os impostos e das contas de energia elétrica e água, e a recomposição do orçamento para pagamento de imóveis em territórios quilombolas em regularização fundiária e para todos os processos abertos no INCRA para regularização fundiária que estão parados por falta de recursos técnicos e financeiros.



Em Julho o Congresso aprovou a Lei [14.021/2020, sobre](#) medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas, entre as comunidades quilombolas, pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais.

## Quilombolas baianos recebem posse definitiva da terra



Foto: MPF / Bahia

Uma longa luta na Justiça terminou em 28/7, com a vitória das 110 famílias da comunidade quilombola do Rio dos Macacos, na Baía de Aratu, em Simões Filho (BA). O Incra entregou o título de posse definitiva da terra de 98 hectares onde vivem cerca de 500 quilombolas. Participaram da entrega o Ministério Público Federal (MPF), que mediou o impasse com a Marinha junto à Defensoria Pública da União (DPU) e a Associação dos Remanescentes de Quilombo Rio dos Macacos.

Depois da titulação, o próximo passo é o registro da propriedade das terras em cartório. Assim, a comunidade poderá participar de programas públicos que permitem o acesso à água encanada, esgotamento sanitário, construção de moradias populares e estradas.

“Não é um simples documento, a gente tá assinando nossa carta de alforria”, disse Rosimeire Silva, que coordena a Associação dos Remanescentes de Quilombo Rio dos Macacos, em entrevista à imprensa local.

A CDHM atuou no caso. Ainda em 2012, foi realizada uma audiência pública sobre a situação do território quilombola, promovida pelo Deputado Domingos Dutra (PT/MA), então presidente do colegiado. Também em 2012, a CDHM fez diligência ao quilombo para apurar denúncias de abusos e uso de violência pela Marinha contra moradores. Os deputados ouviram relatos de ameaças e agressões. Durante a visita foi feito um acordo entre o comando da Marinha para que patrulhamento dos militares fosse restrito ao entorno da área ocupada pela comunidade. O objetivo foi reduzir o conflito entre militares e moradores até uma solução definitiva do impasse.

Já no ano de 2020, o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), ao lado de Bira do Pindaré (PSB/MA), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades, e de dez parlamentares da bancada do PSOL, enviaram ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Walter Souza Braga Netto, ofício solicitando “o quanto antes o registro e envio do título do domínio do território em questão à Associação dos Remanescentes de Quilombo Rio dos Macacos, comunicando de imediato o prazo em que isso ocorrerá”.

A comunidade está na área desde a época do Império. A luta territorial, porém, teve início nos anos 1970. O conflito começou depois que a Base Naval de Aratu foi construída e a União pediu a desocupação da área pelos quilombolas. Em 2009, os quilombolas pediram a intervenção do MPF para provar que eram remanescentes de grupos que resistiram à escravidão e que tinham o direito de posse das terras. Em julho de 2012, o Incra classificou a terra como área quilombola centenária e estava no local antes da chegada da Marinha. Porém, antes do reconhecimento, a Marinha ajuizou processo judicial e pediu a desocupação do quilombo. O pedido foi aceito pela Justiça, que determinou que 46 famílias deixassem o local.

Já em 2014, o Incra fez a delimitação do território e três anos depois reconheceu a área como quilombo. Desde então, os moradores passaram a aguardar a assinatura de titulação das próprias terras. Em 2018, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) visitou o quilombo. Segundo os quilombolas, durante o processo de titulação se tornaram alvo de ameaças dos oficiais da Marinha, sendo atingidos por assassinatos, espancamentos e até assédio às mulheres da comunidade.

“É a vitória de uma luta com origem nos processos de resistência negra à escravidão. Os habitantes da comunidade quilombola sofreram diversas violações de direitos humanos durante a judicialização do processo”, destaca o o presidente da CDHM, Helder Salomão.





# Saúde

*Foto: reprodução acervo da família*



*Artur Knupp Xavier, 3 meses, com Atrofia Muscular Espinhal. Presidente CDHM recebeu denúncia de que fornecimento do medicamento Spinraza pelo SUS está abaixo do que é necessário.*

## TCU abre processo para apurar aplicação de dinheiro público na saúde do Distrito Federal

No dia 16 de novembro de 2019 uma reportagem da TV Globo denunciou a criança “Camilly”, filha de Gleiciane Martins, portadora de Síndrome de Down. A menina tinha um tumor cerebral e aguardava, há 10 meses, a realização de exames de ecocardiograma e ressonância magnética na rede de saúde pública. Na mesma reportagem, Simone, mãe de Rafael Freitas de Andrade, dizia que seu filho, com pouco mais de um ano e também Down, aguardou cerca de quatro meses para fazer uma ressonância magnética, que nunca aconteceu. Ainda de acordo com reportagem, o site Política Distrital, mostrava que, apenas no mês de outubro de 2019, ao menos quatro crianças morreram no Distrito Federal à espera de um leito de UTI ou logo após suas transferências na rede pública de saúde. A maioria dos pacientes com alguma cardiopatia aguardava transferência para o Instituto de Cardiologia do Distrito Federal (ICDF).

Diante dessa situação, ainda em novembro de 2019, a presidência da CDHM enviou ofícios ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), José Múcio Monteiro Filho; a presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Anilcéia Luzia Machado e ao secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, Osnei Okumoto.

Ao TCU, a CDHM solicitou o exame detalhado da aplicação dos recursos públicos na saúde pelo Governo do Distrito Federal (GDF). No dia 2 de janeiro deste ano, o Tribunal atendeu o pedido e abriu o processo número 000.039/2020-9. O relator é o ministro Augusto Nardes.

Para a Secretaria de Saúde, foram pedidas informações sobre o falecimento, em 2019, de dois pacientes neonatais com cardiopatia congênita e/ou síndrome de Down. Não teve resposta, até o momento.

Ainda em novembro de 2019, a CDHM recebeu um ofício do Ministério Público de Contas do Distrito Federal (MPCDF), registrando que 36 pacientes aguardavam a realização de cirurgias cardíacas. Além do que existiria, segundo o ofício, a “Lista da Morte”, contendo dados de pacientes que foram a óbito neste ano de 2019 decorrente da demora no atendimento hospitalar. Dados do MPCDF mostravam que, nos últimos cinco anos, a Secretaria de Saúde do DF repassou ao ICDF, aproximadamente, R\$ 290 milhões de reais em verbas federais.

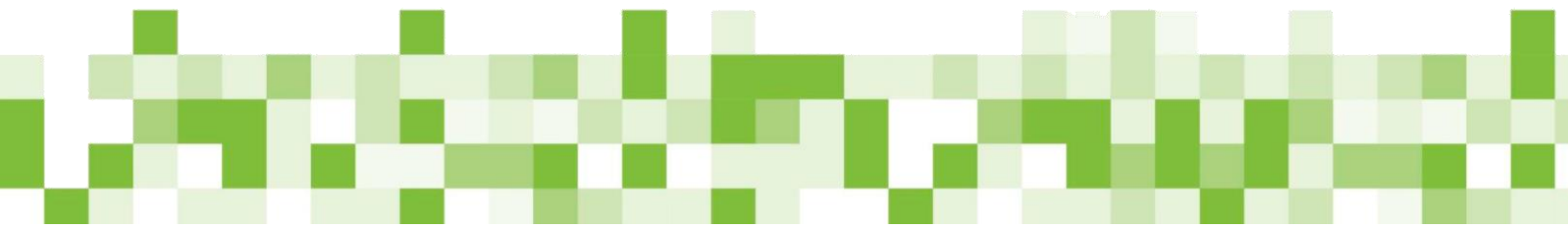
Também de acordo com o Ministério Público, apenas o ICDF receberia “a maioria dos repasses de recursos públicos, sem que se tenha ciência de outros nosocômios, selecionados, por critérios igualitários”.

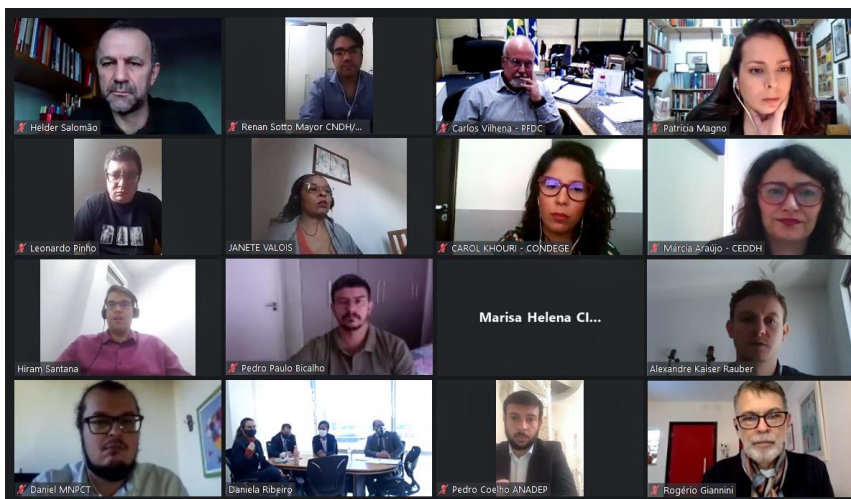
“A nossa Comissão tem a atribuição de monitorar situações de violação de direitos humanos e a falta de acesso aos serviços de saúde é uma violação. A Constituição é clara quando diz que as instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, a preferência é par as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos”, explica o presidente da DDHM, Helder Salomão (PT/ES).

## Atendimento para detentos com transtorno mental

Em 17/7, a Presidência da CDHM promoveu reunião sobre a retomada do Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP), no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional.

No dia 18 de maio, dia nacional da luta antimanicomial, o Ministério da Saúde extinguiu o EAP, através da Portaria 1.325. Após mobilização da sociedade civil e de instituições do sistema de Justiça que resultou em uma Nota Técnica enviada ao Ministério,





a portaria foi revogada em 15/6. As EAPs existem em sete estados, onde trabalham 11 equipes.

A Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) informou, através de nota, que

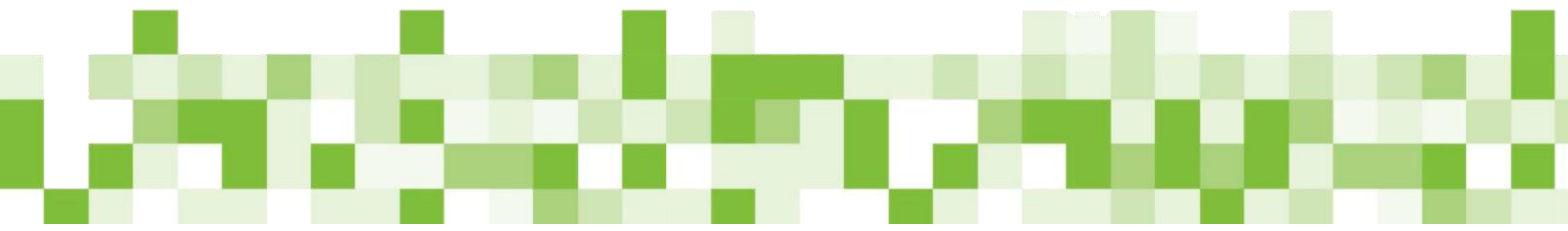
em 2019, de acordo com relatório mais atualizado do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias organizado pelo Ministério da Justiça, o total da população carcerária era de 748.009, das quais 4.358 pessoas estão submetidas a medidas de segurança, sendo que 4.109 cumprem na modalidade de internação e 250, na modalidade de tratamento ambulatorial.

Raquel Oliveira e Silva, coordenadora de Saúde no Sistema Prisional do Ministério da Saúde, afirmou, na reunião, que “queremos construir uma nova política a partir de critérios técnicos e vamos rever nossos mecanismos de atenção e monitoramento das EAPs. Precisamos também fazer, internamente, uma análise do nosso processo de trabalho para otimizar o fluxo e melhorar”.

A Secretária da Atenção Primária à Saúde-Substituta do Ministério da Saúde, Daniela Ribeiro, avalizou essa nova posição da pasta. “Com a decisão de revogar a portaria, o Ministério entendeu a importância de pensar em um novo caminho, avaliar o potencial dessas políticas junto às pessoas com transtorno mental. Hoje, os gestores estaduais ou municipais podem solicitar equipes de EAP e o Ministério custear esse trabalho. Mas temos observado uma dificuldade desses gestores na manutenção desses serviços. Queremos ouvir a sociedade e avaliar o que é feito. Um trabalho com os conselhos de saúde para propor uma nova política de atenção à saúde mental para quem está privado de liberdade”.

“Reconhecemos o empenho do Ministério da Saúde em revogar a portaria, e também a mobilização social em torno dessa ação. Assim, vamos fortalecer as políticas públicas”, destaca Leonardo Pinho, vice-presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).

Zozer Hardman de Araújo, assessor do então ministro interino Eduardo Pazuello, ressaltou a forma como o ministério respondeu aos questionamentos da sociedade civil. “Esse tema tem que ser tratado com muita cautela. Logo após a Nota Técnica, nos



reunimos com o CNDH e agimos prontamente para revogar a revogação. Isso demonstra a importância do diálogo com todos os envolvidos e sempre estaremos abertos para isso”.

Para o presidente da Anadep, Pedro Paulo Coelho “a sociedade civil deve ter uma participação efetiva na escuta prévia anterior às decisões, e chamo a atenção para os diversos projetos de lei tramitando no Congresso que criminalizam a participação dos movimentos sociais”.

“Uma questão importante é definir quem vai acompanhar as EAPs a partir dessa mudança que deve acontecer, para monitoramento e avaliação. O Ministério da Saúde tem que conhecer o que foi feito nos estados, porque cada um foi construindo de acordo com a sua realidade. “As pessoas com transtorno mental, encarceradas ou não, demandam cuidado”, pondera Janete Serra, da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME).

Marisa Helena Alves, do Conselho Nacional de Saúde, ressalta que “as dificuldades para implantação devem ser superadas e qualquer mudança nessa política pública deve ser aprovada pelo Conselho, não podemos passar por cima das instâncias de participação social”.

Daniel Caldeira de Melo, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), relatou o que tem visto nos hospitais de custódia. “São estruturas precárias, celas com grades para tratamento, faltam roupas de cama, banheiros, não são ambientes que prezam pela condição humana. Além da ausência de projetos terapêuticos, medicação excessiva e déficit profissional”. Ele avalia que é nesse contexto que deve ser pensado o trabalho das EAPs. “Que a nova roupagem seja amparada pela legislação e pelo diálogo permanente do Ministério da Saúde com todas as instituições da sociedade civil. E devemos pensar em fazer uma inspeção conjunta nacional”.

“A execução penal associada à loucura existe desde 1903. Esse descompasso é significativo. Ficamos perplexos com a revogação da portaria, mas felizmente mudaram o rumo da questão. Os hospitais de custódia mudaram de nome, mas as práticas continuam as mesmas. Porém, temos boas experiências em Goiás, que é o único estado que não tem manicômio judiciário, Minas Gerais e Piauí. Seria bom que todos conheçam essas experiências. Também sugiro uma inspeção nacional nos manicômios judiciais”, informa Pedro Paulo Bicalho, presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

O presidente da Comissão de Saúde do Colégio Nacional de Defensores Públicos, Hiram Santana, reitera que nos delitos que envolvem a saúde mental, cabe ao Estado permitir que essas pessoas sejam inseridas de volta na sociedade. “Devemos incentivar, em um país com tantas desigualdades, o serviço das EAPs. Lutar contra a maré daquilo que a sociedade preconiza, que é o esquecimento dessas pessoas”.



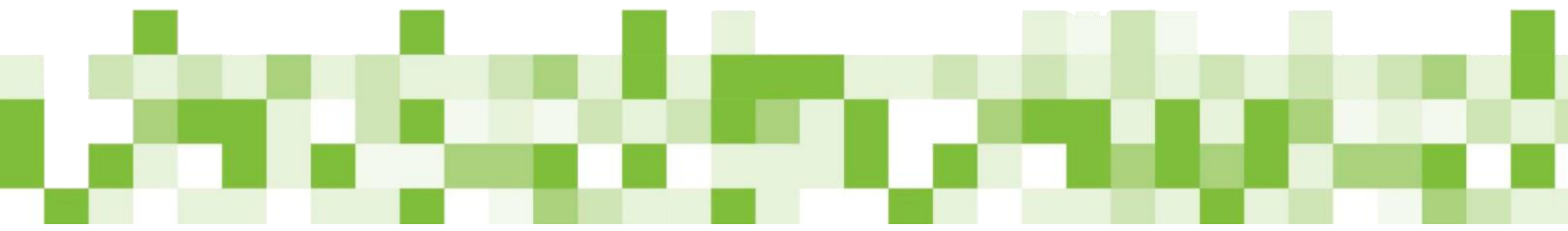
Alexandre Rauber, defensor público Federal, avaliou que “a revogação da portaria despertou a necessidade de um novo olhar sobre a saúde pública para essa população, que é pouco ou mal atendida. Um dos motivos que pedia a revogação era a ausência de orçamento próprio, as EAPs compartilhavam o orçamento destinado para as ações básicas de saúde. Sugiro a regulamentação desses serviços, que poderia ser através de um projeto de lei com sugestões de fontes de custeio. Dessa forma, não seria novamente questionado”.

“Todos sabemos da relevância das EAPs e percebemos que, enquanto a Portaria esteve vigente, deveria haver um mecanismo de acompanhamento e troca das boas práticas. Proponho a criação de um grupo de trabalho com a participação de todos presentes, para qualificar as redes de EAP e eliminar desvios de finalidade. Problemas complexos pedem soluções complexas, mas todos os atores do processo devem se comunicar”, afirmou Ana Carolina Khoury, Defensora Pública de Pernambuco.

O subprocurador-geral da República, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Carlos Vilhena, afirmou que “há males que vêm para o bem, parabéns ao Ministério da Saúde pela revogação da portaria, ainda que impulsionado pela pressão social. Temos alguns questionamentos, como a baixa adesão dos estados a essa política pública e a falta de orçamento específico, porque não parece ser muito cara ao Estado, ao contrário, são custos baixos. Vamos agir em prol das pessoas que possuem transtorno mental, tanto livres como privadas de liberdade. Concordo com uma nova rodada de inspeções e com a criação de um grupo de trabalho”. Vilhena destaca ainda que “com a atitude do Ministério da Saúde, ele passa a ser um parceiro para unir as 27 unidades da federação, ombreadas com a sociedade civil, para fazer algo melhor do que já foi feito”.

Para Francisca Cabral, da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial, o diálogo vai fortalecer as políticas públicas. “Nosso movimento tem mais de 30 anos de luta, surgiu em 1987 com uma série de denúncias de violências nos hospitais psiquiátricos e manicômios judiciários. E nasceu dessas demandas populares, por uma sociedade sem manicômios. Esse tema não se esgota aqui, precisa continuar”.

Também acompanharam o encontro os membros do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Rogério Gianinni e o presidente Renan Sotto Mayor. Para Renan, o trabalho do Serviço de Avaliação e acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei “atinge dois grandes preconceitos dos brasileiros, um é a loucura e outro, o conflito com a lei, ambos fora das condições de humanidade”.



## “Revogação” de portarias da política de saúde mental do Ministério da Saúde

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial e a Presidência CDHM promoveram, em 9/12, reunião para debater os retrocessos na política de saúde mental. Dias antes, em 4 de dezembro, durante uma apresentação para o Conselho Nacional de Secretários da Saúde (Conass), o Ministério da Saúde mostrara planilha com propostas que deveriam revogar várias portarias, editadas entre 1991 a 2014, que estabelecem a política pública de saúde mental. Veículos da imprensa, como a revista Época e o jornal Folha de São Paulo, tiveram acesso a esse material.

Entre as mudanças sugeridas pelo governo federal estariam o fim do programa De Volta para Casa, das equipes de Consultório na Rua e o Serviço Residencial Terapêutico. Todos esses programas fazem parte do programa anual de reestruturação da assistência psiquiátrica hospitalar no SUS. Além disso, os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) fariam apenas reabilitação, não mais o atendimento psiquiátrico. O governo também estaria propondo a extinção dos Caps voltados aos usuários de álcool e drogas.

A assessora do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos (ACNUDH), Angela Terto, destacou um estudo recente da Organização Mundial da Saúde (OMS) que mostra que a pandemia de COVID-19 interrompeu serviços essenciais de saúde mental em 93% dos países em várias regiões do mundo. A pesquisa foi feita em 130 países e aponta grande impacto da pandemia no acesso aos serviços de saúde mental, além da necessidade de mais financiamento. “Na Câmara temos o Observatório Parlamentar que vai acompanhar as recomendações da Revisão Periódica Universal, e entre elas estão os esforços para saúde inclusiva feitos pelo governo, como saúde mental em vários âmbitos”.

Lúcio Costa, do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura pediu que “a temática da saúde mental seja prioridade no Alto Comissariado, porque hoje estamos falando de instituições que violam direitos humanos. Inspecionamos 40 hospitais psiquiátricos e nosso parecer foi pelo fechamento de todos. Cárcere privado, estupro, tratamento cruel e degradante mantidos pelo dinheiro público”.

Priscilla Viegas, da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais lembrou que “esse desmonte vem sendo sistematizado e não é de agora, isso rompe o sistema democrático de construção dos serviços públicos de saúde mental, desconsiderando recomendações de conselhos de trabalhadores da área”.

Para Paulo Teixeira (PT/SP), o poder financeiro estaria por trás das possíveis mudanças. “No nosso país há um modelo de saúde mental que é fruto de uma reforma



psiquiátrica que precisa avançar. Porém, me parece que os interesses econômicos dos hospitais psiquiátricos é que estão travando esse avanço, é disso que se trata”.

“É mais um brutal ataque à saúde pública. Não temos ministro da Saúde, não temos Presidente. Sabemos que há um desmonte a caminho, é tudo um imenso negacionismo. A luta antimanicomial acontece há 30 anos. Tem muito negócio, interesse financeiro, por trás de tudo isso”, disse Ivan Valente (PSOL/SP).

### **Fake News**

“Até o momento nada foi revogado, até agora são estudos. Hoje mesmo foram liberados 100 milhões de reais para os Centros de Atenção Psicossocial. Ou seja, não queremos acabar com os Caps e até novembro habilitamos 83 novos Centros. Quando há troca de governo, sempre há mudanças, é democrático. Hoje o manicômio é na rua, nos presídios. Faltam leitos para internação. Quanto à apresentação do dia 4, está disponível, é só pedir”, adianta Raphael Parente, responsável pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde.

O representante do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, informou ainda que não há previsão para discutir o tema nas próximas reuniões das Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite.

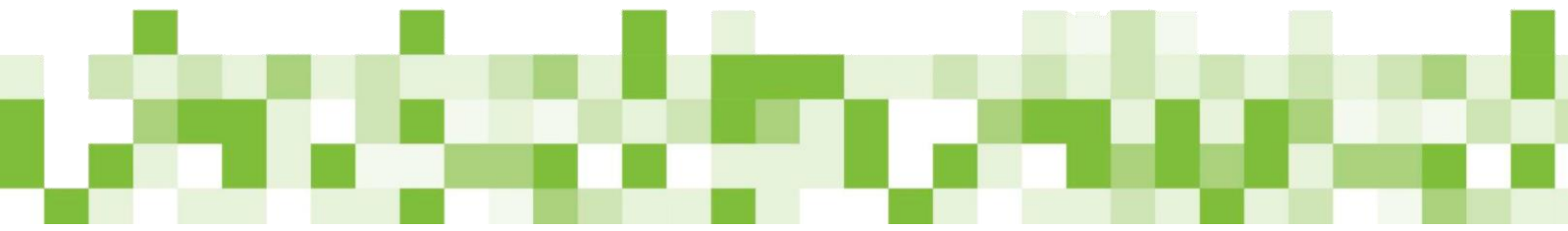
Parente afirmou que “revogação e desmonte são fake News. Estamos discutindo aqui fake News. Quanto tempo mais, essa semana, pessoas que tem um papel importante na sociedade, vão passar discutindo coisas falsas?”.

Em seguida, Maira Pinheiro, também do Ministério da Saúde, reiterou que “o que está sendo discutido é absolutamente mentira”. Porém, de forma contraditória afirma que “queremos revogar portarias obsoletas, queremos acabar com o estigma do doente mental. São pessoas que merecem respeito”.

O presidente da CDHM, Helder Salomão questionou. “Se é fake News, foi uma irresponsabilidade do Ministério não ter desmentido imediatamente de forma oficial esse revogaço. É uma constante desse governo mudar de posição quando surge a pressão popular”.

É vergonhoso questionar a importância dessa reunião, é um desrespeito dos integrantes do governo federal dizer que estamos perdendo tempo discutindo fake News. Quando é para inaugurar exposição de roupas usadas, não é perda de tempo. É um desmonte, sim. Um retrocesso” apotou Talíria Petrone (PSOL/RJ).

“Estamos indignados com as palavras do governo federal, desqualifica as entidades que lutam por uma saúde pública democrática e com controle social respeitado”, protestou Régia Prado, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).



Ana Carolina Khouri, da Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), pondera que “estamos extremamente preocupados com essa possibilidade de retrocesso no atendimento da rede psicossocial. A Corte Interamericana de Direitos Humanos já impôs em 2006, ao Brasil, uma condenação por violência dentro de instituições psiquiátricas”.

## ONU

Dando continuidade à primeira reunião, o encontro de 21/12 foi promovido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e pela Frente Parlamentar de Defesa da Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial.

Leonardo Pinho, presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental e vice-presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, afirma que “já existem medidas de desmonte na saúde mental executadas pelo governo e que são um afronta à legislação brasileira. Estamos, sim, voltando para a institucionalização dos pacientes com deficiência”.

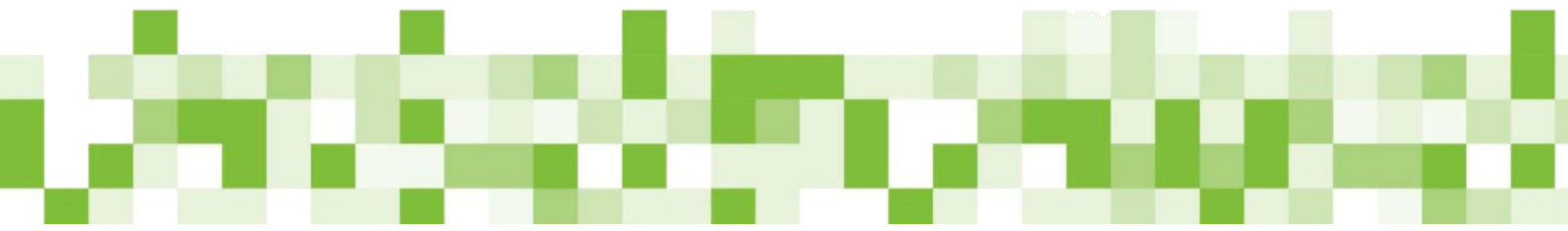
Ângela Pires, do escritório das Nações Unidas em Brasília, enumerou alguns dos encaminhamentos: a incidência internacional, através do ACNUDH, com audiências e reuniões com relatorias da ONU; lançamento das diretrizes, em versão portuguesa, de direitos humanos e drogas; workshops para capacitação em normas e diretrizes da ONU sobre saúde mental e um encontro virtual reunindo usuários, familiares, parlamentares e sociedade civil.

Também participaram representantes da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), Mecanismo Nacional de Combate à Tortura, Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), Associação Brasileira de Psicologia Social, Conselho Nacional de Serviço Social, Conselho Federal de Psicologia e Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), World Association for Psychosocial Rehabilitation (WAPR) e Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD).

## **Presidência da CDHM cobra do Ministro da Saúde resposta aos pedidos sobre mudanças na política de saúde mental**

Em 14/12, Helder Salomão [pediu diretamente ao ministro da Saúde](#) uma resposta definitiva sobre os encaminhamentos, que estavam sob responsabilidade de Raphael Parente, responsável pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde.

Os encaminhamentos pendentes de confirmação do Ministério da Saúde eram: a garantia de que o Ministério da Saúde consulte, a respeito do processo de revogação, os conselhos profissionais e entidades nacionais representativas do conjunto das profissões do SUS que atuam diretamente com as Políticas Públicas de saúde mental e drogas; que a Pasta convoque o Colegiado Nacional de Coordenadores de Saúde Mental, garantindo o





debate com todos os gestores dos estados e municípios que executam as políticas públicas nos territórios (pacto federativo); garantia de que o conjunto de mudanças nas políticas públicas de saúde mental e drogas sejam debatidas na Comissão Intersetorial de Saúde Mental (CISM) do Conselho Nacional de Saúde, como prevê a Lei 8080/90 e que o Ministério da Saúde retome a publicação do Saúde Mental em Dados.

Durante a reunião do dia 9, Raphael Parente afirmou que o revogaço seria uma "fake news".

Para Glauber Braga (PSOL/RJ), a tática do governo federal se repete. "Lançam as ideias e esperam para avaliar se há uma mobilização grande da sociedade civil real para mudar a narrativa e, nesse caso, há uma mobilização nacional robusta. E, se houvesse uma intenção real de revogar o 'revogaço' o ministério já teria explicitado isso".

Erika Kokay (PT/DF), presidente da Frente Parlamentar, denunciou que, agindo dessa forma "o governo açoita a Constituição, usurpa o papel do Congresso e desconstrói a legislação brasileira, além de trazer de volta o holocausto dos hospícios e manicômios".

"O governo ameaça acabar com programas fundamentais voltados à saúde mental da população e a limitação dos serviços oferecidos pelos Centros de Atenção Psicossocial. Queremos evitar que isso aconteça e exigimos resposta do ministro Pazuello sobre as demandas apresentadas", afirma o presidente da CDHM.

## Atendimento à indígena que sofreu aborto

Em 17/7, o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), solicitou a Clenir Avanza, da Secretária Municipal de Saúde do Município de Aracruz; a Edmar Gomes Machado, procurador-chefe da Procuradoria da República no Espírito Santo; a Gilmar Batista, da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo; e a Nésio Medeiros Junior, secretário de saúde do Espírito Santo, providências e informações sobre a precária assistência à saúde de uma indígena que sofreu aborto.

Jacieli Pego Ramos Bolonese, indígena gestante da etnia Tupiniquim, teria sofrido durante mais de dez dias com fortes dores e sangramentos sem ter sido internada no Hospital São Camilo, em Aracruz, mesmo tendo procurado a unidade três vezes, antes de sofrer um aborto quando estava na aldeia Caieiras Velhas, no mesmo município. De acordo com informações veiculadas na imprensa local, no dia 21 de junho ela teve atendimento negado no hospital porque o médico não teria aceitado um exame feito na UPA como comprovante da gestação. Quatro dias depois, voltou ao hospital com fortes dores, foi examinada e voltou para casa. No dia seguinte, recebeu o resultado de descolamento de placenta, mas foi informada que não precisaria se preocupar pois o bebê estava bem. A



paciente também fez exame para o Covid-19 e testou positivo. No dia 1º de julho, retornou para mais exames, que teriam atestado não haver qualquer problema com a gestação. No dia 3, aconteceu o aborto e foi feita a curetagem. Bastante debilitada, voltou ao quarto e viu que o feto continuava ali. Pouco depois, uma profissional do hospital teria colocado o feto, junto com a placenta e formol, num pote improvisado sem dar qualquer orientação à paciente sobre como proceder.

“A saúde é um dos primeiros componentes da vida e, já que a maioria da sociedade não usufrui desse direito essencial, a Constituição o prevê como direito social de todo brasileiro e dever do Estado. É imprescindível padronizar os protocolos de assistência médica aos indígenas nos hospitais públicos para adequar o atendimento às diretrizes da legislação, respeitando a dignidade e as especificidades culturais dos usuários indígenas”, afirma Helder Salomão.

A Secretaria de Saúde do Espírito Santo respondeu esclarecendo que o município de Aracruz mantém contrato direto com o Hospital São Camilo; que em reunião realizada com a Secretaria de Saúde municipal e a direção do hospital, o representante da unidade hospitalar informou que o ocorrido com a indígena não é o procedimento padrão e que foi divulgado entre os funcionários do hospital novo fluxo de encaminhamento dos fetos. A Secretaria informou ainda que seria oferecida uma oficina de humanização aos gestores e colaboradores, que seria pactuada com o Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação.

A Secretaria Municipal de Saúde (Semsu) informou que seria dado apoio à paciente na Casa Rosa, que conta com equipe multidisciplinar. O MP informou que se reuniram representantes da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) e do Hospital São Camilo para alinhar projetos de humanização da assistência hospitalar, sobretudo no setor de obstetrícia.



# Sistema prisional e combate à tortura

Pedido aos Tribunais de Justiça dos Estados de medidas de contenção do coronavírus entre os presos

Foto: Agência Câmara



O Presidente da CDHM enviou, em 24/3, para os presidentes de todos Tribunais de Justiça, pedido de providências de contenção do novo coronavírus no sistema penitenciário. O documento endossa resolução do Conselho Nacional de Justiça.

No documento, o parlamentar destacou o alto índice de transmissão em ambientes com aglomeração de pessoas, a superlotação dos presídios, o elevado número de detentos com diabetes, tuberculose, HIV e outras doenças, aliados à insalubridade desses locais e à falta de higiene e equipes de saúde, tornando urgente a adição de medidas de contenção do coronavírus no sistema prisional.

O deputado solicitou a regularização do acesso à água potável nas unidades de internação, o incremento da alimentação, a regularização do atendimento médico e o fornecimento de produtos de higiene e limpeza, que são ações essenciais para reduzir os impactos na saúde coletiva dentro e fora das penitenciárias. Ainda assim, a principal providência para contenção da pandemia é justamente o desencarceramento.

O desencarceramento também é recomendado pelo CNJ, Rede Justiça Criminal, Coalizão Negra por Direitos, Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos e Conselho Nacional de Direitos Humanos. Para isso, referendando resolução do CNJ, o parlamentar solicita que os tribunais atuem junto aos juízos criminais e de execução penal para o cumprimento das medidas de como a reavaliação das prisões provisórias, a revisão da necessidade de todas as medidas privativas de liberdade, especialmente das grávidas, lactantes, mães ou responsáveis por crianças até doze anos, dos idosos e portadores de doenças preexistentes.

De acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), divulgados em fevereiro deste ano, até o final de 2019 o país teria uma população prisional de 773.151 pessoas privadas de liberdade em todos os regimes.

## ONU faz alerta sobre presídios no Brasil e apoia desencarceramento por causa da pandemia

Em 5/5, o Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos fez alerta sobre a situação de milhares de detentos na América Latina no contexto da pandemia provocada pelo coronavírus. A precariedade do sistema carcerário brasileiro foi citada, além da situação de outros países como Venezuela e Peru.

Para a ONU, a superlotação já era uma grande preocupação, com ocupação de 500% em alguns locais. Com a pandemia, a situação ficou ainda pior. "As condições em muitas prisões da região das Américas são profundamente preocupantes", disse o porta-voz da ONU para Direitos Humanos, Rupert Colville, complementando: "Problemas estruturais preexistentes, tais como superlotação crônica e condições anti-higiênicas, aliados à falta de acesso adequado à saúde, possibilitaram a rápida disseminação da COVID-19 em muitas instalações", disse. O especialista também destacou que essa situação tem provocado tentativas de fugas. Como exemplo, citou centros de detenção na Argentina, Colômbia, México e Brasil.

A ONU considerou como "notícia positiva" em relação ao Brasil a recomendação do Conselho Nacional de Justiça de dar *habeas corpus* temporário a detentos que fazem parte de grupos de risco da Covid-19, como idosos e pessoas com HIV, por exemplo – endossada pela Presidência da CDHM.



## Rebelião em presídio de Manaus termina com 17 feridos

Em 2/5, detentos da Unidade Prisional de Puraquequara, em Manaus, fizeram uma rebelião com agentes prisionais como reféns. As negociações pelo fim do movimento duraram cerca de cinco horas.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, o objetivo da rebelião era organizar uma fuga através de um túnel. A polícia militar entrou e houve o confronto.

Ainda no sábado à noite, o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), solicitou para a procuradora-geral de Justiça do Estado, Leda Nascimento Albuquerque, a adoção de providências e a responsabilização dos culpados, se forem constatadas violações de direitos humanos e falta de atendimento adequado na área da saúde.

Documentos com o mesmo teor também foram enviados ao governador Wilson Miranda Lima, para o secretário de Segurança Pública, Louismar Bonates e Defensoria Pública.

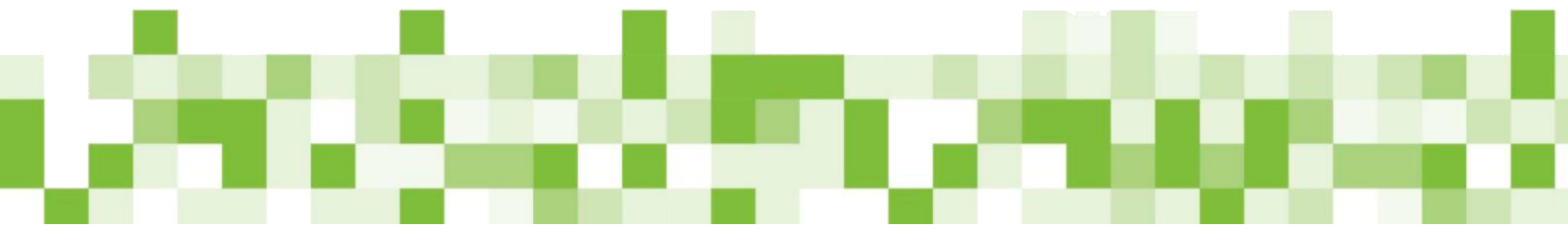
No documento, Salomão ressalta que “a existência de facções criminosas, a superlotação carcerária (a maior do país), as condições insalubres a que são submetidos presos e visitantes, a altíssima proporção de prisões provisórias, a ausência de trabalho dentro das unidades, o despreparo dos funcionários, a provável prática de tortura, e agora, a proliferação do vírus Covid-19 são fatores que aumentam a pressão sobre a massa carcerária e favorecem a ocorrência de novos massacres”.

O sistema prisional do Amazonas tem um histórico de massacres. Em 2017, 67 presos foram mortos. Em 2019, 55, dos quais 6 na Unidade Prisional do Puraquequara (UPP), local do recente motim. Nas duas ocasiões a CDHM fez diligências e verificou as condições precárias em que vivem os presos, em aspectos como superlotação e insalubridade da alimentação e da higiene.

Na diligência feita em 2019, a CDHM recomendou às autoridades públicas uma série de medidas, como o acompanhamento da execução penal; fiscalizar a inexistência da prática de tortura e adoção de medidas de desencarceramento. No ofício deste sábado, o presidente da CDHM solicita informações sobre as providências adotadas relativas a essas recomendações. Leia [aqui](#) o relatório completo da diligência da CDHM a Manaus, em 2019.

## Situação da pandemia nos presídios

A CDHM recebeu, em 2020, uma série de denúncias e solicitações feitas por familiares de detentos, que apontam violações de direitos que vão desde a suspensão de



entrega de itens de alimentação e higiene até a falta de medidas preventivas à transmissão do Covid-19, tanto para os presidiários como para os funcionários. A falta dessas medidas tem provocado mortes. Eles ainda se queixam da falta de informação sobre seus familiares presos.

“A população carcerária já sofre de doenças evitáveis, como a tuberculose, que tem incidência trinta vezes superior em relação à população geral. A Pastoral Carcerária Nacional afirma que 62% das mortes de presos e presas são provocadas por doenças como HIV, sífilis e a própria tuberculose. E agora o Covid-19 preocupa não somente por atingir essa população vulnerável, mas também por atingir os servidores que circulam no ambiente externo e podem contribuir para a proliferação da virose em escala comunitária”, pontuou Helder Salomão.

### **Goiás**

O Presidente da CDHM enviou ao diretor-geral de Administração Penitenciária de Goiás, Wellington de Urzeda Mota, pedido de informações sobre violações de direitos humanos na Cadeia Pública de Planaltina. “Relatos recebidos pela deputada Erika Kokay (PT/DF), contam que a direção da cadeia não estaria fazendo ações preventivas à transmissão do Covid-19, como manutenção do serviço de limpeza das celas; fornecimento de produtos de higiene pessoal aos presos e triagens médicas.

Além disso, há denúncias de superlotação, reduzido tempo de banho de sol, agressão física e psicológica aos internos por parte de agentes e racionamento de água e alimentação precária”, explica Salomão. O documento também pede informações sobre procedimentos para pedidos de remição de pena e sobre cortes seguidos de água e luz, ausência de atendimento médico e odontológico adequado.

Urzeda respondeu "que a Unidade Prisional de Planaltina conta com composição de equipe de profissionais de saúde para atuação no Sistema Prisional, uma vez que a Secretaria Municipal de Saúde aderiu a contrapartida Estadual nos termos da Pactuação, sendo assim, são ofertados atendimentos compatíveis com Atenção Primária no próprio estabelecimento prisional".

### **Rio de Janeiro**

Denúncias recebidas pelo Instituto por Direitos e Igualdade e pelo deputado Glauber Braga afirmam que a direção da Unidade Jonas Lopes / Bangu 4 não estaria desenvolvendo de forma adequada ações clínico-epidemiológicas para prevenção do Covid-19. Segundo as informações de familiares, faltaria manutenção do serviço de limpeza das celas, de fornecimento de produtos de higiene pessoal aos presos e de equipamentos de proteção individual para os agentes penitenciários. Além disso, presos testados e positivados não estariam recebendo remédios.



No dia 7 de maio, o presidente da CDHM enviou ao governador fluminense Wilson Witzel e à Secretaria de Administração Penitenciária do Estado um pedido de informações sobre as denúncias, quais ações foram tomadas para enfrentar o Covid-19 e quantos detentos e profissionais foram testados e quantos acusaram positivo em todas as unidades prisionais no estado.

### **Pernambuco**

A CDHM pediu no dia 2 de abril ao secretário de Estado de Defesa Social de Pernambuco, Antônio de Pádua Cavalcanti, informações sobre possíveis violações de direitos humanos na Penitenciária Agro Industrial São João, na Ilha de Itamaracá. A Comissão recebeu denúncia de uma família de um detento, informando que houve morte em decorrência do coronavírus, que no presídio mais de mil detentos estariam com sintomas relacionados ao Covid-19 e medicados apenas com dipirona.

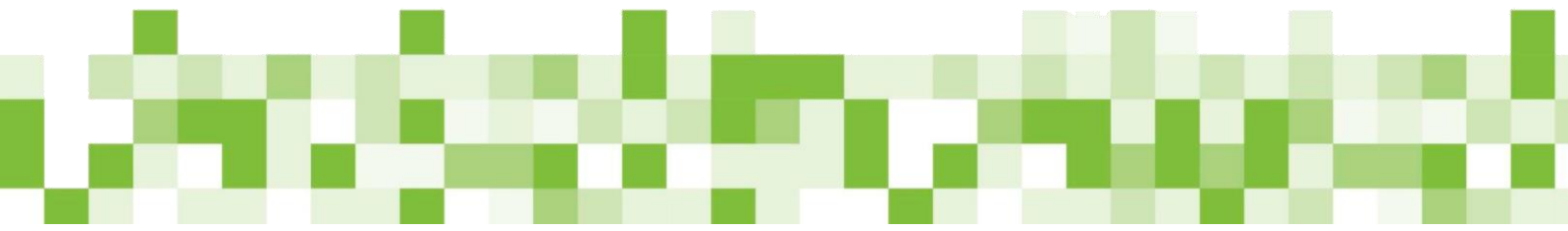
### **Espírito Santo**

O deputado Marcelo Freixo (Psol/RJ) apresentou para a CDHM denúncia sobre problemas no sistema prisional capixaba. De acordo com as informações do parlamentar, presos estariam “amontoados” em celas superlotadas; os internos que trabalham são obrigados a fazer sua higienização na pia da cela porque quando retornam de suas atividades o horário do banho já terminou. O parlamentar informa ainda que, com as visitas suspensas por causa da pandemia, o contato dos internos com suas famílias acontece somente através de ligação telefônica quinzenal com duração de dois minutos. Além disso, os familiares não estariam sendo comunicados quando os apenados ficam doentes.

O presidente da CDHM pediu ao secretário de Estado da Justiça do Espírito Santo, Luiz Carlos Cruz, a apuração das denúncias e a adoção de medidas para resolver os problemas, em ofício encaminhado em 29 de abril. O secretário capixaba ainda não se manifestou.

### **Distrito Federal**

A presidência da CDHM promoveu, em 25/5, encontro entre representantes do Governo do Distrito Federal, da sociedade civil, judiciário e parlamentares. Erika Kokay (PT/DF), que pediu a realização da reunião, levanta uma série de pontos como a falta de banho de sol diário, contato quinzenal telefônico com a família ou em intervalos de 21 dias, a falta de outras formas de visita, a ausência de proteção para os agentes penitenciários como máscaras e álcool gel, a regulamentação da profissão de policial penal, testagens para todos e manutenção das gratificações durante afastamentos do trabalho por causa da Covid-19. “São pessoas isoladas e aglomeradas, uma profusão de infectados e todas as vidas importam, de quem trabalha, de quem está sob responsabilidades do Estado”, diz a parlamentar.



O Juiz Márcio Evangelista, representante do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) na reunião, informou que foi criada uma comissão interdisciplinar que se reúne todas as semanas para acompanhar a situação da Covid-19 nos presídios. A comissão é formada por um juiz assistente do TJDFT, um juiz assistente da Corregedoria do TJDFT, a juíza titular da Vara de Execução Penal do Distrito Federal; por representantes do MPDFT; Defensoria Pública do Distrito Federal; Ordem dos Advogados do Brasil; e pela SESIPE e PCDF. Ele ressalta a diminuição, entre 40 e 70% na redução de entradas de novos presos através das audiências de custódia, além de outras iniciativas. “Já tivemos 66 decisões para concessão de prisão humanitária domiciliar, 182 progressões do semiaberto para o aberto, e 903 pessoas do regime aberto com estão com tornozeleiras eletrônicas.”

Werner Rech, defensor público do Núcleo de Execuções Penais da Defensoria Pública do Distrito Federal, afirmou que existiam 1.300 presos que se enquadram nos critérios para grupo de risco, como doenças pré existentes e faixa etária. “A prisão humanitária domiciliar já teve liminar deferida pelo STJ para outros estados, e queremos que seja estendida para o Distrito Federal”.

Para o defensor público e coordenador do Núcleo de Fiscalização do Sistema Prisional da Defensoria Pública do Distrito Federal, Reinaldo Alves, “é impossível gerenciar o sistema prisional do jeito que está, com superlotação e falta de servidores. O sistema já tinha esses problemas e com a pandemia piorou”. Ele informa que a Defensoria tem feito cerca de 180 atendimentos telefônicos por dia a famílias de presidiários. Para Alves, a prioridade é implantar o projeto das visitas virtuais através de tablets. O maior problema é a falta de internet no Presídio da Papuda. O defensor também alerta que foram suspensas as bolsas pagas pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap) aos detentos do semiaberto que trabalham externamente. Como o benefício foi suspenso, eles foram considerados desempregados.

Deuselita Martins, diretora-executiva da Funap, esclareceu que os pagamentos estavam suspensos porque os órgãos contratados estão com limitação orçamentária e que a situação já foi encaminhada ao governador do DF, Ibaneis Rocha. “Já houve parecer favorável para a manutenção do contrato e pagamento da bolsa, desde que haja compensação pelo tempo em que não trabalharam”.

“Além dos números, o que preocupa é que recebemos inúmeras denúncias de deficiência nas medidas de contenção ao Covid-19 no sistema penitenciário, e relatos de famílias desesperadas que não têm informações sobre seus internos. Nós reconhecemos que a gestão do sistema penitenciário em qualquer lugar do Brasil é difícil, ainda mais na pandemia. Mas os problemas estão aí e por isso precisamos dialogar”, pondera Helder Salomão, presidente da CDHM.





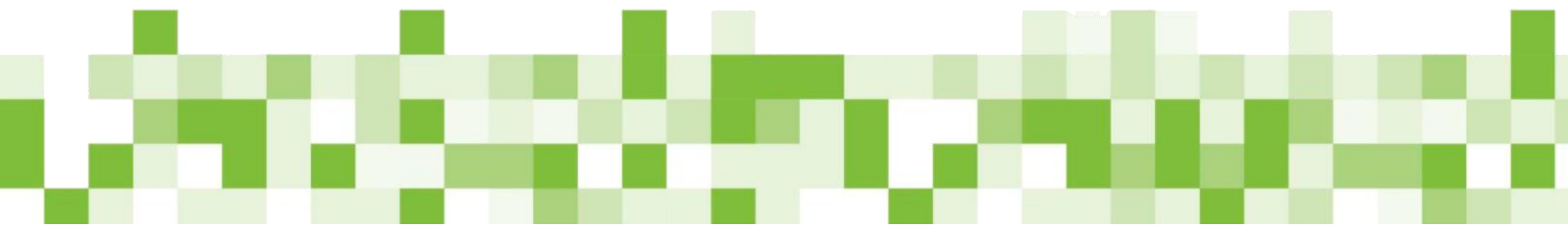
O deputado distrital Fábio Felix (Psol/DF), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa, afirmou que já tinha recebido cerca de 300 denúncias relativas ao sistema prisional. “Existe um momento de muita agonia entre os familiares, já fizeram atos públicos pedindo informações sobre a situação dentro dos presídios. Temos dezenas de relatos de famílias de detentos contaminados e que não foram avisadas. A situação no sistema prisional no DF pode virar um caos, e sugiro uma força-tarefa para superar os problemas”.

Leonardo Santana, da Rede Justiça Criminal, chamou a atenção para o não cumprimento da Recomendação 62, do CNJ, emitida no contexto da pandemia. “Precisamos de maior vontade política, para que pessoas que cumprem pena em semiaberto ou aberto possam ficar em prisão domiciliar, elas já passaram por uma análise criteriosa por parte da justiça. Manter pessoas presas nessas condições é uma sentença de morte”.

A Recomendação 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), elaborada no contexto da pandemia, sugere aos magistrados a concessão de saída antecipada dos regimes aberto e semiaberto, às mães e mulheres responsáveis por crianças de até 12 anos, pessoas idosas, gestantes e pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras comorbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções. A Resolução recomenda progressão de regime para pessoas que não tenham cometido crimes praticados com violência ou grave ameaça à pessoa estão excluídos.

Ribamar Araújo, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, alerta que “a incomunicabilidade gera violência e fatores estressores podem resultar em rebelião, além da falta de prevenção, restrições alimentares e falta de transparência”. Ele ressalta ainda que o GDF comprou 6 mil tornozeleiras eletrônicas e pouco mais de 900 são usadas.

Adval Cardoso de Matos, subsecretário do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, afirmou que todo o trabalho feito pela instituição é acompanhado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Secretaria de Saúde e pela Vara de Execuções Penais. “A suspensão das visitas sei que é triste, mas se não tivéssemos feito isso o número de contaminados seria muito maior. Temos uma dificuldade enorme para operar o contato telefônico, vamos tentar implantar a visita virtual através de tablets doados pelo Depen, mas a tecnologia é deficitária dentro de um presídio. Estamos tentando um sistema por interfone com contato visual também”. Ele acrescenta que, seguindo determinação da justiça, sacolas com alimentos e quantias de dinheiro estão sendo entregues e todo material é desinfetado, o que é feito também nos pátios usados para o banho de sol. Matos discorda da ideia de desencarceramento: “Não é justo que a população pague pela



inoperância do Estado. O indivíduo que comete furtos, por exemplo, faz isso sem parar até ser preso. Tem que soltar com responsabilidade”.

Também participaram do encontro Jorge Manzur, do Núcleo de Controle do Sistema Prisional do MPDFT, e Cláudia Tomelin, promotora de justiça do Núcleo de Fiscalização do Sistema Prisional do MPDF.

## Ausência de agente de custódia em exame de corpo delito

O presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), enviou, em julho, para todos os Tribunais de Justiça e todas as Secretarias de Segurança do país, [nota técnica do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura](#) com recomendações para vetar a presença de agente de custódia e/ou policial durante a realização de exames de corpo de delito e implementar controle externo sobre a perícia em crimes de tortura, conforme previsto no Protocolo de Istambul e no Brasileiro de Perícia Forense no Crime de Tortura.

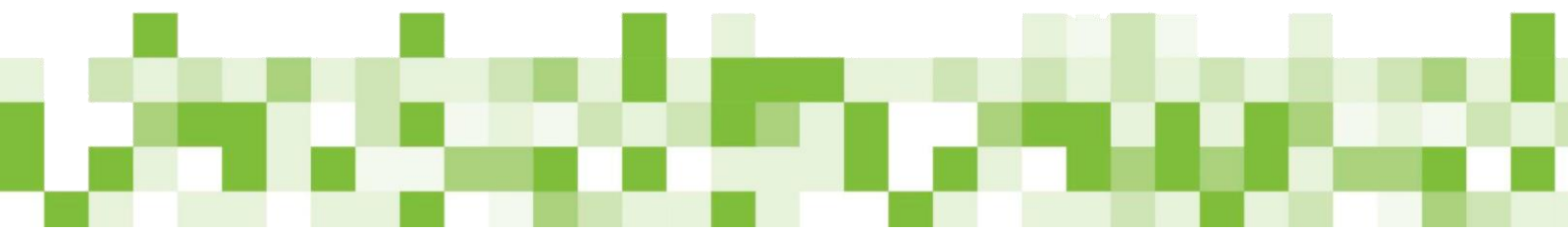
“Esta Nota Técnica é fruto de uma mobilização em torno de uma ação civil pública, do Ministério Público do Estado de Goiás, para a retirada de agentes da força policial que acompanham os presos no momento da realização dos exames de corpo de delito. Diante disso, o Núcleo de Perícia fez esse documento com recomendações”, diz o documento.

## Maus tratos em presídio do Paraná

Familiares de detentos da Penitenciária Estadual de Piraquara 1 (PEP 1), na Região Metropolitana de Curitiba (PR), relataram para o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), casos de maus tratos, falta de tratamento médico e de medidas sanitárias preventivas à proliferação do Covid-19. De acordo com as famílias, detentos contaminados pelo coronavírus foram colocados em celas junto com os demais, sem qualquer tipo de isolamento ou distanciamento. De acordo com reportagem do site de notícias G1, em pouco mais de um mês, de 67 presos PEP 1, 56 testaram positivo para o Covid-19.

Além disso, os familiares afirmam que, durante a madrugada, são realizadas revistas nos presos, que ficam nus e até mesmo debaixo de chuva, o que pode agravar a baixa imunidade dos internos. De acordo com o relato, além da falta de isolamento, faltam profissionais da saúde e remédios. Eles denunciam também o cancelamento das visitas virtuais (videochamadas), dos banhos de sol e a falta de informações sobre a saúde dos detentos.

“Tudo isso contraria a obrigação legal do Estado de assegurar a assistência à saúde e a portaria interministerial sobre saúde no sistema prisional, que recomenda o



isolamento, o uso de cortinas ou marcações no chão para a delimitação de distância mínima entre os presos”, explica Helder Salomão.

Em 27/7, a presidência pediu ao governo e judiciário paranaenses a apuração das denúncias de violação de normas de segurança sanitária, a testagem frequente dos detentos e dos agentes carcerários, o isolamento rápido dos sintomáticos e a melhoria das condições de higiene e de alimentação.

O documento foi enviado para Romulo Marinho Soares, secretário de Estado de Segurança Pública; Eduardo Ortiz Abraão, defensor público-geral do Paraná; Gilberto Giacoia, procurador-geral de Justiça do Paraná e Lucio Micheline, diretor da Penitenciária Estadual de Piraquara.

Os ofícios lembram as autoridades das resoluções do Conselho Nacional de Justiça, que recomenda a implementação de medidas de desencarceramento como estratégia para conter a proliferação da pandemia, e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que ressalta a necessidade de compatibilidade entre as medidas de contenção à proliferação do coronavírus e os direitos humanos.



# Violência contra a mulher

Foto: Agência Câmara



## Medidas de prevenção ao feminicídio durante a quarentena por coronavírus

O Monitor da Violência aponta que, entre 2018 e 2019, houve um aumento de 7,3 % nos casos de feminicídio no Brasil. O levantamento foi feito nos 26 estados e no Distrito Federal. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 88,8% dos casos o autor foi o companheiro ou ex-companheiro. Também segundo o Fórum, houve crescimento significativo das mortes por arma de fogo dentro de casa.

Desde o início das medidas de isolamento social por causa da Covid-19, afirma o jornal Folha de São Paulo, os assassinatos de mulheres em casa dobraram durante a quarentena por coronavírus em São Paulo. Já o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro informou, no dia 23 de março, que registrou um aumento de 50% no número de denúncias de vítimas de violência doméstica e familiar, e o disque 180 do Ministério da Mulher, da

Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) recebeu, apenas entre 17 e 25 de março, primeiros dias da quarentena, 10% mais denúncias do que no mesmo período do ano passado.

Em 17/4, o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), solicitou para a titular do MMFDH, ministra Damares Alves, informações sobre as ações que já foram implementadas ou que ainda serão para assegurar a vida e a integridade física e psicológica das mulheres: “Políticas públicas adequadas induzem comportamentos e resultados. O Espírito Santo, por exemplo, em 2012 era apontado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública como campeão de homicídios femininos no país. Desde então, porém, houve uma redução consistente da violência letal contra as mulheres capixabas. Isso foi reflexo das diversas políticas públicas aplicadas pelo governo no período, que priorizaram a o enfrentamento da violência baseada em gênero”, exemplifica o presidente da CDHM.

## ONU

Helder Salomão lembrou à ministra Damares Alves de que a ONU Mulheres, além de alertar para o aumento global da violência contra a mulher no período da pandemia, já havia orientado para que abrigos e linhas de ajuda para mulheres fossem adotados pelos países como um serviço essencial e com financiamento específico. O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, também pediu que todos os governos façam da prevenção e reparação da violência contra as mulheres uma parte essencial dos planos nacionais de resposta ao COVID-19.

De acordo com o Atlas da Violência de 2019, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, houve crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007, quando a Lei Maria da Penha ainda era recém-publicada. Em 2017, 66% das mulheres assassinadas eram negras.

## Governo gastou apenas R\$ 5,6 milhões de um total de R\$ 126,4 milhões previstos com políticas para mulheres

Estudo realizado pela consultoria legislativa da Câmara dos Deputados, a pedido da Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, mostra que apenas R\$ 5,6 milhões de um total de R\$ 126,4 milhões previstos na Lei Orçamentária de 2020 foram efetivamente gastos com as políticas públicas para mulheres.

“Isso considerando que estamos em plena pandemia, quando o governo deveria acelerar as ações para que houvesse uma diminuição, por exemplo, da violência doméstica,



que aumentou, neste período. Seria necessário mais investimento para combater o problema”, destacou o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Helder Salomão (PT-ES). Segundo ele, o colegiado questionou o Ministério da Mulher sobre a questão, que enviou um plano de contingência. “Mas a nossa avaliação é que se trata de mera carta de intenções, sem orçamento previsto ou prazo para a efetivação das ações”, ressaltou.

Dados divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no dia 29 de maio revelam que, desde o início da pandemia de Covid-19, as denúncias de violência contra as mulheres ao Ligue 180 cresceram. Em abril, foram quase 10 mil queixas de violência doméstica feitas à Central de Atendimento à Mulher. Ao comparar abril deste ano com o mesmo período de 2019, as denúncias cresceram mais de 35%.

O balanço divulgado pelo ministério informa ainda que, entre 2018 e 2019, o total de tentativas de feminicídio denunciadas por meio do Ligue 180 aumentou 74,6%, saltando de 2.075 para 3.624 notificações.

Segundo o estudo da consultoria da Câmara, quando se compara o total de recursos autorizados nas leis orçamentárias (LOA) de 2019 e 2020, verifica-se um crescimento de R\$ 51,7 milhões para R\$ 126,4 milhões, ou seja, 144%. Porém, “essa expansão foi inteiramente proporcionada pela atuação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal durante o processo de emendamento da lei orçamentária, uma vez na proposta do Poder Executivo houve, em realidade, um decréscimo de R\$ 2,1 milhões”, aponta o documento.

Quanto à execução orçamentária, em 2020, o ministério reservou, até 5 de junho, o montante de R\$ 22,3 milhões, mas gastou efetivamente apenas R\$ 5,6 milhões. Não estão computados os pagamentos de anos anteriores - os chamados restos a pagar. Os recursos foram utilizados no Ligue 180 e no Disque 100, que recebe denúncias de violação de direitos humanos.

Na LOA 2020, foram autorizados R\$ 20,1 milhões para atividades relativas à Casa da Mulher Brasileira em todo o País, e a totalidade das verbas já foi reservada para os serviços, mas nenhum valor efetivamente pago ainda. “De acordo com o Ministério da Mulher, os contratos foram assinados apenas no final de 2019, e os recursos começarão a serem pagos em 2020”, afirma o estudo assinado pela consultora de Orçamento e Fiscalização Financeira Júlia Marinho Rodrigues.

A Casa da Mulher Brasileira agrega uma série de serviços especializados para atendimento da mulher em situação de violência, como delegacia, juizado, promotoria e abrigo de curta duração.

O levantamento da consultoria foi feito para “subsidiar resposta da Comissão de Direitos Humanos à relatoria especial das Nações Unidas sobre a violência contra a mulher,



suas causas e consequências”. A comissão solicitou aos consultores legislativos a confirmação de dados divulgados pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) sobre a destinação e execução orçamentária para a prevenção e o combate à violência contra a mulher, além de informações adicionais.

A consultoria da Câmara confirmou informação divulgada pelo Inesc de que o novo Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 excluiu o “Programa 2016: Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento a Violência”, que era destinado somente às mulheres, e criou o “Programa 5034: Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos”, que é um guarda-chuva para execução de políticas do ministério destinadas às mulheres, aos idosos e a pessoas com deficiência.

“Ocorreu a fusão dos programas, o que pode dificultar o acompanhamento dessas políticas públicas e levar a uma redução da transparência”, diz o estudo da consultoria.

O PPA é uma lei elaborada a cada quatro anos e, de acordo com a Constituição Federal de 1988, estabelece, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas relativas aos programas de duração continuada.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## Presidência da Comissão de Direitos Humanos envia informações à ONU sobre violência contra a mulher no Brasil

O documento apontou que propostas do governo não têm orçamento previsto nem prazo de execução, razão pela qual seriam “mera carta de intenções”

Em 19/6, o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), atendeu a um pedido da relatora especial das Nações Unidas sobre a violência contra a mulher, suas causas e consequências, Dubravka Šimonović, e enviou informações sobre a violência contra a mulher no Brasil e também essa situação no contexto do Covid-19.

O documento informou que o quadro da violência contra a mulher piorou durante as medidas de contenção da pandemia da Covid-19. De acordo com levantamento feito pela Folha de São Paulo, os assassinatos de mulheres em casa dobraram durante a quarentena por coronavírus no estado de São Paulo. Já o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro informou no dia 23 de março ter registrado um aumento de 50% no número de denúncias de vítimas de violência doméstica e familiar. Apenas entre 17 e 25 de março,

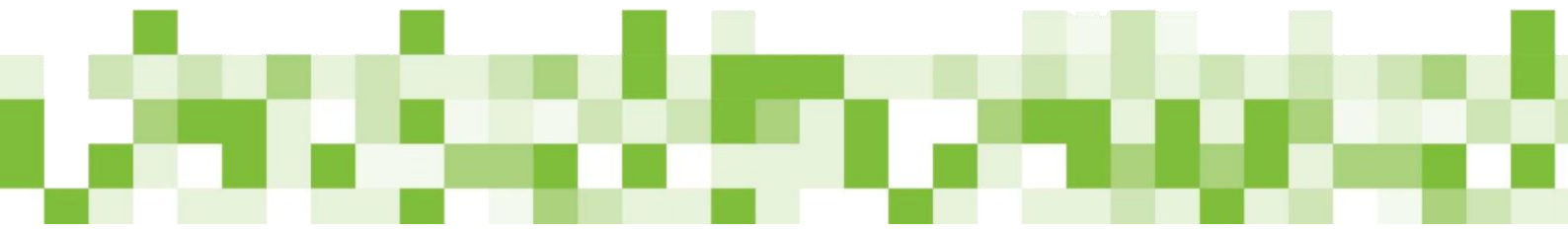


primeiros dias de quarentena, o disque 180, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, recebeu 10% mais denúncias do que no mesmo período de 2019. Em abril, com a intensificação do isolamento social, as denúncias feitas no Ligue 180 cresceram 37% comparando os meses de abril de 2020 e 2019.

Em um relatório divulgado no dia 20 de maio, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) informou que o total de socorros prestados passou de 6.775 para 9.817, na comparação entre março de 2019 e março de 2020. O Rio Grande do Norte apresentou um aumento de 34,1% nos casos de lesão corporal dolosa e de 54,3% nos de ameaça. As notificações de estupro e estupro de vulnerável dobraram, em relação a março de 2019. Produzido a pedido do Banco Mundial, o levantamento mostra, ainda, que no Mato Grosso os feminicídios quintuplicaram, subindo de duas ocorrências para dez. No Rio Grande do Norte, apenas um caso havia sido contabilizado em março de 2019, em maio deste ano foram quatro. São Paulo, Acre, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Pará participaram da pesquisa. Conforme explica o FBSP, além das vítimas não conseguirem ir a delegacias, também sentem medo de denunciar os parceiros por causa da proximidade com eles, provocada pela permanência em casa.

### Boas ações

O ofício enviado para Dubravka Šimonović também apresentou alguns exemplos de boas ações como a possibilidade de registrar denúncias e de solicitar medidas protetivas por meio da internet prevista no Projeto de Lei 1.291/2020, já aprovado pelo Congresso e ainda pendente de sanção presidencial. O PL garante o funcionamento durante a pandemia de Covid-19 dos serviços de combate e prevenção à violência doméstica; prorroga as medidas protetivas em vigor enquanto durar a pandemia; obriga a comunicação às autoridades, em até 48 horas, das denúncias de violência recebidas no Ligue 180 e no Disque 100; obriga os órgãos de segurança a criar canais para atendimento virtual de violência contra a mulher, assegurando atendimento presencial nos casos mais graves. Também houve recentemente a aprovação da Lei 13.984/2020, que permite ao juiz determinar ao agressor o comparecimento a programas de recuperação e reeducação, e acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual ou em grupo de apoio. No Paraná, o Ministério Público junto com outros órgãos acolhe, com equipes multidisciplinares, os agressores, alcançando uma taxa de reincidência de apenas 1%. No Distrito Federal, o projeto “Tardes de reflexão”, também voltado à reabilitação, apresentou taxa de reincidência de 11%. Em São Paulo, o projeto “Tempo de despertar” conseguiu reduzir a reincidência, entre os participantes das rodas de discussão, de 65% para 2%, chegando a 0% em 2018 e 2019. No Rio de Janeiro, o projeto “Escola de Homens”, composto por 8 encontros, reduziu a reincidência de 60% para 6%. Em 2012 o Espírito Santo era o campeão na taxa de homicídios femininos no país. Desde então, porém, houve grande redução da violência letal contra as mulheres no estado devido a diversas políticas





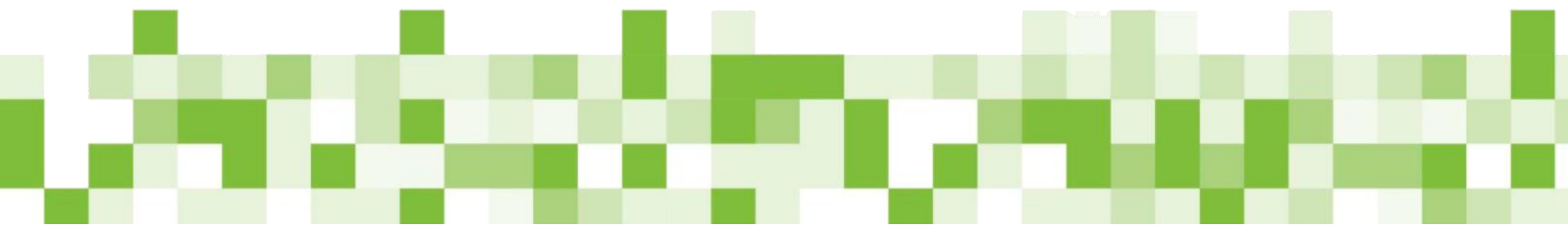
públicas implementadas pelo governo no período e que priorizaram a o enfrentamento da violência baseada em gênero. Outro exemplo é o Projeto de Lei 2.508/2020, já aprovado pela Câmara dos Deputados, que aguarda apreciação pelo Senado Federal, que configura como violência patrimonial contra a mulher o recebimento do auxílio emergencial pelo homem quando o direito ao benefício é da mãe que tem a guarda.

### **Questionamentos ao governo federal**

A CDHM reportou à relatora especial da ONU uma lista de questionamentos feitos ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos sobre ações de combate à violência contra a mulher no contexto da Covid-19. O Ministério informou que elaborou um plano de contingência com ações em prevenção (campanhas de conscientização e materiais informativos), combate (fortalecimento da Lei Maria da Penha e responsabilização dos agressores), garantia de direitos (cumprimento de tratados e recomendações internacionais de direitos das mulheres) e assistência (fortalecimento da Rede de Atendimento). Porém, avalia Salomão, sem orçamento previsto ou prazo para execução da maior parte dessas ações, o plano é uma “carta de intenções”.

Os dados de um estudo encomendado à Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados também fazem parte do documento. O levantamento revelou que o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 excluiu o programa de “Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento a Violência”. Dessa forma, não há mais ação prevista especificamente para as mulheres. As ações para mulheres estão dentro de um novo programa guarda-chuva (Programa Proteção à vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos). Não há menção, nos programas do novo Plano Plurianual, ao II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), elaborado durante quatro conferências nacionais, com participação de mais de 2 mil mulheres em cada edição. O estudo concluiu, ainda, que os valores propostos pelo Poder Executivo para as políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no PPA em 2020 foram muito baixos, cerca de R\$ 1,4 milhões. O Congresso Nacional, porém, determinou um aumento expressivo de R\$ 24,9 milhões, recriando uma ação específica para o combate à violência contra a mulher, resultado da atuação sobretudo da bancada feminina. Para políticas voltadas à Casa da Mulher Brasileira, a proposta do Executivo para 2020 previa apenas R\$ 1,6 milhões. Novamente, os parlamentares cresceram R\$ 63,6 milhões. Finalmente, quando se compara o total de recursos autorizados pelo Executivo em 2019 e 2020, e depois votados pelo Congresso, verifica-se um crescimento de 144%.

Para o presidente da CDHM “compete a nós colaborar com entidades da sociedade civil nacionais e internacionais que trabalhem na defesa dos direitos humanos, esperamos que as informações que enviamos para a ONU possam somar esforços para maior proteção dos direitos das mulheres no Brasil”, conclui Helder Salomão.



## Caso Mari Ferrer; presidência da CDHM atuou no caso

O juiz Rudson Marcos, da 3ª Vara Criminal de Florianópolis, estava à frente do julgamento, em setembro, do empresário André Aranha, acusado de estupro. Durante a sessão Mariana Ferrer foi humilhada e várias vezes desrespeitada pelo advogado do acusado, Cláudio da Rosa Filho. O juiz assistiu tudo em silêncio. O caso aconteceu em setembro de 2018 durante uma festa em um “beach club”, em Florianópolis. André foi julgado inocente.

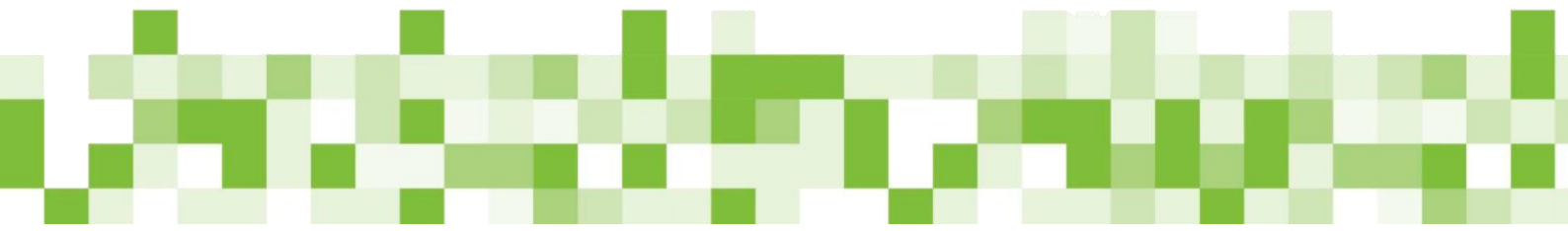
Em 14/12, a corregedora-geral de Justiça de Santa Catarina, Soraya Lins, comunicou oficialmente o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Helder Salomão (PT/ES), que “determinou a instauração de procedimento disciplinar, que tramita em caráter sigiloso, para apurar a atuação do Magistrado” e “especialmente na condução da audiência em que foi colhido o depoimento da ofendida”.

Imagens da audiência, divulgadas no dia 3 de novembro pelo The Intercept Brasil, mostram o advogado de Aranha, Cláudio Gastão da Rosa Filho, exibindo fotos não relacionadas ao caso. Ele afirmou que não gostaria de ter “uma filha do teu nível”, em referência à jovem, e clamou: “peço a Deus que meu filho não encontre uma mulher que nem você”. O advogado ainda disse “não adianta vir com esse teu choro dissimulado, falso e essa lágrima de crocodilo”.

De acordo com o vídeo, o juiz Rudson Marcos permaneceu em silêncio, apesar do apelo de Ferrer que disse “eu gostaria de respeito, eu tô implorando por respeito, nem os assassinos são tratados da forma como eu estou sendo tratada...”. O promotor do caso, Thiago Carriço, também não se manifestou diante da agressão.

### **“Expressão machista, patriarcal e incompatível com as normas nacionais e internacionais”**

No dia 4 de novembro, o presidente da CDHM pediu providências sobre o caso para a Corregedora-Geral da Justiça de Santa Catarina, Soraya Lins; o Corregedor-Geral do Ministério Público Estadual, Ivens de Carvalho; para o Ministro Luiz Fux, Presidente do Conselho Nacional de Justiça; para a Corregedora Nacional de Justiça, Maria Thereza de Assis Mouras; para o Corregedor Nacional do Ministério Público, Rinaldo Reis; e para Felipe Santa Cruz, Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil.



“A jovem teve violados direitos previstos da Constituição e no Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos”, afirma Salomão. O parlamentar acrescentou que o que aconteceu durante o julgamento foi “o tipo de violência simbólica que, se não estimula, ao menos legitima a tolerância com a violência sexual”.

Para Salomão, os três membros das instituições essenciais à Justiça – advocacia, MP e Judiciário “vilipendiaram suas funções de garantia da Constituição, dos direitos humanos e das leis. Manifestaram ali grosseira expressão machista, patriarcal e incompatível com as normas nacionais e internacionais”.

O Conselho Nacional da Justiça (CNJ) também abriu um procedimento disciplinar contra o juiz Rudson Marcos. De acordo com o conselheiro Henrique Ávila, do CNJ, que entrou com o pedido para a apuração sobre a conduta do juiz, a jovem foi submetida a uma “sessão de tortura psicológica”.

## Mulheres negras, vereadoras, deputadas e prefeitas: vidas ameaçadas pelo machismo e pelo racismo

*Acervo pessoal - reprodução Instagram*



*Vereadora Erika Hilton / covereadora Carolina Iara*



No Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10/12, um encontro discutiu as violações de direitos humanos de mulheres negras candidatas e eleitas. A iniciativa foi do presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Helder Salomão (PT/ES), a pedido das organizações civis Terra de Direitos, Criola, Justiça Global e Instituto Marielle Franco.

Uma pesquisa do Instituto Marielle Franco divulgada hoje identificou, em um levantamento que entrevistou 142 mulheres negras de 21 estados em todas as regiões do Brasil, que 18% das entrevistadas receberam comentários e/ou mensagens racistas em suas redes sociais, por e-mail ou aplicativos de mensagens.

O estudo revela também que 8% foram vítimas de ataques com conteúdo racista durante eventos virtuais públicos. Além disso, 60% das mulheres negras entrevistadas foram insultadas, ofendidas ou humilhadas em decorrência da sua atividade política nas eleições. Em 45% dos casos de violência virtual e moral, a agressão foi feita por indivíduo ou grupo não identificado, isso dificultou denúncias e aumenta a impunidade nos casos deste tipo de agressão.

Em 8/12/20, completou mil dias que a vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ) e o motorista Anderson Gomes foram executados a tiros no Rio de Janeiro. Mesmo com uma longa investigação e a prisão de dois suspeitos, a polícia até agora não esclareceu por que houve o crime e quem mandou matar. No momento, há uma discussão judicial entre o Google e o Ministério Público do Rio de Janeiro, que pede a liberação de dados geofísicos de todos os usuários da rede, que passaram pelo local no intervalo de tempo em que aconteceu o assassinato. Enquanto isso, segue a pergunta “Quem mandou matar Marielle”?

“Depois que perdemos nossa irmã, resolvemos seguir na luta que ela acreditava e fortalecer as reivindicações das mulheres negras e LGBTQI+, não só no Brasil, mas em toda América Latina. O assassinato dela expôs a rachadura que existe no país”, explica Anielle Franco do Instituto Marielle Franco, que divulgou nesta quinta outra pesquisa sobre violência política.

A violência não atingiu apenas Marielle. Ana Lúcia Martins, primeira vereadora negra eleita em Joinville (SC), relata: “O momento era para ser só de alegria, mas ainda na apuração nossa página do Instagram foi invadida e fotos retiradas. Já no dia seguinte, foram ameaças de morte e ofensas racistas me chamando de macaca e fedorenta ou dizendo “Agora só falta a gente matar ela e entrar o suplente que é branco (sic)”. Outra ameaça de morte tinha o endereço da minha casa e dizia que não adianta fazer denúncia, que ele viria até minha casa e depois tiraria a própria vida. Fiquei bastante assustada, preocupada, e desse dia em diante nossa rotina alterou por causa do medo, insegurança. Também recebi mensagem como “diga para ela se cuidar que os fascistas estão de olho nela” e “o Fritz



adora comer merda”. Fritz é o nome de um jacaré que tem num rio aqui. Tenho o direito de exercer meu mandato com toda segurança. Eu todas as mulheres negras precisamos de segurança garantida pelo Estado. E, para além disso, que essas mensagens e agressões possam deixar de existir. O que nós pedimos é viver e viver bem. Temos o direito de viver em plenitude e liberdade”.

Talíria Petrone (PSOL/RJ), que recorreu à Organização das Nações Unidas (ONU) após sofrer novas ameaças de morte: “Esse tipo de violência acontece quando expomos nosso corpo para a luta e isso é muito duro, interfere na saúde mental. Isso acontece quando ocupamos espaços que há tanto tempo ocupados pela elite desde os tempos coloniais. São ameaças físicas, humilhações e interrupção de falas. Somos o país que mais assassina defensores de direitos humanos no mundo. Ao ocupar esses espaços, causamos uma reação proporcional, ainda mais agora que vivemos uma realidade de desmonte e destruição. São grupo organizados, supremacistas brancos, fascistas e neonazistas legitimados pelo próprio Estado. O Congresso Nacional deve criar estratégias para fortalecer a democracia brasileira, que retrocede a passo largos. Precisamos participar disso vivas”.

Ana Carolina Dartora, primeira vereadora negra eleita em Curitiba (PT/PR): “Mil dias que a gente não sabe quem mandou o vizinho do Bolsonaro matar a Marielle Franco. Enfrentamos várias barreiras, ameaças de morte e intolerância promovidas pelo governo federal, dando voz para essa violência, desprezando mulheres, indígenas e quilombolas. É a necropolítica, a política do deixar morrer. E quando chegamos em espaços institucionais ainda temos a vida ameaçada. Somos mulheres eleitas e queremos exercer nosso direito. Não quero ser a próxima Marielle, a próxima mártir. Me chamaram de macaca, fedorenta. Não quero sair de Curitiba e me esconder. O mínimo de tranquilidade é o mínimo que o Estado deve nos proporcionar”.

Para Luiza Erundina (PSOL/SP) as mulheres negras na política “são vítimas do Estado machista, racista e patriarcal. Marielle virou um emblema, um símbolo da luta. Essa violência é feita por pessoas covardes, que atuam às escuras. E falta o empenho necessário para apurar os casos, quando a polícia assume seu compromisso institucional, os crimes são esclarecidos. Os covardes se sentem respaldados por essa falta de ação e omissão, do Estado. Quanto mais brancas, negras, tanto mais forte seremos e tanto mais os covardes, esses homens perversos e brancos, se sentirão ameaçados na sua hegemonia”.

Tainá Pereira, do movimento Mulheres Negras Decidem, alertou que ameaças e violências físicas culminam com o feminicídio político. As mulheres negras continuam sendo as vítimas preferenciais dessa violência. O enfrentamento deve ser estrutural, dentro das instituições como no Superior Tribunal Eleitoral para agir nesses casos, ir além”.



“Estamos juntas nessa barreira pesada, por isso nos candidatamos para ocupar espaços de poder. É sacrificante fazer essa travessia desde a possibilidade de colocar uma candidatura, o processo eleitoral e o cumprimento do mandato, com privação e passar por situações inaceitáveis. Temos um Estado racista e genocida que não faz nada para impedir essa violência, e são as mulheres que defendem políticas sociais e de proteção à vida”, argumenta Áurea Carolina (PSOL/MG).

Para a representante da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais, Bruna Benevides, a violência política também é uma violência de gênero. “Esse ano, até agora, 160 travestis e transsexuais foram assassinados Brasil, que segue na frente do recorde mundial. Mas tivemos 30 pessoas travestis ou trans eleitas. Isso é fruto da trajetória de prostitutas, travestis, gente pobre, analfabeta. A direita não consegue captar a nossa potência porque não tem a nossa capacidade”

## Polícia Federal também deve investigar as ameaças de morte e violência feitas contra vereadoras negras eleitas em novembro

Decisão atendeu pedido do presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), realizada em 15/12, para a investigação das ameaças de morte e de violência contra as vereadoras eleitas em novembro, Ana Dartora (PT/PR) e Ana Lúcia Martins (PT/SC).

O delegado da Polícia Federal, Leonardo Ferreira informa que a Coordenação-Geral de Polícia Judiciária e a Divisão de Estudos, Legislação e Pareceres fizeram manifestações favoráveis (LINK) para que a PF de Joinville apoie e colabore na apuração do caso, na investigação já iniciada pela polícia civil local.

No documento enviado à Salomão, a Polícia Federal adiantou que um dos pontos de atuação do órgão poderá ser na identificação exata da autoria das mensagens com as ameaças de morte. “Os e-mails, tanto a Ana Lucia quanto a Ana Carolina, foram enviados pelo remetente ‘Ricardo Wagner Arouxa’. O IP 84.20.00094, da 1ª Delegacia de Joinville, constatou que os criminosos utilizaram o provedor da Suíça, *o que está dificultando a identificação da autoria*”, afirma a Polícia Federal.

Os [ofícios foram enviados](#) para o Presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba, Sabino Picolo; ao Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina, Fernando Comin; ao Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, Paulo Koerich; para o Secretário de Segurança Pública do Paraná, Romulo Soares; ao Presidente do Conselho Nacional do



Ministério Público, Antônio Aras, ao Diretor-Geral da Polícia Federal; para o Procurador-Geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacoia e ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joinville, Cláudio Aragão.

## Assédio sofrido por deputada paulista

*Reprodução Youtube*



*Isa Penna (PSOL/SP), em entrevista à CNN*

Imagens divulgadas pelas redes sociais e pela imprensa mostraram a deputada Isa Penna (PSOL/SP) sendo apalpada pelo deputado Fernando Cury (Cidadania) durante sessão da Assembleia Legislativa de São Paulo. Cury passou a mão ao lado do seio e manteve as mãos cintura da deputada. Isa fez boletim de ocorrência contra o parlamentar, abriu reclamação no Conselho de Ética da Alesp e lançou um manifesto pedindo a cassação de Fernando Cury.

Em 18/12, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados pediu providências para investigação e punição do ato. O documento foi enviado para o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Cauê Macris (PSDB); ao secretário de Segurança Pública, João Camilo Campos e ao procurador-geral de Justiça de São Paulo, Mário Sarrubbo.

“A cena é, no mínimo, asquerosa para quem assiste e pelas imagens é possível observar o quanto foi perturbador para a deputada. O fica ainda mais grave por ocorrer

não apenas no interior da Alesp, mas no plenário, o local mais nobre de qualquer órgão legislativo, e em frente ao presidente da Assembleia, a figura de maior autoridade no recinto”, ressalta o presidente da CDHM.

No documento, Salomão lembrou que a Constituição da República estabelece “que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações e que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”.

O parlamentar apontou ainda que o Brasil condena as violações contra a mulher também na comunidade internacional, como a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, onde os países participantes devem “abster-se de qualquer ação ou prática de violência contra a mulher e velar para que as autoridades, seus funcionários, pessoal e agentes e instituições públicas se comportem conforme esta obrigação”.

## Juiz que ofendeu vítima de violência doméstica e desdenhou da Lei Maria da Penha

Vídeos divulgados pela imprensa mostram que o juiz Rodrigo de Azevedo Costa, da Vara de Família da Freguesia do Ó, na zona norte de São Paulo, minimizou a importância da Lei Maria da Penha e ofendeu vítimas de violência doméstica. O caso aconteceu durante uma audiência online sobre pensão alimentícia, em 9/12.

Entre as colocações feitas pelo magistrado estão: “se tem Lei Maria da Penha contra mãe, eu não estou nem aí” e “uma coisa eu aprendi na vida de juiz: ninguém bate em ninguém de graça”, disse Azevedo Costa após ser informado pela advogada da vítima que ela já havia sido agredida pelo ex-companheiro.

O juiz prosseguiu: “eu não tô falando que esse de graça é porque a pessoa fez para provocar. De repente a pessoa que agrediu entende que a pessoa olhar pra ele de um jeito x é algo agressivo. Eu não sei o que passa na cabeça de cada um”. A mãe das crianças que detém a guarda que está em discussão na justiça, agora, precisou de medida protetiva duas vezes.

“Ah, mas tem a medida protetiva? Pois é, quando cabeça não pensa, corpo padece. Será que vale a pena ficar levando esse negócio pra frente? Será que vale a pena levar esse negócio de medida protetiva pra frente?”. Segue o magistrado afirmando que “doutora, eu não sei de medida protetiva, não tô nem aí para medida protetiva e tô com raiva já de quem sabe dela. Eu não tô cuidando de medida protetiva”. “Quem batia não me interessa”.





Sobre a Lei Maria da Penha o juiz disse que: “qualquer coisinha vira Lei Maria da Penha. É muito chato também, entende? Depõe muito contra quem...eu já tirei guarda de mãe, e sem o menor constrangimento, que cerceou acesso de pai. Já tirei e posso fazer de novo”. “Oh mãe, a senhora concorda, manhê, a senhora concorda que se a senhora tiver, volto a falar, esquecemos o passado...”. “Ele pode ser um figo podre, mas foi uma escolha sua e você não tem mais 12 anos.”

A vítima ainda respondeu ao magistrado sobre a tentativa de perdão e volta para o ex-companheiro agressor: “Eu tenho medo”.

Em 21/12, o presidente da Comissão da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), [pediu ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo apuração de conduta de juiz durante audiência](#). O documento foi enviado para o corregedor-geral de Justiça, Ricardo Anafe.

“Repudiamos a atuação do juiz durante audiência virtual em um processo de guarda, pensão alimentícia e visita aos filhos menores no dia 9 de dezembro, que violou o direito à dignidade da mãe, vítima de violência doméstica, cujo agressor é o pai das crianças”, denunciou Salomão. “A conduta do juiz legitima a violência contra a mulher e representa gravíssima violência institucional, que deve ser severamente repreendida pelos órgãos competentes”.

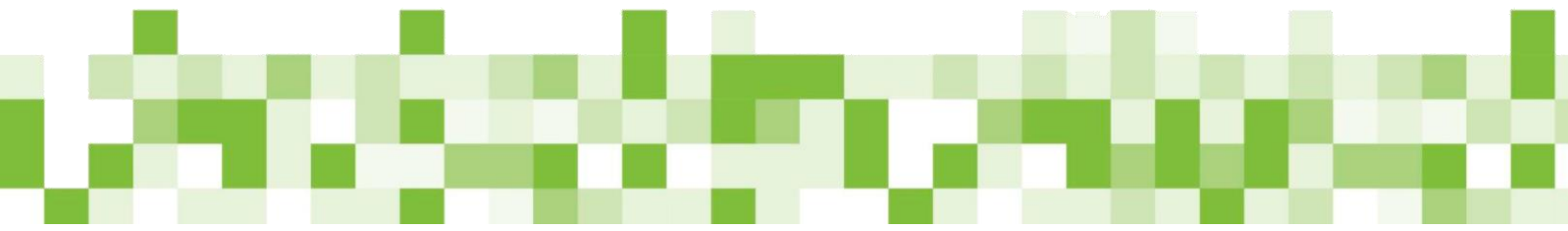
O ofício lembrou que o “discurso do magistrado ignora o fato de que a cada 6 horas uma mulher é assassinada dentro de casa. Em 2018, foram mais de 3 mil mulheres mortas fora de casa e mais de mil e trezentas, assassinadas na própria residência, de acordo com números do Atlas da Violência 2020”.

O presidente da CDHM pediu, além da rigorosa apuração do caso que, como medida preventiva, sejam oferecidos cursos de atualização para os magistrados sobre o ordenamento jurídico nacional e internacional de proteção dos direitos humanos.

Em 08/01/21 O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo transferiu o magistrado que desdenhou da Lei Maria da Penha da Vara de Família para varas de fazenda pública da capital; enquanto isso a Corregedoria do Tribunal segue com a apuração preliminar do caso.

## Presidência da CDHM pede rigor na apuração de atentados contra as covereadoras paulistana Samara Sosthenes e Carolina Iara

Na noite de 30/1/2021, um homem armado fez um disparo em frente à casa da covereadora Samara Sosthenes, integrante do Quilombo Periférico do PSOL. De acordo



com uma testemunha, um homem em uma moto, usando capacete e máscara, atirou com arma de fogo para o alto e fugiu em alta velocidade. A parlamentar registrou boletim de ocorrência no Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), no domingo.

Samara é travesti e líder de movimentos sociais. Em entrevista à imprensa, ela afirmou que “não é um caso isolado, é um recado. Tem requinte de transfobia, mas também um viés político muito forte”.

No dia 2/2, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Helder Salomão (PT/ES) pediu ao governador de São Paulo, João Doria (PSDB/SP) “providências para garantir proteção da integridade física e imediata apuração do atentado contra a vereadora Samara Sosthenes, bem como informações sobre as medidas adotadas”.

Documento com o mesmo teor foi enviado ao presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite (DEM) e ao procurador-geral de Justiça do estado, Mário Sarrubbo.

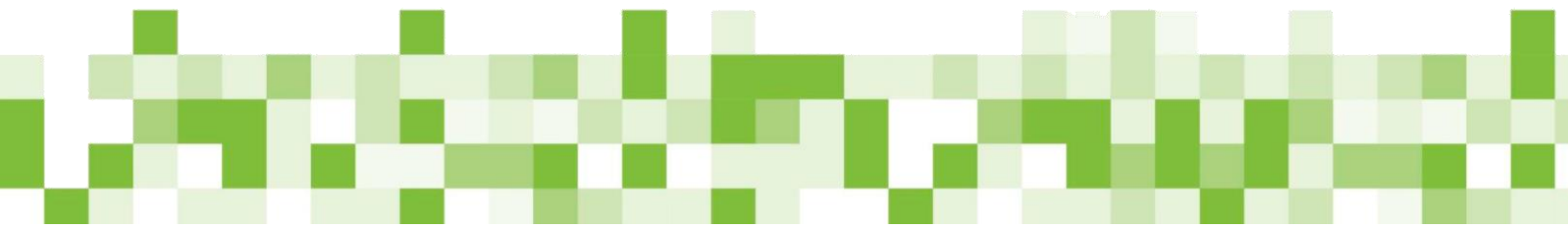
Já na quarta-feira (27/1), Helder Salomão pediu rigor na apuração de atentado contra a vereadora Carolina Iara (PSOL/SP). A residência dela foi alvo de tiros que teriam sido disparados de dentro de um carro branco, na noite anterior.

Carolina é intersexo (quando uma pessoa nasce com características sexuais de ambos os gêneros), negra, travesti, feminista e além de ser abertamente HIV+.

No mesmo dia, a vereadora Erika Hilton (PSOL/SP) registrou boletim de ocorrência por ameaça, depois de ser perseguida por um homem dentro da Câmara Municipal de São Paulo. Hilton é a primeira mulher trans a ocupar uma cadeira no legislativo municipal. A vereadora também pediu o apoio da Guarda Civil Metropolitana (GCM), e passou a ter um segurança particular.

Os dois casos aconteceram na semana do "Dia da Visibilidade Trans", comemorado em 29 de janeiro.

O presidente da CDHM lembra que o Brasil “é o país com a maior número de registros de crimes letais contra LGBTs do mundo, segundo o Grupo Gay da Bahia. Só em 2018, 420 pessoas tiveram mortes violentas no Brasil. Ou seja, a cada 20 horas é assassinado um indivíduo LGBT”. O parlamentar destaca ainda que “esses crimes atentam contra o direito político de votar e de ser eleito e ferem a base dos valores democráticos e da não discriminação”.



## Reunião entre parlamentares e sociedade civil encaminha ações sobre assassinatos e violência contra trans e travestis

Em 2020, foram assassinadas 175 pessoas trans no Brasil. O país lidera o ranking de assassinatos de pessoas trans no mundo. O dado é do [“Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020”](#), apresentado em 18/2, durante reunião promovida pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Helder Salomão (PT/ES), que contou com a participação de parlamentares, ativistas de direitos humanos, da Organização das Nações Unidas e da Anistia Internacional. A solicitação do encontro foi da deputada Erika Kokay (PT-DF).

Bruna Benevides, secretária de articulação política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), apresentou o documento construído pela entidade em parceria com o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), o qual revela um aumento de 43% do assassinato de pessoas trans no Brasil, no comparativo com o ano de 2019. Benevides destacou a subnotificação dos casos e a ausência de dados governamentais sobre a violência contra as pessoas trans.

“2020 foi um ano extremamente violento. Foi o ano com maior número de assassinatos de pessoas trans na história do país, quando uma trans foi assassinada a cada 48h. Estamos falando de crimes de ódio em que a identidade de gênero foi determinante para o assassinato”, afirma Benevides.

A vereadora Erika Hilton (PSOL-SP), primeira mulher trans a ocupar uma cadeira no legislativo municipal de São Paulo, exaltou o trabalho da ANTRA e a iniciativa dos parlamentares de dar visibilidade ao dossiê. “Se não fosse a ANTRA, nós talvez não tivéssemos sequer esses dados para apontar a grave situação de genocídio da população trans no nosso país”, disse a parlamentar, ao defender que a Comissão e os parlamentares se debruçam sobre os dados e busquem respostas para um cenário que ela classificou como “avassalador”.

Symmy Larrat, da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Intersexos (ABGLT) seguiu na mesma linha ao apontar omissão do Estado e do legislativo em relação à existência das pessoas trans. “Estamos falando de um Estado genocida, que nega a nossa existência e a nossa humanidade”.

Larrat denunciou que desde a criminalização da LGBTifobia por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), a maioria dos estados não adotou qualquer medida para receber, apurar e contabilizar denúncias de LGBTifobia.



Angela Pires, representante do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, afirmou que a organização acompanha o trabalho desenvolvido pela ANTRA e vê com muita preocupação que pessoas estejam sendo assassinadas pelo simples fato de serem o que são. “Precisamos compreender esses dados. No âmbito da ONU no Brasil, nós estamos à disposição para apoiar e fortalecer o movimento trans para fazer avançar seus direitos”.

### **Política de ódio do governo Bolsonaro é causa do aumento da violência**

Entre os parlamentares que estiveram presentes na reunião foi unânime a avaliação de que o aumento da violência contra as pessoas trans e a comunidade LGBTI tem relação direta com o discurso de ódio e a política de morte instalada no governo de Jair Bolsonaro. Todos manifestaram preocupação com a flexibilização do acesso às armas, tendo em vista, que mulheres, negros, pobres e LGBTI's tendem a ser os alvos prioritários da violência.

“Práticas de violência fascista têm ganhado força e é preciso uma reação por parte das instituições”, disse Helder Salomão.

Na avaliação da vereadora Erika Hilton, a eleição de Bolsonaro tornou banal a violência contra a população trans. “Estamos diante de uma violência cada vez mais gritante e alarmante. Precisamos transformar essa realidade que não pode parecer normal”.

De acordo com Paulo Mirante, membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos, o Brasil nunca foi um paraíso para pessoas LGBTI mesmo em seus períodos mais democráticos, mas que a situação atual piorou muito. “Desde a ditadura militar, esse é o primeiro governo anti-direitos humanos. A educação é um ponto chave para combater o discurso de ódio. É o discurso de ódio que arma o braço que vai matar”, defende.

Para a deputada Maria do Rosário (PT-RS), avançar na pauta de direitos humanos e diversidade passa por derrotar o fascismo. “Há uma conexão muito forte entre democracia e direitos humanos. A quebra da democracia gerou um governo avesso aos direitos humanos, que trata mulheres, negros, pobres, trans e travestis como inimigos a serem eliminados”.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) também avalia o momento atual como gravíssimo. “Estamos diante de um ministério dos direitos humanos que é contra os direitos humanos, de uma política fundamentalista e negacionista que quer naturalizar a violência e invisibilizar os corpos das pessoas trans”.



Já a deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RJ) destacou a importância de denunciar o ministério comandado por Damares Alves. A parlamentar lembra que apesar do aumento da violência, a pasta zerou os recursos para o combate aos crimes de ódio.

## Presidente da CDHM cobra providências sobre ações de combate à violência contra travestis e pessoas trans

Em decorrência da reunião, os Deputados Helder Salomão, David Miranda, Erika Kokay, Fernanda Melchionna, Maria do Rosário, Nilto Tatto, Reginaldo Lopes e Sâmia Bonfim [apresentaram requerimento de informações](#), em 24/2, à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, solicitando dados sobre ações da pasta para combater o cenário de mortes violentas que vitimam as pessoas trans e as travestis.

Eles indagam sobre a existência de protocolo de registro e coleta de dados de crimes cometidos contra travestis e pessoas trans no Brasil, e se há registro dos crimes de homofobia e transfobia tipificados como racismo ou como qualificadora por motivo torpe, referente às condutas homofóbicas e transfóbicas, tal como decidido pelo STF na ADO 26. Os parlamentares também querem saber se foram implementadas ou estão previstas medidas de formação e treinamento de agentes públicos de segurança para garantir às pessoas trans atendimentos e abordagens dignos.

Os parlamentares perguntam também se existem ações previstas ou implementadas para garantir a segurança dos candidatos e candidatas trans que sofreram ameaças ou atentados sem inviabilizar as atividades funcionais do cargo político ocupado.

### **Secretários de segurança**

Também como resultado da reunião, o Presidente da CDHM enviou pedido de informações aos 27 secretários de segurança pública sobre registros de homicídios, lesão corporal e violência doméstica contra pessoas LGBTI e dados sobre crimes de homofobia e transfobia (ADO 26/STF).

No documento, Salomão pede que os Secretários de Estado informem, caso não haja dados disponíveis, se existe previsão de mapeamento, análise e publicação de dados sobre crimes praticados contra a população LGBTI, e pede que todas as delegacias sejam devidamente orientadas a aplicar a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADO 26.

Em 2019, o plenário do STF decidiu que os crimes de homofobia e transfobia devem ser tipificados como crimes de racismo, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade



por Omissão - ADO 26), e, no caso de homicídio doloso, constitui circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe.

### **Violência política**

Salomão também pediu ao Ministro Luis Roberto Barroso, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, agendamento de reunião para tratar da violência política baseada em ódio.

O atentado a tiros contra a residência da covereadora Carolina Iara, o disparo de arma de fogo em frente à casa da covereadora Samara Sosthenes e a ameaça sofrida pela veradora Érika Hilton dentro da Câmara Municipal de São Paulo foram fatos recentes que aumentaram o sinal de alerta e motivaram o pedido do encontro, enviado por ofício na última sexta, 19.

